

"David Harvey escreveu um livro profundo e profundamente perturbador! Seus escritos vêm há trinta anos contestando com vigor a convicção complacente de que aquilo que existe funciona. Harvey é um autor academicamente radical; seus textos não abrigam clichês jornalísticos, estão repletos de fatos e apresentam idéias cuidadosamente examinadas de modo exaustivo. Este é um livro de composição elegante, de prosa acessível, exibindo uma progressão narrativa de crescente intensidade e premência. *O novo imperialismo* elabora uma impressionante peça acusatória cujos réus são nossas atuais instituições de poder, apresentando ao mesmo tempo esperançosos achados acerca de como se podem mudar essas instituições."

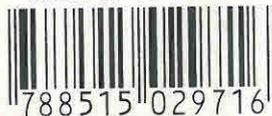
RICHARD SENNETT  
Professor de Sociologia, London School of Economics

"Percorrendo com facilidade a história, a economia, a geografia e a política, com argumentação persuasiva e lúcida prosa, David Harvey proporciona um contexto às manchetes do dia e torna compreensível o redemoinho do começo do século XXI, que ameaça nos levar a todos de roldão. Seu conceito de 'acumulação por espoliação' fará uma longa carreira. *O novo imperialismo* é um livro inegavelmente útil."

SUSAN GEORGE  
Diretora Associada de The Transnational Institute, de Amsterdã, Holanda

  
Edições Loyola  
visite nosso site:  
[www.loyola.com.br](http://www.loyola.com.br)

ISBN 85-15-02971-5



9

788515 029716

Cód. 9345

Capa: Walter Neves

David Harvey

O NOVO IMPERIALISMO

David Harvey



## O NOVO IMPERIALISMO

N.132  
E71n  
1d.

N.Cham. 910.132 H271n 2.ed.  
Autor: Harvey, David, 1935-  
Título: O novo imperialismo /



13935551

Ac. 80906

BCA

Edições Loyola

Num mundo de mudanças constantes e aceleradas, reinam a confusão e a preocupação. Pessoas de todos os países se perguntam: o fato de os Estados Unidos terem passado repentinamente de uma política de consenso a uma política de coerção no cenário mundial é indício de fraqueza ou de força? O que de fato motivou a guerra no Iraque? Foi tudo uma questão de petróleo ou, se não foi, o que mais havia? Qual o papel da desaceleração econômica como catalisador das aventuras externas dos EUA e que diferença faz a presença no poder dos neoconservadores em substituição aos neoliberais? Qual é exatamente a relação entre o militarismo norte-americano no exterior e a política doméstica?

Eis as interrogações a que responde este livro convincente e original. Aliando uma sólida argumentação a uma linguagem clara, David Harvey, um dos mais renomados teóricos sociais de sua geração, constrói um rico quadro conceptual para expor as forças jacentes nessas momentosas mudanças das políticas, e da política, norte-americanas. São desnudadas à vista de todos, pela primeira vez, as compulsões que estão na base da projeção atual do poder dos Estados Unidos no mundo como um "novo imperialismo". Obra de síntese do trabalho sério e engajado de toda uma vida, *O novo imperialismo* é indispensável à compreensão dos dramáticos eventos que têm abalado o mundo nos últimos anos, bem como do rumo que podem ou não vir a tomar.

## O NOVO IMPERIALISMO

SMO



DAVID HARVEY

# O NOVO IMPERIALISMO

Para sua maior segurança, guarde o  
Comprovante de empréstimo de sua  
última devolução e/ou renovação.

Tradução  
ADAIL SOBRAL  
MARIA STELA GONÇALVES

Observe a data prevista para  
devolução, pois o atraso será  
convertido automaticamente em  
Multa



Edições Loyola



Título original:  
*The New Imperialism*  
 © David Harvey 2003  
 ISBN 0-19-926431-7

*The New Imperialism* was originally published in English in 2003. This translation is published by arrangement with Oxford University Press.

*O novo imperialismo* foi originalmente publicado em inglês em 2003. Esta tradução é publicada em acordo com a Oxford University Press.

Acervo 80906  
 Exemplar 13935551  
 22/04/2009

PREPARAÇÃO: Maurício Balthazar Leal  
 DIAGRAMAÇÃO: Miriam de Melo Francisco  
 REVISÃO: Sandra Garcia Custódio

910.132  
 H271n  
 2. ed.

**Edições Loyola**  
 Rua 1822 nº 347 – Ipiranga  
 04216-000 São Paulo, SP  
 Caixa Postal 42.335 – 04218-970 – São Paulo, SP  
 ☎ (11) 6914-1922  
 📠 (11) 6163-4275  
 Home page e vendas: [www.loyola.com.br](http://www.loyola.com.br)  
 Editorial: [loyola@loyola.com.br](mailto:loyola@loyola.com.br)  
 Vendas: [vendas@loyola.com.br](mailto:vendas@loyola.com.br)

*Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.*

ISBN: 85-15-02971-5  
 2ª edição: outubro de 2005  
 © EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 2004



## Sumário

Prefácio .....	7
Prefácio do autor para a tradução brasileira .....	9
1. Tudo por causa do petróleo .....	11
2. Como o poder norte-americano se expandiu .....	31
3. A opressão via capital .....	77
4. A acumulação via espoliação .....	115
5. A coerção consentida .....	149
Posfácio .....	171
Sugestões de leitura .....	189
Bibliografia .....	191
Índice de nomes .....	197

## Prefácio

As Clarendon Lectures foram proferidas na School of Geography and the Environment da Oxford University nos dias 5, 6 e 7 de fevereiro de 2003. A ocasião em que isso ocorreu é relevante. A guerra contra o Iraque, embora aparentemente prestes a eclodir, ainda iria ter início, e permanecia a tênue esperança de que fosse possível impedi-la. Essa esperança se reforçara devido a amplas manifestações globais que reuniram cerca de um milhão de pessoas nas ruas de Londres e de Barcelona, tendo-se registrado a participação de um imenso número de pessoas em muitas cidades de outras partes do mundo, incluindo os Estados Unidos, no dia 15 de fevereiro. Vigorava em larga medida no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas uma atitude favorável à idéia de que as ameaças representadas pelo que todos concordavam ser um regime bárbaro e despótico poderiam ser resolvidas por meios diplomáticos. Apesar dessa oposição, a ação militar no Iraque foi iniciada sob o comando dos Estados Unidos, com o apoio mais ostensivo da Grã-Bretanha e da Espanha, no dia 20 de março. No momento em que escrevo, o resultado da guerra, embora nem um pouco duvidoso do ponto de vista militar, ainda está obscuro. Acabará ela sendo, ou parecendo ser, uma ocupação colonial, um regime clientelista imposto pelos Estados Unidos ou uma genuína libertação?

Por um lado, esses eventos em rápida sucessão dificultaram a concepção de um conjunto de conferências acerca do “novo imperialismo”. Por

outro, entretanto, a própria natureza desses eventos e as ameaças que representavam econômica, política e militarmente para a segurança global tornaram imperativo algum gênero de análise profunda. Por isso, decidi tentar, da melhor maneira possível, desvendar por sob o fluxo de superfície as correntes mais profundas da geografia histórica do mundo capazes de lançar alguma luz sobre o motivo de termos chegado a uma conjuntura tão perigosa e difícil.

Na realização desse objetivo, beneficiei-me muito da participação num seminário (que durou todo um ano) organizado em torno do tópico “Imperialismo” por Neil Smith e Omar Dahbour no Center for Place, Culture and Politics da City University of New York Graduate Center). Desejo agradecer a ajuda de Neil, de Omar e dos participantes desse seminário na plasmação de muitas das idéias que me ocorreram. Vários colegas do Programa de Antropologia da City University of New York também fizeram comentários avulsos sobre meu tópico, e agradeço a Louise Lennihan, Don Robotham, Ida Susser, Jane Schneider, Talal Assad e particularmente a Michael Blim e aos alunos que participaram de nosso seminário conjunto sobre “Terra, Trabalho e Capital” por sua contribuição. A idéia inicial de algum tipo de intervenção nas linhas que aqui elaborei ocorreu, de início em termos vagos, num seminário conjunto que coordenei com Giovanni Arrighi na Johns Hopkins University. Contraí com Giovanni uma dívida especial. Sou grato a meus colegas da Oxford School of Geography por me convidarem a voltar à minha velha casa e proferir essas conferências num momento e num local tão apropriados. Meus especiais agradecimentos a Maria Kaika, Jack Langton e Erik Swyngedouw por sua calorosa acolhida, bem como por seu intenso interesse pelo assunto. Anne Ashby, da Oxford University Press, mostrou-se particularmente útil e, como sempre, Jan Burke cumpriu seu inestimável papel de me incitar à ação. Ao longo dos anos, beneficiei-me muito de interações com outras pessoas demasiado numerosas para ser aqui mencionadas. Espero ter dado bom uso nessas palestras à sua sabedoria e à sua compreensão individuais e coletivas.

D. H.

## Prefácio do autor para a tradução brasileira

No dia 15 de fevereiro de 2003, milhões de pessoas ao redor do mundo participaram de manifestações públicas contra a possibilidade de os Estados Unidos e a Inglaterra moverem uma guerra antecipatória contra a nação soberana do Iraque. Foi um momento surpreendente, talvez a primeira ocasião na qual a opinião pública global viu-se dotada de alguma espécie de voz coletiva. Iniciei a redação de *O novo imperialismo* pouco antes dessas manifestações, tendo-a concluído antes da ocupação de Bagdá em abril do mesmo ano. Os eventos se desenrolavam com enorme rapidez e havia muito de incerto.

Dispus-me, por conseguinte, a identificar as forças motrizes que agiam por sob o caos das aparências. Busquei verdades puras e simples em meio ao dilúvio de enunciados propagandísticos. Com esse fim em vista, elaborei um arcabouço geral de pensamento que esperava fosse forte o bastante para sobreviver às contingências e incertezas dos desfechos concretos. Aventuro-me a alegar aqui, fundado naquilo que ouvi de leitores, que esse arcabouço é tanto robusto quanto útil. Mediante a construção de suas próprias versões de como funciona a relação entre a lógica territorial e a lógica capitalista do poder, da forma específica da tradição imperial dos Estados Unidos, da “dialética interior–exterior” da sociedade norte-americana, do papel das práticas predatórias, das distinções entre a política neoliberal e a política neoconservadora e das forças, estratégias e táticas dos movimentos de oposição, os leitores podem formular suas interpre-

tações particulares e chegar a conclusões que muito podem diferir das minhas. E assim deve ser. Há em nossos dias muito em jogo, e é vital o debate aberto para chegarmos a entender em que ponto estamos e como melhor prosseguir.

As forças motrizes que identifiquei têm por outro lado raízes tão profundamente fincadas que tornam duvidoso o grau até o qual a mudança de regime em Washington, que pode ocorrer em janeiro de 2005, tem condições de promover uma mudança radical de curso. O navio-Estado norte-americano, à semelhança dos desmesurados navios-tanques transoceânicos que levam tamanha quantidade de petróleo aos portos dos Estados Unidos, tem grande dificuldade de mudar de curso, para não mencionar revertê-lo, ainda que, como afirmo controversamente, haja indícios de que ruma para os rochedos. Há um limite ao que é possível no âmbito dos campos de força em interseção da política doméstica dos Estados Unidos, da tradição imperial norte-americana e da dinâmica político-econômica do capitalismo global. A existência dessas condições limitadoras é uma questão que, como se diz que o rei Carlos I da Inglaterra observou a caminho da execução, não pode deixar de “ocupar a mente de modo prodigioso”. Infelizmente, demasiadas pessoas dão preferência à negação. Espero ir além da polêmica (por mais bem construída que seja ela) e dedicar-me a uma discussão crítica de futuros político-econômicos alternativos à luz das múltiplas restrições hoje existentes. A julgar pelas reações de leitores e pelas inúmeras traduções de *O novo imperialismo* em andamento em vários países, há ao redor do mundo muitas pessoas prontas a entabular esse debate.

## 1

## Tudo por causa do petróleo

Meu objetivo é examinar a atual condição do capitalismo global e o papel que um “novo” imperialismo poderia estar desempenhando em seu âmbito. Faço-o da perspectiva da longa *durée*<sup>1</sup> e pelas lentes daquilo que chamo de materialismo histórico-geográfico. Empenho-me em desvelar algumas das transformações mais profundas que ocorrem sob toda a turbulência e volatilidade de superfície e, dessa maneira, em abrir um terreno de debate acerca de como melhor interpretar nossa atual situação e reagir a ela.

A *durée* mais longa que qualquer de nós pode de fato vivenciar é a de uma vida. A primeira idéia que fiz do mundo se formou durante a Segunda Guerra Mundial e dos eventos imediatos que a ela se seguiram. Na época, a idéia do Império Britânico ainda tinha ressonância e sentido. O mundo me parecia aberto porque muitos espaços do mapa-múndi estavam coloridos de vermelho, marcando um império sobre o qual o sol nunca se punha. Se me fosse necessária alguma prova adicional de propriedade, eu poderia me voltar para minha coleção de selos — a efígie do monarca britânico estava em selos da Índia, de Sarawak, da Rodésia, de Nyasaland, da Nigéria, do Ceilão, da Jamaica... Não obstante, logo tive de reconhecer que o poder britânico estava em declínio. O império estava ruindo com rapidez alarmante. A Grã-Bretanha cedera o poder global aos

1. Duração. Em francês no original. (N.T.)

Estados Unidos, e o mapa do mundo começava a mudar de cor à medida que avançava a descolonização. Os eventos traumáticos da independência e da divisão da Índia em 1947 assinalavam o começo do fim. Fui levado a compreender no início que o trauma era um exemplo típico do que acontece quando o regime britânico “sensível” e “justo” é substituído pelas irracionais paixões nativas e reversões a antigos preconceitos (um arcabouço de compreensão do mundo que não era nem é restrito à Grã-Bretanha e que tem exibido notável durabilidade). Não obstante, com o endurecimento das lutas de descolonização, o lado mais sórdido e perverso do regime imperial tornou-se mais evidente. Isso culminou, para mim e muitos outros de minha geração, na tentativa anglo-francesa de retomar o Canal de Suez em 1956. Na época, foram os Estados Unidos que repreenderam vigorosamente a Inglaterra e a França por terem recorrido à guerra para derrubar um líder árabe, Gamal-Abdel Nasser, que, aos olhos ocidentais, era tão ameaçador e “malévolo” quanto se diz ser Saddam Hussein hoje. Dwight Eisenhower preferia a contenção pacífica à guerra, e é justo dizer que a reputação global dos Estados Unidos em termos de liderança se elevou precisamente enquanto a da Inglaterra e a da França caíam vertiginosamente. Depois de Suez, julguei difícil negar o lado pérfido de um imperialismo abertamente auto-interessado e que desaparecia com rapidez, mas distintivamente britânico.

As coisas se afiguraram bem distintas para um jovem estudante do Bronx que veio para Oxford no início dos anos 1960. Marshall Berman lembra que não podia suportar os “lânguidos jovens que pareciam figurantes de *Brideshead Revisited*<sup>2</sup>, que se arrastavam para cima e para baixo envergando trajes a rigor (que na maioria das vezes davam a impressão de que os usuários tinham dormido sobre eles), vegetando enquanto seus pais eram donos do Império Britânico e do mundo. Ou ao menos agiam como se os pais fossem donos do mundo. Eu sabia em que grau isso não passava de uma cena: o Império estava *kaput*<sup>3</sup>; os filhos de sua classe dirigente estavam vivendo com recursos de fundos de pensão cujo valor decaía a cada ano, assim como herdando empresas que estavam falindo... eu pelo menos sabia que estava ascendendo no mundo”<sup>4</sup>. Imagino como ele se sente agora, com todas essas empresas “dot.com”<sup>5</sup> falidas atravan-

2. Romance clássico de Evelyn Waugh, adaptado para a televisão e para o cinema. (N.T.)

3. Em declínio. Em alemão no original. (N.T.)

4. M. BERMAN, “Justice/Just Us: Rap and Social Justice in America”, in A. MERRIFIELD, E. SWYNGEDOUW (orgs.), *The Urbanization of Injustice*, New York, New York University Press, 1997, 148.

5. Empresas virtuais. (N.T.)

cando a paisagem norte-americana, os escândalos financeiros, o catastrófico declínio dos mercados de ações, que destruiu boa parcela dos direitos de pensão de todos, e com súbitas alegações beligerantes, cujo exemplo mais notável foi a capa da revista *New York Times* de 5 de janeiro de 2003: “Império Norte-americano: Acostume-se com ele”<sup>6</sup>. Para mim, é ligeiramente estranho ter tido consciência do mundo no instante em que um império acabava de chegar à idade da aposentadoria num momento de semelhantes proclamações públicas do nascimento oficial de outro.

Michael Ignatieff, autor da matéria do *New York Times*, reitera vigorosamente uma afirmação anterior (também constante da revista *New York Times*, edição de 28 de julho de 2002) segundo a qual “toda a guerra norte-americana ao terror é um exercício de imperialismo. Isso talvez choque os norte-americanos, que não gostam de conceber seu país como um império. Mas que outro nome podemos dar às legiões norte-americanas de soldados, de agentes secretos e de forças especiais espalhadas pelo globo?”. Os Estados Unidos já não podem favorecer a versão “leve” do império ou esperar praticá-lo sem custos, alega ele. O país deve estar preparado para assumir um papel mais sério e mais permanente, para manter-se presente a longo prazo a fim de concretizar grandes objetivos de transformação. É relevante que semelhante publicação integrada ao sistema dê tamanha proeminência à idéia do Império Americano. Ignatieff não está sozinho nessas afirmações. Max Boot, redator do *Wall Street Journal*, é de opinião que “certa dose de imperialismo norte-americano pode ser a melhor resposta ao terrorismo”. A América tem de ser mais expansiva, alega ele: “O Afeganistão e outras terras perturbadas clamam hoje pelo tipo de administração externa esclarecida um dia proporcionada por ingleses autoconfiantes que usavam *jodhpurs*<sup>7</sup> e capacete”. Com suas grandes tradições imperiais tão nostalgicamente descritas, os ingleses também entraram na cena. O historiador conservador Niall Ferguson (de quem a série de TV e o livro que a acompanha documentam, num adequado tom patriótico, não só as façanhas heróicas dos construtores ingleses do império como também a paz, a prosperidade e o bem-estar que esse império supostamente conferiu ao mundo) aconselha que os Estados Unidos reforcem sua decisão, despendam os recursos necessários e “façam a

6. M. IGNATIEFF, “The Burden”, *New York Times*, 5 de janeiro de 2003, Sunday Magazine, 22-54, reed. como “Empire Lite”, in *Prospect*, fevereiro de 2003, 36-43. Ver também ID., “How to Keep Afghanistan from Falling Apart: The Case for a Committed American Imperialism”, *New York Times*, 26 de julho de 2002, Sunday Magazine, 26-58.

7. Roupas de montaria. (N.T.)

transição de império informal para império formal”. Muitos hoje afirmam que um “novo imperialismo” já está em ação, mas requer um reconhecimento mais explícito e um compromisso mais firme caso deseje estabelecer uma Pax Americana que possa proporcionar ao mundo os mesmos benefícios que a Pax Britânica garantiu na última metade do século XIX<sup>8</sup>.

Trata-se de um compromisso que o presidente Bush parece disposto a assumir, apesar de sua declaração, numa conferência proferida na Academia Militar de West Point, segundo a qual “a América não tem um império a estabelecer nem uma utopia a implantar”. O 11 de setembro, escreveu ele num artigo de opinião para o *New York Times*, quando do aniversário da tragédia, tornou claro o papel dos Estados Unidos no mundo e ensejou grandes oportunidades. “Empregaremos toda a nossa posição de força e de influência sem precedentes para construir uma atmosfera de ordem e de abertura internacionais em que o progresso e a liberdade possam florescer em muitas nações. Um mundo pacífico de crescente liberdade atende aos interesses americanos de longo prazo, reflete os ideais americanos imorredouros e une os aliados da América... Buscamos uma paz justa”, escreveu ele, no momento mesmo em que se preparava para a guerra, “em que a repressão, o ressentimento e a pobreza sejam substituídos pela esperança da democracia, pelo desenvolvimento, pelos livres mercados e pelo livre comércio”, tendo estes últimos “provado sua capacidade de tirar da pobreza sociedades inteiras”. Os Estados Unidos, afirmou, “vão promover a moderação, a tolerância e as exigências não-negociáveis da dignidade humana — o Estado de direito, os limites ao poder do Estado e o respeito às mulheres, à propriedade privada, à livre expressão e à igualdade perante a lei”. Hoje, concluiu, “a humanidade tem nas mãos a oportunidade de oferecer o triunfo da liberdade sobre todos os seus inimigos seculares. Os Estados Unidos recebem de bom grado sua responsabilidade pela liderança dessa grandiosa missão”. Essa mesma linguagem se fez presente no Prólogo do documento da National Defense Strategy [Estratégia de Defesa Nacional] publicado logo depois<sup>9</sup>. Talvez isso não equiva-

8. Muitas dessas citações estão convenientemente reunidas in B. BOWDEN, “Reinventing Imperialism in the Wake of September 11”, *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, —, verão de 2002. Isto pode ser encontrado no endereço <<http://alternatives.journal.fatih.edu.tr/Bowden.htm>>.

9. G. W. BUSH, “Securing Freedom’s Triumph”, *New York Times*, 11 de setembro de 2002, 133. *The National Security Strategy of the United States of America* pode ser encontrado no endereço <[www.whitehouse.gov/nsc/nss](http://www.whitehouse.gov/nsc/nss)>. Ignatieff (“The Burden”) dá início à sua formulação, à página 22, com uma discussão do discurso feito por Bush na Academia de West Point.

lha a uma declaração formal de império, mas sem dúvida sugere intenções imperiais.

Têm havido muitos tipos diferentes de império (romano, otomano, chinês imperial, russo, soviético, austro-húngaro, napoleônico, britânico, francês etc.). A partir desse heterogêneo grupo, podemos concluir com facilidade que há considerável espaço de manobra quanto ao modo de conceber, administrar e implantar ativamente o império. Concepções distintas, e por vezes rivais, de império podem até ser instauradas no mesmo espaço. A China Imperial passou por uma fase expansionista de exploração oceânica, e súbita e misteriosamente fechou-se sobre si mesma. O imperialismo norte-americano, a partir da Segunda Guerra Mundial, passou espasmodicamente, em meio a instabilidades, de uma concepção vaga (porque sempre deixada sem discussão) do império a outra. Se o jovem Bush trai certo ímpeto napoleônico ao pretender marchar sobre Bagdá e talvez, depois, sobre Teerã (que é, como parecem pensar alguns dos “falcões” do governo, o lugar onde devem de fato estar “os homens de verdade”), a abordagem de Clinton (significativamente tida por “efeminada” pelo governo Bush) lembrava mais a do Império Otomano em seu auge. Altamente centralizado no âmbito do Tesouro Norte-Americano, em que Rubin e mais tarde Summers eram figuras de proa, o poder suave era preferido ao poder duro, e o resto do mundo era tratado com considerável tolerância multicultural. A política era realizada em termos antes multilaterais do que unilaterais. A construção do poder imperial norte-americano sob Roosevelt, Truman e Eisenhower, e chegando a Nixon, por outro lado, espelhava bem mais a abordagem do Estado-cliente subordinado dos soviéticos do que qualquer outra coisa, estando a diferença no fato de o Japão, ao contrário da Hungria e da Polônia, ter tido a permissão para desenvolver sua própria economia desde que atendesse política e militarmente aos desejos dos Estados Unidos. O império americano real foi concretizado, sugere Ignatieff, não num ataque de inconsciência (como os britânicos gostavam de alegar), mas num estado de negação: não se deveria chamar as ações imperiais dos Estados Unidos por esse nome, nem se permitia que tivessem ramificações quanto à situação doméstica. Foi isso que produziu um “império leve” [*empire lite*] e não um império de compromisso sólido e de longo prazo<sup>10</sup>.

Há muitas pessoas que são parte do que se poderia chamar de “esquerda tradicional” que sustentam ser os Estados Unidos um poder impe-

10. M. W. DOYLE (*Empires*, Ithaca, NY, Cornell University Press, 1986) oferece um interessante estudo comparado de impérios. Para o caso dos Estados Unidos, ver também W. A. WILLIAMS, *Empire as a Way of Life*, New York, Oxford University Press, 1980.

rial há pelo menos um século. Análises bem completas do imperialismo americano estavam disponíveis nos anos 1960, tendo como foco particular o papel dos Estados Unidos na América Latina e no Sudeste Asiático. Havia disputas substantivas entre os então recém-formados teóricos da dependência (como [André Gunder] Frank) e aqueles mais inclinados a acreditar piamente em Hobson, R. Hilferding, Lenin, Rosa Luxemburgo e outros teóricos da virada do século. E Mao por certo considerava o imperialismo norte-americano a contradição primária que devia enfrentar. Mas a publicação em 2000 de *Império*, de Michael Hardt e Antonio Negri, bem como a controvérsia que o cercou contestaram os debates tradicionais e sugeriram que a oposição de esquerda tinha de ser repensada com relação a uma configuração descentrada do império que exibia muitas qualidades novas, de cunho pós-moderno. Embora criticassem essa linha de argumentação, muitos outros membros da esquerda começaram a reconhecer que as forças da globalização (como quer que possam ser concebidas) estavam criando uma situação inédita que exigia um novo quadro de análise<sup>11</sup>. O reconhecimento declarado do império e do imperialismo pelos direitistas e pelos liberais foi portanto uma bem-vinda admissão daquilo que havia muito vinha ocorrendo, mas também indicou que o imperialismo poderia estar assumindo então um ar diferente. O efeito disso tem sido transformar questões sobre o império e o imperialismo em assuntos abertos de debate por todo o espectro político (foi digno de nota que a obra de Hardt e Negri tenha obtido a atenção da corrente principal dos meios de comunicação). Mas isso evoca como corolário uma questão adicional: se há algo de novo em tudo isso, o que será?

Abordo essa questão em primeira instância submetendo a exame eventos contemporâneos. Os Estados Unidos, com o apoio da Inglaterra, da Espanha e da Austrália, e com a aprovação de vários outros Estados, empreenderam ações de guerra contra o Iraque. Mas o fizeram em meio a uma forte oposição da parte de vários aliados tradicionais, sendo mais notáveis os casos da França e da Alemanha, assim como de oponentes de

11. O tema do “novo imperialismo” foi abordado no campo da esquerda em L. PANITCH, “The New Imperial State”, *New Left Review*, 11/1, 2000, 5-20; ver também P. GOWAN, L. PANITCH, M. SHAW, “The State, Globalization and the New Imperialism: A Round Table Discussion”, *Historical Materialism*, 9, 2001, 3-38. Outros comentários interessantes são J. PETRAS, H. VELTMEYER, *Globalization Unmasked: Imperialism in the 21st Century*, London, Zed Books, 2001; R. WENT, “Globalization in the Perspective of Imperialism”, *Science and Society*, 2002-3, 473-497; S. AMIN, “Imperialism and Globalization”, *Monthly Review*, junho de 2001, 1-10; e M. HARDT, A. NEGRI, *Empire*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 2000.

longa data, com destaque para a Rússia e a China. Houve mobilizações populares ao redor do mundo contra a guerra, e há uma sensação de espanto da parte de muitos quanto aos motivos de o governo Bush ter se fixado em semelhante curso de ação. Os dados sugerem que há algo profundo agindo aí. É porém difícil perceber o que é. Faz-se necessário escavar esses significados mais profundos de sob uma incrível massa de retórica enganosa e desinformação.

### História de dois produtores de petróleo

O golpe que derrubou o presidente venezuelano Hugo Chávez em abril de 2002 foi recebido com euforia em Washington. O novo presidente — um homem de negócios — foi instantaneamente reconhecido, e exprimiu-se a esperança de que voltassem ao país a ordem e a estabilidade, criando assim a base para um sólido desenvolvimento futuro. O *New York Times* trouxe editoriais com idêntica linguagem. Mas a maioria das pessoas da América Latina viu imediatamente a mão da CIA e lembrou daquilo que os chilenos hoje chamam ironicamente de “nosso pequeno 11 de setembro”, de 1973, quando o socialista democraticamente eleito Salvador Allende foi derrubado num brutal golpe pelo general Augusto Pinochet. No arquivo do Departamento de Estado relativo a esse evento há um telegrama da CIA que diz: “É uma política firme e contínua para fazer que Allende seja derrubado por um golpe... Devemos continuar a gerar o máximo de pressões com vistas a esse fim fazendo uso de todo recurso apropriado. É imperativo que essas ações sejam levadas a efeito clandestina e seguramente para que o governo dos Estados Unidos e a mão americana fiquem bem escondidos”<sup>12</sup>. Não é difícil imaginar telegramas de teor semelhante, relativos à Venezuela, adornando a página de Internet do Departamento de Estado em alguma data futura.

O golpe foi revertido três dias depois, e Chávez voltou ao poder. O Departamento de Estado negou com toda gravidade todo e qualquer conhecimento prévio de qualquer coisa que cercasse o assunto, dizendo que tudo fora uma questão doméstica. Seus porta-vozes disseram ser de esperar que se chegasse a uma solução pacífica, democrática e constitucional para as dificuldades. O editorial do *New York Times* não se fez esperar, tendo apenas acrescentado que talvez não fosse uma boa idéia

12. Citado em C. JOHNSON, *Blowback: The Costs and Consequences of American Empire*, New York, Henry Holt, 2000, 18.

acolher de modo tão imediato a derrubada de um regime democraticamente eleito, por mais desagradável que seja, se um dos valores fundamentais da América é o apoio à democracia.

O paralelo com o Iraque, casualmente outro membro-chave da OPEP, é instrutivo. Os Estados Unidos afirmam ter interesse em estabelecer ali a democracia. Claro que antes o país derrubou o iraniano Mossadegh, democraticamente eleito em 1953, tendo instalado no trono o ditatorial xá do Irã. Assim, é de presumir que somente governos democraticamente eleitos de certo tipo serão tolerados. Mas, nesse caso, declarar o desejo de democratizar o Iraque e toda a região em que ele se encontra foi uma alegação entre muitas explicações com frequência conflitantes dadas para o motivo da importância de estar preparado para ir à guerra. A maioria das pessoas, mesmo os partidários, ficaram perplexas e confusas diante das racionalizações. Tornou-se difícil penetrar o amontoado de desinformações e os argumentos em perpétua mudança. Um esforço inicial de vincular o Iraque aos ataques com antraz aos Estados Unidos foi um fragoroso fracasso. Embora o Iraque tenha um tenebroso histórico de uso de armas biológicas e químicas, a maioria dos casos ocorreu quando os Estados Unidos apoiavam o Iraque contra o Irã, e o Departamento de Estado induziu deliberadamente o mundo a pensar que ambos os lados recorriam a esses abomináveis métodos quando sabia muito bem que o único transgressor era o Iraque<sup>13</sup>. O histórico igualmente tenebroso quanto aos direitos humanos merece consideração, mas isso dificilmente faz sentido como político quando o governo dos Estados Unidos fornecem assistência militar à Argélia — um país que compete com o Iraque em termos de agressivas violações dos direitos humanos com vistas a suprimir sua oposição de tendência islâmica (estima-se que as mortes nos últimos oito anos alcançaram 120 mil). William Burns, secretário de Estado assistente dos Estados Unidos para assuntos do Oriente Médio, chegou a ponto de dizer que “temos muito a aprender com os argelinos quando se trata de controlar o terror”<sup>14</sup>. Isso pode explicar por que a questão de quando se pode justificar a tortura se tornou de súbito objeto de debate público nos Estados Unidos (tendo vindo a ocupar um lugar proeminente, mais uma vez pelas mãos do *New York Times*).

Há ainda o problema das armas de destruição em massa. É difícil saber de que o Iraque dispõe de fato, mas sua capacidade militar sofreu tamanha

13. J. HILTERMAN, “Halabja: America Didn’t Seem to Mind Poison Gas”, *International Herald Tribune*, 17 de janeiro de 2003, 8.

14. Relatado em R. FISK, “The Case Against War: A Conflict Driven by the Self-Interest of America”, *Independent*, 15 de fevereiro de 2003, 20.

degradação durante a Guerra do Golfo e depois dela que avaliações da própria CIA consideraram que o país não representava uma real ameaça à paz da região. Isso levou a parecer tolas afirmações de que o Iraque era uma ameaça aos Estados Unidos (o presidente Bush chegou bizarramente a ponto de afirmar que um ataque iraniano do país provocaria grandes prejuízos à economia norte-americana). A CIA concluiu que Saddam usaria armas biológicas e químicas, caso as tivesse, apenas se fosse provocado. Tornou-se assim duplamente difícil explicar por que os Estados Unidos pareciam tão determinados a provocá-lo. O mais provável é que o Iraque estivesse tentando desenvolver energia nuclear, mas o mesmo aconteceu com muitos outros países, tendo a Coreia do Norte declarado abertamente que o fazia. Os inspetores de armas, quando finalmente foram admitidos, não puderam provar coisa alguma. Seja como for, o objetivo original era a mudança de regime, e o desarmamento só veio a ter destaque como razão para invocar a autoridade da Organização das Nações Unidas, dado que a Carta da ONU não permite ataques preventivos. E se tudo isso tivesse fracassado, então Saddam teria de ir embora por ser mentiroso (um atributo que se aplica a tantos políticos que seu uso logo se tornou uma piada), impiedoso (mas Sharon também é), imprudente (o que não ficou provado) ou uma encarnação do mal que devia ser combatida como se a guerra no Oriente Médio fosse um episódio de algum drama moral medieval em cena havia muito tempo (com Saddam no papel de Mordor e George Bush como o bravo Fodor, acompanhado por Blair como seu fiel Sam)<sup>15</sup>. No final, fez-se que tudo soasse como se os Estados Unidos e a Inglaterra tivessem se comprometido com alguma missão moral elevada de libertar o povo iraquiano a qualquer custo e implantar o “esclarecimento” de estilo americano no Oriente Médio.

Em todos esses episódios era difícil evitar a impressão de que algo muito importante estava sendo ocultado sob toda uma série de cortinas de fumaça. De início, parecia plausível que houvesse informações secretas que podiam ser reveladas, mas toda vez que se tentava revelar alguma coisa do arquivo secreto a revelação parecia trivial, de fácil refutação ou, no caso das revelações britânicas plagiadas sem crédito de uma tese de doutorado escrita havia cinco anos (parte da qual já fora publicada na revista *Foreign Affairs*), objeto de uma pesquisa tão tortuosa que era difícil ser levada a sério. Vazamentos da comunidade de inteligência dos Estados Unidos sugeriam que alguns de seus membros estavam descontentes com a maneira como suas informações estavam sendo manipuladas pelo

15. Personagens da saga *O Senhor dos Anéis*, de Tolkien. (N.T.)

governo. Não admira que a média da opinião pública mundial, apesar de uma imprensa belicosa (todos os 175 jornais de propriedade de Murdoch em todo o mundo, dirigidos por redatores-chefe supostamente escolhidos por sua independência, proclamaram unanimemente que a guerra era uma boa coisa, o mesmo ocorrendo com vários outros órgãos de propriedade de magnatas dos meios de comunicação) e de constantes declarações apocalípticas feitas por políticos, permaneceu profundamente cética com relação à guerra, se não totalmente oposta a ela.

E o que de fato estava acontecendo? As razões alegadas nada têm de convincente; elas simplesmente não conseguem compor uma causa capaz de nos mover. Quais poderiam ser então as razões não alegadas? E neste ponto temos de encarar o fato de que essas razões podem não ser entendidas nem mesmo pelos principais atores do drama ou, se o são, o fato de que estão sendo ativamente suprimidas ou negadas.

### **A dialética interna da sociedade civil norte-americana**

Pouco antes das eleições alemãs de 2002, a ministra da Justiça da Alemanha causou furor ao sugerir que o aventureirismo do governo Bush no exterior se destinava a distrair a atenção de suas dificuldades domésticas. O erro da ministra foi acrescentar que essa também fora uma das táticas de Hitler — e isso lhe custou o cargo. O efeito disso, por infelicidade, foi enterrar toda discussão séria da primeira parte de sua proposição.

Há de fato uma longa história de governos com problemas internos que buscam livrar-se de suas dificuldades seja por meio de aventuras externas, seja pela fabricação de ameaças externas com vistas a consolidar solidariedades internas. Essa idéia merece séria consideração no caso, pois a condição interna dos Estados Unidos durante 2002 estava em muitos aspectos mais perigosa do que o fora durante anos. A recessão iniciada no começo de 2001 (e que se acentuou devido ao choque de 11 de setembro) não cedia. O desemprego crescia e era palpável a sensação de insegurança econômica. Os escândalos corporativos se sucediam em cascata e impérios empresariais aparentemente sólidos se dissolviam literalmente da noite para o dia. Erros contábeis (bem como a corrupção pura e simples), bem como brechas na regulamentação estavam desmoralizando Wall Street, e as ações e outros ativos estavam despencando. Os fundos de pensão perderam entre um quarto e um terço de seu valor (quando não evaporaram de vez, como ocorreu com os fundos dos empregados da Enron), e as perspectivas de aposentadoria da classe média sofreram um rude golpe. A

assistência médica estava em profunda crise, os superávits dos governos federal, estaduais e locais estavam se evaporando com rapidez e os déficits começaram a aumentar sem cessar. O saldo comercial das operações com o resto do mundo ia de mal a pior, tendo os Estados Unidos se tornado a maior nação devedora de todos os tempos. A desigualdade social vinha aumentando havia muito, mas o fetiche do corte de impostos pelo governo parecia voltado claramente para acentuá-la. As proteções ambientais estavam sendo ignoradas, havendo uma profunda relutância em voltar a impor um arcabouço regulatório aos mercados mesmo diante de provas claras do fracasso destes. Para completar, o presidente fora eleito por uma votação de cinco a quatro da Suprema Corte em vez de pelo povo. Às vésperas do 11 de setembro, sua legitimidade era questionada por ao menos metade da população. A única coisa capaz de evitar a aniquilação política dos republicanos era a intensa solidariedade — que beirava o retorno do nacionalismo — criada ao redor dos eventos dessa data e o terror do antraz (que curiosamente ainda não foi resolvido e se viu amplamente esquecido, exceto como uma amostra do tipo de coisa que Saddam estaria bem disposto a infligir). Enquanto o Afeganistão se submeteu rapidamente ao poder norte-americano e (para os americanos) sem derramamento de sangue, Osama não foi encontrado “vivo ou morto” e a guerra ao terrorismo não estava rendendo muito em termos de resultados espetaculares. Que melhor momento, pois, para mudar o foco para o Iraque, na qualidade de um dos principais pilares de um “eixo do mal” que os membros “falcônicos” do governo Bush desejavam atacar militarmente desde o final inconclusivo da Guerra do Golfo? O fato de a tática diversionista ter funcionado, pelo menos a curto prazo, é hoje parte da história. O público norte-americano aceitou quase majoritariamente a idéia de que haveria algum tipo de ligação entre a Al Qaeda e o regime de Saddam e de que este último era de qualquer modo um inimigo suficientemente perigoso e maléfico para justificar uma ação militar que o removeesse. E, entretanto, os republicanos puderam consolidar o poder político por meio das eleições para o Congresso, e o presidente pôde dissipar a nuvem de ilegitimidade que pairara sobre sua eleição.

Mas pode haver aqui em ação algo bem mais profundo que transforma o que parece um rasteiro oportunismo político numa força política irresistível e duradoura no âmbito da história geopolítica dos Estados Unidos. Em primeiro lugar, o temor do poder iraquiano e de um movimento pan-árabe potencialmente perturbador assombrava havia um longo tempo sucessivos governos norte-americanos. Colin Powell formulara planos de contingência militar para lidar com o Iraque antes da primeira

Guerra do Golfo. Paul Wolfowitz, que se tornou o secretário de Defesa adjunto de Bush, defendera explicitamente a mudança de regime no Iraque já em 1992, tendo-o proclamado aos quatro ventos por toda a década de 1990. A mudança de regime veio a ser uma política aceita do governo Clinton. Um grupo neoconservador reunido sob a rubrica do Project for the New American Century [Projeto para o Novo Século Americano] em 1997 insistiu nisso como um objetivo-chave e instou que fosse realizado militarmente. O grupo incluía Rumsfeld, Wolfowitz, Armitage, Perle e vários outros que iriam formar o núcleo da equipe de defesa e de política externa de Bush. Geoestrategicamente, portanto, o Iraque estava havia muito tempo na mira desse grupo. Mas seus membros reconheceram num relatório de 1999 que seria necessário “um evento catastrófico e catalisador, como um novo Pearl Harbor”, para tornar aceitável internacional e domesticamente um ataque militar. O 11 de setembro lhes proporcionava a oportunidade, desde que eles pudessem vincular Saddam e a Al Qaeda<sup>16</sup>. Estando a maioria da opinião pública americana indiferente e desinformada com respeito a quase tudo o que se refira à geografia, foi bem fácil transformar a caça aos terroristas numa campanha de perseguição e remoção de Saddam. O resto do mundo não tinha tanta convicção disso.

Há mais uma dimensão dessa dinâmica interna que requer compreensão. Os Estados Unidos são uma sociedade imigrante extraordinariamente multicultural movida por um inflexível individualismo competitivo que revoluciona de modo perpétuo a vida social, econômica e política. Essas forças tornam a democracia cronicamente instável, difícil, se não impossível, de controlar, exceto por meio da corrupção do poder financeiro. Há momentos em que todo o país parece subordinado a ponto de ser ingovernável. Hannah Arendt captura o que é exatamente semelhante sociedade civil:

Como o poder é essencialmente apenas um meio para um fim, uma comunidade que só se baseie nele tem de decair na calma situação da ordem e da estabilidade; sua segurança absoluta revela estar assentada na areia. Só adquirindo mais poder pode ela garantir a situação vigente; só ampliando constantemente sua autoridade e apenas por meio do processo de acumulação do poder pode ela permanecer estável. A Comunidade de Hobbes é uma estrutura vacilante, tendo sempre de proporcionar a si mesma novos esteios vindos de fora; do contrário, ela iria rever-

ter da noite para o dia ao caos sem meta e sem sentido dos interesses privados de que adveio... A possibilidade sempre presente da guerra assegura à Comunidade uma perspectiva de permanência, ao tornar possível que o Estado aumente seu poder a expensas de outros Estados<sup>17</sup>.

A Guerra Fria chegara ao fim e a ameaça de russos com neve nas botas atravessando o Canadá já não tinha credibilidade. Na década de 1990, não havia um inimigo inequívoco, e a economia doméstica em expansão deveria ter garantido um nível sem precedentes de contentamento e satisfação para todos exceto os elementos mais desprivilegiados e marginalizados da sociedade civil. Não obstante, como Arendt poderia ter previsto, os anos 1990 vieram a ser uma das décadas mais desagradáveis da história norte-americana. A competição era viciosa, os líderes da “nova economia” tornaram-se milionários da noite para o dia e ostentavam sua opulência, os golpes eletrônicos e esquemas fraudulentos proliferavam, escândalos (reais e imaginários) eram recebidos em toda parte com prazer, circulavam rumores viciosos sobre assassinatos tramados na Casa Branca, houve uma tentativa de aplicar o *impeachment* ao presidente, os animadores de programas de entrevistas Howard Stern e Rush Limbaugh tipificavam meios de comunicação totalmente descontrolados, houve distúrbios em Los Angeles, as tragédias de Waco e Oklahoma<sup>18</sup> simbolizaram uma inclinação à violência e à oposição interna que por muito tempo permanecera latente, adolescentes atiraram em colegas e os mataram em Columbine, a exuberância irracional prevaleceu sobre o bom senso e era flagrante a corrupção corporativa do processo político. Em suma, a sociedade civil estava longe de civil. A sociedade como um todo parecia estar se fragmentando e perdendo a coesão com alarmante rapidez. Ela parecia estar, como diria Arendt, no processo de reverter da noite para o dia ao caos sem meta e sem sentido dos interesses privados.

Parte do atrativo eleitoral de George Bush em 2000 foi, suspeito, a promessa de fornecer um diapasão determinado e moralmente firme a uma sociedade civil perto da total perda de controle. Todos os seus principais assessores vinham das fileiras de neoconservadores inclinados à ação estatal autoritária — como John Ashcroft, indicado como procurador-geral da República. O neoconservadorismo substituiu o neoliberalismo do tipo defendido por Clinton. Foi contudo, naturalmente, o 11

17. H. ARENDT, *Imperialism*, New York, Harcourt Brace Janovitch, ed. de 1968, 22.

18. A primeira, o massacre de membros do Ramo Davidiano por tropas do FBI (Federal Bureau of Investigation); a segunda, ataque ao edifício federal Murrah. (N.T.)

16. Relatório em R. FISK, “This Looming War isn’t about Chemical Warheads of Human Rights: It’s about Oil”, *Independent*, 18 de janeiro de 2003, 18. Ver também o endereço <[www.nwamericancentury.org](http://www.nwamericancentury.org)>.

de setembro que forneceu o ímpeto para romper os hábitos dissolutos dos anos 1990. Ele proporcionou a abertura política não só para afirmar um propósito nacional e proclamar uma solidariedade nacional como também para impor a ordem e a estabilidade à sociedade civil em casa. Foi o combate ao terrorismo, imediatamente seguido pela perspectiva da guerra com o Iraque, que permitiu ao Estado acumular mais poder. O envolvimento com o Iraque foi bem mais do que mera manobra diversionista das dificuldades domésticas — foi uma grande oportunidade de impor um novo sentido de ordem social em casa e de submeter a comunidade. As críticas foram silenciadas como atitude antipatriótica. O inimigo externo malévolo tornou-se a força primordial por meio da qual exorcizar ou domar os demônios que espreitavam no interior. Essa relação entre as condições internas e externas do poder político desempenhou um papel relevante, embora amplamente oculto, na dinâmica que alimentou o conflito com o Iraque. Teremos mais de uma ocasião para voltar a isso.

### Tudo por causa do petróleo

Os oponentes da guerra com o Iraque descrevem com frequência o conflito como motivado todo por causa do petróleo. O governo norte-americano ou descarta de imediato essa alegação por absurda ou ignora por completo a questão. Não há dúvida de que o petróleo é crucial. Mas não é tão fácil determinar exatamente como e em que sentido o é.

Uma tese estreita da conspiração se apóia na idéia de que o governo em Washington não passa de uma máfia do petróleo que usurpou o âmbito público. Essa idéia se sustenta nos estreitos vínculos de Bush e [Dick] Cheney com interesses do campo do petróleo, associados a notícias de que a Halliburton, a companhia de petróleo do vice-presidente Cheney, poderá ganhar quase um bilhão de dólares em contratos de serviços relativos ao petróleo logo depois da guerra<sup>19</sup>. Embora nada disso os desagrade propriamente, não posso imaginar que o complexo político-militar como um todo ou os interesses corporativos em geral fossem aprovar uma guerra por essas razões. É claro que as companhias de petróleo norte-americanas e inglesas foram excluídas do Iraque e que empresas francesas, russas e chinesas foram favorecidas. A oposição à guerra como algo contrário ao

19. N. BANERJEE, "Energy Companies Weigh their Possible Future in Iraq", *New York Times*, 26 de outubro de 2002, C3.

desarmamento pacífico foi articulada mais vigorosamente pelos países que já tinham concessões. Se o desarmamento tivesse sido comprovado, as sanções da ONU teriam sido retiradas e as atuais concessionárias teriam sido beneficiadas. A mudança de regime por meio da guerra significa que quase certamente as concessões serão renegociadas. Mas o petróleo pertence ao Iraque, e as perspectivas das companhias de petróleo mesmo depois da mudança de regime não são necessariamente tão positivas. O único cenário que funcionaria seria o controle da companhia iraquiana de petróleo por alguma administração norte-americana do pós-guerra ou a instalação de alguma organização de fachada por essa administração — como um consórcio internacional em que os Estados Unidos, como ocorre no FMI [Fundo Monetário Internacional], tivessem poder de veto — para coordenar a extração e o uso do petróleo. Mas tudo seria muito difícil de negociar sem incitar fortes antagonismos tanto dentro do Iraque como entre potências capitalistas.

Há no entanto uma perspectiva ainda mais ampla a partir da qual entender a questão do petróleo. Ela pode ser apreendida na seguinte proposição: quem controlar o Oriente Médio controlará a torneira global do petróleo, e quem controlar a torneira global do petróleo poderá controlar a economia global, pelo menos no futuro próximo<sup>20</sup>.

Em conseqüência, não deveríamos pensar só no Iraque, mas considerar a importância e a condição geopolítica do Oriente Médio como um todo em relação ao capitalismo global. E isso é afirmado na retórica oficial. O plano de mudança de regime do Iraque alega abertamente que a influência de um governo democrático e favorável aos Estados Unidos beneficiaria toda a região, e talvez até influenciasse mudanças de regime semelhantes em outros países (sendo o Irã e a Síria os alvos mais óbvios, seguidos de perto pela Arábia Saudita). Há inclusive membros do governo arrogantes o suficiente para pensar que uma conflagração geral na região proporcionaria a oportunidade de redesenhar todo o mapa do Oriente Médio (muito como ocorreu na antiga União Soviética e na Iugoslávia). Afinal, a formação de Estados na região ocorreu em larga medida como um efeito colateral do Acordo de Versailles depois da Primeira Guerra Mundial. Esse acordo, reconhece-se geralmente, traiu os interesses árabes e impôs uma configuração de Estados que refletia os interesses imperiais britânicos e franceses. Essa configuração poderia ser vista como anacrônica e ineficiente. Um acordo abrangente poderia atender a alguns

20. M. KLARE (*Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict*, New York, Henry Holt, 2001) oferece um excelente panorama da geopolítica do petróleo.

interesses separatistas (por exemplo, *status* federal aos curdos no interior do Iraque, e talvez a divisão do Iraque num Estado xiita sulista com sede em Basra). O mais importante é que poderia permitir a resolução do conflito entre Israel e a Palestina por meio da formação de um Estado palestino mais amplo que incorporasse a Jordânia e quem sabe parte da Arábia Saudita. Há contra isso opiniões muito fortes na ONU de que a preservação da integridade territorial existente do Iraque tem de ser um objetivo primordial em todo acordo de pós-guerra, e com isso os Estados Unidos, ao menos nominalmente, concordaram.

Os Estados Unidos têm um interesse geopolítico bem antigo na região. Para todo o conceito de controle global elaborado durante a Segunda Guerra Mundial, era fundamental

o controle do Oriente Médio, considerado parte do antigo Império Britânico, e absolutamente essencial para o controle econômico, militar e político do globo — não sendo o motivo menos importante o fato de ser ele o repositório da maioria das reservas de petróleo comprovadas do mundo. Os Estados Unidos iniciaram então uma longa série de operações declaradas e encobertas na região durante a década de 1950, tendo a principal sido a derrubada em 1953 do governo iraniano democraticamente eleito de Mossadegh, que nacionalizara companhias de petróleo de propriedade estrangeira. O sucesso das iniciativas norte-americanas foi claro. Entre 1940 e 1967, empresas dos EUA aumentaram seu controle das reservas de petróleo do Oriente Médio de 10 por cento a algo próximo de 60 por cento, ao mesmo tempo em que as reservas sob controle britânico caíram de 72 por cento em 1940 para 30 por cento em 1967<sup>21</sup>.

No final da década de 1960, os ingleses encerraram toda presença militar a leste de Suez, deixando o comando exclusivo aos Estados Unidos, que preferiram usar seus Estados representantes, o Irã e a Arábia Saudita, para cuidar de seus prolifерantes interesses na região. Recorreram ainda ao seu apoio particularmente forte e quase irrestrito a Israel para criar ali um sólido posto avançado de poder norte-americano por procuração. Mas primeiro o boicote do petróleo e em seguida a grande elevação dos preços, organizada em 1973 pela OPEP, a que se associou a queda do xá do Irã, em 1979, tornaram insustentável essa solução do domínio indireto por meio de distantes representantes. O presidente Carter enunciou a doutrina segundo a qual os Estados Unidos não permitiriam em nenhuma circunstância a interrupção do fluxo de petróleo do Golfo. Isso se traduzia no

21. The Editors, "U.S. Imperial Ambitions and Iraq", *Monthly Review*, 54/7, 2002, 1-13.

compromisso de manter aberto o estreito de Ormuz (porque os sistemas de transporte e distribuição têm tanta importância quanto os próprios campos de petróleo) e numa constante presença militar na região, a par da formação de uma Força de Deslocamento Rápido para tratar de eventuais emergências. Os Estados Unidos estimularam e apoiaram encobertamente a brutal e mortífera guerra que o Iraque moveu ao Irã, mas o crescente poder iraquiano incitou o planejamento (iniciado por Colin Powell) de um conflito com o Iraque muito antes de ocorrer a invasão do Kuwait. O motivo de o embaixador dos Estados Unidos no Iraque ter indicado que o país não reagiria militarmente a avanços iraquianos no Kuwait ainda é objeto de controvérsia — uma possível explicação seria uma cilada, em vez de uma incompreensão simples mas catastrófica.

A Guerra do Golfo, ainda que inconclusiva no tocante ao Iraque, promoveu uma presença militar norte-americana bem mais acentuada na região, algo que não se alterou em nada durante o governo Clinton. O patrulhamento anglo-americano das "zonas de exclusão aérea" envolvia um contínuo combate aéreo em pequeno grau e ataques com mísseis a instalações militares iraquianas. Joseph Nye, alto funcionário do governo Clinton e de modo geral defensor do "poder suave", afirmou categoricamente, não obstante, que os Estados Unidos não hesitariam em usar a força militar na região do Golfo e que, se necessário, o fariam unilateralmente, caso os interesses do país sofressem alguma espécie de ameaça<sup>22</sup>. Foi necessário um enorme aumento de forças norte-americanas em 1997-1998 para fazer que o primeiro grupo de inspetores de armas entrasse no Iraque para verificar o respeito aos termos do acordo de paz no tocante ao desarmamento do país. Os ataques com mísseis e o conflito militar se acentuaram. Para apoiar seus esforços, os Estados Unidos criaram o Conselho de Cooperação do Golfo, com a participação da Arábia Saudita, do Kuwait e de outros Estados, vendendo-lhes equipamento militar como forma de apoio às forças norte-americanas na região (ocorreu nos anos 1990 uma transferência líquida de 42 bilhões de dólares em armas — 23 bilhões somente para a Arábia Saudita). Forças dos Estados Unidos vinham sendo pré-posicionadas na região durante a década de 1990, e grandes depósitos de equipamento militar foram implantados no Kuwait, no Qatar e na Arábia Saudita, a fim de proporcionar aos Estados Unidos uma capacidade imediata de movimentação. Com o fim da Guerra Fria, o planejamento militar passou a se traduzir na capacidade de mover duas

22. J. NYE, *The Paradox of American Power: Why the World's Only Super-Power Cannot Go It Alone*, Oxford, Oxford University Press, 2003.

guerras regionais ao mesmo tempo, com o Iraque e a Coréia de Norte escolhidos como exercício. Ao final dos anos 1990, mais de 20 mil membros das forças militares foram distribuídos na região, a um custo anual de 4 a 5 bilhões de dólares.

Faço uma breve revisão dessa história aqui para fazer duas afirmações essenciais. Em primeiro lugar, tem havido desde 1945 uma contínua escalada do envolvimento dos Estados Unidos na região, marcado por uma importante ruptura depois de 1980, dado o fato de esse envolvimento ter passado a depender cada vez mais da presença militar direta. Em segundo, o conflito com o Iraque é de longa data, e o planejamento de algum tipo de desfecho militar está em ação mesmo antes de ter começado a última Guerra do Golfo. A única diferença entre os anos Clinton e agora é que a máscara caiu e a belicosidade tomou o lugar de certa reticência, em parte porque a atmosfera pós-11 de setembro no interior dos Estados Unidos torna mais aceitável politicamente a ação militar aberta e unilateral. Em termos geopolíticos e de longo prazo, algum confronto com o Iraque se afigurava inevitável, a não ser que ele se tornasse um Estado-cliente dos Estados Unidos, como o é a Arábia Saudita. Mas por que ímpeto geopolítico? Mais uma vez, a resposta tem toda relação com o petróleo.

Em todo momento dado, a condição das reservas mundiais de petróleo é mera conjectura. As companhias petrolíferas são notoriamente reticentes para dizer o que sabem e de vez em quando enganam deliberadamente. As estimativas de reservas costumam exibir variações demasiado amplas. Porém, a maioria dos cálculos sugere que as taxas de exploração das reservas vêm excedendo a taxa de descoberta desde mais ou menos 1980. O petróleo vem se tornando aos poucos cada vez mais escasso. Sabemos que muitos campos estão longe de seu auge de produção e que daqui a mais ou menos uma década muitos dos atuais campos estarão esgotados. Isso se aplica à produção doméstica dos Estados Unidos, do mar do Norte, do Canadá, da Rússia e (o que é mais inauspicioso) da China. Embora outros campos petrolíferos tenham vida mais longa, os únicos que deverão durar cinquenta ou mais anos são os do Iraque, do Irã, da Arábia Saudita, dos Emirados Árabes Unidos e do Kuwait. Apesar de novas descobertas poderem alterar essa situação, a maioria dos pensadores estratégicos tem de enfrentar a crescente importância do Oriente Médio como o principal fornecedor de petróleo a longo prazo. Do lado da demanda, vemos que os Estados Unidos dependem cada vez mais de importações, que os centros dinâmicos de crescimento econômico do Leste da Ásia e do Sudeste Asiático estão praticamente privados de reservas importantes de petróleo (com a demanda atual da China em escalada a

uma taxa fenomenal) e que a Europa (exceção feita à Grã-Bretanha e à Noruega) também está em total dependência do petróleo importado. Estão sendo exploradas alternativas ao petróleo, mas são poucas as probabilidades de que elas venham a ser adversários de monta (dadas as barreiras levantadas pela empresas de petróleo e outros interesses escusos) nas próximas décadas. O acesso ao petróleo do Oriente Médio é portanto uma questão de segurança crucial para os Estados Unidos, bem como para a economia global como um todo.

Isso traz de imediato o problema da motivação dos Estados Unidos para buscar um controle militar e estratégico mais vigoroso, se necessário de maneira unilateral. Thomas Friedman alega, por exemplo, que “nada há de ilegítimo ou imoral no fato de os Estados Unidos se preocuparem com a possibilidade de um ditador malévolo e megalomaniaco adquirir excessiva influência sobre o recurso natural que é a mola mestra da base industrial do mundo”. Temos contudo de ser cuidadosos para transmitir à opinião pública — e tranquilizar mais uma vez o mundo — que a intenção é “proteger o direito mundial à sobrevivência econômica” em vez de nosso direito a defender nossos hábitos infantis, que os Estados Unidos estão “agindo em benefício do planeta, e não apenas para alimentar os excessos americanos... Se ocuparmos o Iraque e simplesmente instalarmos um autocrata mais simpático aos Estados Unidos para dirigir o posto de gasolina iraquiano (como é o caso em outros Estados árabes que têm petróleo), esta guerra, movida em parte por causa do petróleo, seria imoral”<sup>23</sup>. Em suma, estão os Estados Unidos exercendo a liderança e procurando regular o uso do petróleo do Oriente Médio no interesse de todos mediante o consentimento? Ou buscam eles o domínio a fim de atender a seus próprios interesses estratégicos mais restritos? Friedman deseja crer na primeira hipótese. Mas e se a verdadeira for a segunda?

Caso tenham sucesso na promoção da derrubada de Chávez e de Saddam, se puderem estabilizar ou reformar um regime saudita armado até os dentes que hoje se baseia na profunda instabilidade do governo autoritário (e correndo o perigo iminente de cair nas mãos do islamismo radicalizado), se eles conseguirem passar (como parece que é provável que venham a querer) do Iraque ao Irã e consolidar uma presença militar estratégica nas repúblicas asiáticas centrais e, desse modo, dominar as reservas petrolíferas da Bacia do mar Cáspio, os Estados Unidos poderão, mediante o firme controle da torneira global do petróleo, alimentar a

23. T. FRIEDMAN, “A War for Oil?”, *New York Times*, 5 de janeiro de 2003, Week in Review section, 11.

esperança de manter o controle efetivo da economia global nos próximos cinquenta anos. A Europa e o Japão, bem como as partes leste e sudeste da Ásia (incluindo hoje, o que é crucial, a China), dependem de modo vital do petróleo do Golfo, e são essas configurações regionais de poder político-econômico que representam em nossos dias um desafio à hegemonia global dos Estados Unidos nos mundos da produção e das finanças. Que melhor forma de os Estados Unidos evitarem essa competição e garantirem sua posição hegemônica do que controlar o preço, as condições e a distribuição do recurso econômico decisivo de que dependem esses competidores? E que modo melhor de fazê-lo do que usar a linha de força em que os Estados Unidos ainda permanecem todo-poderosos — o poder militar? Há igualmente um aspecto militar envolvido nessa discussão: os militares são movidos a petróleo. A Coreia do Norte pode dispor de uma sofisticada força aérea, mas não a pode usar muito por falta de combustível. Não apenas os Estados Unidos precisam garantir seus próprios suprimentos militares como todo futuro conflito com, por exemplo, a China, seria marcado pelo desequilíbrio que os Estados Unidos causariam se pudessem interromper o fluxo de petróleo de seu oponente. Mas essas linhas de argumentação só fazem sentido se os Estados Unidos tiverem motivos para crer que sua posição dominante no capitalismo global esteja de algum modo ameaçada. É antes para a dimensão econômica do que para a dimensão militar dessa questão que me volto no capítulo 2 desta investigação.

## 2

## Como o poder norte-americano se expandiu

Imperialismo é uma palavra que sai facilmente da boca. Mas tem sentidos tão diferentes que seu uso é difícil sem que dele se dê uma explicação como termo antes analítico que polêmico. Defino aqui a variedade especial dele chamada “imperialismo capitalista” como uma fusão contraditória entre “a política do Estado e do império” (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e “os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia). Com a primeira expressão desejo acentuar as estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por um Estado (ou por algum conjunto de Estados que funcionam como bloco de poder político) em sua luta para afirmar seus interesses e realizar suas metas no mundo mais amplo. Com esta última expressão, concentro-me nas maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo, na direção de entidades territoriais (tais como Estados ou blocos regionais de poder) ou em afastamento delas mediante as práticas cotidianas da produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transfe-

rência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e assim por diante.

Aquilo que Arrighi denomina lógica “territorial” do poder e lógica “capitalista” do poder são lógicas que diferem muito entre si<sup>1</sup>. Em primeiro lugar, as motivações e os interesses dos respectivos agentes divergem. O capitalista que dispõe de capital financeiro deseja aplicá-lo onde quer que possa haver lucro, e tipicamente busca acumular mais capital. Os políticos e homens de Estado buscam tipicamente resultados que mantenham ou aumentem o poder de seus próprios Estados diante de outros Estados. O capitalista procura as vantagens individuais e (embora de modo geral sujeito a restrições legais) só é responsável perante seu círculo social imediato, ao passo que o homem de Estado procura vantagens coletivas, vendo-se restringido pela situação política e militar de seu Estado, sendo em algum sentido responsável perante uma comunidade de cidadãos ou, o que é mais freqüente, perante um grupo de elite, uma classe, uma estrutura de parentesco ou algum outro grupo social. O capitalista opera no espaço e no tempo contínuos, enquanto o político opera num espaço territorializado e, ao menos nas democracias, no âmbito de uma temporalidade ditada por um ciclo eleitoral. Por outro lado, as empresas capitalistas vêm e vão, mudam de localização, se fundem entre si ou encerram as operações, mas os Estados são entidades de vida longa, não podem migrar e, exceto em circunstâncias excepcionais de conquista geográfica, estão confinados a fronteiras territoriais fixas.

Há outros contrastes entre essas duas lógicas. Ainda que haja grandes variações no grau e nas modalidades do envolvimento público, as políticas do Estado e do império do tipo por que ora passamos se acham abertas à discussão e ao debate. Tem-se de tomar decisões específicas como entrar ou não em guerra com o Iraque, fazê-lo unilateralmente ou não, resolver as dificuldades do pós-guerra etc. Entidades dedicadas à política externa e especialistas políticos/militares debatem essas questões, e seria de fato raro que não houvesse dissensões. Mas é necessário tomar decisões claras que exibem todo tipo de ramificações. Formulam-se e concretizam-se decisões estratégicas dotadas às vezes de enorme importância (e não poucas exibem por vezes estatelantes conseqüências não pretendidas) em meio às difíceis contingências do processo político, em que variegados interesses e opiniões entram em choque (em algumas ocasiões chegando mesmo a depender das crenças e do carisma particulares dos

ocupantes do poder, ou então do resultado dos conflitos de personalidade que opõem agentes influentes).

Os processos geográficos de acumulação do capital, por outro lado, são bem mais difusos e menos suscetíveis de decisões políticas explícitas nesses termos. A ação individual (usualmente comercial, financeira e corporativa) está em toda parte, e a forma molecular dá origem a múltiplas forças que se chocam entre si, por vezes contrariando e outras vezes reforçando certas tendências agregadas. É difícil administrar esses processos a não ser indiretamente e, mesmo assim, com freqüência somente depois do fato de tendências já estabelecidas. As estruturas institucionais contidas no Estado têm, como veremos, um influente papel a desempenhar no estabelecimento do cenário da acumulação do capital. E há a parafnália monetária e fiscal (do tipo que Alan Greenspan movimentava como diretor do Federal Reserve [o Banco Central norte-americano]), bem como uma gama de modalidades fiscais e monetárias de intervenção (incluindo modelos de taxaço, políticas redistributivas, o fornecimento pelo Estado de bens públicos e o planejamento direto) que situam claramente o Estado como poderoso agente econômico legitimamente constituído. Não obstante, mesmo em Estados autoritários ou em Estados apelidados de “em desenvolvimento” em virtude de suas fortes conexões internas entre as políticas estatais, os processos financeiros e o desenvolvimento industrial, verifica-se que os processos moleculares com freqüência escapam ao controle. Se decido comprar um Toyota em vez de um Ford, ou ver um filme de Hollywood em vez de um filme de Bollywood [a indústria cinematográfica indiana, de Bombaim + Hollywood], em que isso afeta o balanço de pagamentos dos Estados Unidos? Se transfiro dinheiro de Nova York para parentes necessitados no Líbano ou no México, em que isso afeta a balança de capitais entre nações? Parece impossível antecipar, e difícil até acompanhar, os fluxos de capital e os fluxos financeiros pelos estranhos meandros do sistema de crédito. Todo tipo de intangíveis psicológicos, como a confiança do investidor ou do consumidor, entram no quadro como forças determinantes. Foi assim que Keynes (apoiando-se secretamente em Marx) invocou “os espíritos animais” do empreendedor e as expectativas dos financistas como elementos cruciais para o vigor e a viabilidade do capitalismo. O melhor que se pode fazer é monitorar ansiosamente os dados depois dos eventos, na esperança de identificar tendências, prever sem garantias o que o mercado fará em seguida e aplicar algum corretivo para manter o sistema numa condição razoavelmente estável.

O fundamental é ver que as lógicas territorial e capitalista do poder diferem entre si. Porém é igualmente inegável que essas duas lógicas se

1. G. ARRIGHI, *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of our Times*, London, Verso, 1994, 33-34.

Exemplar 13935551



entrelaçam de formas complexas e por vezes contraditórias. A literatura sobre o imperialismo e o império supõe com demasiada frequência um fácil acordo entre elas: que os processos político-econômicos são guiados pelas estratégias do Estado e do império e que os Estados e os impérios sempre agem a partir de motivações capitalistas. Na prática, é muito comum que essas duas lógicas vivam em confronto em algumas ocasiões a ponto de um total antagonismo. Seria, por exemplo, difícil entender a Guerra do Vietnã ou a invasão do Iraque apenas em termos dos requisitos imediatos da acumulação do capital. Em verdade, pode-se alegar plausivelmente que esses empreendimentos antes inibem do que promovem as vicissitudes do capital. Todavia, da mesma maneira, é difícil entender a estratégia territorial geral de contenção do poder soviético pelos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial — a estratégia que criou as condições para a intervenção norte-americana no Vietnã — sem reconhecer a necessidade premente dos interesses comerciais dos Estados Unidos no sentido de manter a maior parcela possível do mundo aberta à acumulação do capital por meio da expansão das trocas, do comércio e das oportunidades de investimento externo. A relação entre essas duas lógicas deveria, pois, ser vista como problemática e muitas vezes contraditória (ou seja, dialética) em vez de cooperativa ou unilateral. Essa relação dialética cria o arcabouço para uma análise do imperialismo capitalista em termos da interseção dessas duas lógicas diferentes mas interligadas. A dificuldade que afeta análises concretas de situações reais é manter os dois lados dessa dialética em movimento simultâneo, sem cair no modo de argumentação puramente político ou predominantemente econômico.

Nem sempre é fácil determinar a importância relativa dessas duas lógicas na geração da mudança social e política. Terá a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas entrado em colapso por causa da decisão estratégica do governo Reagan de lançar-se a uma imensa corrida armamentista e quebrar a espinha dorsal de sua economia? Ou o que o provocou foram mudanças moleculares no interior do corpo político do sistema soviético (incluindo, por exemplo, a corrosiva influência do capital financeiro ou de formas capitalistas que entraram clandestinamente a partir do exterior)? Estaremos nós testemunhando agora alegações políticas abertas sobre o império e sobre o imperialismo que o acompanha no interior dos Estados Unidos no nível político e territorial, no próprio momento em que os fluxos de poder econômico e mesmo de influência cultural e moral se afastam de seus portos na direção de blocos difusos de poder regional (centrados, por exemplo, na Ásia ou na Europa)? Estaremos vendo a desintegração da hegemonia norte-americana no sistema

global e a ascensão de um “novo regionalismo” em termos de poder político-econômico no momento mesmo em que vemos os Estados Unidos agindo como se fossem a única superpotência a ser obedecida? Que perigos essa regionalização prenuncia, dado que o último período em que ela predominou foi a década de 1930 e dado que isso degenerou, sob pressões políticas e econômicas, numa terra global? Os Estados Unidos dispõem do poder de reverter ou controlar essa fragmentação regional? Essas são as grandes interrogações que tentarei abordar.

Vou me concentrar mais detidamente no modo exato de funcionamento dos processos moleculares de acumulação do capital no capítulo 3. Mas preciso dizer algo sobre eles aqui para especificar com maior clareza as restrições no âmbito das quais funciona a lógica territorial do poder. As práticas imperialistas, do ponto de vista da lógica capitalista, referem-se tipicamente à exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação do capital, aproveitando-se igualmente do que chamo de as “assimetrias” inevitavelmente advindas das relações espaciais de troca. Estas últimas se expressam em trocas não-leais e desiguais, em forças monopolistas espacialmente articuladas, em práticas extorsivas vinculadas com fluxos de capital restritos e na extração de rendas monopolistas. A condição de igualdade costumeiramente presumida em mercados de funcionamento perfeito é violada, e as desigualdades resultantes adquirem expressão espacial e geográfica específica. A riqueza e o bem-estar de territórios particulares aumentam à custa de outros territórios. As condições geográficas desiguais não advêm apenas dos padrões desiguais da dotação de recursos naturais e vantagens de localização; elas são também, o que é mais relevante, produzidas pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares como decorrência de relações assimétricas de troca. Esse é o ponto no qual a dimensão política retorna ao panorama. Uma das tarefas essenciais do Estado é tentar preservar o padrão de assimetrias espaciais de troca que seja vantajoso para ele. Se, por exemplo, as forças norte-americanas abrem mercados de capitais em todo o mundo por meio das operações do FMI e da OMC, a causa é que são esperadas vantagens específicas advindas disso para as instituições financeiras dos Estados Unidos. Em suma, o Estado é a entidade política, o corpo político mais capacitado para orquestrar esses processos. É provável que a incapacidade de fazê-lo resulte na diminuição da riqueza e do poder de Estado.

Há naturalmente boa parcela de desenvolvimentos geográficos desiguais fundados em parte em relações assimétricas de troca no interior dos Estados. Entidades políticas subnacionais, como governos metropolita-

nos ou regionais, envolvem-se de modo crucial nesse processo. Mas de modo geral não se chama isso de imperialismo. Embora alguns gostem de falar, com alguma justificação, de neocolonialismo interno ou mesmo de imperialismo metropolitano (da parte de Nova York ou de San Francisco), prefiro deixar o exame do papel que entidades regionais subnacionais podem ter no tocante ao imperialismo para uma teoria mais geral dos desenvolvimentos geográficos desiguais. O efeito disso é reservar o termo “imperialismo”, ao menos *pro tem*<sup>2</sup>, a uma propriedade das relações e dos fluxos de poder entre Estados no âmbito de um sistema global de acumulação do capital. Do ponto de vista da acumulação do capital, a política imperialista envolve, no mínimo, a manutenção e a exploração de quaisquer vantagens em termos de dotação de recursos e de assimetrias que se possa adquirir mediante o poder do Estado.

### A lógica do território e a lógica do capital

Em todo momento histórico-geográfico dado, uma ou outra dessas lógicas pode predominar. A acumulação do controle sobre territórios como fim em si tem claramente conseqüências econômicas, que podem ser positivas ou negativas da perspectiva da extração de tributos, dos fluxos de capital, da força de trabalho, das mercadorias etc. Mas o quadro se altera substancialmente numa situação em que o controle territorial (que pode ou não envolver a apropriação e a administração concretas de território) é considerado um meio necessário da acumulação do capital. O que distingue o imperialismo capitalista de outras concepções do império é que nele predomina tipicamente a lógica capitalista, embora, como veremos, haja momentos em que a lógica territorial venha para o primeiro plano. Mas isso evoca então uma dúvida crucial: como pode a lógica territorial do poder, que tende a estar desajeitadamente fixada no espaço, reagir à dinâmica espacial aberta da acumulação interminável do capital? E que implicações tem esta última para a lógica territorial do poder? Inversamente, se a hegemonia no sistema mundial é uma propriedade de um Estado ou de um conjunto de Estados, como pode a lógica capitalista ser administrada de modo a sustentar o *hegemon* [líder]?

É lançada alguma luz sobre esse problema por uma arguta observação de Hannah Arendt: “Uma acumulação interminável de propriedade”, escreveu ela, “tem de basear-se numa acumulação interminável de po-

2. Temporariamente. Em latim no original. (N.T.)

der... O processo ilimitado de acumulação do capital requer a estrutura política de um ‘Poder ilimitado’ em tal grau que seja capaz de proteger o aumento da propriedade pelo aumento constante de seu poder”. Daí adveio, na opinião de Arendt, “a ideologia ‘progressista’ do final do século XIX”, que “prenunciou a ascensão do imperialismo”<sup>3</sup>. Se, contudo, a acumulação do poder tem de acompanhar necessariamente a acumulação do capital, a história burguesa tem de ser uma história de hegemonias que exprimem um poder sempre mais amplo e continuamente mais expansivo. E é justo isso que Arrighi registra em sua história comparada da passagem das cidades-estado italianas às fases holandesa e britânica e à atual fase norte-americana de hegemonia global:

Do mesmo modo como, no final do século XVII e no começo do século XVIII, o papel hegemônico tornou-se demasiado amplo para um Estado com as dimensões das Províncias Unidas [da Holanda], assim também, no começo do século XX, esse papel tornou-se amplo demais para um Estado com as dimensões e os recursos do Reino Unido. Em ambos os casos, o papel hegemônico recaiu sobre um Estado — o Reino Unido no século XVIII e os Estados Unidos no século XX — que viera a gozar de uma substancial “renda protetora”, ou seja, vantagens de custo exclusivas associadas com a insularidade absoluta ou relativa... Mas esse Estado era igualmente, em ambos os casos, dotado de peso suficiente na economia capitalista mundial para ter condições de inclinar o equilíbrio de poder entre Estados concorrentes na direção que julgasse adequada. E, como a economia capitalista mundial passara no século XIX por considerável expansão, o território e os recursos necessários para obter a hegemonia no começo do século XX eram bem superiores aos relativos ao século XVIII<sup>4</sup>.

Mas, se Arendt está certa, todo *hegemon*, a fim de manter sua posição com respeito à acumulação interminável do capital, tem de buscar sem cessar estender, expandir e intensificar seu poder. Há porém aí um risco sempre presente, porque, como adverte Paul Kennedy em *Ascensão e queda das grandes potências*<sup>5</sup>, o excesso de extensão e de abrangência tem mostrado repetidamente ser o calcanhar-de-aquiles dos Estados e impérios

3. Arendt, *Imperialism*, 23.

4. Arrighi, *The Long Twentieth Century*, 62.

5. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro, Campus, 1991. (N.T.)

hegemônicos (Roma, Veneza, Holanda, Grã-Bretanha)<sup>6</sup>. Sua advertência (em 1990) de que os próprios Estados Unidos estavam ameaçados, caso tenha sido escutada, foi esquecida devido ao fato de os Estados Unidos, na década posterior à obra de Kennedy, terem ampliado seus poderes militares e políticos até um ponto em que os riscos do excesso de abrangência se tornaram palpáveis. Isso evoca uma questão adicional: se os Estados Unidos já não são suficientemente amplos e dotados de recursos para administrar a economia mundial consideravelmente ampliada do século XXI, que tipo de acumulação de poder político — sob que tipo de estrutura política — será capaz de tomar seu lugar, dado que o mundo ainda se acha profundamente comprometido com a acumulação sem limites do capital? Voltarei a essa interrogação. Mas mesmo neste ponto podemos ver algumas possibilidades interessantes. Alguns alegam que o governo mundial é não apenas desejável como inevitável. Outros afirmam que algum conjunto de Estados, trabalhando em colaboração (de modo bem semelhante ao sugerido por Kautsky em sua teoria do ultraimperialismo, e tal como vislumbrado em reuniões de organizações como o G-7 — agora G-8), poderia ter condições de regular as coisas. Poderíamos acrescentar a isso a idéia menos otimista de que, se por algum motivo vier a ser impossível construir essa acumulação ainda mais vasta de poder político, a acumulação ilimitada do capital provavelmente vai ceder lugar ao caos, encerrando a era do capital não com uma explosão revolucionária, mas numa torturada anarquia.

## A hegemonia

Diante disso, o que constitui, em primeiro lugar, a hegemonia? O próprio uso que Gramsci fez do conceito era suficientemente ambíguo para dar margem a múltiplas interpretações. O termo se refere por vezes somente ao poder político exercido mediante a liderança e o consentimento dos governados, em oposição ao poder político exercido na forma de domínio via coerção. Em outras ocasiões, parece referir-se à combinação específica de coerção e consentimento inerentes ao exercício do poder político. Adiante vou me referir a esta última definição, mas vou interpretar hegemonia em larga medida em termos da primeira. Vou igualmente seguir a adaptação do conceito ao caso das relações interestados

6. P. KENNEDY, *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*, New York, Fontana Press, 1990.

feita por Arrighi: “A supremacia de um grupo ou, no caso, de uma nação-Estado, pode... manifestar-se de duas maneiras: como ‘dominação’ e como ‘liderança moral e intelectual’. Um grupo social domina grupos antagônicos, que ele tende a ‘liquidar’ ou a subjugar, talvez mesmo pela força armada; ele lidera grupos afins ou aliados”. Mas essa liderança pode assumir duas formas diferentes. Em virtude de suas realizações, “um Estado dominante se torna o ‘modelo’ a ser emulado por outros Estados e os atrai assim para seu próprio curso de desenvolvimento... Isso pode aumentar o prestígio e, por conseguinte, o poder do Estado dominante..., mas, na medida em que obtém algum grau de sucesso, essa emulação tende a contrabalançar e, portanto, antes a reduzir do que a aumentar o poder do *hegemon*, ao trazer à existência competidores do *hegemon* e reduzir assim o que há nele de ‘especial’”. Liderança, por outro lado, designa “o fato de um Estado dominante conduzir o sistema de Estados numa direção desejada e, ao fazê-lo, ser majoritariamente percebido como voltado para a promoção de um interesse geral. A liderança nesse sentido aumenta o poder do Estado dominante”<sup>7</sup>.

Um importante corolário dessa argumentação é a distinção entre poder “distributivo” e poder “coletivo”. Aquele tem o caráter de um jogo de soma zero em que a competição pode melhorar a condição do *hegemon* ao tirar o poder de outros ou ao liderar de alguma forma uma coalizão regional a fim de proporcionar mais benefícios a uma dada região. A recente retomada do interesse por *hegemons* regionais (o “modelo do bando de patos migratórios”, em que o Japão lidera o resto da Ásia, ou o modelo europeu, liderado por uma aliança franco-germânica) sugere que esse processo de redistribuição de poder talvez esteja desempenhando um papel bem mais importante na reorganização do capitalismo global do que o termo genérico “globalização” tende a deixar implícito<sup>8</sup>. Não obstante, ser de fato hegemônico num sentido global envolve o uso da liderança para criar um jogo de soma não-zero em que todas as partes se beneficiam, seja em termos de ganhos mútuos advindos de suas próprias interações (como as trocas comerciais) ou do aumento de seu poder coletivo diante da natureza, mediante, por exemplo, a criação e transferência de novas tecnologias, formas organizacionais e arcabouços infra-estruturais (como redes de comunicação e estruturas de direito internacional). Arrighi acen-

7. G. ARRIGHI, B. SILVER, *Chaos and Governance in the Modern World System*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1999, 26-28.

8. J. MITTELMAN, *The Globalization Syndrome: Transformation and Resistance*, Princeton, Princeton University Press, 2000, em especial parte II; Mittelman é um dos muitos autores que levam seriamente em conta a tese da regionalização.

tua que a acumulação de poder coletivo constitui a única base sólida da hegemonia no âmbito do sistema global. O poder do *hegemon* é contudo derivado de um equilíbrio sempre instável entre coerção e consenso e se exprime por meio dele.

Refletamos por um momento no modo como têm funcionado essas categorias no caso dos Estados Unidos nos últimos cinquenta anos. Os Estados Unidos têm recorrido com frequência à dominação e à coerção, não hesitando em liquidar a oposição. Mesmo internamente, o país tem um histórico de intolerância que nega seu apego à sua Constituição e ao regime de direito. O macartismo, o assassinato ou a prisão de líderes dos Panteras Negras, os campos de concentração para japoneses na Segunda Guerra Mundial, a vigilância e a infiltração em grupos de oposição de todos os tipos e, agora, certa disposição para derrubar a Carta de Direitos mediante a aprovação do Patriot Act [Lei Patriota] e do Homeland Security Act [Lei de Segurança Doméstica]. Ele tem sido ainda mais intolerante no exterior, patrocinando golpes no Irã, no Iraque, na Guatemala, no Chile, na Indonésia e no Vietnã (para nos limitar a uns poucos), que provocaram milhares de mortes. Tem apoiado o terrorismo de Estado em todo o mundo, onde quer que lhe seja conveniente. A CIA e unidades das Forças Especiais agem em inúmeros países. O estudo desse histórico tem levado muitos a retratar os Estados Unidos como o maior “Estado irresponsável” da terra. Há um enorme esforço no sentido dessa caracterização, a começar por Chomsky, Blum, Pilger, Johnson e muitos outros<sup>9</sup>. Embora seja possível que só saibamos da metade das coisas, o surpreendente sobre os Estados Unidos é a quantidade de coisas que são tanto conhecidas como documentadas em fontes oficiais e quase oficiais, e quão tenebroso, desprezível e profundamente perturbador é o histórico assim registrado. A liquidação pode advir por uma variedade de meios. O poder econômico de dominar (como o embargo comercial ao Iraque e a Cuba, bem como os programas de austeridade do FMI implementados sob a égide do Tesouro Norte-Americano) pode ser usado com um efeito tão destrutivo quanto o da força física. Um exemplo disso é o papel destacado das instituições financeiras norte-americanas e do Tesouro Norte-Americano, apoiados pelo FMI, na provocação de uma violenta desvalorização dos ativos por todo o Leste e o Sudeste da Ásia, na criação do desemprego em massa e na efetiva reversão de anos de progresso social e econômico obtido por

9. JOHNSON, *Blowback*; J. PILGER, *The New Rulers of the World*, London, Verso, 2002; W. BLUM, *Rogue State: A Guide to the World's Only Superpower*, London, Zed Books, 2002; e, evidentemente, N. CHOMSKY, 9-11, New York, Seven Stories Press, 2001.

imensas populações da região. Não obstante, boa parte da população norte-americana vive quer num estado de negação, recusando-se mesmo a ouvir falar dessas coisas, ou, quando ouve, aceitando passivamente liquidações e coerções como fatos da vida, como o custo normal de práticas comerciais fundamentalmente honestas num mundo sujo.

Mas o que os críticos que só se fixam nesse aspectos do comportamento dos Estados Unidos deixam com demasiada frequência de perceber é que a coerção e a liquidação do inimigo são apenas uma base parcial, e algumas vezes contraproducente, do poder americano. O consentimento e a cooperação têm a mesma importância. Se não se pudesse mobilizá-los internacionalmente e se não fosse possível exercer a liderança de uma maneira que gerasse benefícios coletivos, havia muito o país teria deixado de ser hegemônico. Os Estados Unidos têm pelo menos de agir de modo a tornar plausível para outros a alegação de que agem em favor do interesse geral mesmo quando, como muitas pessoas suspeitam, sua ação é motivada pelo estreito interesse próprio. Essa é a essência do exercício da liderança por meio do consentimento.

No tocante a isso, naturalmente, a Guerra Fria proporcionou aos Estados Unidos uma gloriosa oportunidade. O país, dedicado ele mesmo à acumulação ilimitada do capital, estava preparado para acumular o poder político e militar capaz de defender e promover esse processo em todo o globo, em oposição à ameaça comunista. Os proprietários privados de todo o mundo puderam unir-se, apoiar-se mutuamente e se abrigar por trás desse poder ao se verem diante da perspectiva do socialismo internacional. Os direitos à propriedade privada eram considerados um valor universal e proclamados como tais na Declaração de Direitos Humanos da ONU. Os Estados Unidos garantiram a segurança das democracias européias e ajudaram benevolmente a reconstruir as economias do Japão e da Alemanha Ocidental, devastadas pela guerra. Mediante sua política de “contenção”, estabeleceram tacitamente as fronteiras de seu próprio império informal (particularmente na Ásia) ao tempo em que se comprometiam a solapar por todos os meios possíveis o poder de seu grande competidor, o Império Soviético. Embora saibamos o suficiente sobre as decisões de política externa dos ocupantes do poder a partir dos anos Roosevelt-Truman para concluir que os Estados Unidos sempre põem à frente seus próprios interesses, foram produzidos benefícios suficientes para as classes de proprietários num número suficiente de países para tornar dignas de crédito as alegações norte-americanas de que o país agia em favor do interesse universal (leia-se “dos proprietários”) e para manter grupos subalternos (e Estados clientes) agradecidamente na linha. Essa

“benevolência” é bem plausivelmente apresentada pelos defensores dos Estados Unidos em resposta a quem enfatiza a imagem de Estado irresponsável baseado na coerção. E também se acha enfatizada com bastante vigor na maneira como os Estados Unidos se vêem e se apresentam tipicamente ao resto do mundo, ainda que haja aí tanto tecedura de mitos como revelação da verdade. O país gosta de pensar, por exemplo, que ele e só ele libertou a Europa do jugo nazista, apagando inteiramente o papel bem mais importante do Exército Vermelho e do cerco de Stalingrado na virada da mesa na Segunda Guerra Mundial. A verdade mais geral é que os Estados Unidos se envolvem simultaneamente tanto em práticas coercitivas como em práticas hegemônicas, embora o equilíbrio entre essas duas facetas do exercício do poder possa se alterar de acordo com o período e conforme quem ocupa o governo.

Os Estados Unidos vêm há muitos anos exercendo inegavelmente a liderança da parte do mundo dedicada à acumulação interminável do capital, tendo por conseguinte disseminado amplamente suas maneiras de fazer negócios. Claro que, no curso dos anos da Guerra Fria, eles não exerceram uma hegemonia verdadeiramente global. Tendo a ameaça do comunismo desaparecido por completo agora, é mais difícil de definir e manter o papel de liderança dos Estados Unidos. Essa é a questão que está sendo debatida, de forma não muito sutil, por quem deseja projetar o futuro do imperialismo e do império norte-americano sobre o mundo do século XXI. É igualmente a pergunta que fazem aqueles que vêm uma repartição regional de poderes como configuração alternativa dos arranjos políticos no âmbito das regras gerais da globalização neoliberal.

Não há igualmente dúvida de que a emulação tem tido um importante papel em questões globais. Boa parte do resto do mundo tem sido levada a embarcar política, econômica e culturalmente na globalização por meio da americanização. Mas quanto a isso afasto-me um pouco de Arrighi, pois não posso ver essa emulação como algo que sempre cria competição nem como sendo sempre um jogo de soma zero. A emulação do consumismo, dos modos de vida, das formas culturais e das instituições políticas e financeiras norte-americanas tem contribuído globalmente para o processo de acumulação interminável do capital. Podem de fato surgir situações em que a emulação leva ao acirramento da competição (como ocorre, por exemplo, quando Taiwan toma totalmente algum setor de produção dos Estados Unidos). E isso pode ter grandes impactos sobre a situação doméstica americana (como o ilustra o longo histórico de desindustrialização de áreas como as do aço, dos estaleiros e do setor têxtil do país). Mas considero importante distinguir esse de outros aspectos da

emulação que contribuem concretamente para a formação de maiores poderes coletivos.

O poder político é sempre constituído por alguma combinação instável de coerções, emulações e exercício da liderança mediante o desenvolvimento do consentimento. Esses são os meios. Mas que dizer das formas de poder que devem ser reunidas no âmbito da lógica territorial a fim de garantir sua capacidade de atender a seus interesses? Ativos intangíveis como prestígio, *status*, deferência, autoridade e influência diplomática têm de ter alguma base material em que se fundar. O dinheiro, a capacidade produtiva e a força militar são os três pilares em que se apóia a hegemonia no âmbito do capitalismo. Mas também aqui estamos diante de configurações mutáveis e instáveis. Pensemos, por exemplo, nas mudanças das bases materiais da hegemonia norte-americana a partir do final do século XIX.

### A ascensão dos imperialismos burgueses: 1870-1945

Arendt afirma que o imperialismo surgido por volta do final do século XIX foi “antes o primeiro estágio do domínio político da burguesia do que o último estágio do capitalismo”<sup>10</sup>. Há substanciais dados que sustentam tal asserção. A primeira grande crise de sobreacumulação capitalista (definida primordialmente como um excedente de capital para o qual não há meios lucrativos de emprego — mas ver o capítulo 3 para um exame mais amplo) foi o colapso econômico, no nível de toda a Europa, do período 1846-1850, colapso que fez surgir movimentos revolucionários burgueses (tendo havido uma participação um tanto importante da classe trabalhadora) em todo o continente. A incorporação parcial da burguesia ao aparelho de Estado se realizou desde então de maneira desigual no território europeu. A saída dessa primeira crise capitalista foi um duplo movimento: investimentos infra-estruturais de longo prazo (do tipo formulado na teoria dos “gastos produtivos do Estado” que estavam na base da transformação de Paris por Haussman e da ampla atenção dada a programas de transporte, de água e esgoto e de investimentos em habitação e equipamentos públicos em muitos outros países europeus) e expansões geográficas concentradas particularmente no comércio atlântico (sendo os Estados Unidos um ponto de venda primordial). Porém, perto da metade da década de 1860, a capacidade de absorver excedentes de capital e de trabalho por esses meios estava se esgotando. A interrupção do comércio

10. Arendt, *Imperialism*, 18.

atlântico pela Guerra Civil norte-americana [a Guerra de Secessão] teve um sério impacto, e movimentos políticos internos (do tipo que originou a Comuna de Paris de 1871) criavam tensões internas por toda a Europa. Na esteira da Guerra Civil, surgiram também movimentos proletários nos Estados Unidos.

Os capitais excedentes da Europa, que o poder afirmativo da classe capitalista impedia crescentemente de encontrar usos internos, foram levados à força para o exterior a fim de mergulhar o mundo numa imensa onda de investimento e comércio especulativos, em particular a partir de 1870 ou perto disso. A lógica capitalista da busca daquilo que chamo, no capítulo 3, de “ordenações espaço-temporais”<sup>11</sup> passou a ocupar o primeiro plano em escala global. A necessidade de proteger esses empreendimentos externos, e mesmo de regular seus excessos, pressionou os Estados a responder a essa lógica capitalista expansionista. Para que essa resposta ocorresse, fez-se necessário que a burguesia, já detentora de poder nos Estados Unidos, consolidasse seu poder político perante formações de classe mais antigas e/ou dissolvesse formas imperialistas mais antigas (como as dos impérios Austro-Húngaro ou Otomano) ou os convertesse (como na Grã-Bretanha) a uma lógica definidamente capitalista. A consolidação do poder político burguês no âmbito dos Estados europeus foi portanto uma pré-condição necessária a uma reorientação da política territorial segundo os requisitos da lógica capitalista.

Mas a burguesia tinha recorrido à idéia de nação em sua ascensão ao poder. A onda de formação de nações-Estado ocorrida na segunda metade do século XIX na Europa (em particular na Alemanha e na Itália) apontava logicamente antes para uma política de consolidação interna do que para aventuras externas. Além disso, a solidariedade política pressuposta pela idéia de nação não podia ser estendida com facilidade àqueles que são “outros” sem diluir o que se supõe que a idéia de nação representa. A nação-Estado portanto não proporciona por si só uma base coerente para o imperialismo. Como poderia então o problema da sobreacumulação e da necessidade de uma ordenação espaço-temporal [*spatio-temporal fix*] encontrar uma resposta política adequada com base na nação-Estado? Essa resposta consistiu em mobilizar nacionalismo, jingoísmo [patriotismo chauvinista], patriotismo e, sobretudo, racismo para servir de base a um projeto imperial no qual os capitais nacionais — e dessa vez havia uma coerência plausível entre a escala do empreendimento capitalista e

11. Cf. *Espaços de esperança*, trad. Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Loyola, 2004. (N.T.)

a escala de ação das nações-Estado — pudessem assumir a liderança. Isso, como assinala Arendt, significou a suspensão da luta de classes interna e a construção de uma aliança entre aquilo que ela chama de “o populacho” [*mob*] e o capital no âmbito da nação-Estado. “Isso se afigurou tão antinatural em termos marxistas”, observa ela, “que os reais perigos da investida imperialista — de dividir a humanidade em raças de senhores e raças de escravos, em linhagens superiores e linhagens inferiores, em homens de cor e homens brancos, tudo isso esforços para unificar o povo com base no populacho — foram completamente desconsiderados.” Pode haver, diz ela, “um abismo entre nacionalismo e imperialismo” na teoria, “mas, na prática, ele pode e tem sido superado pelo nacionalismo tribal e pelo racismo puro e simples”<sup>12</sup>. Não era naturalmente inevitável que esse fosse o resultado real. Seja como for, a luta contra isso acabou por fracassar, como demonstrou bem dramaticamente o colapso da Segunda Internacional Socialista quando cada ramo nacional seu se dispôs a apoiar seus respectivos países na guerra de 1914-1918. As conseqüências foram sobremodo terríficas. Desenvolveu-se uma variedade de imperialismos burgueses fundados na nação e, por conseguinte, de caráter racista (britânico, francês, holandês, alemão, italiano). Afloraram também imperialismos de motivação industrial mas não burgueses no Japão e na Rússia. Todos esses imperialismos esposavam suas próprias doutrinas particulares de superioridade racial, a que se conferiu uma credibilidade pseudocientífica com base no darwinismo social e, de modo geral, passaram a ver a si mesmos como entidades orgânicas presas a uma luta pela sobrevivência com outras nações-Estado. O racismo, que havia longo tempo espreitava nos bastidores, passou então ao primeiro plano do pensamento político. Isso legitimou convenientemente a passagem àquilo que chamo no capítulo 4 de “acumulação via espoliação” (de povos bárbaros, selvagens e inferiores que fracassaram em criar a adequada combinação entre trabalho e terra) e à extração de tributos das colônias em algumas das formas mais opressivas e violentamente exploradoras de imperialismo já inventadas (sendo as formas belga e japonesa talvez as mais viciosas de todas). É também importante ver, como defende Arendt, o nazismo e o Holocausto como algo inteiramente compreensível no âmbito dessa trajetória histórico-geográfica, ainda que de modo algum determinados por ela.

A contradição subjacente entre nacionalismo burguês e imperialismo não podia ser resolvida enquanto a crescente necessidade de encontrar

12. Arendt, *Imperialism*, 32.

mercados para capitais excedentes pressionasse de várias maneiras o poder político em cada Estado imperialista no sentido da expansão do controle geográfico. O resultado geral, na tão acurada previsão de Lenin, foi cinquenta anos de rivalidade e guerra interimperialistas em que nacionalismos rivais tiveram proeminência. Suas características essenciais envolveram a divisão forçosa do globo em terrenos definidos de posse colonial ou de influência exclusivista (de modo mais dramático na apropriação da África a partir de 1885 e no acordo de Versailles na Primeira Guerra Mundial, incluindo a partição que impôs ao Oriente Médio entre protetorados franceses e britânicos), a pilhagem de boa parte dos recursos do mundo pelas potências imperiais e a instauração disseminada de virulentas doutrinas de superioridade racial — ações que se fizeram acompanhar de um fracasso total e previsível em resolver o problema do capital excedente no âmbito de domínios imperiais fechados, como demonstrou a Grande Depressão dos anos 1930. Veio então a conflagração global extrema de 1939-1945.

Embora suas primeiras fases tenham sido marcadas pela hegemonia britânica e por ao menos uma pequena parcela de livre comércio, creio que Arendt tem razão em ver o período que vai de 1870 a 1945 moldado exatamente no mesmo tecido dos imperialismos rivais fundados na nação, imperialismos que só poderiam funcionar mediante a mobilização do racismo e a construção de solidariedades nacionais favoráveis ao fascismo doméstico e sempre disposto ao confronto violento no exterior.

No meio de tudo isso, os Estados Unidos iam desenvolvendo sua forma personalizada de imperialismo. Alimentado por um notável surto de desenvolvimento capitalista depois da Guerra Civil, o país se tornava tecnológica e economicamente dominante com relação ao resto do mundo. Sua forma de governo, não afetada pelo ônus de resíduos feudais ou aristocráticos do tipo encontrado na Europa, refletia em larga medida os interesses de classe corporativos e industriais, tendo sido desde a independência burguês até a medula (como está formalizado em sua Constituição). Internamente, o poder político dedicava-se ao individualismo e se opunha profundamente a toda ameaça aos direitos inalienáveis à propriedade privada e à taxa de lucro. Tratava-se de uma sociedade imigrante multiétnica que tornava impossível o nacionalismo étnico do tipo presente na Europa e no Japão. Também havia nele de excepcional a posse de espaço abundante para a expansão interna, espaço no âmbito do qual tanto a lógica do poder capitalista como a lógica do poder político podiam dispor de margem de manobra. Sua própria forma internalizada de racismo (com relação aos negros e aos povos autóctones) tinha como paralelo

um antagonismo aos “não-caucasianos” de modo mais geral que evitou a tentação de absorver territórios (como os do México e da região do Caribe) de população majoritariamente não-caucasiana. A teoria do destino manifesto alimentou seu próprio gênero particular de racismo expansionista e idealismo internacional. A partir do final do século XIX, os Estados Unidos aprenderam gradualmente a mascarar o caráter explícito das conquistas e ocupações territoriais sob a capa de uma universalização não espacial de seus próprios valores, enterrada numa retórica que acabaria por culminar, como assinala Neil Smith, no que veio a ser conhecido como “globalização”<sup>13</sup>. Os Estados Unidos tiveram fases de emulação dos europeus, momentos episódicos em que a expansão geográfica parecia economicamente essencial, e já tinham declarado, havia muito tempo, por meio das várias formulações da Doutrina Monroe, que a totalidade das Américas deveria ser livre do controle europeu e, portanto, enquadrar-se de fato em sua própria [dos Estados Unidos] esfera de dominação. E era o sonho de Woodrow Wilson tornar a Doutrina Monroe universal. Não obstante, na América do Sul os Estados Unidos encontraram repúblicas que, tal como eles, se haviam libertado do jugo colonial por meio de guerras de independência. Viram-se portanto forçados a elaborar formas de dominação imperial que, respeitando nominalmente a independência desses países, os dominasse por meio de alguma combinação de relações comerciais privilegiadas, patronato, clientelismo e coerção encoberta. Ainda que em geral defendesse o princípio das “portas abertas” com relação ao comércio global, os Estados Unidos mostraram no entanto pouca inclinação ou uma real inclinação de pô-lo em vigor antes da Segunda Guerra Mundial. Eles se envolveram na Primeira Guerra Mundial, tiveram um importante papel na moldagem do acordo de Versailles, em que o princípio da autodeterminação nacional foi pelo menos reconhecido, ainda que não praticado (em particular com relação ao Oriente Médio), vivenciaram o trauma da Grande Depressão (que antes resultou de fracassos internos do regime de classe do que refletiu a falta de oportunidades de expansão geográfica do capital de base norte-americana) e foram atraídos para os conflitos globais subseqüentes advindos de rivalidades interimperialistas. Contudo, dadas as fortes correntes isolacionistas tanto na esquerda como na direita e um longo temor histórico aos envolvimento externos como algo contrário à sua própria forma de governo, os ímpetos imperiais foram ocasionais e limitados, de modo geral antes

13. N. SMITH, *American Empire: Roosevelt's Geographer and the Prelude to Globalization*, Berkeley, University of California Press, 2003.

encobertos do que declarados, de motivação mais política que capitalista, exceto no caso de corporações individuais com interesses externos particulares que mobilizavam desavergonhadamente o poder político para dar apoio a seus projetos específicos sempre e onde quer que fosse necessário. Os Estados Unidos ainda eram tanto um mercado potencial como um produtor de capital excedente, embora na década de 1930 tenham fracassado por completo na realização de suas potencialidades nesse âmbito, em larga medida devido à configuração interna de poder de classe que resistiu até aos modestos esforços feitos por Roosevelt, quando do New Deal, para resgatar a economia de suas contradições por meio de redistribuições de renda. A dificuldade de alcançar a coesão interna numa sociedade etnicamente variada marcada por um individualismo e uma divisão de classes intensos produziu aquilo que Hofstadter chama de “o estilo paranóide” da política norte-americana: o medo de algum “outro” (como o bolchevismo, o socialismo, o anarquismo ou simplesmente “agitadores externos”) tornou-se crucial para criar solidariedades políticas na frente doméstica<sup>14</sup>. A União Soviética e o bolchevismo foram assumindo cada vez mais o papel de principais vilões e inimigos (ficando o medo da China, incluindo a imigração chinesa, a espreitar nas coxias).

### O histórico de pós-guerra da hegemonia norte-americana: 1945-1970

Os Estados Unidos saíram da Segunda Guerra Mundial como, de longe, a potência mais dominante. Eram líderes na tecnologia e na produção. O dólar (apoiado por boa parte do estoque de ouro do mundo) reinava supremo, e o aparato militar do país era bem superior a qualquer outro. Seu único oponente digno de nota era a União Soviética, que no entanto perdera vastos contingentes de sua população e sofrera uma terrível degradação de sua capacidade industrial e militar em comparação com os Estados Unidos. A União Soviética carregara o principal ônus da luta contra o nazismo e, ainda que possam restar dúvidas, o cerco de Leníngrado e a subsequente destruição de boa parte da capacidade militar da Alemanha na frente oriental foi crucial para a vitória dos Aliados. A demora em lançar uma segunda frente na Europa deixou Stalin enfurecido

14. R. HOFSTADTER, *The Paranoid Style in American Politics and Other Essays*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, ed. de 1996.

e pode ter sido ela mesma calculada pelos Estados Unidos e pela Inglaterra como forma de fazer que a União Soviética suportasse o grosso das batalhas. Contudo, a demora teve sérias conseqüências, pois permitiu que a União Soviética obtivesse inúmeros ganhos territoriais a que ela mais tarde se recusou a renunciar, tendo instalado regimes clientes por todo o Leste europeu, inclusive na Alemanha Oriental. Para a União Soviética, a defesa de seus interesses equivalia à defesa de seu controle territorial.

Durante a guerra, membros da elite no governo dos Estados Unidos e no setor privado esboçaram um plano de acordo pós-guerra que garantisse a paz, o crescimento econômico e a estabilidade. A ampliação territorial estava descartada nesse plano. Havia muito tempo era um princípio influente do pensamento e da prática políticos dos Estados Unidos, a partir de James Madison, que se devia evitar envolvimento externo porque eles solapariam a democracia no plano interno. A dificuldade consistia em transpor o hiato entre esse temor e o fato óbvio da dominação global norte-americana. Tanto quanto o imperialismo europeu recorrera ao racismo para dissolver a tensão entre nacionalismo e imperialismo, os Estados Unidos buscaram ocultar a ambição imperial num universalismo abstrato. Como observa Neil Smith, o efeito foi a total negação da importância do território e da geografia na articulação do poder imperial. Essa foi a passagem que Henry Luce fez em seu influente editorial de capa da revista *Life* em 1941, cujo título foi “O século americano”. Luce, que era isolacionista, considerou que a história concedera a liderança global aos Estados Unidos e que esse papel, embora lançado sobre o país pela história, tinha de ser ativamente acolhido. Como o poder conferido era antes global e universal do que territorialmente específico, Luce preferiu falar de um século americano e não de um império americano. Smith observa:

Enquanto a linguagem geográfica dos impérios sugere uma política maleável — os impérios ascendem e caem, estando sujeitos a contestação —, o “Século americano” sugere um destino inevitável. Na linguagem de Luce, esvaziava-se por antecipação qualquer contestação da dominância americana. Como se contesta um século? A dominância global dos Estados Unidos foi apresentada como o resultado natural do progresso histórico, implicitamente o pináculo da civilização européia, em vez de resultado competitivo do poder político-econômico. Era uma decorrência tão certa quanto a sucessão de séculos. Na medida em que

estava para além da geografia, o Século americano estava além do império e acima da reprovação<sup>15</sup>.

O fato dos ganhos territoriais e do poder em ascensão soviéticos se opôs ao “estilo paranóide” da política dos Estados Unidos e originou a Guerra Fria. No plano doméstico, isso levou às repressões conhecidas como “macarthismo”, que atropelaram as liberdades de expressão e impuseram firme oposição a tudo o que tivesse mesmo remotos ecos comunistas e socialistas. As influências radicais foram expurgadas dos sindicatos, e os partidos comunistas e outros partidos de esquerda, concretamente proscritos. A infiltração do FBI em tudo o que fosse considerado de oposição teve início a todo vapor. E tudo isso foi legitimado como algo vital à segurança interna dos Estados Unidos diante da ameaça soviética. Disso resultaram a conformidade política e a solidariedade no plano doméstico. Como diria Arendt, o Leviatã impôs a ordem ao caos potencial dos interesses individuais. O trabalho foi impelido e atraído a uma conciliação geral com o capital, com os salários associados a ganhos de produtividade (um modelo fordista considerado digno de emulação). Procurou-se obter o apoio da classe trabalhadora externa à política dos Estados Unidos em nome do anticomunismo e do auto-interesse econômico.

Nos assuntos externos, os Estados Unidos se apresentaram como o principal defensor da liberdade (entendida em termos de livres mercados) e dos direitos à propriedade privada. O país proporcionava proteção econômica e militar às classes proprietárias ou às elites políticas/militares onde quer que elas se encontrassem. Em troca, essas classes e elites se centravam tipicamente numa política pró-americana em todo país em que estivessem. Isso implicava a contenção militar, política e econômica da esfera de influência da União Soviética<sup>16</sup>. Os domínios imperiais dos Estados Unidos eram definidos em termos negativos: tudo o que não estava diretamente contido na órbita soviética (o que, aos olhos dos Estados Unidos, incluía a China muito antes de ela ter seguido seu próprio caminho distinto). Embora se aceitasse que o embate frontal com o império soviético era impossível, aproveitavam-se todas as oportunidades para solapá-lo — uma política que causou alguns desastres, pois os Estados Unidos apoiaram a ascensão do fundamentalismo *mujahedin* e islâmico a fim de atraparhar os soviéticos no Afeganistão, para mais tarde ter de suprimir a influência *mujahedin* numa guerra ao terrorismo fundado no

15. SMITH, *American Empire*, p. 20.

16. The Editors, “U.S. Imperial Ambitions and Iraq”, 3-13.

fundamentalismo islâmico. Toda expansão de territórios sob controle soviético era vista como séria perda — de que decorreram as intensas recriminações acerca de “quem perdeu a China” para Mao e o uso dessa acusação para acirrar os ataques de McCarthy.

Dois princípios cardinais da prática estratégica interna tinham sido definidos no curso da Segunda Guerra Mundial, e permaneceriam desde então inscritos em pedra: a ordem social dos Estados Unidos tem de permanecer estável (não serão toleradas redistribuições radicais de riqueza ou de poder, nem contestações ao controle de classe da elite e/ou capitalista), e tem de haver uma contínua expansão da acumulação do capital e do consumo domésticos para garantir a paz, a prosperidade e a tranqüilidade internas<sup>17</sup>. Os envoltimentos externos não deveriam interferir no consumismo doméstico: daí a preferência pelo que Ignatieff denomina “império leve”. Os Estados Unidos usaram seu poder militar superior para proteger regimes clientes de todo o mundo que fossem favoráveis aos interesses do país. A derrubada de Mossadegh, que nacionalizara os campos petrolíferos do Irã, sua substituição pelo xá em 1953 (tudo com a ajuda da CIA) e o subsequente emprego deste último para cuidar dos interesses norte-americanos na região do Golfo foram um exemplo típico dessa abordagem. Em arenas geopolíticas essenciais, tais como os Estados que se achavam na zona de influência imediata da União Soviética, os Estados Unidos usaram seu poder econômico para construir economias fortes fundadas em princípios capitalistas (o que gerou o Plano Marshall para a Europa e o forte apoio ao Japão, a Taiwan, à Coreia do Sul e a outros Estados vulneráveis que se achavam na linha de frente no tocante ao poder soviético). O acesso ao Oriente Médio, com suas reservas de petróleo, também era essencial. (Roosevelt, embora doente, insistiu em fazer uma escala para entabular conversações com os sauditas e outros sobre a importância de manter os fluxos de petróleo sem interrupções quando voltava da Conferência de Yalta.)

Os Estados Unidos puseram-se à frente dos acordos de segurança coletiva, usando a Organização das Nações Unidas e, o que é ainda mais relevante, alianças militares como a OTAN [Organização do Tratado do Atlântico Norte] a fim de limitar a possibilidade de guerras intercapitalistas e combater a influência da União Soviética e, mais tarde, da China. Usaram seu poder militar, operações secretas e todo gênero de pressões econômicas para garantir a criação ou a continuidade de governos amigos.

17. Trata-se de uma tese central no trabalho de W. A. WILLIAMS, *Empire as a Way of Life*.

Com esse fim, estavam dispostos a apoiar a derrubada de governos democraticamente eleitos e a participar direta ou indiretamente de táticas de liquidação dos que eram tidos como opostos aos interesses norte-americanos. Eles o fizeram no Irã, na Guatemala, no Brasil, no Congo, na República Dominicana, na Indonésia, no Chile e assim por diante. Intervieram eleitoral ou encobertamente em dezenas de outros países de todo o mundo. Mas foram derrotados na China e em Cuba, e insurreições comunistas pulularam alhures à medida que o modelo soviético se consolidava como meio de promoção de uma rápida modernização sem o regime da classe capitalista.

No âmbito do “mundo livre”, os Estados Unidos buscaram construir uma ordem internacional aberta ao comércio e ao desenvolvimento econômico, bem como à rápida acumulação do capital em termos capitalistas. Isso exigiu o desmantelamento dos antigos impérios baseados na nação-Estado. A descolonização requereu a formação de Estados e o autogoverno ao redor do globo. Os Estados Unidos modelaram em ampla medida suas relações com esses Estados recém-independentes em sua experiência de negociação com as repúblicas independentes da América Latina no período pré-guerra. Relações privilegiadas de comércio, clientelismo, patronato e coerção encoberta — essas foram, como vimos, as principais armas de controle. E os Estados Unidos distribuíram essas armas bilateralmente, país por país, posicionando-se, por conseguinte, como um eixo central de ligação de vários raios que os ligava a todos os outros Estados ao redor do mundo. Era possível conter toda ameaça de ação coletiva contra o avassalador poder dos Estados Unidos mediante uma estratégia de dividir para governar que empregava ligações individuais para limitar a autonomia coletiva, mesmo quando, como no caso da Europa, se estavam dando passos na direção da união.

Instaurou-se um arcabouço internacional de comércio e desenvolvimento econômico no interior e entre esses Estados independentes por meio do Acordo de Bretton Woods, a fim de estabilizar o sistema financeiro mundial, o que se fez acompanhar por toda uma bateria de instituições, como o Banco Mundial, o FMI, o Banco Internacional de Compensações, na Basileia, e da formação de organizações como o GATT [Acordo Geral de Tarifas e Comércio] e a OCDE [Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico], projetadas para coordenar o crescimento econômico entre as potências capitalistas avançadas e levar o desenvolvimento econômico de estilo capitalista ao resto do mundo não-comunista. Nessa esfera, os Estados Unidos eram não só dominantes como hegemônicos, no sentido de sua posição como Estado superimperialista

basear-se na liderança em favor das classes proprietárias e das elites dominantes onde quer que existissem. Na verdade, os Estados Unidos estimularam ativamente a formação e a assunção de poder dessas elites e classes por todo o mundo: o país se tornou o principal protagonista da projeção do poder burguês por todo o globo. Armado com a teoria das “etapas” do desenvolvimento econômico de Walt Rostow<sup>18</sup>, empenhou-se em promover a “decolagem” do desenvolvimento econômico que promoveria o ímpeto de consumo de massa numa base país a país a fim de afastar a ameaça comunista<sup>19</sup>.

Mas o desmantelamento dos imperialismos baseados na Europa também implicou desautorizar formalmente o racismo que permitira a reconciliação do nacionalismo com o imperialismo. A Declaração de Direitos Humanos da ONU e vários estudos da UNESCO negaram a validade do racismo e buscaram fundar um universalismo da propriedade privada e dos direitos individuais apropriado a uma segunda etapa de regime político burguês. O funcionamento disso exigiu que os Estados Unidos se descrevessem como o pináculo da civilização e um bastião dos direitos individuais. Foi preciso cultivar e projetar no exterior o pró-americanismo. E assim teve início o amplo ataque cultural aos valores europeus “decadentes” e a promoção da superioridade da cultura americana e dos “valores americanos”. Empregou-se o poder do dinheiro para dominar a produção cultural e influenciar os valores culturais (essa foi a época em que Nova York “roubou” de Paris a idéia de arte moderna<sup>20</sup>). O imperialismo cultural tornou-se importante arma na luta para afirmar a hegemonia geral. Hollywood, a música popular, formas culturais e até movimentos políticos inteiros, como o dos direitos civis, foram mobilizados para promover o desejo de emular o modo americano de ser. Os Estados Unidos foram concebidos como um farol da liberdade dotado do poder exclusivo de engajar o resto do mundo numa civilização duradoura caracterizada pela paz e pela prosperidade.

Mas os Estados Unidos também passaram a ser vistos como a principal máquina de acumulação do capital, máquina capaz de arrastar o resto do mundo em seus trilhos. Amplas transformações internas de sua própria economia (de que se viram meros indícios durante o New Deal dos anos 1930) assumiram grande importância global devido às opor-

18. Autor, entre outras obras, de *As teorias de crescimento econômico do pós-guerra*. (N.T.)

19. W. W. Rostow, *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*, Cambridge, Cambridge University Press, ed. de 1966.

20. S. GUILBAUT, *How New York Stole the Idea of Modern Art*, trad. de A. Goldhammer, Chicago, University of Chicago Press, ed. de 1985.

tunidades de mercado a que deram origem. Investimentos na educação, no sistema de estradas interestaduais, a expansão da suburbanização e o desenvolvimento das regiões sul e oeste absorveram vastas quantidades de capital e de produtos nas décadas de 1950 e 1960. O Estado norte-americano, para o pesar de neoliberais e conservadores, tornou-se nesses anos um Estado desenvolvimentista. Excetuando umas poucas áreas-chave, como os recursos estratégicos, os Estados Unidos não se apoiavam muito na extração de valor do resto do mundo. A proporção do crescimento do PIB atribuível ao comércio externo permaneceu abaixo de 10 por cento até a década de 1970. Embora houvesse algumas operações externas, como a ITT (International Telephone and Telegraph) no Chile (um de cujos diretores fora diretor da CIA) ou a United Fruit na América Central, que exerciam considerável influência sobre a política externa norte-americana nessas regiões, o imperialismo econômico dos Estados Unidos era bastante restrito, exceção feita a minerais estratégicos e ao petróleo. Na medida em que era necessária uma dialética exterior, esta apontava para as partes já desenvolvidas do mundo capitalista. O investimento externo direto era carregado para a Europa, levando os europeus a ficar obcecados com a contenção daquilo que Servan-Schreiber denominou “o desafio americano”<sup>21</sup>. Em troca, contudo, os Estados Unidos abriram seu mercado a outros países e proporcionaram uma demanda efetiva de produtos da Europa e do Japão. Por todo o mundo capitalista houve um forte crescimento. A acumulação do capital seguiu o mesmo ritmo por meio da “reprodução expandida”. Os lucros eram reinvestidos tanto no crescimento como em novas tecnologias, capital fixo e amplas melhorias infra-estruturais<sup>22</sup>. Mantiveram-se contudo os controles do período precedente sobre as saídas de capital (e não de mercadorias), particularmente na Europa. Isso deu a Estados individuais considerável poder discricionário sobre as políticas fiscal e monetária. O papel da especulação financeira permaneceu relativamente estático e territorialmente confinado. Esse contexto “keynesiano” dos gastos do Estado era coerente com uma dinâmica de luta de classes no interior de nações-Estados individuais com respeito a questões distributivas. Essa foi uma época em que o trabalho organizado se tornou bem forte e surgiram em toda a Europa Estados socialdemocratas de bem-estar social. O salário social veio a ser objeto de luta mesmo dentro dos Estados Unidos, e o trabalho organizado obteve

21. J. J. SERVAN-SCHREIBER, *American Challenge*, New York, Scribner, 1968.

22. P. ARMSTRONG, A. GLYN, J. HARRISON, *Capitalism since World War II: The Making and Break Up of the Great Boom*, Oxford, Basil Blackwell, 1991.

várias vitórias importantes no país com respeito a níveis salariais e padrões de vida.

Assim, o período que vai de 1945 a 1970 foi a segunda etapa do regime político da burguesia funcionando sob a égide do domínio e da hegemonia globais norte-americanos, que promoveram uma época de notável crescimento econômico consistente nos países capitalistas avançados. Estabeleceu-se um coeso grupo global tácito envolvendo todas as grandes potências capitalistas, com os Estados Unidos num claro papel de liderança, a fim de evitar guerras intestinas e partilhar os benefícios de uma intensificação de um capitalismo integrado nas regiões nucleares. A expansão geográfica da acumulação do capital foi garantida mediante a descolonização e o “desenvolvimentismo” como meta generalizada para o resto do mundo. A reprodução expandida parecia funcionar muito bem, chegando mesmo a provocar efeitos secundários fora do núcleo, se bem que de modo atenuado e desigual, por todo o mundo não-comunista. Internamente, o crescente poder do trabalho no âmbito do pacto capital-trabalho significou a extensão dos benefícios do consumismo às classes inferiores e mesmo a algumas minorias (embora não de maneira suficiente, como provaram as manifestações urbanas dos anos 1960). O problema da sobreacumulação do capital, embora sempre ameaçador, foi contido até o final dos anos 1960 por uma mistura de ajustes internos e de ordenações espaço-temporais tanto dentro como fora dos Estados Unidos. Esperava-se que essas estratégias permitissem ao sistema superar os problemas econômicos que haviam perturbado os anos 1930 e protegessem da ameaça do comunismo.

Mas essa segunda etapa não esteve isenta de contradições. Em primeiro lugar, a recusa formal do racismo no nível internacional criou todo tipo de dificuldades internas para os Estados Unidos, em que a discriminação racial imperava. O movimento dos direitos civis, que acabou por servir de modelo a boa parte do resto do mundo, teve como origem uma dinâmica interna, o mesmo ocorrendo com os levantes urbanos liderados por negros nos anos 1960; mas também tinha uma dimensão internacional na medida em que o universalismo dos direitos humanos conflitava com práticas internas e na medida em que diplomatas “de cor” que iam da ONU em Nova York para Washington D.C. se viram impedidos de hospedar-se em hotéis. A seletividade racional da política de imigração norte-americana também se viu atacada. Os fluxos migratórios para os Estados Unidos começaram a mudar de caráter.

Em segundo lugar, como veremos no capítulo 3, a política de mercado aberto tornava os Estados Unidos vulneráveis à competição interna-

cional. Os fluxos de capital no período estavam fortemente concentrados no mundo capitalista avançado (mais intensamente nos países da OCDE). A Alemanha Ocidental e o Japão, em particular, promoveram fortemente seu poder econômico para se contrapor ao domínio norte-americano na produção no curso da década de 1960. À medida que a capacidade de absorção interna de capitais excedentes dos Estados Unidos começou a estagnar, no final da década de 1960, a sobreacumulação surgiu como problema e a competição econômica se acirrou.

Em terceiro lugar, sempre que havia um conflito entre a democracia, de um lado, e a ordem e a estabilidade assentada nos interesses dos proprietários, do outro, os Estados Unidos sempre optaram por estes últimos. Logo, o país passou da posição de patrono dos movimentos de libertação nacional a opressor de todo movimento democrático ou populista que buscasse mesmo um caminho suavemente não-capitalista (para não falar de socialista ou comunista) para a melhoria do bem-estar econômico. Tentativas socialdemocratas ou populistas de modificação do capitalismo eram com freqüência impiedosamente esmagadas (como aconteceu com Bosch na República Dominicana, Goulart no Brasil e, eventualmente, Allende no Chile). Mesmo na Europa, os Estados Unidos fizeram tudo o que puderam para solapar o socialismo e até, em algumas ocasiões, para subverter a socialdemocracia. E regimes cruelmente ditatoriais, como o da Argentina nos anos 1970, o dos sauditas, o do xá do Irã e o de Suharto na Indonésia, receberam o apoio incondicional do poder econômico e militar norte-americano porque eram favoráveis aos seus interesses. O crescente ressentimento pelo aprisionamento numa situação espaço-temporal de perpétua subserviência ao centro também desencadeou movimentos antidependência por todo o mundo em desenvolvimento. Lutas de libertação nacional e de classe no mundo em desenvolvimento foram levadas cada vez mais a adotar uma política antiamericana. A antidependência se fundiu com o anticolonialismo para definir o antiimperialismo. Em todas essas lutas, a territorialidade do poder político tinha tanta importância para a manutenção da hegemonia norte-americana como tivera para os impérios europeus anteriores. Os Estados Unidos não adquiriram sua estatura imperial, como afirma Ignatieff, por meio da negação: eles simplesmente usaram a negação da geografia e a retórica da universalidade para esconder, mais deles próprios do que dos outros, seus envoltórios territoriais.

O quarto aspecto é que o efeito da Guerra Fria e desses envoltórios externos foi a assunção do poder pelo que o presidente Eisenhower denominou, em seu discurso de despedida, um “complexo industrial-militar”

perigosamente forte. *militar* Esse complexo ameaçou dominar a política por meio de sua influência penetrante e buscar a realização de seus próprios interesses restritos exagerando ameaças e manipulando crises externas a fim de implantar uma economia de guerra permanente que o tornasse ainda mais poderoso. A sobrevivência econômica das indústrias da defesa requeria uma florescente atividade de exportação de armamentos. Isso veio a ter um papel fundamental na acumulação do capital norte-americano, mas também resultou na excessiva militarização do resto do mundo.

Essa segunda etapa do regime global da burguesia acabou por volta de 1970. Os problemas eram múltiplos. Havia em primeiro lugar o clássico problema de todos os regimes imperiais — a abrangência excessiva. A contenção do (e o esforço de subverter o) comunismo mostrou-se bem mais custosa do que os Estados Unidos esperavam. Os crescentes custos do conflito militar no Vietnã, quando associados à regra de ouro do consumismo doméstico interminável — uma política de “armas e manteiga” [*slogan* do presidente Johnson] —, mostraram-se de impossível manutenção, dado que os gastos militares fornecem apenas canais de curto prazo para o capital excedente e pouco contribuem para o alívio de longo prazo das contradições internas da acumulação do capital. O resultado disso foi uma crise fiscal do Estado desenvolvimentista no interior dos Estados Unidos. A resposta imediata foi o uso do direito de *seigniorage*<sup>23</sup> e a impressão de mais dólares<sup>24</sup>.

Disso resultaram pressões inflacionárias mundiais. A conseqüência, como veremos no capítulo 3, foi uma explosão da quantidade de capital “fictício” em circulação, desprovida de qualquer perspectiva de resgate, uma onda de falências (cujo foco inicial foram ativos no ambiente construído), pressões inflacionárias incontáveis e o colapso das estruturas internacionais fixas que eram a base do superimperialismo norte-americano a partir da Segunda Guerra Mundial. Entrementes, o crescente poder do trabalho organizado por todos os Estados nucleares do sistema global elevou o nível de gastos sociais, bem como os custos com salários, o que implicou a redução de lucros. Disso decorreu a estagflação. As oportunidades de lucro desapareceram, e surgiu uma crise de sobreacumulação do capital. O endividamento crônico em que muitos governos caíram devido a vastos investimentos em infra-estruturas físicas e sociais produ-

23. O direito de *seigniorage* é o lucro obtido da diferença entre o material usado para cunhar moeda e o valor de face da moeda criada. (N.T.)

24. A importância da *seigniorage* é tratada por G. CARCHEDI em “Imperialism, Dollarization and the Euro”, in Leo PANITCH e Colin LEYS (orgs.), *Socialist Register* 2002, London, Merlin Press, 2001, 153-174.

ziu uma crise fiscal do Estado (culminando na espetacular falência da cidade de Nova York em 1975). Para completar, a força competitiva das indústrias revividas do Japão e da Alemanha Ocidental afetou, e em algumas áreas chegou a superar, o domínio norte-americano na produção. A emulação no setor da manufatura estava cortando uma das principais pernas da hegemonia dos Estados Unidos — sua posição econômica parecia insustentável. Dólares excedentes inundaram o mercado mundial, e toda a arquitetura financeira do sistema de Bretton Woods entrou em colapso.

### A hegemonia neoliberal, 1970-2000

Surgiu então um novo tipo de sistema, em larga medida sob tutela norte-americana. Abandonou-se o ouro como base material dos valores monetários e desde então o mundo tem tido de conviver com um sistema monetário desmaterializado. Fluxos de capital monetário, que já percorriam livremente o mundo por meio do mercado do eurodólar (dólares mantidos nos Estados Unidos que podiam ser emprestados alhures), viam a ser totalmente liberados do controle dos Estados. O conluio (hoje documentado) entre a administração Nixon e os sauditas e iranianos para elevar loucamente em 1973 os preços do petróleo prejudicou muito mais as economias européias e japonesa do que os Estados Unidos (que na época não dependiam muito das reservas do Oriente Médio). Os bancos norte-americanos (em vez do FMI, que era o agente preferido das outras potências capitalistas) obtiveram o privilégio monopolista de reciclar petrodólares na economia mundial, trazendo de volta para casa o mercado do eurodólar<sup>25</sup>. Nova York tornou-se o centro financeiro da economia global, o que, associado à desregulação interna dos mercados financeiros, permitiu que a cidade se recuperasse de sua crise e florescesse até o ponto da incrível opulência e do consumo ostensivo da década de 1990.

Ameaçados no campo da produção, os Estados Unidos reagiram afirmando sua hegemonia por meio das finanças. Porém, o funcionamento eficaz desse sistema exigia que se forçasse os mercados em geral e os mercados de capital em particular a se abrir ao comércio internacional (um processo lento que requereu uma implacável pressão norte-americana sustentada no uso de alavancas internacionais como o FMI, e um compromisso igualmente implacável com o neoliberalismo na qualidade

25. P. GOWAN, *The Global Gamble: Washington's Faustian Bid for World Dominance*, London, Verso, 1999.

de nova ortodoxia econômica). Isso também envolveu a passagem do equilíbrio de poder e de interesses no seio da burguesia das atividades produtivas para as instituições de capital financeiro. O poder financeiro podia ser usado para disciplinar movimentos da classe operária. Surgiu a oportunidade de lançar um ataque frontal ao poder do trabalho e de reduzir o papel de suas instituições no processo político. A primeira ação do presidente Reagan foi destruir o forte poder coletivo [do sindicato] dos controladores do tráfego aéreo (PATCO), o que foi uma advertência ao movimento operário de que sofreria igual destino caso algum outro grupo de trabalhadores fizesse greve. Uma onda de militância operária varreu o mundo capitalista avançado no final dos anos 1970 e nos anos 1980 (com os mineiros na proa tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos), quando movimentos da classe operária em todo o mundo se empenharam em preservar os ganhos obtidos nos anos 1960 e no começo dos anos 1970. Em retrospecto, podemos ver isso antes como uma ação de retaguarda destinada a preservar condições e privilégios obtidos no âmbito e na área de influência da reprodução expandida e do Estado do bem-estar social do que como um movimento progressista voltado para mudanças transformadoras. Essa ação de retaguarda em larga medida fracassou. A subsequente desvalorização do poder do trabalho e a consistente degradação relativa da condição da classe operária nos países capitalistas avançados tiveram então como paralelo a formação de um proletariado imenso, amorfo e desorganizado em boa parte do mundo em desenvolvimento. Isso gerou uma pressão descendente sobre as taxas de salário e as condições de trabalho em toda parte. Forças de trabalho de baixa remuneração facilmente exploradas associaram-se à crescente facilidade de mobilidade geográfica da produção na abertura de novas oportunidades de emprego lucrativo de capital excedente. Mas em pouco tempo isso exacerbou em todo o mundo o problema da produção de capital excedente. Mesmo assim, o desemprego se elevou e as taxas de salário e a militância da classe operária foram contidas. O endividamento crônico do Estado gerou todo tipo de oportunidades de atividade especulativa, o que, por sua vez, tornou o poder do Estado mais vulnerável a influências financeiras. Em suma, o capital financeiro passou ao centro do palco nessa fase da hegemonia norte-americana, tendo podido exercer certo poder disciplinar tanto sobre os movimentos da classe operária como sobre as ações do Estado, em particular quando e onde o Estado assumiu dívidas de monta.

Toda essa mudança não teria tido o efeito que teve não fosse a ação de uma bateria de mudanças tecnológicas e organizacionais que permitiu que a manufatura se tornasse muito mais fluida e flexível. As reduções no

custo do transporte, associadas a mudanças políticas promovidas pelos governos de todos os níveis com vistas a oferecer um clima positivo aos negócios e a cobrir parte dos custos fixos da relocação, promoveram o tipo de mobilidade geográfica do capital produtivo na qual o capital financeiro crescentemente hipervolátil podia se alimentar. Embora a mudança para o poder financeiro tenha trazido muitos benefícios diretos para os Estados Unidos, os efeitos em sua estrutura industrial foram nada menos que traumáticos, se não catastróficos. A produção em outros países tornou-se possível e a busca de lucros a tornou provável. Onda após onda de desindustrialização atingiram indústria após indústria e região após região no interior dos Estados Unidos, no começo afetando bens de baixo valor adicionado (como os produtos têxteis), mas passo a passo atingindo a escala mais alta do valor adicionado em setores como o aço e os estaleiros e alcançando as importações de alta tecnologia, especialmente vindas das regiões leste e sudeste da Ásia. Mesmo a Chrysler teve de ser resgatada (na prática, nacionalizada por um curto período) da falência pelo governo federal. Os Estados Unidos foram cúmplices do solapamento de seu domínio na manufatura ao desencadear por todo o globo os poderes das finanças. Mas o benefício foram bens cada vez mais baratos de outros países para alimentar o consumismo interminável com que o país estava comprometido. A dependência norte-americana do comércio externo estava em ascensão e a necessidade de instaurar e proteger relações comerciais assimétricas veio para o primeiro plano como objetivo essencial do poder político.

Por volta de 1980, ficou claro que a produção dos Estados Unidos passara a ser um entre muitos complexos atuando num ambiente global altamente competitivo, e que a única maneira de o país sobreviver era alcançar a superioridade (em geral temporária) na produtividade e no projeto e desenvolvimento de produtos. Para resumir, os Estados Unidos já não eram hegemônicos. Era necessária a ajuda do governo (como foi o caso do Acordo Plaza de 1985, em que o governo aceitou depreciar o dólar com relação ao iene para tornar mais competitivas as exportações de produtos manufaturados dos Estados Unidos — tática que teve de ser revertida nos anos 1990, quando a produção japonesa estagnou). Alguns setores especiais — os agronegócios e a defesa, por exemplo — estavam imunes, mas os outros foram obrigados a fazer ajustes radicais em tudo — de técnicas de produção a relações de trabalho. Nas áreas em que as empresas dos Estados Unidos permaneceram fortes, a passagem à produção externa de componentes ou mesmo de produtos inteiros deslocou uma quantidade maior de capacidade produtiva para fora das fronteiras

do país, ainda que a repatriação de lucros tenha mantido a riqueza fluindo para dentro delas. Em outras áreas, os privilégios de monopólio vinculados com tecnologias patenteadas e leis de licenciamento ofereceram um bem-vindo alívio da drenagem do domínio norte-americano na produção. Os Estados Unidos estavam caminhando para ser uma economia rentista com relação ao resto do mundo e uma economia de serviços no nível doméstico. Não obstante, uma parcela suficiente de riqueza afluía para dar continuidade ao consumismo, que sempre fora a base da paz social.

No nível internacional, o capital financeiro mostrou-se cada vez mais volátil e predatório. Vários surtos de desvalorização e destruição de capital viviam a ocorrer (em geral, pelas boas graças dos programas de ajuste estrutural do FMI) como antídoto para a incapacidade de manter a fluidez da acumulação do capital por meio da reprodução expandida. Em alguns casos, na América Latina, nos anos 1980, por exemplo, economias inteiras foram varridas e seus ativos recuperados pelo capital financeiro dos Estados Unidos. Em outras, ocorreu, de maneira mais simples, uma exportação da desvalorização. O ataque dos fundos de derivativos [*hedge*] às moedas indonésia e *thai* em 1997, apoiado pelas agressivas políticas deflacionárias exigidas pelo FMI, levou à falência mesmo empreendimentos viáveis por todo o Leste e o Sudeste asiáticos. O resultado disso foram o desemprego e o empobrecimento de milhões de pessoas. Do mesmo modo, essa crise também desencadeou convenientemente uma fuga para o dólar, confirmando o domínio de Wall Street e gerando uma incrível expansão dos ativos para os abastados dos Estados Unidos. As lutas de classes começaram a se concentrar ao redor de questões como os ajustes estruturais impostos pelo FMI, as atividades predatórias do capital financeiro e a perda de direitos gerada pela privatização. O tom do antiimperialismo começou a deslocar-se para o antagonismo aos principais agentes da “financeirização” — com o FMI e o Banco Mundial apontados diretamente.

As crises da dívida em países específicos (dois terços dos membros do FMI passaram por uma crise financeira a partir de 1980, alguns deles mais de duas vezes) puderam contudo ser usadas para reorganizar as relações sociais de produção internas em cada país em que ocorreram, de modo a favorecer a maior penetração dos capitais externos<sup>26</sup>. Assim, regimes financeiros domésticos, mercados de produtos domésticos e empresas domésticas florescentes foram obrigadas a abrir-se à absorção por empresas americanas, japonesas e européias. Isso permitiu que os lucros

26. *Ibid.*, 49, sobre a frequência das crises da dívida.

baixos nas regiões nucleares fossem suplementados pela apropriação dos lucros mais altos obtidos no exterior. Aquilo que denomino “acumulação via espoliação” (ver capítulo 4) tornou-se uma característica bem mais central no âmbito do capitalismo global (com a privatização como um de seus elementos-chave). A resistência nessa esfera, em vez de ocorrer por meio das lutas trabalhistas tipicamente desencadeadas pela reprodução expandida, tornou-se mais central no âmbito do movimento anticapitalista e antiimperialista.

Embora centrado no complexo Wall Street–Tesouro norte-americano, o sistema apresentava inúmeros aspectos multilaterais. Os centros financeiros de Tóquio, Londres, Frankfurt e muitos outros lugares se encarregaram de parte da ação à medida que a “financeirização” lançava sua rede por todo o mundo, concentrando-se num conjunto hierarquicamente organizado de centros financeiros e numa elite transnacional de banqueiros, corretores de ações e financistas. Isso estava associado à emergência de corporações capitalistas transnacionais que, ainda que pudessem ter sua base em uma ou outra nação-Estado, se disseminaram pelo mapa do mundo de maneiras impensáveis em fases anteriores do imperialismo (os trustes e cartéis que Lenin e Hilferding descreveram estavam todos ligados muito estreitamente a nações-Estados particulares). Esse foi o mundo que a Casa Branca de Clinton, com seu secretário do Tesouro todo-poderoso, Robert Rubin, originário do segmento especulador de Wall Street, buscou administrar por meio de um multilateralismo centralizado (cujo epítome foi o chamado “Consenso de Washington” da metade dos anos 1990). O multilateralismo se organizou cada vez mais ao redor de uma regionalização da economia global governada por uma estrutura triádica formada pela América do Norte (NAFTA — Associação de Livre Comércio da América do Norte), pela Europa (a União Européia) e pela confederação mais frouxa de interesses construída ao redor de relações comerciais no Leste e no Sudeste asiáticos. Com o fortalecimento das regras básicas neoliberais dos mercados financeiros abertos e do acesso relativamente livre, parecia haver pouco perigo de essas configurações regionais recaírem na autarquia competitiva que se mostrara tão destrutiva antes da Segunda Guerra Mundial e tivera importante papel na instalação da base da guerra intercapitalista. No âmbito dessa estrutura triádica, parecia contudo claro que os Estados Unidos ainda mantinham as principais cartas em virtude de seu imenso mercado consumidor, seu poder financeiro avassalador e sua reserva de força militar incontestada.

E, formando o ápice de tudo isso, o final da Guerra Fria removeu subitamente uma ameaça de longa data ao terreno da acumulação do capital global. A burguesia coletiva tinha de fato herdado a terra. Fukuyama profetizou que o fim da história estava próximo. Teve-se por um breve momento a impressão de que Lenin estava errado e de que Kautsky poderia estar certo — um ultra-imperialismo baseado numa colaboração “pacífica” entre todas as grandes potências capitalistas (agora simbolizado pelo chamado G-7, ampliado para G-8 a fim de incorporar a Rússia, embora sob a hegemonia da liderança dos Estados Unidos) era possível —, bem como de que o caráter cosmopolita do capital financeiro (simbolizado pelas reuniões do Fórum Econômico Mundial em Davos) seria sua ideologia de base<sup>27</sup>.

Mas seria errôneo pensar que esse poder financeiro, impressionante como definitivamente era, fosse onipotente e capaz de impor sua vontade de maneira irrestrita. É da própria natureza da “financeirização” ser perpetuamente vulnerável com relação à produção de valor na atividade industrial e agrícola. Em meio a toda a destruição e desvalorização, surgiram novos e importantes complexos de produção industrial. No Leste e no Sudeste asiáticos, por exemplo, complexos regionais como os do delta do rio Pearl (Guangdong), na China, ou economias politicamente orquestradas como Cingapura e Taiwan, não só se mostraram propensos a adaptar-se às pressões financeiras, mas foram mesmo capazes de criar uma força de oposição que demonstrou a vulnerabilidade do capital financeiro — então fortemente concentrado tanto nos Estados Unidos como na Europa e no Japão — à produção de valores reais. O fato de muitos desses complexos de produção industrial serem regionalmente concentrados num Estado, ou mesmo, em alguns casos, entre Estados, tem considerável relevância, por razões de que trataremos no capítulo 3. Surgiam nos interstícios dos mundos da produção sutis linhas de contra-ataque à hegemonia norte-americana no campo das finanças. E o sinal disso foi o acúmulo de superávits na balança comercial, em particular no Leste e no Sudeste asiáticos. Mas a reciclagem desses superávits de volta ao sistema financeiro fez parecer que Wall Street ainda era o centro operacional do universo das finanças. Embora tivesse havido, portanto, fases (como a dos anos 1980) em que a hegemonia dos Estados Unidos foi abertamente questionada no plano doméstico e externo, por volta do final dos anos

27. P. ANDERSON (“Internationalism: A Breviary”, *New Left Review*, 14 de março de 2002, 20) observa que “um cenário que lembra a visão de Kautsky” tinha de vir a acontecer e que teóricos liberais, como Robert Keohane, por exemplo, já haviam percebido a ligação.

1990, boa parte dessa dúvida se havia dissipado. A segurança dos Estados Unidos e seu domínio financeiro nos negócios do mundo estavam garantidos. A explosão dos valores dos ativos no interior do país e a ascensão de uma “nova economia” erigida em torno de ganhos de produtividade supostamente fortes e toda uma teia de empresas “virtuais” [*dot.com*] mantinham a economia norte-americana com um crescimento rápido o bastante para arrastar o resto do mundo na obtenção de taxas respeitáveis de acumulação do capital. O consumismo, a regra de ouro da paz interna dos Estados Unidos, sofreu uma expansão em níveis estonteantes tanto no país como em outros centros do capitalismo avançado.

Esse sistema vê-se agora em sérias dificuldades. Tal como em 1973-1975, as causas são múltiplas, ainda que, desta vez, a volatilidade e a fragmentação caótica dos conflitos de poder no âmbito da vida político-econômica tornem difíceis discernir o que está ocorrendo por trás de todo o jogo de sombras e espelhos (particularmente do setor financeiro). Mas, na medida em que a crise de 1997-1998 revelou que o principal centro de capacidade produtiva excedente estava no Leste e no Sudeste asiáticos (e buscou lançar a desvalorização de modo singular naquela região), a rápida recuperação de algumas partes do capitalismo dessa região (a Coreia do Sul em particular) fez que o problema geral da capacidade excedente (sobreacumulação) voltasse ao primeiro plano das questões globais. O colapso da tão celebrada “nova economia” num amontoado de empresas “virtuais” falidas nos Estados Unidos, a que se seguiram escândalos contábeis que revelaram dramaticamente que o capital “fictício” poderia com demasiada facilidade permanecer irresgatável, não só solapou a credibilidade de Wall Street, mas pôs em questão o relacionamento entre capital financeiro e produção. A ameaça de uma desvalorização exagerada do capital estava pairando e, com a queda dos ativos, havia sinais tangíveis de ela já estar se realizando (de modo mais dramático com respeito aos fundos de pensão, que se viram em crescentes dificuldades para atender a suas obrigações).

Ou se abrem novas arenas de acumulação lucrativa do capital (como a China) ou, se isso não der certo, haverá uma nova fase de desvalorização do capital. A pergunta passa a ser: quem vai suportar o principal ônus dessa nova fase de desvalorização? Onde vai estar o epicentro? Nesses termos, a tendência de “regionalização” no âmbito da economia global mostra-se mais preocupante. Ecos da competição geopolítica que se mostrou tão destrutiva nos anos 1930 começam a ser ouvidos. O abandono norte-americano do espírito, se não da letra, das regras da OMC contra o protecionismo, por meio da imposição de tarifas às importações

de aço em 2002, foi um sinal particularmente mau. A explosão da bolha especulativa revelou a vulnerabilidade dos Estados Unidos à desvalorização. A recessão em aceleração, evidente no começo de 2001, após mais ou menos uma década de exuberância espetacular (embora “irracional”) e ávido consumismo, ofereceu mais provas dessa vulnerabilidade bem antes do golpe administrado ao sistema pelos eventos de 11 de setembro. Estava a regra de ouro da incessante marcha ascendente do consumismo dos Estados Unidos prestes a ser quebrada?

Uma importante falha geológica de instabilidade está na rápida deterioração da situação do balanço de pagamentos dos Estados Unidos. “A mesma onda inexorável de importações que moveu a economia mundial” durante a década de 1990, escreve Brenner, “levou os déficits comercial e de conta corrente dos Estados Unidos a níveis recordes, produzindo o crescimento historicamente sem precedentes de obrigações para com proprietários externos” e a “vulnerabilidade historicamente sem precedentes da economia norte-americana à fuga de capitais e a um colapso do dólar”<sup>28</sup>. Essa vulnerabilidade, contudo, está dos dois lados. Se o mercado dos Estados Unidos entrar em colapso, as economias que buscam nesse mercado a saída para sua capacidade produtiva excedente também entrarão. A alacridade com que os banqueiros centrais de países como a China, o Japão e Taiwan emprestam para cobrir déficits norte-americanos contém um forte elemento de interesse próprio: assim agindo, eles fornecem fundos para o consumismo dos Estados Unidos, que constitui o mercado para seus produtos. Eles podem agora ver-se mesmo fornecendo fundos para o esforço de guerra dos Estados Unidos.

Não obstante, a hegemonia e o domínio dos Estados Unidos estão mais uma vez sob ameaça, e desta vez o risco parece maior. Suas raízes estão no emprego desequilibrado do capital financeiro como meio de afirmar a hegemonia. Historicamente, assinala Arrighi (seguindo Fernand Braudel), expansões financeiras indicam “não apenas a maturidade de uma etapa particular de desenvolvimento da economia mundial capitalista como também o começo de uma nova etapa”<sup>29</sup>. Se a “financeirização” é um prelúdio provável a uma transferência do poder dominante de um *hegemon* a outro (como tem sido o caso ao longo da história), a virada norte-americana para a “financeirização” nos anos 1970 parece ter sido uma manobra peculiarmente autodestrutiva. Os déficits (tanto internos

28. R. BRENNER, *The Boom and the Bubble: The U.S. in the World Economy*, London, Verso, 2002, 3.

29. ARRIGHI, SILVER, *Chaos and Governance*, 31-33.

como externos) não podem continuar indefinidamente em sua espiral de descontrole, e a capacidade e a propensão dos outros países (primordialmente na Ásia) para financiá-los não são inexauríveis. É impressionante o imenso volume de apoio aos Estados Unidos, que chegou a 2,3 bilhões de dólares por dia no começo de 2003. Qualquer outro país do mundo que apresentasse semelhante condição macroeconômica estaria a essa altura submetido à impiedosa austeridade e a procedimentos de ajuste estrutural do FMI. Mas o FMI são os Estados Unidos. Como observa Gowan: “A capacidade de Washington para manipular o preço do dólar e explorar o domínio financeiro internacional de Wall Street permitiu que as autoridades norte-americanas evitassem o que outros Estados têm tido de fazer: controlar o balanço de pagamentos; ajustar a economia doméstica para garantir altos níveis de poupança e investimentos domésticos; controlar os níveis de endividamento público e privado; garantir um sistema doméstico eficaz de intermediação financeira que sustente o forte desenvolvimento do setor produtivo doméstico”. A economia dos Estados Unidos tem tido “uma rota de fuga de todas essas tarefas” e, “em termos de todos os parâmetros normais da contabilidade nacional capitalista”, tornou-se por isso “profundamente distorcida e instável”<sup>30</sup>.

O poder do complexo Wall Street–Tesouro–FMI está, com respeito a um sistema financeiro coercitivamente imposto, instaurado em torno do chamado Consenso de Washington e mais tarde desenvolvido por meio da construção de uma nova arquitetura financeira internacional, numa relação tanto de simbiose como de parasitismo. Como diz Soederberg, trata-se claramente de um “anexo do Estado norte-americano”, ainda que também sirva aos interesses da “burguesia transnacional como um todo”<sup>31</sup>. Porém o disciplinamento, e mesmo a destruição, dos Estados “desenvolvimentistas” centrados no Leste e no Sudeste asiáticos torna tentador arrebentar o sistema, mais ou menos como fez a Malásia, ao abandonar, subitamente e com bastante sucesso, as regras neoliberais, recusar a disciplina do FMI e impor controles de capitais do tipo que desde os anos 1960 não mais se viram. Não está claro o ponto até o qual o sistema descrito pode ir antes de se formarem alianças regionais que optem por estar fora dele, enfiando assim uma estaca no coração do Consenso de Washington

30. GOWAN, *The Global Gamble*, 123.

31. S. SOEDERBERG, “The New International Financial Architecture: Imposed Leadership and ‘Emerging Markets’”, in PANITCH, LEYS (orgs.), *Socialist Register 2002*, 175-192.

e solapando a estrutura da nova arquitetura financeira que até o momento tem sido vantajosa aos Estados Unidos. Nem que, como mostram as tarifas das importações de aço, o país vá seguir as regras. Quanto a isso, vale a pena lembrar da ratificação pelo Senado dos Estados Unidos do Acordo da OMC com a ressalva de que o país poderia ignorar e recusar toda regra da OMC considerada fundamentalmente injusta do ponto de vista dos interesses norte-americanos (exemplo do hábito familiar que têm os Estados Unidos de supor-se portadores do direito de ser tanto juiz como júri).

Para completar, evidenciam-se em toda parte a resistência e o ressentimento com relação ao poder do complexo Wall Street–Tesouro–FMI. Um movimento mundial antiglobalização (bem diferente quanto à forma das lutas de classes do âmbito dos processos de reprodução expandida) está se metamorfoseando num movimento de globalização alternativa com um forte apoio em movimentos de base. Movimentos populistas contra a hegemonia norte-americana da parte de potências antes docilmente subordinadas, particularmente na Ásia (sendo exemplo disso a Coreia do Sul), mas também, recentemente, na América Latina, ameaçam transformar a resistência de base comunitária numa série de resistências lideradas pelo Estado, se não intensamente nacionalistas, à hegemonia norte-americana. Essas são as condições em que o antiimperialismo começa a assumir um aspecto diferente que ajuda por sua vez a definir com mais nitidez, no âmbito dos Estados Unidos, qual poderá ser seu próprio projeto imperialista caso pretenda preservar sua posição hegemônica. Se a hegemonia se enfraquece, há o perigo de um recurso a táticas bem mais coercitivas do tipo que ora testemunhamos no Iraque.

## Opções

São limitadas as opções dos Estados Unidos. Embora não identifiquem nenhuma ameaça externa séria, Arrighi e colegas concluem de fato, preocupantemente, que o país

tem bem mais condição do que a Inglaterra há um século de converter sua hegemonia em declínio numa dominação exploradora. Se o sistema vier a ruir, a razão primordial será a resistência norte-americana ao ajuste e à acomodação. E, inversamente, o ajuste e a acomodação norte-americanas ao poder econômico ascendente da região do Leste da Ásia

são uma condição essencial para uma transição não-catastrófica a uma nova ordem mundial<sup>32</sup>.

A mudança do governo Bush para o unilateralismo, a coerção em vez do consentimento, para uma visão imperial bem mais declarada e para o recurso ao seu poder militar irresistível indica uma abordagem de alto risco à sustentação do domínio norte-americano, quase certamente concretizada mediante o controle militar dos recursos globais de petróleo. Como isso ocorre em meio a vários indícios de perda de domínio nos campos da produção e, agora (embora até este momento de modo menos claro), das finanças, é forte a tentação de lançar-se ao domínio explorador. Se isso vai ou não levar a uma ulterior ruptura catastrófica do sistema (talvez por um retorno ao cenário traçado por Lenin de competição violenta entre blocos de poder capitalista), é algo difícil até de imaginar e mais ainda de prever.

Porém, os Estados Unidos poderiam reduzir o grau de, se não renunciar à, sua trajetória imperialista envolvendo-se numa vasta redistribuição de riqueza dentro de suas fronteiras e num redirecionamento dos fluxos de capital para a produção e a renovação das infra-estruturas físicas e sociais (amplas melhorias da educação pública e a restauração de infra-estruturas patentemente em colapso seriam um bom ponto de partida). Uma estratégia industrial de revitalização de seu setor produtivo ainda substancial também seria de ajuda. Se se quiser que vá bem longe, essa estratégia implicaria igualmente uma reorganização interna das relações de poder de classe e medidas de transformação incidentes sobre as relações sociais de um tipo que os Estados Unidos têm se recusado sistematicamente a contemplar desde a Guerra Civil. O consumismo privado subsidiado pelo Estado teria de ser substituído por projetos orientados para o bem-estar público. Contudo, isso iria exigir um financiamento ainda maior de déficits e/ou uma maior taxaço, bem como um forte direcionamento pelo Estado, o que é precisamente aquilo que as forças da classe dominante dos Estados Unidos se recusam obstinadamente até mesmo a considerar como possibilidade; todo político que propuser um tal “pacote” será execrado pela imprensa capitalista e seus ideólogos, e com a mesma certeza perderá toda eleição por ter contra si o avassalador poder do dinheiro. Mas, ironicamente, na atual conjuntura, um contra-ataque amplo no interior do país e em outros países nucleares do capitalismo (na Europa em particular) à política do neoliberalismo e ao corte de

gastos sociais e do Estado poderia ser uma das únicas maneiras de proteger internamente o capitalismo de suas tendências autodestrutivas e de propensão à crise. Um novo “New Deal” é o mínimo dos mínimos, mas de modo algum é certo que funcione de fato diante da acachapante capacidade excedente que o sistema global apresenta. É salutar lembrar as lições dos anos 1930: há bem poucas provas de que o “New Deal” de Roosevelt tenha resolvido o problema da Grande Depressão. Foi necessário o esforço de guerra entre Estados capitalistas para realinhar as estratégias territoriais de modo a lançar outra vez a economia numa trilha estável de acumulação do capital contínua e disseminada.

Seria ainda mais politicamente suicida, no âmbito dos Estados Unidos, tentar instaurar por meio da autodisciplina o tipo de programa de austeridade que o FMI tipicamente impõe aos outros países. Todo esforço de potências externas no sentido de fazê-lo (mediante a fuga de capitais e o colapso do dólar, por exemplo) iria por certo levar a uma violenta reação política, econômica e mesmo militar. É difícil imaginar que os Estados Unidos aceitassem pacificamente o fenomenal crescimento do Leste da Ásia, se adaptassem a ele e reconhecessem, como Arrighi sugere que deveriam, que estamos em meio a uma grande transição para a Ásia como o centro hegemônico do poder global. É improvável que os Estados Unidos aceitassem calma e tranqüilamente semelhante situação. Seja como for, isso implicaria uma radical reorientação — e dela já existem alguns indícios (como veremos no capítulo 3) — do capitalismo leste-asiático de sua dependência do mercado norte-americano ao cultivo de um mercado interno na própria Ásia. A gradual retirada de fundos dos Estados Unidos teria conseqüências calamitosas. Mas o endividamento em constante expansão constitui uma maneira perigosa de manter vivo o consumismo no interior do país, para não falar de pagar uma guerra. A lição da crise de 1973-1975 foi que, em algum ponto, a lógica capitalista vai ter conseqüências tenebrosas e expor a impossibilidade de uma estratégia interminável de “armas e manteiga”.

É nesse contexto que vemos o governo Bush buscando usar os músculos militares como o único poder absoluto claro que lhe resta. O discurso declarado sobre o império como opção política busca presumivelmente encobrir a extração de tributos imposta ao resto do mundo sob uma retórica da promoção da paz e da liberdade para todos. O controle das reservas de petróleo proporciona um meio conveniente de se contrapor a toda ameaça de mudança de poder — tanto econômico como militar — na economia global. A atual situação sugere uma repetição dos eventos de 1973, dado que a Europa e o Japão, bem como o Leste e o Sudeste asiá-

32. ARRIGHI, SILVER, *Chaos and Governance*, 288-289.

ticos (agora incluindo como ator crucial a China), dependem ainda mais do petróleo do Golfo do que os Estados Unidos. Se estes tiverem sucesso na produção da derrubada de Chávez e de Saddam, se puderem estabilizar ou reformar o regime saudita armado até os dentes, hoje fundado nas areias instáveis do regime autoritário (e em risco iminente de cair nas mãos do Islã radicalizado), se puderem passar (como parece possível) do Iraque ao Irã, e consolidar sua posição na Turquia e no Uzbequistão como presença estratégica com relação às reservas de petróleo da bacia do mar Cáspio (que os chineses tentam desesperadamente controlar), então, mediante o firme controle da torneira do petróleo, poderão alimentar a esperança de manter um efetivo controle sobre a economia global e garantir seu próprio domínio pelos próximos cinquenta anos. Porém muito depende também, como observou Friedman nas passagens citadas na Introdução, da possibilidade de os Estados Unidos persuadirem o mundo de que estão ocupando um papel de liderança, voltados para desenvolver o poder coletivo ao agir como garantidores dos suprimentos de petróleo para todos, em vez de agir com base em estreitos interesses próprios, voltados para garantir sua posição a expensas dos outros. Em resumo: estão eles recorrendo ao domínio por meio da coerção ou exercendo a liderança mediante a hegemonia? A tática mais provável é tentar mascarar a primeira opção sob o verniz da segunda. Não obstante, o fato de não terem conseguido obter pleno apoio internacional à invasão do Iraque demonstra que boa parte do mundo desconfia das motivações norte-americanas.

São imensos os perigos dessa estratégia na região do Golfo. A resistência vai ser formidável, não menos da parte da Europa e da Ásia, com a Rússia e a China não muito atrás. A relutância em sancionar a invasão militar norte-americana do Iraque na ONU, particularmente da França, da Rússia e da China (que obteve acesso à exploração do petróleo iraquiano na década de 1990), o ilustra. E a dinâmica interna das lutas antiamericanas na região do Golfo é tão imprevisível quanto complexa. O potencial desestabilizador de toda a região que vai do Paquistão ao Egito é considerável. A concepção presunçosa de que toda a estrutura do poder político e da organização territorial na região — tão arbitrariamente criadas pelos britânicos e franceses como efeito colateral do Acordo de Versailles — pode ser refeita e estabilizada sob a liderança dos Estados Unidos e de seus aliados é simplesmente demasiado fora de propósito para ser considerada (ainda que haja estrategistas do governo dos Estados Unidos que parecem crer em sua possibilidade).

É porém aqui que os Estados Unidos têm condições de jogar sua carta mais forte — o domínio militar —, se necessário coercitivamente. Sabemos plenamente, com base nos documentos de planejamento da defesa que vieram à luz no período mais ou menos correspondente à última década, qual é a estratégia política nesse campo. Trata-se de manter a primazia militar a todo custo e de desestimular e resistir à emergência de toda superpotência rival. Será evitada a disseminação de todo tipo de arma de destruição de massa, e os Estados Unidos devem estar preparados para usar a força dissuasiva preventiva caso necessária para alcançar essa meta. Nos anos Clinton, isso se traduziu na capacidade ativa de travar duas guerras regionais ao mesmo tempo (e os exemplos escolhidos com propósitos de planejamento em 1995 foram, sugestivamente, o Iraque e a Coreia do Norte). Mas a doutrina Cheney–Wolfowitz, elaborada inicialmente nos últimos anos do governo Bush precedente e consolidada no Project for the New American Century (que, é digno de nota, repete a manobra utilizada por Luce para disfarçar a territorialidade do império sob a cortina conceitual de fumaça de “século”), foi ainda mais longe. Alianças fixas (como a OTAN) devem ser abandonadas (elas são demasiado restritivas) e devem ser formadas coalizões *ad hoc* caso a caso. Assim, os Estados Unidos não mais se verão obrigados a respeitar as concepções de seus aliados. O país se reserva o direito de seguir sozinho, se necessário com um poder de fogo militar avassalador. Ele reivindica com todas as letras o direito de atacar preventivamente a fim de evitar ataques químicos, biológicos e nucleares, proteger o acesso a matérias-primas estratégicas vitais (como o petróleo) e proteger-se de ataques terroristas ou outras ameaças (como o estrangulamento econômico). O que é deveras interessante nesses documentos de defesa estratégica dos anos de 1991-1992 é o modo como suas prescrições estão sendo seguidas agora. Armstrong, tendo estudado detidamente esses documentos, conclui:

O Plano se destina a levar os Estados Unidos a governar o mundo. O tema declarado é o unilateralismo, mas é em última análise um roteiro de dominação. Ele conclama o país a manter sua superioridade militar irresistível e a evitar que surjam novos rivais capazes de se opor a ele no cenário mundial. Conclama a dominar tanto amigos como inimigos. Não diz que os Estados Unidos têm de ser mais poderosos, ou os mais poderosos, mas que devem ser absolutamente poderosos<sup>33</sup>.

33. D. ARMSTRONG, “Dick Cheney’s Song of America: Drafting a Plan for Global Dominance”, *Harper’s Magazine*, 305, outubro de 2002, 76-83.

A ironia de tudo isso, como observa em seguida Armstrong, é que, tendo ajudado a derrubar a União Soviética, os Estados Unidos buscam praticar agora a própria política que fez o “império do mal” ser condenado e encontrar oposição. Os Estados Unidos deveriam, como diz expressivamente Collin Powell, “ser o valentão do pedaço”. O resto do mundo aceitará alegremente isso, afirmou ele, confiante, porque “se pode confiar que [os EUA] não vão abusar desse poder”.

Há nisso outra ironia possível: se o império soviético foi de fato derrubado pelo ônus excessivo imposto à sua economia pela corrida armamentista, irão os Estados Unidos, em sua busca cega do domínio militar, solapar os fundamentos econômicos de seu próprio poder? Os compromissos militares regionais são enormes e estão em ascensão. Os Estados Unidos já gastavam de 4 a 5 bilhões de dólares por ano para patrulhar a região do Golfo antes de a investida militar ter início. O governo Bush já solicitou cerca de 75 bilhões para a guerra, e só até setembro de 2003. É improvável que o custo total seja inferior a 200 bilhões, segundo estimativas plausíveis, sem que se inclua algum desastre inesperado, como a ruptura regional e a guerra civil generalizada. E os Estados Unidos planejam um gasto “normal” com o setor militar que equivale ao de todo o resto do mundo. O perigo da extensão excessiva do império é grande, em particular porque os déficits do orçamento federal pairam como nuvem cada vez maior no horizonte fiscal, e as crises orçamentárias nos níveis estadual e local já estão retirando grande parcela dos recursos de oferecimento de serviços públicos. É então duvidoso que a regra de ouro prevalente desde Roosevelt — a de que as despesas com propósitos imperiais no exterior não devem interferir na espiral interminável do consumismo doméstico — possa ser mantida. Os Estados Unidos não vão ter de sacrificar apenas um sangue precioso em troca de petróleo e da sustentação de uma hegemonia adoecida; eles podem ter de sacrificar também todo o seu modo de vida. A lógica capitalista do poder vai fazer em pedacinhos a lógica territorial que ora se busca seguir.

### Hegemons regionais e contra-hegemonos

A estrutura regional triádica da economia global, que tem a América Norte supostamente no ápice, não é necessariamente uma configuração estável. As estruturas formais estabelecidas pela União Européia parecem oferecer a possibilidade de uma economia européia integrada pelo menos tão ampla e poderosa quanto a dos Estados Unidos. Isso pressagia

no mínimo a formação de um *hegemon* regional e talvez o surgimento de um real concorrente dos Estados Unidos<sup>34</sup>. A lógica capitalista no interior da União Européia, embora de modo algum espetacular, parece estar funcionando bastante bem. Interligações e relações de rede no interior da economia estão tanto proliferando como se consolidando no espaço europeu. A transição para uma moeda única foi realizada relativamente sem dificuldades, e o potencial de o euro enfrentar o dólar como opção de moeda de reserva, ainda que adormecido, é mesmo assim real (a proposta que fez Saddam de usar em suas vendas de petróleo euros em lugar de dólares pode muito bem ser outra razão relevante para que os Estados Unidos insistissem antes na mudança de regime do que no desarmamento no Iraque). Mas a União Européia é politicamente fragmentada, e sua lógica territorial geral permanece indeterminada. Os Estados Unidos têm todo tipo de instrumentos de dividir para governar e, assim, frustrar o surgimento de toda lógica territorial clara no nível europeu. Eles buscam evitar que surja um “Forte Europa” mediante a dupla estratégia de (a) insistir nas regras do neoliberalismo como a base das relações de troca e dos fluxos de capital (de que decorre a importância da OMC) e (b) manter certos recursos políticos e militares em todo lugar em que possam influenciar a política interna da União Européia. Isso envolve relações bilaterais com Estados europeus individuais em vez de com a Europa como um todo e o cultivo de alianças especiais (por exemplo, com a Inglaterra, a Espanha e a Itália, bem como com a série de países do bloco oriental, com a Polônia no centro, que pretendem ser admitidos na União Européia). Apesar de proporem agora o abandono das alianças fixas, os Estados Unidos ainda se apegam à OTAN, a despeito de sua irrelevância geral, dado o fim da Guerra Fria, em parte porque isso mantém o planejamento e o desenvolvimento militar europeus sob o comando norte-americano. Os Estados Unidos apóiam, por exemplo, a idéia de que a Europa desenvolva sua própria força militar de resposta rápida, mas desde que ela permaneça sob o comando da OTAN. O fato de esta última não corresponder à União Européia é para os Estados Unidos uma clara vantagem, pois dificulta ainda mais a tradução da lógica territorial numa força militar e política coerente.

Divisões na União Européia, principalmente entre países pró-americanos e os que buscam afirmar uma política independente, são neste momento demasiado fortes para que se imagine uma estratégia militar e externa comum. É improvável que a União Européia crie uma base coe-

34. MITTELMAN, *The Globalization Syndrome*.

rente para que sua própria “lógica territorial do poder” se projete no mundo no futuro imediato. Mas as coisas nessa frente podem mudar com rapidez, em particular se o governo norte-americano continuar a abordar a opinião da União Européia com um devastador misto de desdém e grosseira desconsideração. A União Européia por certo constitui um *hegemon* regional, mas seu potencial de rivalizar com os Estados Unidos está hoje restrito às esferas da produção e das finanças.

No presente momento, o desafio ao domínio norte-americano representado pelos países do Leste e do Sudeste asiáticos parece bem mais sério. O poder financeiro e produtivo continua a se acumular na região, drenando o poder tanto da América do Norte como, em menor grau, da Europa. Ao contrário desta última, a região mostra poucos indícios de algum esforço de criação de uma estrutura formal de poder político-militar, e as relações entre Estados são antes em rede do que formais, antes capitalistas que territoriais. Os Estados Unidos, de qualquer maneira, exercem hoje certo nível de controle político e militar sobre os governos do Japão, de Taiwan e, até bem recentemente, da Coreia do Sul, o que dificultaria toda manobra política independente desses países. Logo, embora pareça improvável que se desenvolva na região alguma lógica territorial coerente de poder, o poder da lógica capitalista se mostra cada vez mais avassalador e prospectivamente hegemônico na economia global, em particular tendo em vista que o enorme peso da China e, em menor grau, da Índia entra cada vez mais no cenário. Vamos examinar as conseqüências econômicas dessas mudanças no capítulo 3, mas surge de fato uma questão política e militar, pois a China não é dominada pelos Estados Unidos da mesma maneira como o é o Japão e tem a capacidade de assumir — e, por vezes, parece ter essa propensão — um papel de liderança territorial na região como um todo. A contenção política e militar da China seria tão essencial à manutenção da hegemonia global norte-americana quanto uma política de dividir para governar para a Europa. E, no tocante a isso, o controle das reservas de petróleo do Oriente Médio serviria muito bem aos interesses dos Estados Unidos caso o país viesse a julgar necessário conter ambições geopolíticas chinesas. Há porém nisso tudo um delicado equilíbrio entre manter o mundo aberto o suficiente para permitir que a lógica capitalista se desenvolva relativamente livre de restrições e a manutenção da lógica territorial com estabilidade e limitação suficientes para evitar o surgimento de qualquer contestação de monta ao domínio militar e político dos Estados Unidos.

Essas não são, no entanto, as únicas configurações de poder territorial que se pode imaginar. Embora a relativa fixidez das organizações terri-

toriais milite contra a fluidez, podem ocorrer e de fato ocorrem rápidas mudanças na natureza das alianças. Quando, por exemplo, a política dos Estados Unidos com relação ao Iraque criou no começo de 2003 um vínculo de resistência entre a França, a Alemanha e a Rússia, e até com o apoio da China, tornou-se possível discernir os fracos contornos de um bloco de poder eurasiático que Halford Mackinder previra muito tempo atrás que poderia com facilidade dominar geopoliticamente o mundo. O fato de há muito os Estados Unidos estarem nervosos com a possibilidade de um tal bloco de poder se evidenciou na maneira como o país reagiu fortemente aos acenos de De Gaulle à União Soviética nos anos 1960 e à *Ostpolitik* [política oriental] de Willy Brandt nos anos 1970. Henry Kissinger exprimiu com vigor o fato de os Estados Unidos ainda terem muito a temer desse alinhamento ao observar que este pressagiava uma volta a uma política do equilíbrio de poder típica do século XIX, acrescentando lamuriosamente que, nesse caso, “não está claro que os Estados Unidos venham a perder”, admitindo assim a possibilidade bem real de que eles pudessem vir a perder<sup>35</sup>. O fato de o governo Bush ter podido gerar uma tão atemorizadora contra-aliança em menos de um ano mostra a rapidez com que podem ocorrer realinhamentos geopolíticos e a facilidade com a qual erros catastróficos podem destruir anos de cuidadoso cultivo de proteções diplomáticas e militares. Nesse sentido, a invasão norte-americana do Iraque assume um significado ainda mais amplo. Não constitui apenas um esforço de controle da torneira global do petróleo e, portanto, de controle da economia global mediante o domínio do Oriente Médio. Constitui igualmente uma forte cabeça de ponte militar norte-americana na massa territorial eurasiática que, quando tomada em conjunto com as alianças que os Estados Unidos procuram firmar da Polônia aos Bálcãs, produz uma forte posição geoestratégica na Eurásia que tem ao menos o potencial de desfazer toda consolidação de um poder eurasiático — que poderia de fato ser o próximo passo da acumulação interminável de poder político que tem sempre de acompanhar a acumulação igualmente interminável do capital.

O final da Guerra Fria implicou claramente que grandes mudanças estavam a caminho. A lógica territorial do poder está em mutação, mas os resultados de modo algum estão estabelecidos de antemão. Também está claro agora que as lógicas territorial e capitalista convivem num estado de alta tensão. Sob Bush, a lógica territorial norte-americana foi tornada

35. Citado em P. TYLER, “Threats and Responses. News Analysis: A Deepening Fissure”, *New York Times*, 6 de março de 2003, 1.

clara, sendo esse o motivo de todo o atual discurso sobre o império e o novo imperialismo ser tão centrado nos Estados Unidos. Mas o equilíbrio de forças em ação na lógica capitalista aponta para direções bem diferentes. O desfecho depende fortemente, por conseguinte, de uma melhor compreensão de como está funcionando a lógica capitalista do poder. É esse aspecto que será tratado no capítulo 3.

## 3

## A opressão via capital

A sobrevivência do capitalismo durante tão longo período, em meio a múltiplas crises e reorganizações, acompanhadas de sinistras previsões, vindas tanto da esquerda como da direita, de sua queda iminente, é um mistério que requer esclarecimento. Lefebvre, por exemplo, embora tenha encontrado a chave em seu celebrado comentário de que o capitalismo sobrevive mediante a produção de espaço, infelizmente não conseguiu explicar como ou por que exatamente isso poderia ser o caso<sup>1</sup>. É certo que tanto Lenin como Rosa Luxemburgo, embora por razões bem distintas e usando formas bem diferentes de argumentação, consideraram que o imperialismo — certa forma de produção e uso do espaço global — era a resposta do enigma, mas em ambos os casos essa solução era finita e, por conseguinte, repleta de suas próprias contradições terminais.

Foi nesse contexto que, por meio de uma série de publicações que começaram há mais de 20 anos, propus a teoria da “ordenação espacial” (mais precisamente ordenação espaço-temporal) para as contradições internas, tendentes a gerar crises, da acumulação do capital<sup>2</sup>. O ponto

1. H. LEFEBVRE, *The Survival of Capitalism: Reproduction of the Relations of Production*, trad. F. Bryant, New York, St Martin's Press, 1976.

2. Muitos desses ensaios dos anos 1970 e 1980 foram republicados em D. HARVEY, *Spaces of Capital: Towards a Critical Geography*, New York, Routledge, 2001. A principal linha de argumentação também pode ser encontrada em D. HARVEY, *The Limits to Capital*, Oxford, Basil Blackwell, 1982; reed. London, Verso Press, 1999.

central desse argumento vinculava-se a uma tendência capitalista crônica, derivada teoricamente de uma reformulação da teoria da tendência de queda da taxa de lucro, de Marx, de produzir crises de sobreacumulação<sup>3</sup>. Essas crises são tipicamente registradas como excedentes de capital (em termos de mercadoria, moeda e capacidade produtiva) e excedentes de força de trabalho lado a lado, sem que haja aparentemente uma maneira de conjugá-los lucrativamente a fim de realizar tarefas socialmente úteis. O exemplo mais óbvio disso foi a queda dos anos 1930, quando a capacidade de utilização chegou ao nível mais baixo da história, os excedentes de mercadorias não podiam ser vendidos e o desemprego alcançou o nível mais elevado de todos os tempos. O efeito foi a desvalorização e em alguns casos a destruição dos excedentes de capital e a redução dos excedentes de força de trabalho a uma deplorável condição. Sendo a falta de oportunidades lucrativas o cerne da dificuldade, o principal problema econômico (em oposição a social e político) está no lado do capital. Se se deve evitar a desvalorização, é imperativo descobrir maneiras lucrativas de absorver os excedentes de capital. A expansão geográfica e a reorganização espacial proporcionam tal opção. Não é contudo possível divorciar essa opção de mudanças temporais em que o capital excedente é deslocado para projetos de longo prazo que precisam de muitos anos para devolver seu valor à circulação mediante a atividade produtiva que sustentam. Como a expansão geográfica com frequência envolve investimento em infra-estruturas físicas e sociais de longa duração (por exemplo, em redes de transporte e comunicações, bem como em educação e pesquisa), a produção e a reconfiguração das relações espaciais oferecem um forte meio de atenuar, se não de resolver, a tendência à formação de crises no âmbito do capitalismo. O governo dos Estados Unidos tentou reagir ao problema da sobreacumulação nos anos 1930, por exemplo, implantando projetos de obras públicas voltadas para o futuro em lugares até então não desenvolvidos, com a intenção direta de absorver os excedentes de capital e trabalho então disponíveis (incidentalmente, foi no mesmo espírito que os nazistas construíram suas vias expressas naqueles anos).

A lógica capitalista (em oposição à lógica territorial) do imperialismo tem de ser entendida, afirmo eu, contra esse pano de fundo de buscar “ordenações espaço-temporais” para o problema do capital excedente (e, repito, é antes o capital excedente do que o trabalho excedente que tem de ser o foco primário de atenção analítica). Para entender como isso

3. Minha própria versão desse argumento teórico é detalhada em HARVEY, *Limits to Capital*, caps. 6 e 7.

acontece, tenho primeiro de descrever, se bem que em termos esquemáticos e bem gerais, como o capital circula no espaço e no tempo para criar sua própria geografia histórica peculiar. Ao fazê-lo, tentarei manter a relação dialética entre a política do Estado e do império, por um lado, e os movimentos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo, por outro, firmemente assentada no centro da argumentação. Começo pois com algumas observações básicas sobre a importância do Estado como arcabouço territorializado no interior do qual agem os processos moleculares de acumulação do capital.

### Poderes do Estado e acumulação do capital

A acumulação do capital por meio da troca de mercado fixadora de preços floresce melhor no âmbito de certas estruturas institucionais da lei, da propriedade privada, do contrato e da segurança da forma-dinheiro. Um Estado forte dotado de poderes de polícia e do monopólio dos meios de violência pode garantir tal arcabouço institucional e sustentá-lo com arranjos constitucionais definidos. A formação do Estado em associação com o surgimento da constitucionalidade burguesa têm sido por conseguinte características cruciais da longa geografia histórica do capitalismo.

Os capitalistas não requerem absolutamente esse arcabouço para funcionar, mas na ausência dele encontram maiores riscos. Eles têm de se proteger em ambientes que podem não reconhecer ou não aceitar suas regras e maneiras de fazer negócios. Comerciantes e negociantes sobrevivem estabelecendo seus próprios códigos de honra e de ação (mais ou menos como os cambistas de rua ainda o fazem em boa parte do Oriente Médio). Eles desenvolvem redes de confiança entre si (por vezes no âmbito da família — como fizeram os Rothschild no século XIX — e do parentesco) e usam sua própria violência substituta (como têm feito com frequência os capitalistas mercantis) tanto dentro como contra o poder do Estado a fim de proteger suas propriedades e atividades de negócios da ameaça de forças ou poderes antagônicos do Estado. Podem precisar opor-se às leis do Estado quando as forças deste são hostis (como foi o caso de muitos países ex-comunistas) ou ser indiferentes às suas atividades<sup>4</sup>. Essa

4. Um fascinante exemplo disso pode ser encontrado em L. ZHANG, *Strangers in the City: Reconfigurations of Space, Power and Social Networks within China's Floating Population*, Stanford, Stanford University Press, 2001.

contraposição à lei pode assumir formas perversas como máfias, cartéis de drogas e assim por diante, mesmo no cerne de fortes Estados pró-capitalistas. Em outros casos, os capitalistas podem garantir para si enclaves protegidos. Os mapas das cidades da Europa medieval criavam ilhas de direitos burgueses de cidadania no meio de relações feudais. Outros exemplos são os postos comerciais das companhias das Índias Orientais ou da bacia do rio Hudson e as zonas de empreendimento destinadas a investimentos estrangeiros hoje estabelecidas, por exemplo, na China. Os processos moleculares de acumulação do capital podem criar, e efetivamente criam, suas próprias redes e estruturas de operação no espaço de inúmeras maneiras, incluindo o parentesco, as diásporas, os vínculos religiosos e étnicos e os códigos lingüísticos como formas de produzir intrincadas redes espaciais de atividades capitalistas independentes das estruturas do poder do Estado.

— Não obstante, a condição preferida para a atividade capitalista é um Estado burguês em que instituições de mercado e regras contratuais (incluindo as do contrato de trabalho) sejam legalmente garantidas e em que se criem estruturas de regulação para conter conflitos de classes e arbitrar entre as reivindicações de diferentes facções do capital (por exemplo, entre interesses mercantis, financeiros, manufatureiros, agrários e rentistas). Políticas relativas à segurança da oferta de dinheiro e aos negócios e relações comerciais externos também têm de ser estruturadas para beneficiar a atividade de negócios.

Naturalmente, nem todos os Estados agem de maneira apropriada, e mesmo quando o fazem exibem uma variedade de arranjos institucionais passíveis de produzir resultados bem diferentes entre si. Logo, muito tem dependido da maneira como o Estado vem a se formar e dos agentes dessa formação, e daquilo que o Estado é, foi ou é capaz, ou esteve ou está preparado, para fazer em apoio ou em oposição a processos de acumulação do capital. O Estado, como veremos no capítulo 4, tem tido um papel-chave na acumulação original ou primitiva, usando seus poderes não apenas para formar a adoção de arranjos institucionais capitalistas mas também para adquirir e privatizar ativos como a base original da acumulação do capital (são exemplos óbvios disso a expropriação de bens da Igreja quando da Reforma ou a absorção de terras de uso comum [partilhadas] por meio da ação estatal na Inglaterra). Mas o Estado assume ainda todo tipo de outros papéis influentes (entre eles, a taxaço). As diferenças de formação do Estado e de políticas estatais sempre foram importantes. O Estado britânico, tendo sido bem mais influenciado por capitalistas mercantis, teve com relação à acumulação um papel bem

distinto do papel do Estado francês, pois na França predominavam os interesses dos proprietários de terra. Os dois países chegaram mesmo a produzir teorias econômicas bem distintas para explicar e justificar suas respectivas atitudes. Os ingleses se apegaram ao mercantilismo da obra de Munn, *England's Treasure by Foreign Trade* [O Tesouro da Inglaterra por meio do comércio externo], que se concentrava na acumulação de riqueza via metais a partir do comércio, enquanto os franceses apoiaram a noção fisiocrata de que toda riqueza (valor) derivava da terra e que, por conseguinte, o comércio e a indústria eram formas secundárias e parasitas de criação de riqueza. O poder estatal hostil à acumulação privada de riqueza — como vinha sendo havia muito, e até bem recentemente, o caso da China — pode manter um país no atraso. Os Estados socialdemocratas tipicamente procuram conter a exploração excessiva da força de trabalho e favorecem os interesses de classe do trabalho sem abolir o capital. Por outro lado, o Estado pode ser um agente ativo de acumulação do capital. Os Estados desenvolvimentistas do Leste e do Sudeste asiáticos (como Cingapura, Taiwan e a Coréia do Sul) têm influído diretamente na dinâmica da acumulação do capital por meio de suas ações (com frequência restringindo as aspirações do trabalho). Mas esse tipo de intervencionismo estatal já existe há muito tempo. A Alemanha de Bismarck e o Japão da restauração Meiji ocuparam um lugar proeminente como territórios de acumulação do capital em parte por causa do papel de forte apoio, se não de imposição, do poder estatal. E a tradição *dirigiste* [dirigista] francesa (exemplificada nas políticas gaullistas dos anos 1960) dotou a acumulação de uma qualidade peculiar que a diferenciou, por exemplo, da da Inglaterra (como reconhece todo aquele que viaja pelos sistemas ferroviários). E, naturalmente, quando se trata de batalhas em torno da hegemonia, do colonialismo e da política imperial, bem como de aspectos mais mundanos das relações externas, o Estado há muito tempo, e ainda hoje, é o agente fundamental da dinâmica do capitalismo global.

Os Estados não são os únicos atores territoriais relevantes. Conjuntos de Estados (blocos regionais de poder tanto constituídos como redes informais, no Leste e no Sudeste asiáticos, por exemplo, ou, mais formalmente, como na União Européia) não podem ser ignorados, o mesmo ocorrendo com entidades subnacionais como governos regionais (estados nos Estados Unidos) e regiões metropolitanas (Barcelona unida à Catalunha, ou a área da baía de San Francisco). O poder político, o governo territorializado e a administração se constituem numa variedade de escalas geográficas e compõem um conjunto hierarquicamente organiza-

do de ambientes politicamente carregados no âmbito dos quais ocorrem os processos moleculares de acumulação do capital.

Mas descrever a evolução do capitalismo como mera expressão dos poderes do Estado no âmbito de um sistema interestados caracterizado por lutas competitivas por posição e hegemonia — como tende a acontecer em boa parte da teoria dos sistemas mundiais — é demasiado limitador. É tão errôneo quanto descrever a evolução histórico-geográfica do capitalismo como se fosse completamente infensa à lógica territorial do poder. Mas Arrighi lança uma importante questão: como a relativa fixidez e a lógica peculiar do poder territorial se compatibilizam com a fluida dinâmica da acumulação do capital no espaço e no tempo?<sup>5</sup> Para dar uma resposta a isso, precisamos primeiro especificar como agem de fato no espaço e no tempo os processos moleculares de acumulação do capital. Ao fazê-lo, vou supor por conveniência a existência prévia de um conjunto estável e apropriado de arranjos institucionais garantidos e facilitados pelo poder do Estado.

### A produção de uma economia do espaço

Em algumas publicações anteriores, estabeleci uma detalhada teoria de como uma economia do espaço surge de processos de acumulação do capital<sup>6</sup>. Retomo aqui os principais pontos dessa argumentação apenas de forma sumária.

As trocas de bens e serviços (incluindo a força de trabalho) quase sempre envolvem mudanças de localização. Elas definem desde o começo um conjunto em interseção de movimentos espaciais que criam uma geografia peculiar da interação humana. Esses movimentos espaciais estão sujeitos à fricção da distância e, por conseguinte, os vestígios que deixam na terra registram invariavelmente os efeitos dessa fricção, fazendo na maioria das vezes que as atividades se agreguem no espaço de formas que minimizem essas fricções. As divisões territoriais e espaciais do trabalho (sendo a distinção entre cidade e campo uma das mais evidentes modalidades iniciais) surgem desses processos interativos de troca no espaço. Assim, a atividade capitalista produz o desenvolvimento geográfico desigual, mesmo na ausência de diferenciação geográfica em ter-

mos de dotação de recursos e de possibilidades, fatores que acrescentam seu peso à lógica das diferenciações e especializações espaciais e regionais. Impelidos pela concorrência, capitalistas individuais buscam obter vantagens competitivas<sup>7</sup> no interior dessa estrutura espacial, tendendo portanto a ser atraídos ou impelidos a mudar para os locais em que os custos sejam menores ou as taxas de lucro maiores. O capital excedente de um lugar pode encontrar emprego noutro lugar em que as oportunidades de lucro ainda não foram exauridas. Vantagens em termos de localização desempenham para capitalistas individuais um papel semelhante aos derivados das vantagens tecnológicas, e em certas situações essas vantagens podem substituir-se entre si.

Em alguns aspectos, essa linha de argumentação está em paralelo com a da teoria clássica da localização (tal como estabelecida nas obras de Johann Heinrich von Thünen, Alfred Weber e August Lösch, mais tarde sintetizada na obra de Walter Isard)<sup>8</sup>. A principal diferença reside no fato de essas obras terem tipicamente buscado identificar um equilíbrio espacial na paisagem geográfica da atividade capitalista, enquanto no meu caso os processos de acumulação do capital são vistos como em perpétua expansão e, portanto, em permanente ação de rompimento de toda tendência ao equilíbrio.

Além disso, a teoria clássica da localização supunha uma racionalidade econômica que pouca relação tem com os comportamentos capitalistas reais. Por exemplo, a teoria definia o que chamou de “o escopo espacial de um bem” em termos da distância radial de um ponto de produção em que o preço de mercado (medido como produção mais custo de transporte) põe esse bem além do que os consumidores se disporiam a pagar ou poderiam pagar por ele. Mas os bens não levam a si mesmos ao mercado — quem faz isso são os comerciantes. O papel histórico dos capitalistas mercantis tem envolvido o constante teste e a derrubada de barreiras espaciais (com frequência bem além daquilo que se consideraria “racional”) e a abertura de novas modalidades de movimento e de espaços para o comércio. Por exemplo, diante de mercados locais confinados e altos custos de transporte, os mercadores medievais tornaram-se vendedores ambulantes que vendiam seus produtos em seus deslocamentos por vastas áreas. Exatamente da mesma maneira como impõe fortes impulsos de dinamismo

5. ARRIGHI, SILVER, *Chaos and Governance*, 48-49.

6. HARVEY, *Limits to Capital*; ID., *Spaces of Capital*; ID., *The Urban Experience*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1989.

7. *Competitive advantages*, não *comparative advantages* (vantagens comparativas). Trata-se de conceitos distintos. (N.T.)

8. W. ISARD, *Location and the Space Economy*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 1956.

tecnológico perturbador às economias capitalistas (na medida em que capitalistas individuais buscam vantagens competitivas mediante a adoção de uma tecnologia superior), o comportamento competitivo gera também um estado de perpétuo movimento e de instabilidade crônica na distribuição espacial de atividades capitalistas, na medida em que os capitalistas buscam localizações superiores (isto é, de menor custo). A paisagem geográfica da produção, da troca, da distribuição e do consumo capitalistas nunca está em equilíbrio.

A competição no âmbito de um sistema espacial é no entanto, como reconheceram corretamente os teóricos neoclássicos da ordem espacial (Chamberlain, Hotteling e Lösch), uma espécie de competição *monopolista*<sup>9</sup>. Essa estranha forma híbrida de competição surge em primeira instância por causa das exclusões advindas da peculiaridade da localização. A localização espacial sempre confere certa vantagem monopolista. A propriedade privada da terra envolve em sua própria base certo poder monopolista: ninguém pode colocar sua fábrica no lugar em que a minha já está. E, se vantagens especiais estão presentes em minha localização, estas só a mim pertencem. Isso propicia, no âmbito de uma economia do espaço, a livre ação da preferência capitalista pelo controle monopolista em oposição à competição aberta. Embora a teoria abstrata do capitalismo (incluindo sua variante neoliberal) recorra o tempo todo aos ideais da competição, os capitalistas cobiçam poderes de monopólio porque estes proporcionam segurança, calculabilidade e uma existência de modo geral mais pacífica. Além disso, o produto final da competição é o monopólio ou o oligopólio, e quanto mais intensa a competição tanto mais rápido o sistema converge para esses estados; testemunha-o a incrível ascensão de situações de monopólio e oligopólio em muitos setores da economia (de empresas aéreas e energéticas aos meios de comunicação e diversões) nos últimos trinta anos de hegemonia neoliberal na política econômica dos Estados capitalistas nucleares. Os capitalistas podem usar, e naturalmente usam, estratégias espaciais para criar e proteger poderes de monopólio onde quer e quando quer que lhes seja permitido. O controle de localizações estratégicas ou complexos de recursos essenciais é uma importante arma. Em alguns casos, o poder monopolista é potente o bastante para inibir o dinamismo da geografia do capitalismo, introduzindo fortes ten-

9. E. CHAMBERLAIN, *The Theory of Monopolistic Competition*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1933; A. LÖSCH, *The Economics of Location*, trad. William H. Woglom (assist. Wolfgang F. Stolper), New Haven, Yale University Press, 1954.

dências de inércia e estagnação geográficas. A tendência ao dinamismo espacial advinda da busca competitiva de lucros é combatida pela reunião de poderes monopolistas no espaço. É exatamente desses centros que emanam tipicamente práticas imperialistas e clamores por uma presença imperial. Lenin e Hilferding estavam portanto certos em enfatizar a importante ligação interior entre monopolização e imperialismo.

As assimetrias da troca identificadas no capítulo 2 como cruciais para a compreensão da lógica econômica do imperialismo advêm da competição monopolista. As desigualdades resultantes assumem uma expressão espacial e geográfica particular, de modo geral na forma de concentrações de privilégios e poderes em certos lugares em vez de em outros. No passado, os altos custos do transporte e outras barreiras ao movimento (como tarifas, encargos e quotas) implicavam a existência de muitos monopólios locais. Eu comia a comida local e tomava a cerveja local porque a alta fricção da distância não me dava opção. Mas as proteções desse tipo desaparecem com a redução dos custos do transporte e a remoção de barreiras políticas ao comércio graças a arranjos como a OMC. Como legumes da Califórnia em Paris e bebo em Pittsburgh cervejas importadas do mundo inteiro. Mesmo os fabricantes de automóveis de Detroit, que nos anos 1960 eram considerados um exemplo do tipo de condição de oligopólio característico daquilo que Baran e Sweezy definiram como "capitalismo monopolista"<sup>10</sup>, viram-se seriamente ameaçados por importações, especialmente vindas do Japão. Os capitalistas tiveram portanto de descobrir outras maneiras de criar e preservar seus tão cobiçados poderes monopolistas. As duas principais manobras a que recorreram foram: uma ampla centralização do capital, que busca o domínio por meio do poder financeiro, economias de escala e posição de mercado, e a ávida proteção das vantagens tecnológicas (que são sempre, como já indiquei, um substituto das vantagens locais) por meio de direitos de patente, leis de licenciamento e direitos de propriedade intelectual. Não por acaso, estes últimos tem sido alvo de intensas negociações no âmbito da OMC, tendo produzido o chamado Acordo TRIPS [Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPs) Agreement — Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio].

Tudo isso assinala a grande importância da capacidade de mover no espaço mercadorias, capacidade produtiva, pessoas e dinheiro. As condições vigentes nas indústrias de transportes e comunicações têm quanto

10. P. BARAN, P. SWEEZY, *Monopoly Capital; An Essay on the American Economic and Social Order*, New York, Monthly Review Press, 1966.

a isso papel vital. Ao longo da história capitalista, as inovações tecnológicas nesse campo têm alterado de maneira dramática as condições da espacialidade (a fricção da distância) e produzido todo gênero de instabilidades na economia espacial do capitalismo. As razões subjacentes ao que Marx denominou “a aniquilação do espaço por meio do tempo” foram descritas extensamente alhures e não vejo por que as repetir aqui<sup>11</sup>. Mas o que pode ser derivado teoricamente, e que é compatível com o registro histórico-geográfico do capitalismo, é um incessante impulso de redução, se não de eliminação, de barreiras espaciais, associado a impulsos igualmente incessantes de aceleração da taxa de giro do capital. A redução do custo e do tempo do movimento provou ser uma necessidade vital de um modo de produção capitalista. A tendência à “globalização” é inerente a esse esforço, e a evolução da paisagem geográfica da atividade capitalista tem sido impelida sem remorsos por etapa após etapa de compressão do espaço-tempo.

Uma das conseqüências adicionais desse processo é um impulso perpétuo de transformação da escala geográfica em que se define a atividade capitalista. Assim como o advento das vias férreas e do telégrafo no século XIX reorganizou por inteiro a escala e a diversidade das especializações regionais, bem como da urbanização e da “regionalidade” em geral, assim também a onda mais recente de inovações (de aviões a jato e do uso de contêineres à Internet etc.) alterou a escala de articulação da atividade econômica. Sem esses impulsos, a escala em mutação do poder hegemônico, a que me referi no capítulo 2, seria tanto materialmente impossível como teoricamente incompreensível. Reterritorializações como a União Européia (com que se sonhou na época do Iluminismo e que pensadores utópicos como Saint-Simon propuseram ativamente no começo do século XIX) não apenas se tornam mais praticáveis como são cada vez mais uma necessidade econômica. Isso porém não significa, naturalmente, que as mudanças políticas sejam mera função dessas transformações materiais de relações espaciais — as coisas são bem mais complexas. Porém, mudar relações espaciais de fato funciona como condição necessária que molda as reorganizações políticas que nos cercam. Eis, como veremos em breve, um aspecto crucial em que se interseccionam as lógicas territorial e capitalista.

11. Ver HARVEY, *Limits to Capital*; ID., *The Condition of Postmodernity*, Oxford, Basil Blackwell, 1989, parte III. [Ed. bras.: *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992. (N.T.)].

As condições particulares das indústrias de transportes e comunicações ilustram um problema mais geral. O movimento fluido *sobre* o espaço só pode ser estabelecido mediante a instalação de certas infra-estruturas físicas *no* espaço. Vias férreas, rodovias, aeroportos, instalações portuárias, redes de cabos, sistemas de fibra ótica, redes elétricas, sistemas de água e esgoto, oleodutos etc. constituem “capital fixo incorporado à terra” (em oposição a formas de capital fixo como as aeronaves e as máquinas, que podem ser movidas). Essas infra-estruturas físicas absorvem um bom volume de capital, cuja recuperação depende de seu uso *in situ*. O capital investido em instalações portuárias em que nenhum navio aporta é capital perdido. Embora facilite a mobilidade espacial de outras formas de capital e trabalho, o capital fixo investido na terra requer que as interações espaciais sigam o padrão geográfico fixado de seus investimentos para que seu próprio valor se realize. Como resultado, o capital fixo incorporado à terra — o que inclui fábricas, escritórios, unidades habitacionais, hospitais e escolas, bem como o capital incorporado às infra-estruturas de transporte e comunicação — age como importante fator de oposição a transformações geográficas e à relocação da atividade capitalista. Mais uma vez, vemos forças tendentes à inércia geográfica opondo-se ao dinamismo. É substancial o volume de capital incorporado às infra-estruturas físicas de cidades como Nova York, Londres ou Tóquio-Yokohama e, como mostrou com clareza a breve interrupção ocorrida em Nova York em função do 11 de setembro, tudo o que detém os fluxos de capital para dentro e para fora desses locais pode ter efeitos catastróficos. Além disso, o padrão específico desses investimentos cria para os capitalistas individuais mais maneiras de se apropriar dos privilégios monopolistas vinculados à localização. O fomentador que por acaso controla o terreno em que se projeta construir um grande entroncamento de vias expressas pode obter imensas vantagens especulativas em termos do valor da terra, bem como dos investimentos (como prédios de escritórios e hotéis) nela feitos.

Deve ter ficado claro do que expus até agora que a paisagem geográfica da atividade capitalista está eivada de contradições e tensões e que ela é perpetuamente instável diante de todos os tipos de pressões técnicas e econômicas que sobre ela incidem. As tensões entre competição e monopólio, concentração e dispersão, centralização e descentralização, fixidez e movimento, dinamismo e inércia, entre diferentes escalas de atividade — todas essas tensões advêm dos processos moleculares de acumulação interminável do capital no espaço e no tempo. E essas tensões se vêem apreendidas pela lógica expansionista geral de um sistema capita-

lista em que a acumulação interminável do capital e sua busca eterna de lucros constituem a dominante. O efeito agregado é, como com frequência tive motivos para formular no passado, que o capital busca perpetuamente criar uma paisagem geográfica para facilitar suas atividades num dado ponto do tempo simplesmente para ter de destruí-la e construir uma paisagem totalmente diferente num ponto ulterior do tempo a fim de adaptar sua sede perpétua de acumulação interminável do capital. Esta é a história da destruição criativa inscrita na paisagem da geografia histórica completa da acumulação do capital.

### **A lógica capitalista do poder em oposição à lógica política/territorial do poder**

Os processos moleculares de acumulação do capital que operam no tempo e no espaço geram revoluções passivas no padrão geográfico da acumulação do capital. Mas as tensões e contradições que identifiquei também podem dar origem a configurações geográficas que atingem estabilidade, ao menos por algum tempo. Referir-me-ei a essas configurações relativamente estáveis com o termo “regiões”, que defino como economias regionais que alcançam certo grau de coerência estruturada em termos de produção, distribuição, troca e consumo — ao menos por algum tempo. Os processos moleculares convergem, por assim dizer, na produção da “regionalidade”. Esta não é, naturalmente, uma descoberta original. É muito conhecida de geógrafos do território, bem como de geógrafos históricos e econômicos, e inclusive de historiadores econômicos como Sydney Pollard, que acentuam o desenvolvimento regional e o desenvolvimento das regiões como característica fundamental do desenvolvimento econômico britânico. Há uma longa tradição da teoria econômica, que se inicia com Alfred Marshall (com sua ênfase nos distritos de produção industrial — hoje chamados “marshallianos”) e inclui Perroux (com sua ênfase nos pólos de crescimentos) e Paul Krugman (com seu interesse em economias regionais “auto-organizadoras”), que vê a produção da organização regional como ao mesmo tempo consequência inevitável da dinâmica da acumulação do capital e condição básica de sua compreensão<sup>12</sup>. Cientistas políticos como Mittelman acentuaram recentemente a importância da organização regional nos níveis supranacional

12. P. KRUGMAN, *Development, Geography and Economic Theory*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 1995.

e subnacional na compreensão das complexas correntes entrelaçadas que agem no âmbito da economia global<sup>13</sup>.

As fronteiras de regiões desse tipo são sempre difusas e porosas, mas os fluxos intervenculados no âmbito do território produzem uma coerência estruturada suficiente para caracterizar a área geográfica como de alguma maneira peculiar com relação a todas as outras áreas de uma economia nacional ou supranacional. A coerência estruturada de modo geral vai bem além das puras trocas econômicas, por mais fundamentais que elas sejam, pois tipicamente abrange atitudes, valores culturais, crenças e mesmo afiliações religiosas e políticas entre os capitalistas e aqueles que são por eles empregados. A necessidade de produzir e manter bens coletivos exige a instauração de algum sistema de governo, de preferência formalizado em sistemas de administração no interior da região. Pode-se formar alianças entre classes dominantes e a classe hegemônica no âmbito da região, conferindo à atividade política, assim como à econômica, um caráter peculiar. Essas classes podem ter de preocupar-se com bens públicos, podendo por conseguinte ver-se forçadas a envolver-se no fornecimento público. A formação de infra-estruturas físicas e sociais tanto para apoiar a atividade econômica como para garantir e promulgar valores culturais e educacionais, e muitos outros aspectos da vida cívica, reforça tipicamente a coerência daquilo que começa a surgir como entidade regional no âmbito da economia global. Padrões de comércio e competição, bem como a especialização e a concentração em indústrias-chave ou com combinações tecnológicas, ou então em relações e capacidades de trabalho particulares, interligam economias regionais, de maneira frouxa, na forma de algum todo padronizado de desenvolvimento geográfico desigual. O que acontece exatamente quanto à dinâmica interna e às relações externas depende da estrutura de classes que surge e dos gêneros de aliança de classes que se formam no âmbito de questões de governo e em torno dessas questões<sup>14</sup>.

O aspecto fundamental a considerar é contudo que uma lógica territorial do poder — uma “regionalidade” —, informal, porosa, mas mesmo assim identificável, advém necessária e inevitavelmente dos processos moleculares de acumulação do capital no tempo e no espaço, e que a competição e a especialização inter-regionais nessas e entre essas economias regionais se tornam por conseguinte um aspecto fundamental do funcionamento do capitalismo. Isso evoca então a pergunta vital: como

13. MITTELMAN, *The Globalization Syndrome*.

14. HARVEY, *The Urban Experience*, cap. 5.

essa regionalidade em evolução a que se chegou por meio dos processos moleculares de acumulação do capital em sua operação no tempo e no espaço se correlaciona com a lógica territorial do poder expressa por meio da política do Estado e do império?

A resposta é em primeira instância que elas não têm necessariamente nenhuma relação direta entre si. Pollard, por exemplo, estima que as economias regionais que tiveram esse papel-chave na revolução industrial britânica, nos anos finais do século XVIII, não tinham mais de trinta quilômetros, sendo efetivamente pequenas ilhas numa comunidade política britânica bem maior cujas fronteiras haviam se formado ao menos duzentos anos antes<sup>15</sup>. Essas pequenas ilhas geraram todavia impulsos que acabariam por engolfar toda a nação. Com o passar do tempo e a mudança dos sistemas de transportes e comunicações, elas se desenvolveram e se fundiram em regiões bem maiores que incluíam, por exemplo, Birmingham, todo o território das Midlands, de Manchester e todo o sul da conurbação formada por Lancashire e West Yorkshire. Essas regiões se tornaram tão influentes que sua política e seus interesses assumiram um papel deveras importante, se não determinante, na maneira como a nação inteira era governada. Chegaram mesmo a disseminar suas próprias filosofias particulares, tendo a “escola de Manchester” de livre-comerciantes, liderada por Richard Cobden e John Bright, se atrevido a considerar seus interesses especiais como sendo o da nação como um todo. Birmingham, personificada na figura de Joseph [“Radical Joe”] Chamberlain, assumiu uma perspectiva bem distinta, como veremos. Não obstante, é justo dizer que a política do Estado para a Inglaterra como um todo foi capturada por interesses regionais que não eram necessariamente os do resto do país (mesmo a pobre Escócia raramente foi considerada). O eixo que vai de Londres às Midlands, passando por Birmingham e subindo na direção das conurbações de Lancashire e Yorkshire, dominou a política britânica por boa parte de um século e até hoje exerce impacto e influência enormes. Pode-se descrever da mesma maneira a história de toda a Europa, e, naturalmente, os níveis da região e do setor nos Estados Unidos têm tido grande importância histórica na medida da mudança do poder do Nordeste e do Meio-Oeste para o Sul, o Sudoeste e a Costa do Pacífico<sup>16</sup>. O delta do rio Pearl e o baixo Yangtzé (Xangai)

contêm dinâmicos centros de poder na China que dominam em termos econômicos (não necessariamente políticos) o resto do país. Em suma, o continente que é o Estado territorial vê-se com frequência capturado por algum interesse ou coalizão de interesses regionais dominantes em seu interior, claro que até que alguma outra região surja para se contrapor a estes ou assumir a primazia com relação a eles. Essas mudanças de influência de uma para outra região, de uma escala para outra, são precisamente o resultado típico das revoluções passivas derivadas dos processos moleculares de acumulação interminável do capital. Porém o princípio geral é claro: a regionalidade se cristaliza segundo sua própria lógica a partir de processos moleculares de acumulação do capital que ocorrem no tempo e no espaço. No devido tempo, as regiões assim formadas vêm a desempenhar um papel crucial na maneira como se posiciona o corpo político do Estado como um todo, definido tão-somente de acordo com alguma lógica territorial.

O Estado, no entanto, não é inocente, nem necessariamente passivo, em relação a esses processos. Uma vez que reconheça a importância de promover e capturar a dinâmica regional como fonte de seu próprio poder, ele pode procurar influenciar essa dinâmica por meio de suas políticas e ações. Pode em primeira instância fazê-lo ao acaso. No século XIX, por exemplo, os Estados construíam estradas e criavam sistemas de comunicações primordialmente para fins de administração, controle militar e proteção do território como um todo. Mas essas infra-estruturas, uma vez construídas, proporcionavam canais que traziam maior facilidade ao fluxo de bens, de trabalho e de capital. Em muitos casos, os investimentos eram planejados em conjunto. Ainda é objeto de controvérsia saber se Hausmann construiu os novos bulevares de Paris a partir de 1853 primordialmente para propósitos de controle militar sobre uma população agitada ou como um meio de facilitar a circulação do capital nos limites de uma cidade submetida à camisa-de-força de uma rede medieval de ruas e aléias<sup>17</sup>. E é interessante que o sistema de vias expressas interestaduais dos Estados Unidos, ainda que quase certamente construído por razões primordialmente econômicas, tenha tido sua legitimidade defendida junto à opinião pública em nome da segurança e da defesa nacionais.

O Estado pode, entretanto, usar seus poderes para orquestrar a diferenciação e a dinâmica regionais não só por meio de seu domínio dos

15. S. POLLARD, *Essays on the Industrial Revolution in Britain*, org. Colin HOLMES, Aldershot, Ashgate Variorum, 2000, 219-271.

16. A. MARKUSEN, *Regions: The Economics and Politics of Territory*, Totowa, NJ, Rowman & Littlefield, 1987; ID., *Profit Cycles, Oligopoly and Regional Development*, Cambridge,

Massachusetts, 1985; S.-M LI e W.-S. TANG, *China's Regions, Polity and Economy: A Study of Spatial Transformation in the Post-Reform Era*, Hong Kong, Chinese University Press, 2000.

17. D. HARVEY, *Paris, the Capital of Modernity*, New York, Routledge, 2003.

investimentos infra-estruturais (particularmente nos transportes e comunicações, na educação e na pesquisa), mas também mediante sua própria imposição de leis de planejamento e aparatos administrativos. Suas capacidades de reforma das instituições básicas necessárias à acumulação do capital também podem ter profundos efeitos (tanto positivos como negativos). Quando, por exemplo, os sistemas bancários locais foram suplantados pelos bancos nacionais na Inglaterra e na França, no século XIX, o livre fluxo de capital monetário pelo espaço nacional alterou a dinâmica regional. Mais recentemente, a abolição nos Estados Unidos de leis bancárias locais restritivas, seguida por uma onda de incorporações agressivas e fusões de bancos regionais, alterou todo o clima de investimentos no país, que passou do plano local a uma construção mais aberta e fluida de configurações regionais. E, em certos casos, sendo Cingapura o mais exemplar deles, um Estado político pode na verdade dedicar-se a criar dentro de si mesmo uma eficaz e dinâmica economia regional ao capturar sistematicamente os processos moleculares de acumulação do capital no tempo e no espaço. Como bem se sabe hoje, é provável que um clima de negócios atraente constitua um pólo de atração de fluxos de capital, razão pela qual os Estados se desdobram para aumentar seus próprios poderes mediante a criação de paraísos para o investimento de capital. Assim agindo, usam, como sempre, os poderes de monopólio inerentes ao espaço para tentar oferecer privilégios monopolistas a quem quer que possa deles tirar proveito.

Isso nos deixa com o problema final do que acontece quando os processos moleculares de construção regional ultrapassam as fronteiras do Estado político ou exigem por algum motivo um abrigo para além dessas fronteiras. Há, naturalmente, alguns casos fascinantes de economias regionais que se sobrepõem a fronteiras nacionais — exemplos dignos de nota são El Paso e Ciudad Juarez, ou Detroit e Windsor. E a formação de estruturas administrativas supra-estatais como a União Européia, ou mesmo apenas um mercado comum como o NAFTA (North American Free Trade Agreement [Acordo de Livre Comércio Norte-Americano]) ou o Mercosul (o mercado comum dos países do Cone Sul da América Latina), pode ser vista como solução para esse problema. Porém, a questão efetivamente relevante é o que acontece a capitais excedentes gerados em economias regionais subnacionais quando não podem encontrar um emprego lucrativo em nenhuma parte do Estado. Este é, com efeito, o cerne do problema que gera pressões em favor de práticas imperialistas no sistema interestados.

O corolário evidente de tudo isso é que quase certamente surgem conflitos geopolíticos a partir dos processos moleculares de acumulação do capital, seja qual for a idéia que deles faziam os poderes do Estado, que esses movimentos moleculares (particularmente do capital financeiro) podem facilmente solapar os poderes do Estado e que o Estado político, no capitalismo avançado, tem de despender muito esforço e reflexão sobre como administrar os fluxos moleculares em seu próprio benefício tanto interna como externamente. E, na frente externa, o Estado tipicamente dá maior atenção às assimetrias que sempre advêm das trocas espaciais e tenta manipular as cartas do controle monopolistas com a maior força possível. Em suma, ele se envolve necessariamente em lutas geopolíticas e recorre, quando pode, a práticas imperialistas. Veremos mais concretamente como isso funciona a seguir.

### Os circuitos do capital

A precedente análise da dinâmica espaço-temporal, embora dê a devida atenção a contradições e instabilidades gerais, ignora a disseminada tendência do capitalismo de produzir crises de sobreacumulação. Precisamos agora examinar mais detidamente os modos como os processos gerais de produção de espaço são presa de processos de formação e resolução de crises. Como vai ser útil remeter a exemplos empíricos no que exponho a seguir, proponho-me a aceitar as provas empíricas oferecidas por Brenner, que vê um problema crônico e persistente de sobreacumulação presente no capitalismo como um todo desde a década de 1970<sup>18</sup>. Isso vai instaurar a base da interpretação da volatilidade do capitalismo a partir de então como uma série de ordenações espaço-temporais que fracassaram, mesmo a médio prazo, em tratar os problemas da sobreacumulação.

A idéia básica de uma ordenação espaço-temporal é bem simples. A sobreacumulação num dado sistema territorial representa uma condição de excedentes de trabalho (desemprego em elevação) e excedentes de capital (registrados como um acúmulo de mercadorias no mercado que não pode ser dissolvido sem uma perda, como capacidade produtiva ociosa e/ou como excedentes de capital monetário a que faltam oportunidades de investimento produtivo e lucrativo). Esses excedentes podem ser potencialmente absorvidos pelos seguintes fatores: (a) o deslocamento temporal mediante investimentos em projetos de capital de longo prazo

18. BRENNER, *The Boom and the Bubble*.

ou gastos sociais (como a educação e a pesquisa) que adiam a futura reentrada em circulação de valores de capital; (b) deslocamentos espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho, em outros lugares; ou (c) alguma combinação de (a) e (b).

O caso mais interessante é a combinação de (a) e (b), mas primeiro examino apenas a versão temporal ilustrada na Figura 1. Os fluxos de capital são retirados do domínio da produção e do consumo imediatos (o circuito primário) e redirecionados seja para um circuito secundário de capital fixo e de formação de fundo de consumo ou para um circuito terciário de gastos sociais e de pesquisa e desenvolvimento. Os circuitos secundário e terciário absorvem o capital excedente em investimentos de longa duração. No interior do circuito secundário do capital, os fluxos se dividem em capital fixo para a produção (instalações fabris e equipamentos, capacidade de geração de energia, entroncamentos ferroviários, portos etc.) e a produção de um fundo de consumo (habitação, por exemplo). São com freqüência possíveis os usos conjuntos (a via expressa pode ser usada para atividades tanto de produção como de consumo). Uma parcela do capital que vai para o circuito secundário é incorporada à terra e forma um banco de ativos fixos num dado lugar — um ambiente construído para a produção e o consumo (o que inclui parques industriais, portos e aeroportos, redes de transportes e comunicações, sistemas de água e esgoto, habitação, hospitais, escolas etc.). Esses investimentos tipicamente formam um núcleo físico que define a região. Desempenham, para resumir, um papel fundamental na produção de regionalidade. Constituem, para dizê-lo com clareza, bem mais do que um setor menor da economia. Podem absorver e absorvem imensos montantes de capital e trabalho, particularmente, como veremos, em condições de expansão geográfica. Os fluxos que vão para o circuito terciário do capital — definido como investimentos de longo prazo em infra-estruturas sociais — também se dividem entre investimentos em, digamos, pesquisa e desenvolvimento ou o treinamento de capacidades que são diretamente reintroduzidas na produção, e investimentos orientados para a melhoria da condição social da população (por meio de, por exemplo, educação e cuidados de saúde). Nos países capitalistas avançados, esta última categoria (quer dizer, o orçamento de assistência à saúde) absorve com freqüência imensos volumes de capital. Uma parcela desse investimento pode também ser considerada, na verdade, geograficamente imobilizada. Um sistema de educação, por exemplo, não é facilmente movido uma vez organizado administrativa e financeiramente num dado espaço.

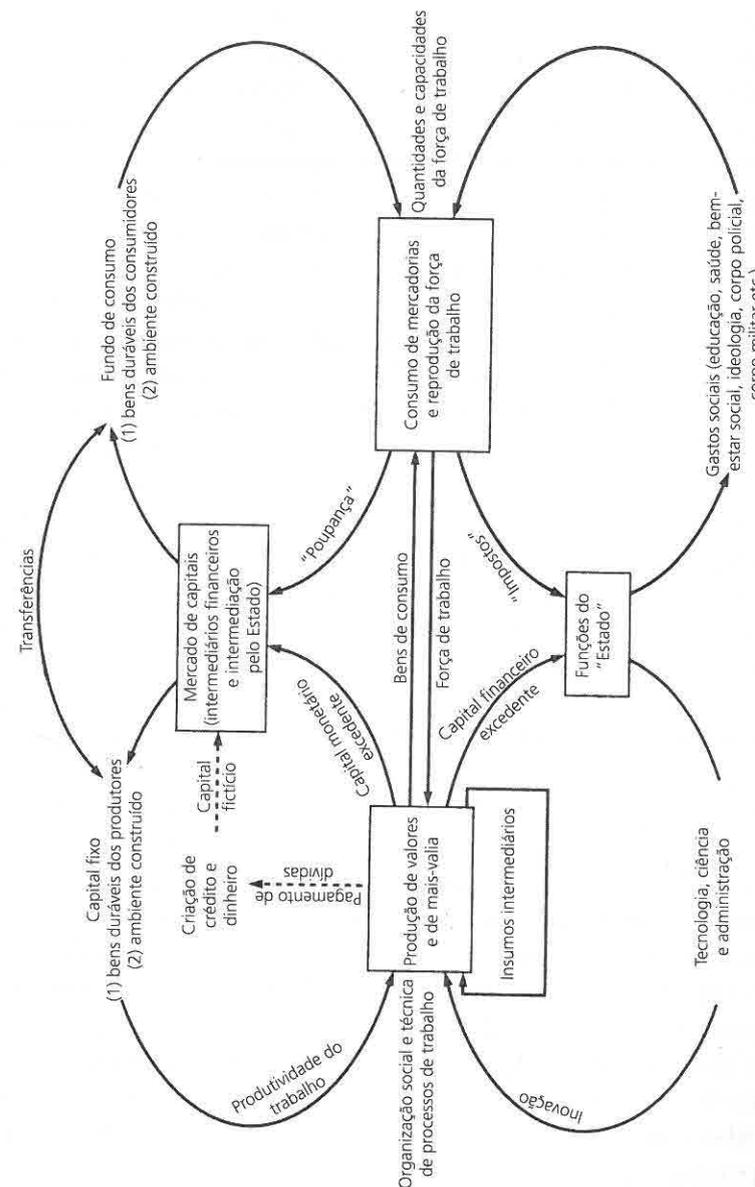


Figura 1. Os caminhos da circulação do capital

Os excedentes gerados no presente podem ser absorvidos, e eles o são, nos circuitos secundário e terciário do capital. Esses investimentos podem ser produtivos a longo prazo se contribuírem para a futura produtividade do capital. Isso ocorre se o caminho para a ulterior acumulação do capital for aberto por uma força de trabalho mais educada, por investimentos em pesquisa e desenvolvimento ou por um sistema mais eficaz de transportes e comunicações. Quando isso ocorre, o capital sobreacumulado pode voltar ao circuito primário do capital, porém pode levar muitos anos para fazê-lo e, a essa altura, pode ser necessária outra rodada de investimentos em infra-estruturas físicas e sociais. Os investimentos desse tipo aliviam, ao menos por algum tempo, o problema da sobreacumulação. Podem porém ocorrer também sobreinvestimentos nos circuitos secundário e terciário do capital, e nesse caso haverá excedentes de habitação, espaço para escritórios e instalações fabris e portuárias, bem como uma capacidade excedente, digamos, no sistema educacional. Neste último caso, os ativos acabam desvalorizados nos próprios circuitos secundário e terciário.

A sobreacumulação nos circuitos secundário e terciário com frequência age como um desencadeador de crises mais gerais. A importância disso é demasiado negligenciada em relatos gerais da dinâmica da acumulação do capital (Brenner, para ficar num exemplo, a ignora). Para mencionar casos concretos, o ponto de partida da crise de 1973-1975 foi um colapso mundial dos mercados de propriedades a que se seguiu logo depois a virtual falência da cidade de Nova York; o começo da estagnação de uma década que atingiu o Japão em 1990 foi o colapso da bolha especulativa nos preços da terra, da propriedade e de outros ativos, o que prejudicou todo o sistema bancário (é interessante que o governo japonês tenha buscado compensar periodicamente isso por meio de intensos gastos estatais em obras públicas); o começo do colapso asiático de 1997 foi a explosão das bolhas de propriedades na Tailândia e na Indonésia; e o mais importante catalisador das economias norte-americana e britânica depois da eclosão da recessão geral em todos os outros setores a partir da metade de 2001 foi o consistente vigor especulativo nos mercados de propriedades e de habitação e no setor da construção civil. Num curioso efeito retroativo, vemos que cerca de 20 por cento do crescimento do PIB dos Estados Unidos em 2002 foram decorrência do refinanciamento pelos consumidores das dívidas em hipotecas, reduzindo os valores inflacionados de suas residências, e do uso do dinheiro extra que obtiveram para o consumo imediato (o que na verdade aumentou o capital sobreacumulado no circuito primário). Só no terceiro trimestre de 2002,

os consumidores britânicos tomaram emprestados 19 bilhões de dólares, tendo como garantia o valor de suas hipotecas, para financiar seu consumo. É objeto de séria preocupação aquilo que acontece se e quando essa bolha de propriedade explodir<sup>19</sup>. Temos ainda de considerar o possível impacto do vasto programa de obras públicas que o governo chinês ora contempla como uma possível maneira de a sobreacumulação global encontrar ao menos uma saída parcial no futuro próximo (mais ou menos do mesmo modo como o sistema interestadual de vias expressas norte-americanas, e todo o trabalho ancilar de suburbanização, e o desenvolvimento do sul e do oeste do país ajudaram a absorver capitais excedentes nas décadas de 1950 e 1960).

Mas tudo isso depende do papel mediador crucial das instituições do Estado e/ou financeiras em revezar o direcionamento dos fluxos de capital entre os três circuitos do capital. Não se pode converter diretamente capitais excedentes na forma de camisas e sapatos num aeroporto ou instituto de pesquisa. As instituições estatais e financeiras detêm o poder-chave de gerar e oferecer crédito. Elas criam com efeito aquilo que se poderia denominar “capital fictício” (ativos em títulos ou notas promissórias desprovidos de suporte material mas que podem ser usados como dinheiro)<sup>20</sup>. Suponhamos que se crie capital fictício num montante mais ou menos equivalente ao capital excedente empregado na produção de camisas e sapatos a fim de dirigi-lo a projetos orientados para o futuro, digamos a construção de estradas ou a educação, revigorando desse modo a economia (o que pode talvez envolver o aumento da demanda de camisas e sapatos por professores e trabalhadores do setor de construção). Se os gastos em ambientes construídos ou melhorias sociais se revelarem produtivos (isto é, se facilitarem formas mais eficazes de acumulação do capital mais tarde), os valores fictícios serão resgatados (seja diretamente, pelo cancelamento da dívida, seja indiretamente, na forma de, digamos, maiores receitas fiscais para compensar a dívida oficial). A teoria dos gastos estatais produtivos que se pagam a si mesmos mediante o crescimento e maiores receitas fiscais tem sido posta em prática com frequência, como no caso da reconstrução de Paris durante o Segundo Império<sup>21</sup>. Mas a teoria nem sempre funciona, e o sobreinvestimento em

19. C. DE ACULE, “Keeping a Wary Eye on the Housing Boom”, *International Herald Tribune*, 23 de janeiro de 2003, 11.

20. Desenvolvo a categoria de “capital fictício”, de Marx, em HARVEY, *Limits to Capital*, cap. 10. Ver também S. STRANGE, *Mad Money: When Markets Outgrow Governments*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 1998.

21. HARVEY, *Paris, the Capital of Modernity*.

ambientes construídos ou em despesas sociais pode levar seja a desvalorizações desses ativos, seja a dificuldades de pagamento das dívidas do Estado. Por exemplo, nos Estados Unidos, na década de 1960, acreditava-se que amplos investimentos na educação seriam compensados a longo prazo e criariam uma nova base para maior acumulação. Houve quanto a isso um amplo fracasso, e a crise fiscal do Estado norte-americano (incluindo a da cidade de Nova York) que amadureceu durante a década de 1970 decorreu em parte do sobreinvestimento na produção de infra-estruturas físicas e sociais desse tipo (sendo o custo da guerra do Vietnã a outra parcela do problema).

Mesmo diante do fracasso fiscal, esses investimentos podem no fim ter valor inestimável porque boa parcela deles permanece na forma de valores de uso físicos. Capital excedente proveniente em ampla medida dos Estados Unidos (particularmente de Baltimore) foi empregado na construção de um trecho do sistema metroviário de Londres no começo do século XX, que entrou imediatamente em falência mas deixou os túneis prontos para o uso de gerações subseqüentes. O caso clássico no tocante a isso é a companhia imobiliária Olympia & York, que fez sua fortuna comprando propriedades falidas a preço de banana e transformando-as em novos empreendimentos. A Olympia & York entrou em colapso quando lançou seu próprio projeto em Canary Wharf e foi abandonada pelos bancos porque o projeto não conseguiu gerar uma taxa de retorno adequada. Os bancos reduziram o valor da propriedade e a venderam a investidores, que parecem ter lucrado muito bem com o projeto desde então (a Olympia & York, dando-se conta dessa possibilidade, entrou num consórcio destinado a recomprar a propriedade ao preço mais baixo!). Como Marx observou prescientemente, a primeira onda de investidores com frequência entra em falência nesses empreendimentos, deixando o negócio lucrativo beneficiar quem adquire os ativos desvalorizados a preços aviltantes. A desvalorização de ativos, especialmente no circuito secundário do capital, pode por conseguinte desempenhar um importante papel no estabelecimento de novas bases para a acumulação do capital.

### A ordenação espaço-temporal

O termo “ordenação” [*fix*] tem em meu argumento um duplo sentido. Certa parcela do capital total fica literalmente ordenada/fixada em termos de terra e na terra em alguma forma física por um período de

tempo relativamente longo (que depende de seu tempo de vida física e econômica). Alguns gastos sociais (como a educação pública ou o sistema de assistência à saúde) também são territorializados e tornados geograficamente imóveis por empenho do Estado. A “ordenação” espaço-temporal, por outro lado, é uma metáfora para um tipo particular de solução de crises capitalistas por meio do adiamento do tempo e da expansão geográfica. Como e quando então esses sentidos material e metafórico colidem?

A produção do espaço, a organização de divisões territoriais totalmente novas do trabalho, a criação de complexos de recursos novos e mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital e a penetração de formações sociais preexistentes por relações sociais e arranjos institucionais capitalistas (como regras de contrato e formas de gerenciamento da propriedade privada) proporcionam importantes maneiras de absorção de excedentes de capital e de trabalho. Essas expansões, reorganizações e reconstruções com frequência ameaçam, contudo, os valores já fixados no lugar (incorporados à terra) mas ainda não realizados. Trata-se de contradição incontornável e aberta a uma interminável repetição, porque novas regiões também requerem capital fixo em infra-estruturas físicas e ambientes construídos para funcionar com eficácia. As vastas quantidades de capital fixado num lugar agem como empecilho à capacidade de realizar uma ordenação espacial alhures. O valor dos ativos que constituem a cidade de Nova York não era nem é de pouca monta, e o risco de sua desvalorização em 1975 (e, mais uma vez, em 2003) era (e é) visto adequadamente como grande ameaça não somente à cidade mas a todo o futuro do capitalismo. Se de fato vai embora, o capital deixa em sua esteira um rastro de devastação e desvalorização; as desindustrializações vividas nos núcleos do capitalismo (como Pittsburgh, Sheffield, o Ruhr), bem como em muitas outras partes do mundo (como Bombaim), nas décadas de 1970 e 1980 são exemplos disso. Se o capital não vai embora ou não pode ir embora, por outro lado, o capital sobreacumulado está sujeito à desvalorização direta por meio da eclosão de uma recessão deflacionária ou depressão.

Surgem porém contradições na dinâmica das transformações espaço-temporais. Se existem num dado território (tal como uma nação-Estado ou uma região) excedentes de capital e de força de trabalho que não podem ser absorvidos internamente (seja mediante ajustes geográficos ou gastos sociais), é imperativo enviá-los a outras plagas onde possam encontrar novos terrenos para sua realização lucrativa, evitando assim que se desvalorizem. Há várias maneiras pelas quais isso pode acontecer. Pode-se encontrar alhures mercados para os excedentes de mercadorias. Mas os

espaços a que se enviam os excedentes têm de possuir meios de pagamento como o ouro ou reservas de moedas (por exemplo, dólares), ou então mercadorias comerciáveis. Enviam-se excedentes de mercadorias e recebem-se quantias em dinheiro ou mercadorias. O problema da sobreacumulação é aliviado apenas a curto prazo (há uma mera transferência do excedente de mercadoria a dinheiro ou a diferentes formas-mercadoria, ainda que, se forem por acaso, como costuma acontecer, matérias-primas mais baratas ou outros insumos, estas últimas podem criar novas oportunidades de realização de lucros). Se o território não possui divisas ou mercadorias para dar em troca, ele precisa encontrá-las (como a Inglaterra forçou a Índia a fazer abrindo o comércio de ópio com a China no século XIX e, por meio disso, obtendo a prata chinesa por meio do ópio cultivado na Índia) ou receber crédito ou ajuda. Neste último caso, um território estrangeiro recebe empréstimos ou doações de dinheiro com o qual comprar as mercadorias excedentes geradas internamente. Os britânicos fizeram isso com a Argentina no século XIX, e os excedentes comerciais japoneses foram amplamente absorvidos, nos anos 1990, concedendo-se empréstimos aos Estados Unidos para sustentar o consumismo que adquiria bens japoneses (embora, nesse caso, os Estados Unidos tivessem também a vantagem de imprimir o dólar como meio de pagamento, sendo pois dotados de direitos de *seigniorage*; se fosse de seu interesse, poderia regular o valor internacional do dólar de modo a pagar aos japoneses em moeda desvalorizada). Uma das táticas da indústria armamentista norte-americana é fazer que o governo, por razões de “segurança”, empreste dinheiro a algum governo estrangeiro (mais recentemente à Polônia) para comprar equipamento militar fabricado nos Estados Unidos. Transações de mercado e crédito desse gênero podem aliviar problemas de sobreacumulação num território específico, ao menos a curto prazo. Funcionam bem em condições de desenvolvimento geográfico desigual em que os excedentes disponíveis num dado território têm a contrapartida de uma carência de oferta em outro.

Porém, o recurso ao sistema de crédito também torna os territórios vulneráveis a fluxos de capitais especulativos e fictícios que podem tanto estimular como solapar o desenvolvimento capitalista e mesmo, como tem ocorrido em anos recentes, ser usados para impor-lhes profundas desvalorizações. O endividamento territorial tornou-se cada vez mais um problema global por volta de 1980, e muitos dos países mais pobres (e até algumas grandes potências, como a Rússia em 1998 e a Argentina a partir de 2001) viram-se impossibilitados de pagar suas dívidas, ameaçando entrar em moratória. Para tratar dessa dificuldade, criou-se uma organização

permanente, formada por dezanove países credores, o chamado Clube de Paris, para estabelecer regras de reescalonamento da dívida de países que não podiam pagar aos credores. De 2000 para cá, cerca de 37 países foram obrigados a seguir esse caminho, tendo aumentado a pressão no Clube de Paris para que se perdoasse toda a dívida de alguns dos países mais pobres. Aquilo que Cheryl Payer chama de “a armadilha da dívida” tem porém de ser visto como um processo de “aprisionamento” mesmo dos países mais pobres ao sistema de circulação do capital, para que sirvam de “escoadouros” de capitais excedentes pelos quais são considerados responsáveis<sup>22</sup>. É o país receptor que tem de compensar eventuais desvalorizações do capital, e é o país credor que é protegido da desvalorização. Os recursos dos países receptores podem facilmente ser pilhados sob as regras draconianas do pagamento da dívida.

A exportação de capital, em particular quando acompanhada da exportação de força de trabalho, funciona de maneira bem distinta e tipicamente tem efeitos de prazo mais longo. Nesse caso, excedentes de capital e trabalho são enviados alhures para pôr em movimento a acumulação do capital no novo espaço regional. Excedentes de capital e trabalho britânicos gerados no século XIX foram parar nos Estados Unidos, em colônias como a África do Sul, a Austrália e o Canadá, criando nesses territórios centros novos e dinâmicos de acumulação do capital, que geraram uma demanda de bens produzidos pela Inglaterra. Em tempos recentes, a ajuda externa norte-americana tem estado quase sempre vinculada à compra de bens e serviços dos Estados Unidos, funcionando assim como uma base de apoio *de facto* da economia do país. Como pode levar muitos anos para que o capitalismo amadureça nesses novos territórios (se ele vier a fazê-lo), a ponto de também eles começarem a produzir sobreacumulações de capital, o país de origem pode esperar beneficiar-se desse processo por um período de tempo não negligenciável. Isso ocorre em particular quando os bens demandados alhures têm de ser incorporados à terra como capital fixo. Investimentos de portfólio podem financiar a construção de ferrovias, vias expressas, portos, represas e outras infra-estruturas necessárias como base de uma robusta acumulação do capital no futuro. Mas a taxa de retorno desses investimentos de longo prazo no ambiente construído acaba por depender da evolução de uma forte dinâmica de acumulação do país receptor (exceto se, como com frequência acontece, a taxa de retorno do capital emprestado for garantida pelo Estado recep-

22. C. PAYER, *The Debt Trap: The IMF and the Third World*, New York, Monthly Review Press, 1974.

tor). A Inglaterra emprestou à Argentina dessa maneira na última parte do século XIX. Os Estados Unidos, por meio do Plano Marshall para a Europa (em particular para a Alemanha) e o Japão, perceberam claramente que sua própria segurança econômica (deixando de lado o aspecto militar da Guerra Fria) dependia da recuperação ativa da atividade capitalista nesses espaços.

Surgem contradições, como este último exemplo ilustra à exaustão, porque os novos espaços dinâmicos de acumulação do capital vão acabar por gerar excedentes e vão buscar meios de absorvê-los mediante expansões geográficas. O Japão e a Alemanha tornaram-se fortes concorrentes do capital norte-americano a partir do final dos anos 1960, mais ou menos da mesma maneira como os Estados Unidos sobrepujaram o capital inglês (e ajudaram a derrubar o império britânico) com a chegada do século XX. É sempre interessante notar o ponto até o qual o desenvolvimento interno vigoroso desemboca na busca de uma ordenação espacial. Foi o que ocorreu no Japão na década de 1960, primeiramente mediante o comércio, em seguida por meio da exportação de capital na forma de investimento direto, no início para a União Européia e os Estados Unidos e mais recentemente mediante amplos investimentos (tanto diretos como de portfólio) nas regiões Leste e Sudeste da Ásia em geral e na China em particular, e finalmente emprestando recursos no exterior (em especial para fornecer fundos ao atual déficit em conta corrente dos Estados Unidos). A Coreia do Sul voltou-se de súbito para o exterior nos anos 1980, seguida por Taiwan no final da mesma década, tendo os dois países exportado não só capital financeiro como algumas das mais viciosas práticas imagináveis de administração da força de trabalho na condição de encarregados da terceirização do capital multinacional ao redor do mundo (tanto na América Central e na África como por todo o resto do Leste e do Sudeste asiáticos). Mesmo recentes adeptos bem-sucedidos do desenvolvimento capitalista viram-se rapidamente, como decorrência disso, em necessidade de uma ordenação espaço-temporal para seu capital em sobreacumulação. A recente rapidez com que certos territórios, como a Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan, passaram de territórios receptores líquidos a territórios exportadores líquidos tem sido sobremodo surpreendente por referência aos ritmos mais lentos característicos de períodos precedentes. Porém, pelos mesmos motivos, esses territórios bem-sucedidos têm de ajustar-se mais rapidamente aos contragolpes advindos de suas próprias ordenações espaço-temporais. A China, absorvendo excedentes na forma de investimentos estrangeiros diretos do Japão, da Coreia e de Taiwan, está suplantando rapidamente esses países em muitas linhas de produção e exportação.

A sobre capacidade generalizada que Brenner identifica particularmente a partir de 1980 pode assim ser desdobrada num eixo econômico hegemônico (a tríade Estados Unidos, Japão e Europa) e numa série em cascata e em proliferação de ordenações espaço-temporais primordialmente nas regiões Leste e Sudeste da Ásia, porém com elementos adicionais na América Latina (em particular o Brasil, o México e o Chile), suplementada desde o final da Guerra Fria por uma série de rápidos ímpetus na direção do Leste Europeu. Embora possam ser registradas em termos de relações entre territórios, essas ordenações espaço-temporais em cascata são na verdade relações materiais e sociais entre regionalidades construídas por meio de processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo. As dificuldades territoriais formais entre Taiwan e a China continental parecem totalmente anacrônicas quando observadas à luz da crescente integração das regiões industriais de Taipei e Xangai.

Há dois desfechos gerais possíveis para esse processo. No primeiro deles, novas ordenações espaço-temporais abrem-se sucessivamente e capitais excedentes são absorvidos em base episódica. Aquilo que chamo de “crise de comutação[switching]” tem o efeito de redirecionar fluxos de capital de um espaço para outro. O sistema capitalista permanece relativamente estável como um todo, embora as partes vivenciem dificuldades periódicas (como desindustrialização aqui ou desvalorizações parciais ali). O efeito geral dessa volatilidade inter-regional é a redução temporária dos perigos agregados de sobreacumulação e de desvalorização, muito embora os problemas localizados possam de vez em quando ser graves. Em certo sentido, a volatilidade vivida a partir de mais ou menos 1980 parece ter sido largamente desse tipo, ainda que claramente manipulada, se não dirigida, pelo complexo Wall Street–Tesouro–FMI para privilegiar o capital financeiro, Wall Street e a economia norte-americana. Em cada etapa, surge, é claro, a questão de qual será o próximo espaço para o qual o capital poderá fluir lucrativamente, e por quê.

Na atual conjuntura, um candidato óbvio a absorver capital excedente é a China, e é útil dedicar-lhe um breve exame, pois não apenas ilustra as potencialidades de uma ordenação espaço-temporal contemporânea voltada para o problema da sobreacumulação, como também tem relevância para a questão da mudança de hegemonia no âmbito do sistema global. Claro que a China se tornou um grande recipiente de investimento externo direto. O valor líquido deste passou de 5 bilhões de dólares em 1991 a cerca de 50 bilhões de dólares em 2002. Mas o mercado chinês também está crescendo com muita rapidez, estando as rendas urbanas se elevando à razão de 11 por cento e as rendas rurais à de 6 por cento ao

ano em tempos recentes. O mercado interno aumenta assim como aumenta o de bens externos. Não poucas multinacionais, como a General Motors, realizaram a maioria de seus lucros, no período 2001-2002, na China. A imensa potencialidade do mercado interno chinês não deve portanto ser ignorada, e alguns dos investimentos externos diretos, por exemplo na área de microeletrônica, estão orientados tanto para vendas no mercado doméstico como para exportações para o resto do mundo. Porém são ainda mais dramáticas as perspectivas de investimentos infra-estruturais de longo prazo. Desde 1998, os chineses têm procurado absorver seus vastos excedentes de trabalho (e conter a ameaça de agitação social) mediante investimentos financiados por dívidas em impressionantes megaprojetos que transformam em uma anã a represa já impressionante de Três Gargantas. Eles estão propondo um projeto bem mais ambicioso (com um custo de ao menos 60 bilhões de dólares) para desviar água do Yangtsé para o rio Amarelo. Novos sistemas de trens subterrâneos e vias expressas estão sendo construídos em cidades importantes, havendo a proposta de implantar 13 mil quilômetros de novas ferrovias para integrar o interior à zona costeira economicamente dinâmica, incluindo um entroncamento de alta velocidade entre Xangai e Beijing e um que vai para o Tibete. As infra-estruturas urbanas estão sendo reformadas em toda parte. Os Jogos Olímpicos estão levando a um pesado investimento em Beijing. Esse esforço é, *in toto*, bem mais amplo do que o feito pelos Estados Unidos nos anos 1950 e 1960, tendo o potencial de absorver excedentes de capital por vários anos. É porém financiado por déficits, o que envolve altos riscos, pois, se os investimentos não devolverem seu valor ao processo de acumulação no devido prazo, uma crise fiscal do Estado vai engolfar rapidamente a China, com sérias conseqüências para o desenvolvimento econômico e a estabilidade social<sup>23</sup>. Não obstante, isso promete ser uma notável versão de uma ordenação espaço-temporal que tem implicações globais não só quanto à absorção de capital sobreacumulado como também quanto à mudança do equilíbrio de poder econômico e político para a China como o *hegemon* regional, e talvez quanto a situar a região asiática, sob a liderança chinesa, numa posição bem mais competitiva diante dos Estados Unidos. São tanto maiores as razões, por-

23. J. KAHN, "China Gambles on Big Projects for its Stability", *New York Times*, 13 de janeiro de 2003, A1 e A8; "Made in China, Bought in China", *New York Times*, 5 de janeiro de 2003, Business section, 1 e 10; D. ALTMAN, "China: Partner Rival or Both", *New York Times*, 2 março de 2003, Money and Business section, 1 e 11; T. CRAMPTON, "A Strong China May Give Boost to its Neighbors", *International Herald Tribune*, Economic Outlook, 23 de janeiro de 2003, 16-17.

tanto, para que os Estados Unidos imponham controles aos suprimentos de petróleo de que a China precisa cada dia mais da bacia do mar Cáspio e do Oriente Médio.

Um possível segundo resultado é todavia uma competição internacional crescentemente acirrada na medida em que múltiplos centros dinâmicos de acumulação do capital competem no cenário mundial devido a fortes correntes de sobreacumulação. Como não é possível que todos tenham sucesso a longo prazo, ou o mais fraco sucumbe, caindo em sérias crises de desvalorização localizada, ou então eclodem lutas geopolíticas entre regiões. Essas lutas podem ser convertidas, por meio da lógica territorial do poder, em confrontos entre Estados na forma de guerras comerciais e guerras de divisas, com o risco sempre presente de confrontos militares a espreitar nos bastidores (do tipo que nos deu duas guerras mundiais entre potências capitalistas no século XX). Nesse caso, a ordenação espaço-temporal assume uma forma bem mais sinistra ao se transmutar na exportação de localizadas e regionais desvalorizações e destruição de capital (do gênero que ocorreu em ampla escala no Leste e no Sudeste asiáticos e na Rússia em 1997-1998). Como e quando isso acontece depende, contudo, tanto das formas explícitas de ação política da parte dos poderes de Estado como dos processos moleculares de acumulação do capital no tempo e no espaço. A dialética entre a lógica territorial e a lógica capitalista realiza-se assim plenamente. Há no entanto alguns outros aspectos a abordar sobre esse processo a fim de melhor compreender como essa dialética funciona na prática.

### Contradições internas

Em *A filosofia do direito*, Hegel observa que as contradições internas da sociedade burguesa, registradas como uma sobreacumulação de riqueza num pólo e a criação de uma ralé de miseráveis no outro, levam essa sociedade a buscar soluções mediante o comércio externo e práticas coloniais/imperiais<sup>24</sup>. Ao fazê-lo, ele rejeita a idéia de que deve sempre haver maneiras de resolver o problema da desigualdade social e da instabilidade por meio de mecanismos internos de redistribuição. Lenin cita a afirmação de Cecil Rhodes de que o colonialismo e o imperialismo no exterior

24. G. W. HEGEL, *The Philosophy of Right*, trad. T. Knox, New York, Oxford University Press, ed. de 1967.

eram as únicas maneiras possíveis de evitar a guerra civil<sup>25</sup>. As relações entre as classes e o estado da luta de classes numa formação social territorialmente delimitada afetam claramente o ímpeto de instaurar uma ordenação espaço-temporal.

Os dados concretos do final do século XIX são de interesse quanto a isso. Pensemos, por exemplo, numa figura como Joseph Chamberlain (conhecido como “Radical Joe”). Estreitamente aliado dos interesses manufatureiros liberais de Birmingham, Chamberlain de início se opunha resolutamente ao imperialismo (por exemplo, nas Guerras Afegãs dos anos 1850), e dedicava boa parte de seu tempo à reforma da educação e a outros projetos voltados para a melhoria das infra-estruturas físicas e sociais para a produção e o consumo em sua cidade natal, Birmingham. A seu ver, isso oferecia um canal de escoamento produtivo para excedentes que seriam pagos a longo prazo. Figura importante do movimento conservador liberal, ele percebeu a maré montante de luta de classes na Inglaterra antes de todos, e em 1885 proferiu um celebrado discurso em que conclamava as classes proprietárias a reconhecer suas responsabilidades e obrigações perante a sociedade (ou seja, a melhorar as condições de vida dos desafortunados e investir em infra-estruturas físicas e sociais em favor do interesse nacional) em vez de simplesmente promover seus direitos individuais de proprietários. O clamor de protesto lançado pelas classes proprietárias o obrigou a recuar, e a partir de então ele se tornou o mais ardente defensor do imperialismo (em última análise como secretário colonial, tendo levado a Inglaterra ao desastre na Guerra dos Bôeres na África do Sul). Esse tipo de trajetória de carreira era bem comum na época. Jules Ferri, na França, ardente defensor da reforma interna (particularmente na educação) nos anos 1860, passou a defender o colonialismo depois da Comuna de 1871 (levando a França ao difícil território do Sudeste Asiático, o que viria a culminar na derrota em Dien Bien-Phu em 1954). Mesmo Theodore Roosevelt, nos Estados Unidos, passou, depois da famosa declaração de Frederic Jackson Turner de que a fronteira americana estava fechada (embora esta se achasse longe de fechada a novas possibilidades de investimentos no sul e no oeste), a apoiar práticas imperiais em lugar de reformas internas<sup>26</sup>.

25. V. I. LENIN, “Imperialism: The Highest Stage of Capitalism”, in *Selected Works*, v. i, Moscou, Progress Publishers, 1963.

26. Toda essa história comum da passagem radical de soluções internas a soluções externas para problemas político-econômicos, como reação à dinâmica da luta de classes em muitos países capitalistas, é narrada na pouco conhecida mas fascinante coleção organizada por C.-A. JULIEN, J. BRUHAT, C. BOURGIN, M. CROUZET, P. RENOUVIN,

Em todos esses casos, a conversão a uma forma liberal de imperialismo (forma que agregava a si uma ideologia do progresso e de uma missão civilizatória) não resultou de imperativos econômicos absolutos, mas da resistência política da burguesia à renúncia de quaisquer de seus privilégios e, por conseguinte, da recusa a absorver a sobreacumulação internamente por meio de reformas sociais domésticas, mesmo diante de crescentes clamores dos movimentos da classe trabalhadora. Hobson, por exemplo, identificou este como o problema essencial e empenhou-se numa política socialdemocrata que se contrapusesse a ele<sup>27</sup>. Tem assim importância vital examinar o papel interno das relações de classes e da luta de classes, bem como o padrão particular de alianças de classes instaurado no Estado (incluindo uma aliança de classes entre trabalhadores e capitalistas em torno de empreendimentos imperiais), para avaliar o ímpeto de empreendimentos imperiais e o impulso externo na busca de ordenações espaço-temporais. Foi uma política interna desse tipo que forçou muitas potências européias, no período de 1884 a 1945, a olhar para além das fronteiras a fim de resolver seus problemas, o que conferiu uma coloração específica às formas assumidas nesses anos pelo imperialismo europeu. É por exemplo surpreendente notar que muitas personalidades liberais e até radicais se tornaram orgulhosos imperialistas e que boa parcela do movimento operário colaborou com o projeto imperial. Mas isso exigiu que os interesses da burguesia dominassem por completo a política e o poder militar do Estado. Julgo pois que Arendt está certa, como afirmou no capítulo 2, em interpretar o imperialismo que surgiu no final do século XIX como “antes o primeiro estágio do domínio político da burguesia do que o último estágio do capitalismo”, ao contrário da descrição feita por Lenin<sup>28</sup>. Mas esse é um aspecto a que voltaremos no capítulo 5.

### Os poderes das instituições mediadoras

É importante reconhecer o papel mediador fundamental das estruturas e dos poderes financeiros e institucionais (particularmente do Estado) nos processos de acumulação do capital. Trata-se porém de tarefa que

*Les Politiques d'expansion impérialiste*, Paris, Presses Universitaires de France, 1949, em que se examinam, por meio de comparações no nível dos detalhes, os casos de Ferry, Chamberlain, Roosevelt, Crispi.

27. P. CAIN, *Hobson and Imperialism: Radicalism, New Liberalism and Finance, 1887-1938*, Oxford, Oxford University Press, 2003.

28. Arendt, *Imperialism*, 32.

requer um cuidadoso escrutínio das diferentes formas que essas instituições mediadoras podem assumir e dos conseqüentes efeitos disso sobre os processos moleculares de acumulação do capital no tempo e no espaço. Em seu estudo do desenrolar da crise de 1997/1998 nas regiões Leste e Sudeste da Ásia, por exemplo, Henderson mostra que a diferença entre Taiwan e Cingapura (que escaparam relativamente ilesas exceto pela desvalorização da moeda) e Tailândia e Indonésia (que sofreram um colapso econômico e político quase total) girou em torno de diferenças nas políticas financeiras e do Estado<sup>29</sup>. Aqueles países estavam isolados de fluxos especulativos por Estados fortes e mercados financeiros protegidos, ao passo que estes últimos, cujos mercados de capitais eram liberalizados, não estavam. Diferenças dessa natureza têm sem dúvida muita importância. Nesse caso, determinaram efetivamente quem foi atingido pela desvalorização acentuada e quem não foi.

Quanto a isso, não posso fazer mais aqui do que reconhecer a importância política da questão. Evidencia-se que todo o padrão de turbulência nas relações entre poderes estatais, supra-estatais e financeiros, de um lado, e a dinâmica mais geral da acumulação do capital (por meio da produção e de desvalorizações seletivas), do outro, tem provado ser um dos mais salientes, e mais complexos, elementos da narrativa do desenvolvimento geográfico desigual e da política imperialista do período iniciado em 1973. Creio que Gowan acerta ao ver a radical reestruturação do capitalismo internacional após essa data como uma série de manobras desesperadas dos Estados Unidos no sentido de manter sua posição hegemônica nos assuntos econômicos mundiais contra a Europa, o Japão e, mais tarde, o Leste e o Sudeste da Ásia de modo mais geral. Isso começou durante a crise de 1973 por meio da dupla estratégia de Nixon: altos preços do petróleo e desregulação financeira. Foi então que se concedeu aos bancos norte-americanos o direito exclusivo de reciclar as vastas quantidades de petrodólares que se acumulavam na região do Golfo<sup>30</sup>. Isso recentrou a atividade financeira global nos Estados Unidos e subsidiariamente ajudou, quando associado às reformas internas do sistema financeiro naquele país, a salvar Nova York de sua crise econômica local. O resultado foi o surgimento de um forte regime financeiro governado por Wall Street/Tesouro dos Estados Unidos, que detinham poderes de controle sobre instituições financeiras globais (como o FMI) e podiam fazer

ou desfazer muitas economias estrangeiras mais fracas por meio de manipulações do crédito e práticas de gerenciamento da dívida. Esse regime monetário e financeiro foi usado, alega Gowan, por sucessivos governos norte-americanos, “como um formidável instrumento de administração governamental da economia para promover tanto o processo de globalização como as transformações domésticas neoliberais associadas”. O regime florescia com as crises: “O FMI cobre os riscos e garante que os bancos dos Estados Unidos não percam (os países pagam por isso mediante ajustes estruturais etc.), e a fuga de capitais causadas por crises localizadas acaba por acentuar a força de Wall Street...”<sup>31</sup>. O efeito foi o fortalecimento do poder financeiro dos Estados Unidos (sempre que possível em aliança com outros) no sentido de forçar a abertura de mercados, em particular para fluxos de capital e financeiros (o que é agora um requisito imposto pelos Estados Unidos aos países-membros do sistema do FMI) e impor outras práticas neoliberais (que culminaram na OMC) a boa parte do resto do mundo.

Há duas importantes observações a fazer sobre esse sistema. Em primeiro lugar, costuma-se dizer que o livre comércio de mercadorias torna o mundo propício à competição livre e aberta. Mas já vimos que isso origina necessariamente, ao instaurar-se no espaço, a competição monopolista, gerando assimetrias na troca mesmo nas melhores condições. Todo o argumento cai por terra, como assinalou Lenin há muito tempo, diante do poder monopolista ou oligopolista concentrado (tanto na produção como no consumo). Os Estados Unidos, por exemplo, têm usado, repetidamente a arma da recusa do acesso a seu imenso mercado a fim de obrigar outras nações a atender a seus desejos. Trata-se de uma versão gargantuesca da assimetria na troca que sempre acompanha as relações espaciais. O mais recente (e crasso) exemplo dessa linha de argumentação vem do representante comercial norte-americano Robert Zoellick, de acordo com o qual, se não seguir os planos norte-americanos para os livres mercados nas Américas, Lula, o recém-eleito presidente do Brasil, do Partido dos Trabalhadores, pode acabar tendo de “exportar para a Antártica”<sup>32</sup>. Taiwan e Cingapura foram forçados (como antes a Coréia no pacote de resgate do FMI, sob a égide do Tesouro dos Estados Unidos), contra seu melhor julgamento, a abrir seus mercados financeiros ao capital especulativo, embora antes tivessem sido protegidos da desvalorização ao manter seus mercados fechados. Foram obrigados a aceitar as regras da

29. J. HENDERSON, “Uneven Crises: Institutional Foundations of East Asian Economic Turmoil”, *Economy and Society*, 28/3, 1999, 327-368.

30. Gowan, *The Global Gamble*, 21.

31. *Ibid.*, cap. 4.

32. Editorial, *Buenos Aires Herald*, 31 de dezembro de 2002, 4.

OMC diante de ameaças norte-americanas de negar-lhes acesso a seu mercado. Os Estados Unidos planejam agora incluir uma cláusula de acesso ao mercado aberto, segundo o modelo norte-americano, nas Contas do Desafio do Milênio [Millenium Challenge Grants], por meio das quais oferece ajuda externa a países pobres, em troca da qual os países têm de adotar estruturas institucionais compatíveis com as dos Estados Unidos e, por meio disso, abrir-se a qualquer coisa que as forças superiores do capital monopolizado desejarem ou precisarem fazer. No lado da produção, oligopólios, a maioria deles com sede nas regiões capitalistas nucleares, controlam na prática a produção de sementes, fertilizantes, produtos eletrônicos, programas de computador, produtos farmacêuticos, produtos petrolíferos e muito mais. Nessas condições, a criação de novas oportunidades de mercado não enseja a competição, limitando-se a criar oportunidades de proliferação de poderes monopolistas, com todo tipo de conseqüências sociais, ecológicas, econômicas e políticas. Isso se aplica tanto à exportação de capitais multinacionais para fabricar sapatos e camisas no Sudeste Asiático e na América Latina como à publicidade da Coca Cola. Mesmo algo de aparência tão benevolente quanto a Revolução Verde tem apresentado, concorda a maioria dos comentadores, ao lado do aumento da produção agrícola, consideráveis concentrações de riqueza no setor agrário e maiores níveis de dependência de insumos monopolizados por toda a região Leste e Sudeste da Ásia. A penetração do mercado chinês pelas empresas de tabaco norte-americanas é uma compensação por suas perdas no mercado dos Estados Unidos e ao mesmo tempo vai provocar por certo uma crise de saúde pública na China por várias décadas. Em todos esses aspectos, os argumentos geralmente apresentados em favor do neoliberalismo como sendo fator de competição justa e não monopolista, de comércio tanto livre como justo, mostram-se fraudulentos, mascarados como sempre pelo fetichismo do mercado.

Há também, como até os defensores do livre comércio admitem prontamente, uma imensa diferença entre liberdade de mercado em mercadorias e liberdade de movimentação do capital financeiro. Isso evoca de imediato o problema de que tipo de liberdade de mercado é objeto de referência. Alguns, como Bhagwati, defendem acirradamente o livre comércio de mercadorias, mas resistem à idéia de que isso seja necessariamente bom no caso dos fluxos financeiros<sup>33</sup>. A dificuldade reside no seguinte: de um lado, os fluxos de crédito são vitais para os investimentos produtivos

33. J. BHAGWATI, "The Capital Myth: The Difference between Trade in Widgets and Dollars", *Foreign Affairs*, 77/3, 1998, 7-12.

e as realocações de capital de uma linha de produção ou lugar para outra. Eles também têm importante papel em levar as necessidades de consumo (de habitação, por exemplo) a uma relação potencialmente equilibrada com atividades produtivas num mundo espacialmente desagregado marcado por superávits num espaço e déficits em outro. Em todos esses aspectos, o sistema financeiro (com ou sem o envolvimento do Estado) é fundamental para coordenar a dinâmica da acumulação do capital. Mas o capital financeiro também abriga muita atividade improdutiva em que o dinheiro é usado apenas para ganhar mais dinheiro por meio da especulação com mercados de futuros, com valores monetários, dívidas e assim por diante. Quando enormes quantidades de capital se tornam disponíveis para esses propósitos, os mercados abertos de capital se tornam veículos de atividades especulativas, algumas das quais, como vimos durante a década de 1990 com as "bolhas" das empresas virtuais e do mercado de ações, se tornam profecias auto-realizadoras, como foi o caso quando os fundos de derivativos, armados com trilhões de dólares de dinheiro levantado em empréstimos, puderam empurrar a Indonésia e até a Coréia rumo à falência por mais forte que fosse a economia de base desses países. Muito do que acontece em Wall Street nada tem a ver com facilitar o investimento em atividades produtivas; são apenas ações especulativas (donde suas descrições como um "cassino" [ciranda financeira] ou um capitalismo "de rapina"). Mas essa atividade tem profundos impactos na dinâmica geral da acumulação do capital e, de modo mais específico, na recentração do poder político econômico primordialmente nos Estados Unidos, mas também nos mercados financeiros de outros países nucleares (Tóquio, Londres, Frankfurt).

### O retorno do Estado

É nesse ponto que a política territorializada do Estado e do império retorna para reivindicar um papel-chave no contínuo drama da acumulação do capital e da sobreacumulação intermináveis. O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito. Não surpreende, por exemplo, descobrirmos que a OMC proclama o livre comércio mas na realidade promove o comércio injusto em que os países mais ricos mantêm sobre os mais pobres suas vantagens coletivas. Isso é típico

de práticas imperiais. A Inglaterra insistiu no livre (e injusto) comércio e no *laissez-faire* durante o século XIX, quando era vantajoso para ela, mas abandonou essa postura assim que outros começaram a colher os benefícios. Os Estados Unidos mais tarde carregaram o estandarte de primeiro as “portas abertas” e só então o livre comércio a ponto de a atual retórica do governo Bush equiparar a liberdade ao livre comércio sem nada dizer sobre a possível incompatibilidade entre, de um lado, as liberdades de autodeterminação e, de outro, a disciplina imposta dos livre mercados e do comércio injusto. O imperialismo, nesse domínio, equivale a empurrar sobre os outros arranjos e condições institucionais, em geral em nome do bem-estar universal. Como observei no capítulo 1, essa é a motivação central das atuais políticas do governo Bush. “Buscamos”, diz o presidente Bush quando vai à guerra, “uma paz justa em que a repressão, o ressentimento e a pobreza sejam substituídos pela esperança da democracia, do desenvolvimento, pelos livres mercados e pelo livre comércio”, os quais têm “provado sua capacidade de tirar da pobreza sociedades inteiras”. Os Estados Unidos vão oferecer essa dádiva de liberdade (do mercado) ao mundo, quer ele deseje ou não.

Como isso de fato ocorre depende essencialmente da natureza do governo e da forma dominante das alianças de classes, em particular nos países nucleares que são os produtores e depois controladores dos desembolsos de capitais excedentes. Esses países têm uma influência desproporcionada na arquitetura financeira por meio da qual se busca predominantemente realizar ordenações espaço-temporais, tendo pois condições de calibrar em seu próprio benefício as inevitáveis assimetrias que existem na troca espacial. O surgimento nos Estados Unidos de um complexo “Wall Street–Tesouro”, capaz de controlar instituições como o FMI e projetar um vasto poder financeiro por todo o mundo, mediante uma rede de outras instituições financeiras e governamentais, tem tido enorme influência sobre a dinâmica do capitalismo global em anos recentes. Porém, esse poder central só pode agir como age porque o resto do mundo forma uma rede e está integrado bem-sucedidamente (e, na prática, “pendurado”, em geral por meio de acordos de crédito) num arcabouço estruturado de instituições financeiras e governamentais (inclusive supranacionais) interligadas.

O quadro geral que surge, por conseguinte, é de um mundo espaço-temporal entrelaçado de fluxos financeiros de capital excedente com conglomerados de poder político e econômico em pontos nodais chave (Nova York, Londres, Tóquio) que buscam seja desembolsar e absorver os excedentes de maneiras produtivas, o mais das vezes em projetos de longo

prazo numa variedade de espaços (de Bangladesh ao Brasil ou à China), seja usar o poder especulativo para livrar o sistema da sobreacumulação mediante a promoção de crises de desvalorização em territórios vulneráveis. São sem dúvida as populações desses territórios vulneráveis que têm de pagar o preço inevitável em termos de perda de ativos, perda de empregos e perda de segurança econômica, para não mencionar perda de dignidade e de esperança. E por meio da mesma lógica que requer que os territórios vulneráveis sejam os primeiros a ser atingidos, assim também são tipicamente as populações mais vulneráveis desses territórios que suportam o principal ônus que sobre eles recair. Foram os pobres das regiões rurais do México, da Tailândia e do Brasil que mais sofreram com as depreciações causadas pelas crises financeiras dos anos 1980 e 1990. Conclui-se, pois, que o capitalismo sobrevive não apenas por meio de uma série de ordenações espaço-temporais que absorvem os excedentes de capital de maneiras produtivas e construtivas, mas também por meio da desvalorização e da destruição administradas como remédio corretivo daquilo que é em geral descrito como o descontrole fiscal dos países que contraem empréstimos. Como é de esperar, a própria idéia de que quem concede empréstimos irresponsavelmente deveria também ser considerado responsável é descartada de antemão pelas elites dirigentes. Reconhecê-lo exigiria que as abastadas classes proprietárias de todo o mundo fossem chamadas à ordem e instadas a cuidar antes de suas responsabilidades do que de seus direitos inalienáveis à propriedade privada e a uma taxa de lucros satisfatória. Mas, como Joseph Chamberlain descobriu, é politicamente muito mais fácil pilhar e degradar populações distantes (em particular as que são diferentes em termos raciais, étnicos ou culturais) do que enfrentar no plano doméstico o avassalador poder da classe capitalista. O lado sinistro e destrutivo da ordenação espaço-temporal como remédio para o problema da sobreacumulação torna-se um elemento tão crucial na geografia histórica do capitalismo quanto sua contraparte criativa de construção de uma nova paisagem para acomodar tanto a acumulação interminável do capital como a acumulação interminável do poder político.

A crer na retórica oficial, o complexo de arranjos institucionais que servem de mediação aos fluxos de capital ao redor do mundo deveria estar voltado para sustentar e promover a reprodução expandida (o crescimento), evitar toda tendência de crise e tratar seriamente do problema da redução da pobreza. Mas, se esse projeto fracassar, sempre é possível buscar-se a acumulação por outros meios. Tal como a guerra com relação à diplomacia, a intervenção do capital financeiro com o apoio do poder

do Estado equivale com freqüência à acumulação por outros meios. Uma diabólica aliança entre os poderes do Estado e os aspectos predatórios do capital financeiro forma as garras de um “capitalismo de rapina” que tem tanto de práticas canibais e desvalorizações forçadas quanto tem de alcançar o desenvolvimento global harmonioso. Como porém devemos interpretar esses “outros meios” de acumulação?

## 4

## A acumulação via espoliação

Rosa Luxemburgo alega que a acumulação do capital apresenta um duplo aspecto:

Um deles concerne ao mercado de bens e ao lugar em que é produzida a mais-valia — a fábrica, a mina, a propriedade agrícola. Vista desta ótica, a acumulação é um processo econômico puro, tendo como fase mais importante uma transação entre o capitalista e o trabalhador assalariado... Aqui, ao menos formalmente, a paz, a propriedade e a igualdade prevalecem, e foi necessária a aguda dialética da análise científica para revelar que o direito de propriedade se transforma, no curso da acumulação, em apropriação da propriedade alheia, que a troca de mercadorias se torna exploração e a igualdade vem a ser regime de classe. O outro aspecto da acumulação do capital se refere às relações entre o capitalismo e modos de produção não-capitalistas, que começam a surgir no cenário internacional. Seus métodos predominantes são a política colonial, um sistema internacional de empréstimos — uma política de esferas de interesse — e a guerra. Exibem-se abertamente a força, a fraude, a opressão, a pilhagem, sem nenhum esforço para ocultá-las, e é preciso esforço para discernir nesse emaranhado de violência política e lutas pelo poder as leis férreas do processo econômico<sup>1</sup>.

1. R. LUXEMBURG, *The Accumulation of Capital*, trad. A. Schwarzschild, New York, Monthly Review Press, ed. de 1968.

Esses dois aspectos da acumulação, alega Luxemburgo, estão “organicamente vinculados” e “a carreira histórica do capitalismo só pode ser avaliada mediante sua consideração conjunta”.

### Subconsumo ou sobreacumulação?

Rosa Luxemburgo sustenta sua análise numa compreensão particular das tendências de crise do capitalismo. O problema, alega ela, é o subconsumo, uma falta geral de suficiente demanda efetiva para absorver o crescimento da produção que o capitalismo produz. Essa dificuldade advém da exploração dos trabalhadores, que, por definição, recebem bem menos valor para gastar do que aquilo que produzem, e os capitalistas são obrigados ao menos em parte a reinvestir em vez de consumir. Tendo considerado devidamente as várias maneiras pelas quais se poderia transpor o suposto hiato entre oferta e demanda efetiva, ela conclui que o comércio com formações sociais não-capitalistas proporciona a única maneira sistemática de estabilizar o sistema. Se essas formações sociais ou territórios relutarem em comerciar, têm de ser compelidos a fazê-lo pela força das armas (como ocorreu no caso das guerras do ópio na China). Esse é para ela o próprio cerne do imperialismo. Um possível corolário desse argumento (embora Luxemburgo não o extraia diretamente) é que, para o sistema durar qualquer intervalo de tempo, tem-se de manter os territórios não-capitalistas (à força se necessário) em condição não-capitalista. Isso poderia explicar as qualidades implacavelmente repressivas que muitos dos regimes coloniais desenvolveram na segunda metade do século XIX.

Poucos aceitariam hoje a teoria do subconsumo de Luxemburgo como explicação das crises<sup>2</sup>. Em contrapartida, a teoria da sobreacumulação identifica a falta de oportunidades de investimentos lucrativos como o problema fundamental. De quando em vez, a falta de suficiente demanda efetiva da parte do consumidor pode ser parte do problema — de que decorre o amplo recurso em nossos dias a algo chamado “confiança do consumidor” (também conhecido como a incapacidade dos consumidores compulsivos de manter seus cartões de crédito na carteira) como indicador da força e da estabilidade da economia. O hiato que Luxemburgo julgava ver pode ser facilmente transposto pelo reinvestimento, que gera

2. Ver, por exemplo, M. BLEANEY, *Underconsumption Theories*, London, Methuen, 1976; A. BREWER, *Marxist Theories of Imperialism*, London, Routledge & Kegan Paul, 1980.

sua própria demanda de bens de capital e outros insumos. E, como vimos no caso das ordenações espaço-temporais, a expansão geográfica do capitalismo que está na base de boa parte da atividade imperialista é bastante útil para a estabilização do sistema precisamente por criar demanda tanto de bens de investimento como de bens de consumo alhures. Podem com efeito surgir desequilíbrios entre setores e regiões, bem como ser produzidos ciclos de negócios e recessões localizadas. Mas também é possível acumular diante de uma demanda efetiva em estagnação se os custos dos insumos (terra, matérias-primas, insumos intermediários, força de trabalho) sofrerem um declínio acentuado. Logo, o acesso a insumos mais baratos é tão importante quanto o acesso a mercados em ampliação na manutenção de oportunidades lucrativas. A implicação é que os territórios não-capitalistas deveriam ser forçados não só a abrir-se ao comércio (o que poderia ser útil), mas também a permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matérias-primas mais baratas, terra de baixo custo e assim por diante. O ímpeto geral de toda lógica capitalista do poder não é que os territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos. Dessa perspectiva, as repressões coloniais do tipo que sem dúvida ocorreu no final do século XIX têm de ser interpretadas como um tiro no próprio pé, um caso em que a lógica territorial inibe a lógica capitalista. O medo da emulação levou a Inglaterra, por exemplo, a evitar que a Índia desenvolvesse uma dinâmica capitalista vigorosa, frustrando assim as possibilidades de ordenações espaço-temporais na região. A dinâmica aberta da economia atlântica favoreceu muito mais a Inglaterra do que o império colonial reprimido na Índia, de que o país por certo conseguiu extrair excedentes, mas que nunca funcionou como campo importante para semear o capital excedente britânico. Da mesma maneira, porém, foi a dinâmica aberta do comércio atlântico que abriu a possibilidade da substituição da Inglaterra pelos Estados Unidos como a potência hegemônica global. Se Arendt estiver certa — a acumulação interminável do capital requer a acumulação interminável de poder político —, não só é impossível evitar essas mudanças como tentar fazê-lo produz o desastre. A formação de impérios fechados depois da Primeira Guerra Mundial quase com certeza foi um fator de causação da incapacidade de resolver o problema da sobreacumulação nos anos 1930, tendo preparado o terreno econômico para os conflitos territoriais da Segunda Guerra Mundial. A lógica territorial dominou e frustrou a lógica capitalista, lançando assim esta última numa crise quase terminal por meio do conflito territorial.

O peso dos dados histórico-geográficos do século XX adapta-se amplamente ao argumento da sobreacumulação. Todavia, há muita coisa interessante no argumento de Luxemburgo. Em primeiro lugar, a idéia de que o capitalismo tem de dispor perpetuamente de algo “fora de si mesmo” para estabilizar-se merece exame, em particular por fazer eco à concepção de Hegel, que vimos no capítulo 3, de uma dialética interna do capitalismo forçando-o a buscar soluções externas a si. Considere-se, por exemplo, o argumento de Marx quanto à criação de um exército industrial de reserva<sup>3</sup>. A acumulação do capital, na ausência de fortes correntes de mudança tecnológica poupadora de trabalho, requer o aumento da força de trabalho, que pode acontecer de várias maneiras. O aumento da população é importante (e a maioria dos analistas esquece convenientemente os cuidados que o próprio Marx tomou quanto a isso). O capital também pode se apropriar de “reservas latentes” de um campesinato ou, por extensão, mobilizar mão-de-obra barata de colônias e outros ambientes externos. Se isso não der certo, o capitalismo pode usar seus poderes de mudança tecnológica e investimento para induzir ao desemprego (dispensas), criando assim, diretamente, um exército industrial de reserva de trabalhadores desempregados. Esse desemprego tende a exercer uma pressão de baixa sobre as taxas de salário e abrir assim novas oportunidades de emprego lucrativo do capital. Ora, em todos esses casos, o capitalismo requer efetivamente algo “fora de si mesmo” para acumular, mas neste último ele expulsa de fato trabalhadores do sistema num dado ponto do tempo a fim de tê-los à mão para propósitos de acumulação num período posterior do tempo. Na linguagem da teoria política pós-moderna contemporânea, poderíamos dizer que o capitalismo cria, necessariamente e sempre, seu próprio “outro”. A idéia de que algum tipo de “exterior” é necessário à estabilização do capitalismo tem por conseguinte relevância. Mas o capitalismo pode tanto usar algum exterior preexistente (formações sociais não-capitalistas ou algum setor do capitalismo — como a educação — que ainda não tenha sido proletarizado) como produzi-lo ativamente. Proponho-me a levar a sério, no que segue, essa dialética “interior-exterior”. Vou examinar de que maneira a “relação orgânica” entre reprodução expandida, de um lado, e os processos muitas vezes violentos de espoliação, do outro, tem moldado a geografia histórica do capitalismo. Isso nos ajuda a melhor entender o que é a forma capitalista de imperialismo.

3. K. MARX, *Capital*, trad. B. Fowkes, New York, Viking, 1976, v. I, cap. 25.

Arendt, o que é interessante, apresenta um argumento que segue linhas semelhantes. As depressões dos anos 1860 e 1870 na Inglaterra, alega ela, foram o catalisador de uma nova forma de imperialismo:

A expansão imperialista viu-se afetada por um curioso tipo de crise econômica, a sobreacumulação do capital e o surgimento de dinheiro “supérfluo”, resultado do excesso de entesouramento, que já não podia encontrar investimentos produtivos dentro das fronteiras nacionais. Pela primeira vez na história, o investimento de poder não abria caminho ao investimento de dinheiro, mas a exportação de poder seguia humildemente a locomotiva do dinheiro exportado, dado que investimentos não-controlados em países distantes ameaçavam transformar amplos segmentos da sociedade em jogadores, transformar toda a economia capitalista de um sistema de produção num sistema de especulação financeira e substituir os lucros da produção pelos lucros das comissões. A década imediatamente anterior à era imperialista, os anos 70 do século passado [século XIX], testemunhou um aumento sem paralelo de fraudes, escândalos financeiros e especulação fraudulenta no mercado de ações.

Esse cenário nos parece demasiado familiar, dada a experiência dos anos 1980 e 1990. Mas a descrição arendtiana da reação burguesa é ainda mais impressionante. Os burgueses perceberam, alega ela, “pela primeira vez, que o pecado original do simples roubo, que séculos antes tornara possível ‘a acumulação do capital’ (Marx) e dera início a toda a acumulação ulterior, tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente”<sup>4</sup>.

Os processos que Marx, seguindo Adam Smith, chamou de acumulação “primitiva” ou “original” constituem, ao ver de Arendt, uma importante e contínua força na geografia histórica da acumulação do capital por meio do imperialismo. Tal como no caso da oferta de trabalho, o capitalismo sempre precisa de um fundo de ativos fora de si mesmo para enfrentar e contornar pressões de sobreacumulação. Se esses ativos, como a terra nua ou novas fontes de matérias-primas, não estiverem à mão, o capitalismo tem de produzi-los de alguma maneira. Marx, no entanto, não considera essa possibilidade exceto no caso da criação de um exército industrial de reserva mediante o desemprego induzido pela tecnologia. É interessante examinar por quê.

4. ARENDT, *Imperialism*, 15, 28.

## A reticência de Marx

A teoria geral da acumulação do capital de Marx é construída com base em certos pressupostos iniciais cruciais correspondentes em termos amplos aos da economia política clássica. São eles: mercados competitivos de livre funcionamento com arranjos institucionais de propriedade privada, individualismo jurídico, liberdade de contrato e estruturas legais e governamentais apropriadas, garantidas por um Estado “facilitador” que também garante a integridade da moeda como estoque de valor e meio de circulação. O papel do capitalista como produtor e comerciante de mercadorias já está bem estabelecido, e a força de trabalho tornou-se uma mercadoria em geral trocada por seu valor apropriado. A acumulação “primitiva” ou “original” já ocorreu, e seu processo agora tem a forma de reprodução expandida (embora mediante a exploração do trabalho vivo na produção) em condições de “paz, propriedade e igualdade”. Esses pressupostos nos permitem ver o que sucede se o projeto liberal dos economistas políticos clássicos ou, em nossa época, o projeto neoliberal dos economistas se realiza. O brilho do método dialético de Marx, reconhecido por exemplo por Arendt, consiste em mostrar que a liberalização do mercado — o credo dos liberais e neoliberais — não produz uma situação harmoniosa em que a condição de todos é melhor. Produz em vez disso níveis ainda mais elevados de desigualdade social (como de fato tem sido a tendência nos últimos trinta anos de liberalismo, particularmente em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, que seguiram mais estritamente essa linha política). E também produz, como Marx prevê, sérias e crescentes instabilidades que culminam em crises crônicas de sobreacumulação (do tipo que ora testemunhamos).

A desvantagem desses pressupostos é que relegam a acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência a uma “etapa original” tida como não mais relevante ou, como no caso de Luxemburgo, como de alguma forma “exterior” ao capitalismo como sistema fechado. Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou “original” no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é por conseguinte muito necessária, como observaram recentemente vários comentaristas<sup>5</sup>. Como

5. M. PERELMAN, *The Invention of Capitalism: Classical Political Economy and the Secret History of Primitive Accumulation*, Durham, NC, Duke University Press, 2000. Há ainda um amplo debate em *The Commoner* (<[www.thecommoner.org](http://www.thecommoner.org)>) sobre os cercamentos [expropriação de terras dos camponeses] e sobre se a acumulação primitiva deve ser entendida como processo puramente histórico [de um dado período da história] ou contínuo. DeANGELIS (<<http://homepages.uel.ac.uk/~M.DeAngelis>>) apresenta um bom resumo.

parece estranho qualificar de “primitivo” ou “original” um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de “acumulação por espoliação”.

## Acumulação por espoliação - TODA SEÇÃO

Um exame mais detido da descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma ampla gama de processos<sup>6</sup>. Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos, havendo, como afirmei no capítulo 3, consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado. O papel desenvolvimentista do Estado começou há muito tempo, e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligadas, ainda que não necessariamente convergentes.

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual).

6. MARX, *Capital*, v. I, parte 8.

A aceitação crítica, ao longo dos anos, do relato que faz Marx da acumulação primitiva — que de qualquer maneira foi antes um esboço que uma exploração sistemática — sugere ser preciso preencher algumas lacunas. O processo de proletarização, por exemplo, envolve um conjunto de coerções e apropriações de capacidades, relações sociais, conhecimentos, hábitos de pensamento e crenças pré-capitalistas da parte dos que são proletarizados. Estruturas de parentesco, organizações familiares e domésticas, relações de gênero e autoridade (incluindo as exercidas por meio da religião e de suas instituições) — tudo isso tem seu papel a desempenhar. Em alguns casos, as estruturas preexistentes têm de ser violentamente reprimidas como incompatíveis com o trabalho sob o capitalismo, porém múltiplos relatos sugerem hoje que há a mesma probabilidade de serem cooptadas, numa tentativa de forjar alguma base consensual, em vez de coercitiva, de formação da classe trabalhadora. Em suma, a acumulação primitiva envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão. As condições de luta e de formação da classe trabalhadora variam amplamente, havendo portanto, como o insistiu Thompson, entre outros, um sentido no qual a classe trabalhadora “se faz a si mesma”, ainda que nunca, é claro, em condições de sua escolha<sup>7</sup>. O resultado é muitas vezes deixar vestígios de relações sociais pré-capitalistas na formação da classe trabalhadora, assim como criar diferenciações geográficas, históricas e antropológicas no modo de definir a classe trabalhadora. Por mais universal que seja o processo de proletarização, o resultado não é a criação de um proletariado homogêneo<sup>8</sup>.

Alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado. O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lenin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financialização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório.

7. E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class*, Harmondsworth, Penguin, 1968.

8. Etnografias contemporâneas da proletarização, muitas das quais acentuam a importância de questões de gênero, ilustram muito bem parte da diversidade. Ver, por exemplo, A. ONG, *Spirits of Resistance and Capitalist Discipline: Factory Women in Malaysia*, Albany, State University of New York Press, 1987; C. FREEMAN, *High Tech and High Heels in the Global Economy*, Durham, NC, Duke University Press, 2000; C. K. LEE, *Gender and the South China Miracle: Two Worlds of Factory Women*, Berkeley, University of California Press, 1998.

Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisoneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações do crédito e das ações — tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo. O colapso da Enron privou muitos de seus meios de vida e de seus direitos de pensão. Mas temos de examinar sobretudo os ataques especulativos feitos por fundos derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro como a vanguarda da acumulação por espoliação em épocas recentes.

Foram criados também mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação. A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o chamado Acordo TRIPS) aponta para maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais. A biopirataria campeia e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos caminha muito bem em benefício de umas poucas grandes companhias farmacêuticas. A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas. A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala (a indústria da música é notória pela apropriação e exploração da cultura e da criatividade das comunidades). A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de “expropriação das terras comuns”. Tal como no passado, o poder do Estado é com frequência usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular. A regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem envolvido a perda de direitos. A devolução de direitos comuns de propriedade obtidos graças a anos de dura luta de classes (o direito a uma aposentadoria paga pelo Estado, ao bem-estar social, a um sistema nacional de cuidados médicos) ao domínio privado tem sido uma das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal.

O capitalismo internaliza práticas tanto canibais como predatórias e fraudulentas. Mas, como observa certamente Luxemburgo, “é preciso esforço para discernir nesse emaranhado de violência política e lutas pelo poder as leis férreas do processo econômico”. A acumulação por espoliação pode ocorrer de uma variedade de maneiras, havendo em seu *modus operandi* muitos aspectos fortuitos e casuais.

Assim sendo, como a acumulação por espoliação ajuda a resolver o problema da sobreacumulação? A sobreacumulação, lembremos, é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. O termo-chave aqui é, no entanto, excedentes de capital. O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. No caso da acumulação primitiva que Marx descreveu, isso significava tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo então a terra para a corrente principal privatizada da acumulação do capital. A privatização (da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água etc. na Inglaterra, por exemplo) tem aberto em anos recentes amplos campos a ser apropriados pelo capital sobreacumulado. O colapso da União Soviética e depois a abertura da China envolveram uma imensa liberação de ativos até então não disponíveis na corrente principal da acumulação do capital. O que teria acontecido com o capital sobreacumulado nos últimos 30 anos sem a abertura de novos terrenos de acumulação? Dito de outro modo, se o capitalismo vem passando por uma dificuldade crônica de sobreacumulação desde 1973, então o projeto neoliberal de privatização de tudo faz muito sentido como forma de resolver o problema. Outro modo seria injetar matérias-primas baratas (como o petróleo) no sistema. Os custos de insumos seriam reduzidos e os lucros, por esse meio, aumentados. Como observou o magnata dos jornais Rupert Murdoch, a solução de nossas atuais aflições econômicas é o petróleo a 20 dólares, e não a 30, o barril. Não admira que os jornais de Murdoch tenham dado tão ávido apoio à guerra contra o Iraque<sup>9</sup>.

O mesmo objetivo pode no entanto ser alcançado pela desvalorização dos ativos de capital e da força de trabalho existentes. Esses ativos desvalorizados podem ser vendidos a preço de banana e reciclados com lucro no circuito de circulação do capital pelo capital sobreacumulado.

9. D. KIRKPATRICK, “Mr Murdoch’s War”, *New York Times*, 7 de abril de 2003, C1.

Mas isso requer uma onda anterior de desvalorização, o que significa uma crise de algum tipo. As crises podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema. A isso com frequência se resumem os programas de austeridade administrados pelo Estado, que recorrem às alavancas vitais das taxas de juros e do sistema de crédito. Pode-se impor pela força externa crises limitadas a um setor, a um território ou a todo um complexo territorial de atividade capitalista. É nisso que é grande especialista o sistema financeiro internacional (sob a liderança do FMI), com o apoio do poder estatal superior (como o dos Estados Unidos). O resultado é a criação periódica de um estoque de ativos desvalorizados, e em muitos casos subvalorizados, em alguma parte do mundo, estoque que pode receber um uso lucrativo da parte de excedentes de capital a que faltam oportunidades em outros lugares. Wade e Verenosso capturam a essência disso quando escrevem, falando da crise asiática de 1997-1998:

As crises financeiras sempre causaram transferências de propriedade e de poder a quem mantém intactos seus ativos e tem condições de criar crédito, e a crise asiática não é exceção a isso... não há dúvida de que corporações ocidentais e japonesas são os grandes beneficiados... A combinação de desvalorizações profundas, liberalizações financeiras impostas pelo FMI e recuperações facilitadas por este último pode até precipitar a maior transferência em tempo de paz de proprietários domésticos para proprietários estrangeiros nos últimos 50 anos em todas as partes do mundo, superando em muito as transferências de proprietários domésticos para proprietários norte-americanos na América Latina nos anos 1980 ou no México a partir de 1994. Isso lembra a afirmação atribuída a Andrew Mellon<sup>10</sup>: “Numa depressão, os ativos retornam a seus legítimos proprietários”<sup>11</sup>.

Surgem crises regionais e desvalorizações baseadas no lugar altamente localizadas como recurso primário de criação perpétua pelo capitalismo de seu próprio “outro” a partir do qual se alimentar. As crises financeiras do Leste e do Sudeste da Ásia em 1997-1998 foram um caso clássico disso<sup>12</sup>. A analogia com a criação de um exército industrial de reserva

10. Banqueiro norte-americano, republicano, que ocupou o cargo de secretário do Tesouro dos Estados Unidos entre 1921 e 1932. (N.T.)

11. R. Wade e E. Verenosso, “The Asian Crisis: The High Debt Model versus the Wall Street-Treasury-IMF Complex”, *New Left Review*, 228, 1998, 3-23.

12. Ibid. Outros relatos dessa crise são apresentados em HENDERSON, “Uneven Crises”; JOHNSON, *Blowback*, cap. 9; e a edição especial de *Historical Materialism*, 8, 2001, “Focus on East Asia after the Crisis”, particularmente P. BURKETT e M. HART-LANDSBERG, “Crisis and Recovery in East Asia: The Limits of Capitalist Development”, 3-48.

mediante a expulsão das pessoas de seu emprego é perfeita. Valiosos ativos são tirados de circulação e desvalorizados. Ficam esvaziados e adormecidos até que o capital excedente faça uso deles a fim de dar nova vida à acumulação do capital. O perigo reside no entanto no fato de essas crises poderem sair do controle e se generalizar, ou então que essa “criação do outro” [othering] provoque uma revolta contra o sistema que criou esse “outro”. Uma das principais funções das intervenções do Estado e das instituições internacionais é orquestrar desvalorizações para permitir que a acumulação por espoliação ocorra sem desencadear um colapso geral. Essa é a essência de tudo o que está no programa de ajuste estrutural administrado pelo FMI. Para as principais potências capitalistas, como os Estados Unidos, isso significa orquestrar esses processos em seu benefício específico, ao tempo em que proclamam seu papel como o de um líder nobre que organiza “resgastes” (como no México em 1994) a fim de manter a acumulação do capital global nos trilhos. Como ocorre com toda manobra especulativa, há contudo risco de perdas: o súbito pânico evidente do Tesouro dos Estados Unidos e do Fundo Monetário Internacional em dezembro de 1998 depois de a Rússia, que nada mais tinha a perder, ter simplesmente declarado falência e quando parecia que a economia sul-coreana (passados vários meses de duras barganhas) estava para quebrar e possivelmente desencadear uma reação em cadeia global, ilustra quão próximas da beira do abismo essas fórmulas de cálculo podem chegar<sup>13</sup>.

A mistura de coerção e consentimento no âmbito dessas atividades de barganha varia consideravelmente, sendo contudo possível ver agora com mais clareza como a hegemonia é construída por meio de mecanismos financeiros de modo a beneficiar o *hegemon* e ao mesmo tempo deixar os Estados subalternos na via supostamente régia do desenvolvimento capitalista. O cordão umbilical que une acumulação por espoliação e reprodução expandida é o que lhe dão o capital financeiro e as instituições de crédito, como sempre com o apoio dos poderes do Estado.

### A contingência de tudo isso

Como, então, desvelar as férreas leis no âmbito das contingências da acumulação por espoliação? Sabemos, é claro, que certo grau disso ocorre o tempo inteiro e pode assumir muitas formas, tanto legais como ilegais. Pensemos, por exemplo, num processo dos mercados de habitação norte-

americanos conhecido como “venda predatória” [flipping]. Uma residência em péssima condição é comprada por quase nada, recebe algumas melhorias cosméticas e é vendida a um preço exorbitante, com a ajuda de um financiamento hipotecário conseguido pelo vendedor, a uma família de baixa renda que pretender realizar o sonho da casa própria. Caso essa família tenha problemas para pagar as parcelas ou resolver os graves problemas de manutenção que quase certamente surgem, a casa é retomada pelo vendedor. Não se trata de algo propriamente ilegal (senhores compradores: cuidado!), mas o efeito é cair como ave de rapina sobre famílias de baixa renda e privá-las da pouca poupança que têm. Isso é acumulação por espoliação! Há inúmeras atividades (legais ou ilegais) desse tipo que afetam o controle de ativos por uma classe em vez de por outra.

Mas como, quando e por que a acumulação por espoliação sai dessa condição clandestina e se torna a forma dominante de acumulação com respeito à reprodução expandida? Em parte, isso se relaciona com como e quando se formam crises na reprodução expandida. Mas pode também refletir tentativas de empreendedores determinados e Estados desenvolvimentistas no sentido de “integrar-se ao sistema” e buscar diretamente os benefícios da acumulação do capital.

Toda formação social, ou território, que é inserida ou se insere na lógica do desenvolvimento capitalista tem de passar por amplas mudanças legais, institucionais e estruturais do tipo descrito por Marx sob a rubrica da acumulação primitiva. O colapso da União Soviética destacou exatamente esse problema. O resultado foi um violento episódio de acumulação primitiva a título da “terapia de choque” aconselhada pelas potências capitalistas e pelas instituições internacionais. O sofrimento social foi imenso, mas a distribuição de ativos gerada pela privatização e pelas reformas de mercado não só foi bastante desequilibrada como não propiciou muito o tipo de atividade de investimentos que costuma surgir com a reprodução expandida. Bem mais recentemente, a virada para o capitalismo orquestrada pelo Estado na China envolveu sucessivas ondas de acumulação primitiva. Empresas estaduais e “municipais” até então bem-sucedidas nas cercanias de Xangai (que fornecia peças e componentes para grandes indústrias da área metropolitana) ultimamente foram forçadas a fechar ou a ser privatizadas, acabando com obrigações de bem-estar social e de pagamento de aposentadorias e criando um grande reservatório de trabalhadores desempregados ou de situação econômica ruim. O efeito tem sido tornar as empresas chinesas remanescentes bem mais ferozmente competitivas nos mercados mundiais, mas isso custou a desvalorização e a destruição de meios de vida anteriormente viáveis. Embora

13. GOWAN (*The Global Gamble*) oferece um convincente relato.

os relatos permaneçam esquemáticos, o resultado parece ter sido muito sofrimento social localizado e episódios de luta de classes acirrada, e às vezes violenta, em áreas assoladas por esse processo<sup>14</sup>.

A acumulação por espoliação pode ser aqui interpretada como o custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com o forte apoio dos poderes do Estado. As motivações podem ser internas (como no caso da China) ou impostas a partir de fora (como no caso do desenvolvimento neocolonial em zonas de processamento de exportações no Sudeste asiático ou da abordagem de reformas estruturais que o governo Bush hoje propõe como cláusula das concessões de ajuda externa a nações pobres). Na maioria dos casos, está na base dessas transformações alguma combinação de motivação interna e pressão externa. O México, por exemplo, abandonou suas proteções já em enfraquecimento das populações camponesas e indígenas nos anos 1980, em parte sob a pressão que fez seu vizinho do Norte para que adotasse a privatização e práticas neoliberais em troca de assistência financeira e da abertura do mercado norte-americano ao comércio por meio do acordo NAFTA. E, mesmo quando a motivação se afigura predominantemente interna, as condições externas são importantes. A instalação da OMC torna hoje para a China uma entrada no sistema capitalista global mais fácil do que o seria nos idos de 1930, quando prevalecia a autarquia dentro de impérios fechados, ou mesmo nos anos 1960, quando o sistema de Bretton Woods mantinha os fluxos de capital sob um controle mais estrito. As condições pós-1973 — e essa foi a parcela mais saliente daquilo que se esperava conseguir com as pressões norte-americanas de abertura dos mercados — têm sido bem mais favoráveis a todo e qualquer país ou complexo regional que deseje inserir-se no sistema capitalista global — o que explica o rápido crescimento de territórios como Cingapura, Taiwan e Coréia do Sul, bem como de vários outros países e regiões recém-industrializados. Essa abertura de oportunidades trouxe ondas de desindustrialização a boa parte do mundo capitalista avançado (e mesmo para além dele, como vimos no capítulo 3), ao mesmo tempo em que tornou os países recém-industrializados, tal como o fez a crise de 1997-1998, mais vulneráveis às manobras do capital especulativo, da competição espaço-temporal e de ondas adicionais de acumulação por espoliação. Eis como é construída e se exprime a volatilidade do capitalismo internacional.

14. E. ECKHOLM, "Where Workers, Too, Rust, Bitterness Boils Over", *New York Times*, 20 de março de 2002, A4; E. ROSENTHAL, "Workers' Plight Brings New Militancy to China", *New York Times*, 10 de março de 2003, A8.

As desvalorizações infligidas no curso de crises costumam destruir de modo mais geral o bem-estar social e as instituições sociais. Isso acontece tipicamente quando o sistema de crédito é submetido a apertos, quando a liquidez se acaba e as empresas são levadas à falência. Os proprietários ficam sem condições de manter seus ativos e têm de transferi-los a preços bem baixos a capitalistas que dispõem da liquidez para assumi-los. Mas as circunstâncias variam muito. A expulsão de populações rurais ocorrida durante a Dust Bowl [corrida da poeira] dos anos 1930 e a migração em massa dos "okies"<sup>15</sup> para a Califórnia (eventos descritos tão dramaticamente em *As vinhas da ira*, de John Steinbeck) foram um violento precursor do longo processo de substituição nos Estados Unidos da agropecuária familiar pelo agronegócio. A principal força motriz dessa transição sempre foi o sistema de crédito, porém talvez o aspecto mais relevante disso seja o fato de uma variedade de instituições do Estado, ostensivamente destinadas a proteger a agropecuária familiar, terem desempenhado um papel subversivo ao facilitar a transição que deveriam conter.

A acumulação por espoliação se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida. O principal veículo dessa mudança foi a financialização e a orquestração, em larga medida sob a direção dos Estados Unidos, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear de vez em quando surtos de brandos a violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros. Mas a abertura de novos territórios ao desenvolvimento capitalista e a formas capitalistas de comportamento de mercado também teve sua função, o mesmo ocorrendo com as acumulações primitivas de países (como a Coréia do Sul, Taiwan e, agora, de maneira ainda mais dramática, a China) que procuraram inserir-se no capitalismo global como participantes ativos. Para que tudo isso ocorresse, era necessário, além da financialização e do comércio mais livre, uma abordagem radicalmente distinta da maneira como o poder do Estado, sempre um grande agente da acumulação por espoliação, devia se desenvolver. O surgimento da teoria neoliberal e a política de privatização a ela associada simbolizaram grande parcela do tom geral dessa transição.

15. *Dust Bowl* designa a migração em massa de indivíduos da zona da seca e da poeira nos Estados Unidos (o centro sul do país). "Okies" foi a designação dada aos migrantes porque o estado norte-americano de Oklahoma foi o mais atingido pelo problema das migrações. (N.T.)

### Privatização: o “braço armado” da acumulação por espoliação

O neoliberalismo como doutrina político-econômica remonta ao final dos anos 1930. Radicalmente oposta ao comunismo, ao socialismo e a todas as formas de intervenção ativa do governo para além de dispositivos de garantia da propriedade privada, das instituições de mercado e da atividade dos empreendedores, ela começou como um conjunto isolado e em larga medida ignorado de pensamento ativamente moldado na década de 1940 por pensadores como Friedrich von Hayek, Ludwig von Mises, Milton Friedman e, ao menos por algum tempo, Karl Popper. Seria necessária, como previu prescientemente von Kayek, ao menos uma geração para que as concepções neoliberais passassem a ser a corrente principal de pensamento. Reunindo recursos oferecidos por corporações que lhe eram simpáticas e fundando grupos exclusivos de pensadores, o movimento produziu um fluxo constante mas em permanente expansão de análises, textos, polêmicas e declarações de posição política nos anos 1960 e 1970. Mas ainda era considerado amplamente irrelevante e mesmo desdenhado pela corrente principal de pensamento político-econômico. Só depois de a crise geral de sobreacumulação ter-se tornado aguda veio o movimento a ser levado a sério como alternativa ao arcabouço keynesiano e a outras estruturas mais centradas no Estado de formulação de políticas. E foi Margaret Thatcher quem, buscando uma estrutura mais adequada para atacar os problemas econômicos de sua época, descobriu politicamente o movimento e voltou-se para seu corpo de pensadores em busca de inspiração e recomendações depois de eleita em 1979<sup>16</sup>. Em união com Reagan, ela transformou toda a orientação da atividade do Estado, que abandonou a busca do bem-estar social e passou apoiar ativamente as condições “do lado da oferta” da acumulação do capital. O FMI e o Banco Mundial mudaram quase que da noite para o dia seus parâmetros de política, e em poucos anos a doutrina neoliberal fizera uma curta e vitoriosa marcha por sobre as instituições e passara a dominar a política, primeiramente no mundo anglo-saxão porém mais tarde em boa parte da Europa e do mundo. Como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a “expropriação das terras comuns”. Ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse inves-

16. D. YERGIN, J. STANISLAW, D. TERGIN, *The Commanding Heights: The Battle Between Government and Market Place that is Remaking the Modern World*, New York, Simon and Schuster, 1999.

tir neles, valorizá-los e especular com eles. Novos campos de atividade lucrativa foram abertos e isso ajudou a sanar o problema da sobreacumulação, ao menos por algum tempo. Mas esse movimento, uma vez desencadeado, criou impressionantes pressões de descoberta de um número cada vez maior de arenas, domésticas ou externas, em que se pudessem executar privatizações.

No caso de Thatcher, o grande estoque de habitações sociais foi um dos primeiros ativos a ser privatizados. À primeira vista, isso pareceu uma dádiva para as classes inferiores, que poderiam agora passar de locatárias a proprietárias a um custo relativamente baixo, obtendo o controle de um valioso ativo e aumentando suas posses. Mas, tão logo essa mudança de condição ocorreu, teve início a especulação imobiliária, particularmente nos locais centrais mais valorizados, à qual se seguiram o tráfico de influência, a enganação pura e simples ou a expulsão de populações de baixa renda para as periferias de cidades como Londres, transformando antigos conjuntos habitacionais destinados à classe trabalhadora em centros de intensa ocupação de imóveis pelas classes médias [*gentrification*]. A perda de habitações a preços acessíveis levou ao surgimento de cidadãos sem-teto e da anomia social em muitos ambientes urbanos. Na Inglaterra, a subsequente privatização dos serviços (água, telecomunicações, eletricidade, energia, transporte), a liquidação de empresas públicas e a moldagem de muitas outras instituições públicas (como as universidades) de acordo com uma lógica comercial levaram à radical transformação do padrão dominante de relações sociais e a uma redistribuição de ativos que favoreceu cada vez mais antes as classes altas do que as baixas.

O mesmo padrão de redistribuição de ativos pode ser identificado em toda parte onde houve privatizações. O Banco Mundial tratou a África do Sul pós-*apartheid* como amostra da maior eficiência que se pode alcançar com a privatização e a liberalização dos mercados. Promoveu, por exemplo, quer a privatização da água, quer a aplicação da “total recuperação de custos” a recursos de propriedade das municipalidades. Em vez de receber água de graça, os consumidores pagavam pelo fornecimento. Com maiores receitas, esses recursos, segundo a teoria, gerariam lucros e financiaram sua própria ampliação. Contudo, não podendo pagar as tarifas, muitas pessoas acabaram ficando sem esses serviços e, com receitas menores, as empresas aumentaram as tarifas e tornaram a água ainda menos acessível às populações de baixa renda. Um dos resultados disso, visto que as pessoas tiveram de recorrer a outras fontes de água, foi uma epidemia de cólera que matou grande número de pessoas. O objetivo declarado (administrar o uso da água para fornecê-la a todos) não pôde

ser realizado devido aos métodos nos quais se insistiu. Amplas pesquisas feitas na África do Sul por McDonald e outros mostram assim que “a recuperação de custos de serviços municipais impõe um enorme ônus a famílias de baixa renda, contribui para haver um imenso número de cortes de fornecimento e banimentos de famílias do serviço e prejudica o potencial de milhões de famílias de baixa renda quanto a ter uma vida saudável e produtiva”<sup>17</sup>.

Essa mesma lógica levou a Argentina a passar por uma ampla onda de privatizações (água, energia, telecomunicações, transportes) que resultou num imenso influxo de capital sobreacumulado e numa substancial valorização de ativos, aos quais se seguiu um surto de empobrecimento de grandes massas da população (tendo hoje alcançado a metade dos habitantes) quando o capital foi levado para outros lugares. Outro exemplo a considerar é o caso dos direitos fundiários no México. A Constituição de 1917, promulgada pela revolução mexicana, protegia os direitos legais dos povos indígenas, tendo consagrado esses direitos no sistema *ejido* [comunidades auto-suficientes], que permitia a posse e o uso coletivo da terra. Em 1991, o governo Salinas promulgou uma lei de reforma que tanto permitia como estimulava a privatização das terras do *ejido*. Como este proporcionava a base da segurança coletiva entre grupos indígenas, o governo na verdade estava se eximindo de suas responsabilidades pela manutenção dessa segurança. Além disso, essa medida era parte de um “pacote” de resoluções privatizantes propostas por Salinas, as quais desmantelavam a seguridade social em geral e tinham impactos previsíveis e dramáticos sobre a distribuição da renda e da riqueza<sup>18</sup>. Foi ampla a resistência à reforma do *ejido*, e o grupo camponês mais aguerrido acabou por apoiar a rebelião zapatista que eclodiu em Chiapas no mesmo dia de janeiro de 1994 em que se previa a entrada em vigor do acordo do NAFTA. A subsequente redução das barreiras à importação deu mais um golpe, pois produtos importados baratos do agronegócio norte-americano, altamente produtivo, mas fortemente subsidiado (cerca de 20 por cento do custo), derrubaram o preço do milho e de outros produtos a tal ponto que impediam os pequenos produtores rurais de competir. Como estavam prestes a morrer de fome, muitos desses produtores acabaram perdendo a terra e foram aumentar o número de desempregados de cidades já hiperpopulosas. Efeitos semelhantes se fizeram sentir sobre popu-

17. D. McDONALD, J. PAPE, *Cost Recovery and the Crisis of Service Delivery in South Africa*, London, Zed Books, 2002, 162.

18. J. NASH, *Mayan Visions: The Quest for Autonomy in an Age of Globalization*, New York, Routledge, 2001, 81-84.

lações rurais de todo o mundo. Importações baratas de legumes da Califórnia e de arroz da Louisiana, acertadas nos termos das regras da OMC, estão agora expulsando populações rurais no Japão e em Taiwan, por exemplo. A competição externa sob as regras da OMC estão devastando a vida rural indiana. De fato, relata Roy, “a economia rural da Índia, que sustenta 700 milhões de pessoas, está sendo sufocada. Produtores que produzem demais estão padecendo, produtores que produzem de menos estão padecendo, e trabalhadores agrícolas sem terra estão desempregados, pois as grandes propriedades e fazendas estão demitindo seus empregados. Grande número de membros de todos esses grupos está indo para as cidades em busca de colocação”<sup>19</sup>. Na China, estima-se ser necessário absorver ao menos meio bilhão de pessoas pela urbanização nos próximos dez anos para evitar o caos e a revolta rurais. Não está claro o que essas pessoas farão nas cidades, embora, como vimos, os vastos projetos de infra-estruturas públicas ora em execução venham a contribuir para reduzir o sofrimento social.

A privatização, conclui Roy, é essencialmente “a transferência de ativos públicos produtivos do Estado para empresas privadas. Figuram entre os ativos produtivos os recursos naturais. A terra, as florestas, a água, o ar. São esses os ativos confiados ao Estado pelas pessoas a quem ele representa... Apossar-se desses ativos e vendê-los como se fossem estoques a empresas privadas é um processo de despossessão bárbara numa escala sem paralelo na história”<sup>20</sup>.

Era evidente que a rebelião zapatista de Chiapas, no México, tinha muito a ver com a proteção dos direitos indígenas. E também o era o fato de o catalisador desse movimento ter sido a conjugação das iniciativas de privatização das terras coletivas e de abertura do país ao livre comércio por meio do NAFTA. Isso levanta, contudo, a questão geral da resistência à acumulação por espoliação.

### Combates relativos à acumulação por espoliação

A acumulação primitiva, tal como a descreve Marx, envolveu uma série de lutas episódicas e violentas. O nascimento do capital nada teve de tranqüilo. Foi inscrito na história do mundo, como disse Marx, “em letras de sangue e de fogo”. Christopher Hill, em *O mundo de ponta-cabeça*,

19. A. ROY, *Power Politics*, Cambridge, Massachusetts, South End Press, 2001, 16.

20. *Ibid.*, 43.

oferece uma detalhada descrição de como essas lutas se desenrolaram na Inglaterra do século XVII, quando as forças do poder e da propriedade privada da terra entraram repetidas vezes em choque com múltiplos e diversos movimentos populares que se opunham ao capitalismo e à privatização e propunham formas radicalmente distintas de organização social e comunitária<sup>21</sup>. A acumulação por espoliação de nossa época também tem levado a batalhas políticas e sociais e a vastos golpes de resistência. Muitas dessas lutas formam hoje o núcleo de um movimento antiglobalização, ou de globalização alternativa, que, embora díspar e aparentemente em seus primórdios, é disseminado. O fermento de idéias alternativas no interior desses movimentos está à altura da fecundidade de idéias geradas em outros períodos históricos em que ocorreram disrupções paralelas de modos de vida e de relações sociais (ocorrem-me 1640-1680 na Inglaterra e 1830-1848 na França). A ênfase no âmbito desses movimentos no tema da “restituição dos bens comuns” indica contudo profundas continuidades com batalhas de muito tempo atrás.

Essas lutas impõem, não obstante, graves dificuldades de análise e interpretação. Não é possível fazer omeletes sem quebrar ovos, diz o velho ditado, e o nascimento do capitalismo implicou episódios ferozes, e com frequência violentos, de destruição criativa. Embora a violência de classe tenha sido tenebrosa, o lado positivo foi a abolição das relações feudais, a liberação de energias criadoras, a abertura da sociedade a fortes correntes de mudança tecnológica e organizacional e a superação de um mundo fundado na superstição e na ignorância, substituído por um mundo de ilustração científica potencialmente capaz de libertar as pessoas dos anseios e necessidades materiais. É possível afirmar, desse ponto de vista, que a acumulação primitiva foi uma etapa necessária, ainda que tenebrosa, pela qual teve de passar a ordem social para chegar a uma condição na qual se tornassem possíveis tanto o capitalismo como algum socialismo alternativo. Marx (em oposição a anarquistas como [o geógrafo francês] Elisée Reclus e [o filósofo russo] Piotr Kropotkin, bem como a adeptos da vertente socialista de William Morris) valorizou pouco, quando o fez, as formas sociais destruídas pela acumulação primitiva. De igual forma, não defendeu a perpetuação do *status quo* e sem dúvida não foi favorável a nenhuma reversão a relações sociais e formas de produção pré-capitalistas. Em sua opinião, havia algo de progressista no desenvolvimento capitalista, inclusive no caso do imperialismo britânico na Índia (posição que não angariou muito respeito no seio dos movimentos antiimperialistas

21. C. HILL, *The World Turned Upside Down*, Harmondsworth, Penguin, 1984.

do período pós-Segunda Guerra Mundial, como demonstrou a fria recepção recebida pela obra de Bill Warren sobre o imperialismo como o pioneiro do capitalismo)<sup>22</sup>.

Essa questão tem fundamental importância em toda análise política avaliativa das práticas imperialistas contemporâneas. Embora os níveis de exploração da força de trabalho em países em desenvolvimento sejam sem dúvida altos, podendo-se identificar abundantes casos de práticas abusivas, os relatos etnográficos das transformações sociais promovidas pelos investimentos externos diretos, pelo desenvolvimento industrial e pelos sistemas de produção “exportados” em muitas partes do mundo formam um enredo bem mais complexo. Em alguns casos, a posição das mulheres, que proporcionam a maior parcela de força de trabalho, tem tido ponderáveis modificações, ou mesmo tem sido aprimoradas. Diante da opção entre a mão-de-obra industrial e a volta ao empobrecimento rural, muitas pessoas no âmbito do novo proletariado parecem exprimir forte preferência por aquela. Noutros casos, obteve-se um poder de classe suficiente para obter ganhos reais em termos de padrões de vida e para alcançar um padrão de vida bem superior às circunstâncias degradadas de uma existência rural precedente. É portanto difícil dizer se o problema da Indonésia, por exemplo, foi o impacto da rápida industrialização capitalista sobre as oportunidades de vida durante as décadas de 1980 e 1990 ou a desvalorização e a desindustrialização provocadas pelas crises financeiras de 1997-1998, que fizeram ruir boa parte das realizações da industrialização. Qual foi, à luz disso, a maior dificuldade: a importação e a inserção da acumulação do capital por meio da reprodução expandida na economia indonésia ou a total demolição dessa atividade por meio da acumulação por espoliação? Embora seja óbvio que esta última foi um corolário lógico daquelas, e que a verdadeira tragédia se traduz em atrair com grande rapidez (por vezes à força) populações para o proletariado e logo depois as descartar como mão-de-obra redundante, julgo igualmente plausível que o segundo movimento prejudicou bem mais as esperanças, aspirações e possibilidades de longo prazo das massas empobrecidas do que o primeiro. A implicação disso é que a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto.

A admissão de que a acumulação primitiva pode ser um precursor necessário de mudanças mais positivas levanta toda a questão da política

22. Para escritos de Marx acerca da Índia, ver a coletânea K. MARX, F. ENGELS, *On Colonialism*, New York, International Publishers, 1972; B. WARREN, *Imperialism: Pioneer of Capitalism*, London, Verso, 1981.

de expropriação sob o socialismo. Julgou-se com frequência necessário, na tradição revolucionária marxista/comunista, organizar o sucedâneo da acumulação primitiva a fim de implementar programas de modernização de países que não houvessem passado pela iniciação no desenvolvimento capitalista. Isso muitas vezes significou níveis de tenebrosa violência semelhantes aos da acumulação primitiva, como foi o caso da coletivização forçada da agricultura na União Soviética (a liquidação dos *kulaks* [médios agricultores]), bem como na China e em outras partes do Leste Europeu. Dificilmente se pode considerar essas políticas grandes histórias de sucesso, tendo elas desencadeado uma resistência política em alguns casos impiedosamente esmagada. Em todos os lugares em que foi implantada, essa abordagem criou seus problemas peculiares. As dificuldades dos sandinistas com os índios Mesquito na Costa Atlântica da Nicarágua, ao planejarem o desenvolvimento socialista na região, criou um Cavalo de Tróia por meio do qual a CIA pôde promover sua bem-sucedida ofensiva dos Contras [*sic*] em oposição à revolução.

Logo, enquanto os combates à acumulação primitiva pudessem proporcionar a fonte do descontentamento aos movimentos insurgentes, inclusive os do âmbito do campesinato, o fulcro da política socialista não era proteger a antiga ordem, mas atacar diretamente as relações de classe e as formas de poder do Estado que estavam tentando transformá-la, para chegar assim a uma configuração totalmente diferente das relações de classe e dos poderes do Estado. Essa idéia foi central para muitos dos movimentos revolucionários que varreram o mundo em desenvolvimento na esteira da Segunda Guerra Mundial. Eles combateram o imperialismo capitalista, mas o fizeram antes em nome de uma modernidade alternativa do que em defesa da tradição. Assim agindo, com frequência encontraram a oposição de, e opuseram-se a, quem buscava proteger, se não revitalizar, sistemas de produção, normas culturais e relações sociais tradicionais.

Movimentos insurgentes contra a acumulação por espoliação não têm particular predileção por ser cooptados pelo desenvolvimentismo socialista. O registro inconstante de sucesso da alternativa socialista (as primeiras conquistas cubanas nos campos da assistência à saúde, da educação e da agronomia primeiro inspiraram, mas depois levaram à acomodação), aliado ao clima de política repressiva largamente orquestrado pela política da Guerra Fria, tornou cada vez mais difícil para a esquerda tradicional reivindicar uma posição de liderança, em vez de dominação coerciva, com respeito a esses movimentos sociais.

Os movimentos insurgentes contra a acumulação por espoliação têm seguido em geral outro caminho, em alguns casos deveras hostil à política

socialista. Isso por vezes decorreu de razões ideológicas, mas em outras foi apenas por motivos pragmáticos e organizacionais, advindos da própria natureza daquilo que motivava e motiva essas lutas. Para começo de conversa, a variedade dessas lutas foi e é simplesmente estonteante, sendo difícil até mesmo imaginar vínculos entre elas. As lutas do povo Ogoni contra a degradação de suas terras pela Shell Oil Company; os prolongados combates contra os projetos de construção de represas patrocinados pelo Banco Mundial na Índia e na América Latina; movimentos camponeses contra a biopirataria; batalhas em oposição a alimentos geneticamente modificados e em favor da autenticidade dos sistemas locais de produção; lutas em favor da preservação do acesso de populações indígenas a reservas florestais, que envolvem coibir a ação das madeireiras; combates políticos à privatização; movimentos de defesa de direitos trabalhistas ou das mulheres em países em desenvolvimento; campanhas de proteção da biodiversidade e de prevenção da destruição do hábitat; movimentos camponeses em favor do acesso à terra; protestos contra a construção de vias expressas e aeroportos; centenas, literalmente, de protestos contra programas de austeridade impostos pelo FMI — tudo isso são componentes de uma volátil combinação de movimentos de protestos que têm varrido o mundo e se tornado cada vez mais tópico das manchetes durante a década de 1980 e a partir dela<sup>23</sup>. Esses movimentos e revoltas foram muitas vezes esmagados com feroz violência, o mais das vezes da parte de poderes do Estado que agiam em nome da “ordem e da estabilidade”. Estados-clientes, com apoio militar ou em alguns casos de forças especiais treinadas pelos grandes aparatos militares (liderados pelos Estados Unidos, tendo a Inglaterra e a França como parceiros menos importantes), assumiram posição de proa num sistema de repressões e liquidações destinado a suprimir impiedosamente movimentos ativistas que ameaçassem a acumulação por espoliação.

Tem-se pois de adicionar a essa complicada situação a extraordinária proliferação de organizações não-governamentais (ONGs) internacionais, particularmente a partir de mais ou menos 1970. A maioria dessas organizações se dedica a questões políticas específicas (o meio ambiente, a condição da mulher, os direitos civis, os direitos trabalhistas, a eliminação da pobreza e assim por diante). Embora algumas delas advenham de tradições religiosas e humanistas do Ocidente, outras foram criadas em nome da luta contra a pobreza, mas foram fundadas por grupos que

23. B. GILLS (org.), *Globalization and the Politics of Resistance*, New York, Palgrave, 2001, é uma excelente coletânea que reflete parte dessa diversidade.

buscam ativamente promover a proliferação das práticas de troca de mercado. É difícil não sentir vertigem diante da abrangência e da diversidade das questões envolvidas ou da gama de objetivos. Uma ativista como Roy o exprime da seguinte maneira: “O que ocorre com nosso mundo é praticamente demasiado colossal para ser assimilado pelo entendimento humano. Trata-se contudo de algo muitíssimo terrível. Contemplar suas dimensões e seu alcance, tentar defini-los, tentar lutar contra todos os seus aspectos ao mesmo tempo é tarefa impossível. A única maneira de combatê-lo consiste em travar guerras específicas de maneiras específicas”<sup>24</sup>.

Mas esses movimentos não apenas são incipientes como muitas vezes exibem contradições internas, como é o caso em que as populações indígenas reivindicam a devolução de direitos de propriedade a áreas que os ecologistas consideram crucial manter fechadas para proteger a biodiversidade e evitar a destruição do hábitat. E, em parte devido às condições peculiares que fazem surgir esses movimentos, sua orientação política e suas formas de organização também se afastam ponderavelmente das que se organizavam tipicamente em torno da reprodução expandida. A rebelião zapatista, por exemplo, não se interessava pela tomada do poder do Estado nem pela realização de uma revolução política. Seu alvo foi antes uma política mais inclusiva que envolvesse toda a sociedade civil numa busca mais aberta e fluida de alternativas capaz de atender às necessidades específicas dos diferentes grupos sociais, permitindo a melhoria da parte que lhes cabe. Organizacionalmente, apresentou tendência a evitar o vanguardismo e recusou-se a tomar a forma de partido político. Preferiu antes permanecer como movimento no âmbito do Estado, tentando formar um bloco político de poder no qual as culturas indígenas seriam centrais em vez de periféricas. Logo, o movimento zapatista buscou realizar algo semelhante a uma revolução passiva no âmbito da lógica territorial do poder governada pelo aparelho estatal mexicano<sup>25</sup>.

O efeito de todos esses movimentos, *in toto*, foi afastar o terreno da organização política da organização partidária e operária tradicional e levá-lo para o que estava fadado a ser, no agregado, uma dinâmica política de ação social menos concentrada que atravessa todo o espectro da sociedade civil. O que perdeu em foco, o movimento ganhou em termos de relevância e de inserção na política da vida cotidiana. Extraiu suas forças dessa inserção, mas ao fazê-lo encontrou grandes dificuldades para

distanciar-se do local e do particular para compreender a macropolítica do eixo em torno do qual girou e gira a acumulação por espoliação.

O perigo é no entanto ver todas essas lutas contra a espoliação como “progressistas” por definição, ou, o que é pior, colocá-las sob algum estandarte homogeneizante como o é a “multidão”, de Hardt e Negri, que há de se levantar magicamente para herdar a terra<sup>26</sup>. Creio ser esse o ponto em que reside a real dificuldade política. Porque, caso Marx esteja ao menos parcialmente certo ao afirmar que em certas circunstâncias pode haver algo progressista na acumulação primitiva, que é preciso quebrar alguns ovos para fazer a omelete, temos de enfrentar frontalmente difíceis escolhas. E essas escolhas são as que têm diante de si hoje o movimento antiglobalização ou de globalização alternativa, escolhas que ameaçam desfazer um movimento que se mostra tão promissor no tocante à luta anticapitalista e antiimperialista. Passo a desenvolver esse aspecto.

### Os domínios duais da luta anticapitalista e antiimperialista

A concepção clássica da esquerda marxista/socialista era a de que o proletariado, definido como o conjunto de trabalhadores assalariados privados do acesso aos meios de produção ou de sua propriedade, era o agente privilegiado da mudança histórica. A contradição central separava capital e trabalho no e em torno do eixo da produção. Os instrumentos primordiais da organização da classe trabalhadora eram os sindicatos operários e os partidos políticos cujo fim era buscar a conquista do poder do Estado a fim de regular ou suplantiar o domínio de classe capitalista. O foco eram, por conseguinte, as relações de classe e as lutas de classes no campo da acumulação do capital, entendida como reprodução expandida. Consideravam-se subsidiárias, secundárias ou mesmo inúteis, por periféricas ou irrelevantes, todas as outras formas de luta. Havia naturalmente inúmeras nuances e variações desse tema, mas no cerne de tudo prevalecia a idéia do proletariado como o agente privilegiado da transformação histórica. As lutas travadas nos termos dessa prescrição geraram notáveis frutos durante boa parcela do século XX, particularmente nos países capitalistas avançados. Apesar de não ter havido transformações revolucionárias, o crescente poder das organizações e dos partidos políticos da classe trabalhadora obtiveram ponderáveis melhorias dos padrões materiais de vida associados com a institucionalização de uma ampla

24. ROY, *Power Politics*, 86.

25. NASH, *Mayan Visions*; A. MORTON, “Mexico, Neoliberal Restructuring and the EZLN: A Neo-Gramscian Analysis”, em GILLS (org.), *Globalization*, 255-279.

26. HARDT, NEGRI, *Empire*.

gama de proteções sociais. Os Estados democráticos do bem-estar social que surgiram, particularmente na Europa Ocidental e na Escandinávia, puderam ser considerados, apesar de seus problemas e dificuldades inerentes, modelos de desenvolvimento progressista. E eles não teriam vindo a existir sem a organização proletária razoavelmente restrita no âmbito da reprodução expandida tal como vivida na nação-Estado. Julgo importante reconhecer a relevância dessa conquista.

Embora produtiva, essa restrição implicava numerosas exclusões. Por exemplo, iniciativas de incorporação de movimentos sociais urbanos no programa político da esquerda malograram exceto, como é natural, nas partes do mundo em que prevalecia a política comunitária. A política derivada do local de trabalho e do eixo da produção dominava a política do espaço de vida. Movimentos sociais como o feminismo e o ambientalismo permaneciam fora do ângulo de visão da esquerda tradicional. E a relação entre as lutas internas em favor da melhoria social e os deslocamentos característicos do imperialismo tendia a ser ignorada (o que levou grande parte do movimento operário nos países capitalistas avançados a cair na armadilha de agir como a aristocracia do trabalho para preservar seus próprios privilégios, se necessário mediante o imperialismo). Lutas contra a acumulação por espoliação eram consideradas irrelevantes. Essa concentração obstinada de boa parcela da esquerda de inspiração marxista e comunista nas lutas proletárias, com a exclusão de tudo o mais, provou ser um erro fatal. Porque, se as duas formas de luta se acham organicamente ligadas no âmbito da geografia histórica do capitalismo, a esquerda não apenas se privava de poder como também prejudicava suas capacidades analíticas e programáticas ao ignorar por completo um dos lados dessa dualidade.

Na longa dinâmica da luta de classes depois da crise de 1973, os movimentos da classe trabalhadora em todo o mundo foram postos na defensiva. Embora houvesse uma considerável heterogeneidade no modo de desenvolvimento dessas lutas (a depender da força de resistência), o efeito consistia em geral em reduzir a capacidade desses movimentos no sentido de afetar a trajetória do desenvolvimento capitalista global. A rápida expansão da produção no Leste da Ásia e no Sudeste Asiático ocorreu num mundo em que, com a única exceção da Coreia do Sul, movimentos sindicais independentes (em oposição a corporativos) ou inexistiam ou eram vigorosamente reprimidos e em que movimentos políticos socialistas e comunistas eram violentamente suprimidos (o banho de sangue indonésio de 1965, quando Suharto derrubou Sukarno e talvez tenha havido a morte de um milhão de pessoas, foi o caso mais brutal). Noutras

partes do mundo, por toda a América Latina e tanto na Europa como na América do Norte, a ascensão do capital financeiro, do comércio mais livre e do disciplinamento do Estado por fluxos suprafronteiras em mercados de capital liberalizados tornaram as formas tradicionais de organização do trabalho menos apropriadas e, em conseqüência, menos bem-sucedidas. Movimentos revolucionários e mesmo reformistas (como no Chile de Allende) foram violentamente reprimidos pelo poder militar.

Porém, a intensa dificuldade de manter a reprodução expandida também gerava uma ênfase muito maior numa política de acumulação por espoliação. As formas de organização desenvolvidas para combater a reprodução expandida não se transpuseram bem quando se tratava de combater a acumulação por espoliação. Numa generalização esquemática, as formas de organização política esquerdista instauradas no período 1945-1973, quando a reprodução expandida estava na ascendente, eram impróprias ao mundo pós-1973, quando a acumulação por espoliação passou a ocupar o primeiro plano como a contradição primária no âmbito da organização imperialista da acumulação do capital.

Disso resultou o surgimento de um novo tipo de política da resistência, equipada, em certos casos, com um tipo de visão alternativa distinta do socialismo ou do comunismo. Essa diferença foi identificada bem cedo por, para dar um exemplo, Samir Amin, especificamente com relação a lutas travadas naquilo que ele denominou zonas periféricas do capitalismo:

o desenvolvimento desigual imanente à expansão capitalista trouxe à pauta da história outro tipo de revolução, a dos povos (ou seja, não de classes específicas) da periferia. Essa revolução é anticapitalista no sentido de ser contrária ao desenvolvimento capitalista em sua atual forma, por ser esta intolerável para esses povos. Mas isso não quer dizer que essas revoluções anticapitalistas sejam socialistas... Por força das circunstâncias, essas lutas têm natureza complexa. A expressão de suas contradições, que são novas e específicas, expressão não imaginada pela perspectiva clássica da transição socialista concebida por Marx, confere aos regimes pós-capitalistas seu real conteúdo, que é o de uma construção nacional popular em que as três tendências, a do socialismo, a do comunismo e a do estatismo, se combinam e entram em conflito.

Infelizmente, como alega Amin em seguida, muitos movimentos contemporâneos

se alimentam de uma revolta popular espontânea contra as inaceitáveis condições criadas pelo capitalismo periférico; não obstante, eles até o

momento não foram capazes de exigir a dupla revolução mediante a qual a modernização e a libertação popular têm de vir juntas; por isso, sua dimensão fundamental, ao alimentar-se do mito do olhar retrospectivo, continua a exprimir-se numa linguagem em que a preocupação metafísica permanece exclusiva em toda a visão social<sup>27</sup>.

Embora eu não julgue que a acumulação por espoliação esteja exclusivamente na periferia, é indubitável que algumas de suas manifestações mais viciosas e desumanas ocorrem nas regiões mais vulneráveis e degradadas do âmbito do desenvolvimento geográfico desigual.

Contudo, as batalhas em torno da espoliação são travadas numa variedade de escalas. Muitas são locais, outras regionais e outras ainda globais, de modo que o domínio do aparelho de Estado — o objetivo primordial dos movimentos socialistas e comunistas tradicionais — parece cada vez menos relevante. Quando essa transição se associa com um crescente sentimento de desilusão com aquilo que o desenvolvimentismo socialista logrou realizar, afiguram-se ainda mais fortes as condições de base para a busca de uma política alternativa. Os alvos e objetivos dessas lutas são também, como observa Amin, difusos, o que decorre principalmente das formas difusas, fragmentárias e contingentes que a acumulação por espoliação assume. Destruição do hábitat aqui, privatização de serviços públicos ali, expulsões da terra acolá, biopirataria em outro domínio — cada qual cria sua dinâmica própria. Logo, a tendência é recorrer às formas organizacionais *ad hoc* porém mais flexíveis que se pode criar no âmbito da sociedade civil para atender às necessidades dessas lutas. Em conseqüência, todo o campo da luta anticapitalista, antiimperialista e antiglobalização foi reconfigurado, tendo-se acionado uma dinâmica política totalmente diferente.

Para muitos comentadores, esses novos movimentos, com suas qualidades especiais, ganharam a designação “pós-modernos”. Assim tem sido caracterizada com frequência a rebelião zapatista. Apesar de as descrições desses movimentos terem sido sem dúvida adequadas, o epíteto “pós-moderno” é infeliz. Pode parecer tolice uma disputa em torno de um termo, mas as conotações substantivas são importantes. Há antes de tudo certa dificuldade advinda da periodização e do historicismo inerentes inevitavelmente associados ao prefixo “pós”. Tem havido, como já assinalai,

27. S. AMIN, “Social Movements as the Periphery”, in P. WIGNARAJA (org.), *New Social Movements in the South: Empowering the People*, London, Zed Books, 1993, 95. Trata-se de coletânea de que vários textos refletem argutamente sobre esses temas.

muitos episódios de acumulação primitiva e de acumulação por espoliação na geografia histórica do capitalismo. O estudo de Eric Wolf *Peasant Wars of the Twentieth Century* [Guerras camponesas do século XX] faz uma análise comparada de uma das dimensões dessa luta sem de modo algum recorrer à idéia de pós-modernidade. É pois um tanto surpreendente que June Nash, cujas descrições do estado de coisas mutante de Chiapas oferecem um exemplar documento comprobatório, concorde com a designação “pós-moderno” para aquilo que os zapatistas desejavam e desejam, quando sem dúvida faz mais sentido ver essa luta contra o pano de fundo de uma longa linhagem desse tipo de combate movido por populações indígenas e camponesas contra as investidas predatórias do imperialismo capitalista e a constante ameaça de expropriação de todos os ativos por elas controlados mediante o recurso a ações lideradas pelo Estado. No caso zapatista, é a meu ver particularmente importante que a luta tenha começado nas florestas das terras baixas, em que elementos indígenas deslocados firmaram uma aliança com *mestizos*, com base em seu empobrecimento paralelo e sua exclusão sistemática de todos os benefícios que obtinham da extração de recursos (primordialmente de petróleo e madeira) da região que habitavam. A subsequente apresentação desse movimento como restrito a “povos indígenas” pode ter mais relação com a reivindicação de legitimidade no tocante aos dispositivos da Constituição Mexicana que protege os direitos indígenas do que com uma real descrição de sua origem<sup>28</sup>.

Mas, do mesmo modo como descartar o “vínculo orgânico” entre a acumulação por espoliação e a reprodução expandida enfraqueceu e limitou a visão da esquerda tradicional, assim também recorrer ao conceito de luta pós-moderna tem o mesmo impacto sobre os movimentos recém-surgidos de oposição à acumulação por espoliação. A hostilidade entre as duas linhas de pensamento e os dois estilos de organização já se mostra bem saliente no âmbito do movimento antiglobalização. Toda uma ala deste considera a luta pelo domínio do aparelho do Estado não só irrelevante mas um ilusório desvio de rota. A resposta está, dizem seus membros, na “localização” de tudo<sup>29,30</sup>. Essa ala também tende a desde-

28. E. WOLF, *Peasant Wars of the Twentieth Century*, New York, HarperCollins, 1969; NASH, *Mayan Visions*; Morton, “Mexico”.

29. Uma versão particularmente forte desse argumento é apresentada em C. HINES, *Localization: A Global Manifesto*, London, Earthscan, 2000. Ver também WIGNARAJA (org.), *New Social Movements*.

30. Localização aqui vai entre aspas por designar “tornar local”, “conferir caráter local”, em vez de “identificar a posição”. (N.T.)

nhar o movimento sindical como uma forma modernista, reacionária e opressiva fechada de organização que é preciso substituir pelas formas pós-modernas mais fluidas e abertas de movimento social. Os movimentos sindicais nascentes na Indonésia e na Tailândia, digamos, que estão lutando contra exatamente as mesmas forças neoliberais de opressão que os zapatistas combatem, ainda que em circunstâncias bem diferentes e a partir de uma base cultural e social bem distinta, vêm-se excluídos. Por outro lado, muitos socialistas tradicionais julgam os novos movimentos ingênuos e autodestrutivos, como se não houvesse nada de interessante a aprender com eles. Clivagens desse tipo são divisivas, como indicaram alguns dos debates travados nos últimos Fóruns Sociais Mundiais em Porto Alegre. A chegada ao poder do Estado pelo Partido dos Trabalhadores brasileiro, que obviamente tem bases “trabalhistas” e busca obter apoio em parte por meio de meios esquerdistas tradicionais, torna o debate mais estridente e mais premente.

Mas também não é possível ocultar as diferenças sob algum nebuloso conceito de “multidão” em movimento. Cumpre enfrentá-las tanto política como analiticamente. Neste último plano, a formulação de Luxemburgo tem extrema utilidade. A acumulação do capital tem de fato caráter dual. Mas os dois aspectos, o da reprodução expandida e o da acumulação por espoliação, se acham organicamente ligados, entrelaçados dialeticamente. Segue-se pois que as lutas no plano da reprodução expandida (que recebeu tanta ênfase da esquerda tradicional) têm de ser vistas em relação dialética com os combates à acumulação por espoliação, que constitui o foco primordial dos movimentos sociais que se abrigam no âmbito dos movimentos antiglobalização e pela globalização alternativa. Se o atual período tem visto a mudança de ênfase passar da acumulação mediante a reprodução expandida para a acumulação por espoliação, e se esta última está no cerne das práticas imperialistas, conclui-se que o balanço de interesses no interior do movimento antiglobalização e pró-globalização alternativa tem de reconhecer na acumulação por espoliação a contradição primária a ser enfrentada. Não deve ele porém jamais fazê-lo ignorando a relação dialética com as lutas no plano da reprodução expandida.

Isso, contudo, evoca novamente o problema que é o fato de nem todas as lutas contra a espoliação serem igualmente progressistas. Basta pensar no movimento das milícias norte-americanas, ou nos sentimentos antimigrantes em enclaves étnicos que combatem incursões “externas” naquilo que julgam ser direitos antigos e veneráveis à terra. Espreita o perigo de que uma política de nostalgia pelo que se perdeu sobrepuje a busca de melhores maneiras de atender às necessidades materiais de popu-

lações empobrecidas e reprimidas, de que a política excludente do local assumia a primazia sobre a necessidade de construção de uma globalização alternativa numa variedade de escalas geográficas, de que a reversão a antigos padrões de relações sociais e de sistemas de produção venha a ser proposta como solução num mundo que não parou no tempo. Não parece haver respostas fáceis para essas dúvidas.

Não obstante, é relativamente fácil buscar certo grau de reconciliação. Pensemos, por exemplo, nos argumentos de Roy contra os amplos investimentos na construção de represas no vale indiano de Narmada. Roy é favorável ao fornecimento de energia barata às populações rurais empobrecidas. Ela não é antimodernista. Seus argumentos contra as represas são: (a) a eletricidade é cara em comparação com outras formas de geração de energia, ao mesmo tempo em que parecem mínimos os benefícios agrícolas (raramente medidos) advindos da irrigação; (b) os custos ambientais parecem muito altos (mais uma vez, não há um esforço sério de avaliação, para não falar de mensuração, desses custos); (c) um vasto montante do dinheiro alocado para o projeto beneficia uma pequena elite de consultores, engenheiros, empresas de construção, produtores de turbinas etc. (muitos deles estrangeiros, incluindo a ignóbil Enron), e esse dinheiro poderia ser melhor gasto em outros lugares; (d) todo o risco recai sobre o Estado, visto que as empresas participantes contam com a garantia de uma taxa de retorno; e (e) as centenas de milhares de pessoas deslocadas de sua terra, de sua história e de seus meios de vida são principalmente membros de populações indígenas ou marginalizadas (*dalit*) que não recebem absolutamente nenhuma compensação ou benefício dos projetos. Elas nem sequer foram consultadas ou informadas, e acabaram ficando cercadas de água à altura da cintura em seus lugarejos quando o governo encheu de repente a represa na época da monção. Ainda que esta seja uma batalha específica num local particular e precise ser travada com recursos específicos, seu caráter geral de classe é bastante claro, tanto quanto o é o “bárbaro” processo de expropriação<sup>31</sup>. O fato de cerca de 30 milhões de pessoas terem sido deslocadas pelos projetos de represas apenas na Índia nos últimos cinquenta anos prova tanto o grau como a brutalidade do processo. Mas a reconciliação depende de modo crucial do reconhecimento do papel político fundamental da acumulação por espoliação como o fulcro daquilo em torno de que se constrói e se deve construir a luta de classes.

Minha concepção pessoal, valha o que valer, é que os movimentos políticos, para ter algum impacto macro e de longo prazo, têm de sair da

31. ROY, *Power Politics*.

nostalgia com relação ao que se perdeu e, do mesmo modo, preparar-se para reconhecer os ganhos positivos a ser obtidos da transferência de ativos que se pode conseguir por meio de formas limitadas de expropriação (como, por exemplo, a reforma agrária ou a implantação de novas estruturas decisórias como a administração conjunta de florestas). Outra tarefa desses movimentos é a busca da discriminação entre os aspectos progressistas e regressivos da acumulação por espoliação, empenhando-se em dirigir os primeiros rumo a uma meta política mais generalizada dotada de maior valência universal do que os muitos movimentos locais, que o mais das vezes se recusam a abandonar sua própria particularidade. Para tal, tem-se no entanto de encontrar maneiras de reconhecer a relevância das múltiplas identificações (baseadas na classe, no gênero, no local, na cultura etc.) existentes no seio das populações, os vestígios da história e da tradição que advêm das formas pelas quais essas identificações se constituíram em resposta a incursões capitalistas na medida em que as pessoas se vêem como seres sociais dotados de qualidades e aspirações distintivas e muitas vezes contraditórias. Se isso não acontecer, corre-se o risco de recriar as lacunas do relato que Marx fez da acumulação primitiva e deixar de perceber o potencial criativo que reside naquilo que alguns consideram desdenhosamente relações sociais e sistemas de produção “tradicionais” e não-capitalistas. Tem-se de encontrar uma maneira, tanto teórica como politicamente, de ir além do amorfo conceito de “multidão” sem cair na armadilha do “minha comunidade, meu local ou meu grupo social acima de tudo”. Tem-se principalmente de cultivar assiduamente a conectividade entre lutas no interior da reprodução expandida e contra a acumulação por espoliação. Felizmente, no tocante a isso, o cordão umbilical entre as duas formas de luta que está nos arranjos institucionais financeiros apoiados pelos poderes do Estado (intrinsecamente integrados no FMI e na OMC e por eles simbolizados) tem sido reconhecido com clareza. Esses arranjos se tornaram muito acertadamente o principal foco dos movimentos de protesto. Estando o núcleo do problema político reconhecido com tanta nitidez, deve ser possível iniciar um movimento centrífugo quanto às particularidades e centrípeto rumo a uma política mais ampla de destruição criativa mobilizada contra o regime dominante de imperialismo neoliberal imposto ao mundo pelas potências capitalistas hegemônicas.

### **O imperialismo como acumulação por espoliação**

Quando Joseph Chamberlain fez a Inglaterra entrar na Guerra dos Bôeres por meio da anexação de Witwatersrand no começo do século XX,

estava claro que a motivação primordial eram as reservas de ouro e diamantes. Não obstante, como já vimos, a conversão de Chamberlain a uma lógica imperialista surgiu da incapacidade de descobrir soluções internas para o crônico problema da sobreacumulação do capital na Inglaterra. Essa incapacidade tinha tudo a ver com a estrutura de classes interna, que bloqueava toda aplicação em larga escala de capital excedente na reforma social e em investimentos de infra-estrutura no plano doméstico. O impulso do governo Bush no sentido de intervir militarmente no Oriente Médio também tem muito a ver com garantir um controle mais firme sobre as reservas de petróleo médio-orientais. A necessidade de exercer esse controle disparou consistentemente desde que o presidente Carter enunciou pela primeira vez que os Estados Unidos estavam prontos a empregar meios militares para garantir o fornecimento ininterrupto de petróleo do Oriente Médio à economia global. Assim como as recessões se correlacionam na economia global com disparadas dos preços do petróleo, a baixa geral dos preços do mineral pode ser considerada uma tática de enfrentamento dos crônicos problemas da sobreacumulação que têm surgido nas três últimas décadas. Tal como sucedeu com a Inglaterra ao final do século XIX, o bloqueio das reformas internas e dos investimentos infra-estruturais pela configuração dos interesses de classe nesses anos também teve um papel crucial na conversão da política norte-americana a uma adoção cada vez mais declarada do imperialismo. É portanto tentador ver a invasão norte-americana do Iraque como o equivalente ao envolvimento britânico na Guerra dos Bôeres, ambos os eventos ocorridos no começo do fim da hegemonia.

Contudo, as intervenções militares são a ponta do *iceberg* imperialista. O poder hegemônico do Estado costuma ser empregado para garantir e promover arranjos institucionais internacionais e externos por meio dos quais as assimetrias das relações de troca possam funcionar em favor do poder hegemônico. É por meio desses recursos que, na prática, se extrai um tributo do resto do mundo. O livre mercado e os mercados de capital abertos tornaram-se o meio primário de criar vantagem para os poderes monopolistas com sede nos países capitalistas avançados que já dominam o comércio, a produção, os serviços e as finanças no mundo capitalista. O veículo primário da acumulação por espoliação tem sido por conseguinte a abertura forçada de mercados em todo o mundo mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC, apoiados pelo poder dos Estados Unidos (e, em menor grau, pela Europa) de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusam a desmantelar suas proteções.

Nada disso teria entretanto assumido a importância que hoje tem caso não tivessem surgido problemas crônicos de sobreacumulação de capital por meio da reprodução expandida, a que se associou uma recusa política de tentar uma solução para esses problemas por meio da reforma interna. O aumento de importância da acumulação por espoliação como resposta a isso, simbolizado pela ascensão de uma política internacionalista de neoliberalismo e privatização, se acha vinculado com a visitação de surtos periódicos de desvalorização predatória de ativos numa ou noutra parte do mundo. E esse parece ser o cerne da natureza da prática imperialista contemporânea. Em suma, a burguesia norte-americana redescobriu aquilo que a burguesia britânica descobriu nas três últimas décadas do século XIX, redescobriu que, na formulação de Arendt, “o pecado original do simples roubo”, que possibilitara a acumulação original do capital, “tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente”<sup>32</sup>. Se assim é, o “novo imperialismo” mostra não passar da revisitação do antigo, se bem que num tempo e num lugar distintos. Resta examinar se essa é uma conceptualização adequada das coisas.

## 5

## A coerção consentida

O imperialismo do tipo capitalista surge de uma relação dialética entre as lógicas territorial e capitalista do poder. Essas duas lógicas se distinguem por inteiro, não podendo de modo algum reduzir-se uma à outra, mas se acham estreitamente entrelaçadas. Podem ser concebidas como relações internas uma da outra. Mas os resultados podem variar substancialmente no espaço e no tempo. Cada lógica faz surgir contradições que têm de ser contidas pela outra. A acumulação interminável do capital, por exemplo, produz crises periódicas no âmbito da lógica territorial devido à necessidade de criar uma acumulação paralela de poder político/militar. Quando o controle político se altera no âmbito da lógica territorial, os fluxos de capital também têm de se alterar para adaptar-se a isso. Os Estados regulam seus negócios segundo suas próprias regras e tradições peculiares, produzindo assim estilos específicos de governo. Cria-se aqui uma base para desenvolvimentos geográficos desiguais, lutas geopolíticas e diferentes formas de política imperialista. O imperialismo não pode assim ser entendido sem que primeiro lutemos com a teoria do Estado capitalista em toda a sua diversidade. Estados diferentes produzem imperialismos diferentes, como foi tão óbvio no caso dos imperialismos britânico, francês, holandês, belga etc. entre 1870 e 1945. Os imperialismos, tal como os impérios, apresentam diferentes contornos e formas. Embora possa haver muito de contingente e acidental — e na verdade não poderia ser de outra forma, dadas as lutas políticas contidas na lógica territorial

32. ARENDT, *Imperialism*, 28.

do poder —, creio que podemos avançar muito no estabelecimento de um sólido arcabouço interpretativo das formas distintivamente capitalistas de imperialismo recorrendo a uma dupla dialética, primeiro a das lógicas territorial e capitalista do poder e, em segundo lugar, a das relações interiores e exteriores do Estado capitalista.

Pensemos, dessa ótica, no caso da recente mudança de forma do imperialismo nos Estados Unidos, da modalidade neoliberal para a modalidade neoconservadora. A economia global do capitalismo sofreu uma radical reconfiguração para reagir à crise de sobreacumulação de 1973-1975. Os fluxos financeiros tornaram-se os meios primários de articulação da lógica capitalista do poder. Mas, uma vez aberta a caixa de Pandora do capital financeiro, incrementou-se igualmente a pressão por transformações adaptativas nos aparelhos de Estado. Passo a passo, muitos Estados, liderados pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, vieram a adotar políticas neoliberais. Outros Estados ou buscaram emular as potências capitalistas líderes ou foram obrigados a fazê-lo mediante as políticas de ajuste estrutural impostas pelo Fundo Monetário Internacional. O Estado neoliberal buscou tipicamente expropriar as propriedades coletivas, privatizar e instaurar uma estrutura de mercados abertos tanto de mercadorias como de capitais. Era-lhe necessário manter a disciplina no trabalho e promover “um bom clima de negócios”. Um Estado específico que fracassasse nisso ou se recusasse a fazê-lo corria o risco de ser classificado como Estado “fracassado” ou “delinqüente”. Disso resultou a ascensão de formas distintivamente neoliberais de imperialismo. A acumulação por espoliação ressurgiu de sua posição secundária anterior a 1970 e veio a ser um aspecto maior da lógica capitalista. De um lado, a liberação de ativos de baixo custo oferecia vastos campos para a absorção de capitais excedentes. De outro, proporcionou recursos para impor os custos da desvalorização dos capitais excedentes aos territórios e populações mais fracos e mais vulneráveis. Para que a volatilidade e as inúmeras crises de crédito e liquidez se tornassem uma característica da economia global, o imperialismo tinha de orquestrá-las mediante instituições como o FMI para proteger da desvalorização os principais centros da acumulação do capital. E foi exatamente nisso que o complexo Wall Street–Tesouro–FMI se empenhou com sucesso, em aliança com as autoridades européias e japonesas, durante mais de duas décadas.

Mas a virada para a financialização envolveu muitos custos internos, como a desindustrialização, as fases de rápida inflação seguida pelo esmagamento do crédito e o desemprego estrutural crônico. Os Estados Unidos, por exemplo, perderam seu domínio na produção, exceto em setores

como a defesa, a energia e o agronegócio. A abertura dos mercados globais de mercadorias e de capital criou ranhuras por onde outros Estados se inseriram na economia global, primeiro para absorver mas depois para produzir capitais excedentes. Esses Estados tornaram-se então competidores no cenário mundial. Surgiu aquilo que se pode denominar “subimperialismos”, não só na Europa mas também no Leste da Ásia e no Sudeste Asiático, à medida que cada centro em desenvolvimento de acumulação do capital buscava ordenações espaço-temporais sistemáticas para seus próprios capitais excedentes mediante a definição de esferas territoriais de influência. Porém, estas últimas eram antes sobrepostas e interpenetrantes do que exclusivas, refletindo a facilidade e a fluidez da mobilidade do capital no espaço e as redes de interdependência espacial que ignoravam cada vez mais as fronteiras dos Estados.

Porém, os benefícios desse sistema eram fortemente concentrados numa classe restrita de chefes-executivos de multinacionais, financistas e rentistas. Surgiu alguma espécie de classe capitalista transnacional que não obstante se concentrava em Wall Street e outros centros, como Londres e Frankfurt, locais seguros para colocações de capital. Essa classe recorreu como sempre aos Estados Unidos para ter protegidos seus valores de ativos e seus direitos de propriedade e de posse em todo o globo. Ainda que o poder econômico parecesse altamente concentrado nos Estados Unidos, outras concentrações territoriais de poder financeiro podiam surgir e de fato surgiram. Os capitais concentrados nos mercados europeu e japonês podiam tirar sua lasca, o mesmo ocorrendo com toda classe rentista que se posicionasse corretamente no âmbito da matriz das instituições capitalistas. Crises da dívida podiam abalar o Brasil e o México, crises de liquidez podiam destruir as economias da Tailândia e da Indonésia, mas elementos rentistas desses países puderam não só preservar seu capital como na verdade melhorar sua própria posição interna de classe. As classes privilegiadas tiveram condições de se proteger em guetos dourados em Bombaim, em São Paulo e no Kuwait, ao tempo em que colhiam os frutos de seus investimentos em Wall Street. O fato de esta se achar afogada em dinheiro não significava portanto que os norte-americanos fossem donos desse dinheiro. O problema de Wall Street consistia em descobrir usos lucrativos para todo o dinheiro excedente que tinha à disposição, fosse ele de norte-americanos ou de estrangeiros.

Essa dispersão geográfica do poder da classe capitalista não afetou apenas interesses rentistas e financeiros; também o capital produtivo obteve vantagens da volatilidade espacial e da volubilidade da lógica territorial. As grandes multinacionais da eletrônica, do setor calçadista e

da produção de camisetas obtiveram notáveis ganhos graças à mobilidade geográfica. Mas certos grupos sociais também foram beneficiados. A diáspora de negócios chineses, por exemplo, melhorou sua posição precisamente por dispor tanto dos meios como da inclinação para extrair lucros da mobilidade. Terceirizadores taiwaneses e sul-coreanos foram para a América Latina e para o Sul da África e se deram extraordinariamente bem, enquanto aqueles que empregaram tiveram terríveis prejuízos<sup>1</sup>.

Mas foi uma característica peculiar deste mundo que uma classe capitalista crescentemente transnacional de financistas, chefes-executivos e rentistas recorresse ao *hegemon* territorial para proteger seus interesses e para construir o tipo de arquitetura institucional no âmbito da qual pudessem reunir a riqueza do mundo em suas mãos. Essa classe pouco ligava para lealdades ou tradições nacionais ou vinculadas ao lugar; podia ser multirracial, multiétnica, multicultural e cosmopolita. Se as exigências financeiras e a busca de lucros requeria que se fechassem fábricas e se reduzisse a capacidade manufatureira no próprio quintal dessa classe, que assim se agisse. Por exemplo, os interesses financeiros norte-americanos não se importaram nem um pouco em solapar a hegemonia dos Estados Unidos na produção. Esse sistema chegou ao apogeu nos anos Clinton, em que o Departamento do Tesouro, gestão Rubin-Summers, orquestrou os negócios internacionais a fim de dar grandes vantagens aos interesses rentistas de Wall Street, ainda que correndo com frequência grandes riscos para fazê-lo. O ponto culminante foi o disciplinamento da competição originada no Leste e no Sudeste asiáticos em 1997-1998 de modo a permitir que os centros financeiros do Japão e da Europa, mas sobretudo dos Estados Unidos, se apropriassem de ativos quase sem pagar e, assim, aumentassem suas próprias linhas de lucro a expensas de profundas desvalorizações e da destruição de meios de vida em outras partes do mundo. Mas esse foi apenas um exemplo das inúmeras crises financeiras e da dívida que afligiram muitas partes do mundo em desenvolvimento mais ou menos por volta e depois de 1980.

O imperialismo neoliberal no exterior tendeu a produzir inseguranças crônicas no plano doméstico. Muitos elementos das classes médias puseram-se a defender o território, a nação e a tradição como forma de armar-se contra um capitalismo neoliberal predatório. Buscaram mobilizar a lógica territorial do poder para se proteger dos efeitos do capital predatório. O racismo e o nacionalismo que um dia criaram a coesão da

nação-Estado e do império ressurgiram no nível da pequena burguesia e da classe trabalhadora como arma de organização contra o cosmopolitismo do capital financeiro. Como culpar os imigrantes pelos problemas era uma manobra diversionista conveniente para os interesses da elite, floresceu uma política excludente fundada na raça, na etnia e na religião, particularmente na Europa, em que movimentos neofascistas começaram a angariar considerável apoio popular. As elites corporativas e financeiras reunidas em Davos em 1996 preocuparam-se então com a possibilidade de que “uma crescente reação contrária” à globalização nas democracias industriais pudesse ter um “impacto destrutivo sobre a atividade econômica e a estabilidade social em muitos países”. O estado de espírito prevalecente, marcado por “impotência e ansiedade”, era propício ao “surgimento de um novo tipo de político populista”, o que poderia “facilmente transformar-se em revolta”<sup>2</sup>.

Contudo, a essa altura o movimento antiglobalização começava a surgir, atacando as forças do capital financeiro e suas instituições de base (o FMI e o Banco Mundial), tentando recuperar os recursos coletivos e exigindo que houvesse um espaço no âmbito do qual pudessem florescer as diferenças nacionais, regionais e locais. Com o Estado tão claramente do lado dos financistas, e de qualquer maneira agindo como principal agente da política de acumulação por espoliação, esse movimento recorreu às instituições da sociedade civil para transformar a lógica territorial do poder numa variedade de escalas, que iam do intensamente local ao global (como no caso do movimento ambientalista). A prevalência da fraude, da rapinagem e da violência produziu muitas reações violentas. As civilidades de superfície supostamente vinculadas a mercados em funcionamento adequado mostravam-se pouco presentes. Os movimentos de protesto que surgiram em todo o mundo foram em sua maioria impiedosamente suprimidos pelos poderes do Estado. Eventos de guerra limitada eclodiram em todo o mundo, com frequência tendo o envolvimento e a assistência militar encobertos dos Estados Unidos.

Desprezando formas tradicionais de organização do trabalho como os sindicatos, os partidos políticos e mesmo a busca de obtenção do poder do Estado (então considerada irremediavelmente comprometida), esses movimentos de oposição procuraram suas próprias formas autônomas de organização social, chegando mesmo a estabelecer sua própria lógica

1. G. HART, *Disabling Globalization: Places of Power in Post-Apartheid South Africa*, Berkeley, University of California Press, 2002.

2. Klaus SCHWAB e Claude SMADJA, cit. em D. HARVEY, *Spaces of Hope*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2000, 70. [Ed. bras.: *Espaços de esperança*. São Paulo, Loyola, 2004. (N.T.)]

territorial não-oficial do poder (como foi o caso dos zapatistas), formas orientadas para a melhoria de seu quinhão ou para se defenderem de um capitalismo predatório. Um exuberante movimento de organizações não-governamentais (algumas delas patrocinadas por governos) buscou controlar esses movimentos sociais e orientá-los para canais particulares, alguns deles revolucionários, outros porém voltados para a acomodação ao regime neoliberal de poder. O resultado foi no entanto um fermento de movimentos sociais locais, dispersos e profundamente distintos entre si que lutavam fosse para enfrentar fosse para adiar a instalação de práticas neoliberais imperialistas orquestradas pelo capital financeiro e pelos Estados neoliberais.

A volatilidade inerente ao neoliberalismo acabou por voltar para assombrar o coração dos próprios Estados Unidos. O colapso econômico iniciado com a economia de alta tecnologia das empresas “virtuais” em 1999 logo se disseminou, revelando que muito do que passava por capital financeiro era na verdade capital fictício irresgatável sustentado por escandalosas práticas contábeis e ativos totalmente desprovidos de suporte material. Mesmo antes dos eventos de 11 de setembro, estava claro que o imperialismo neoliberal enfraquecia por dentro, que nem os valores dos ativos em Wall Street podiam ser protegidos e que os dias do neoliberalismo e de suas formas específicas de imperialismo estavam contados. A grande questão era que relação poderia surgir entre as lógicas territorial e capitalista de poder e que tipo de imperialismo isso iria produzir.

A eleição fortuita de George W. Bush, um cristão reconverso, para a presidência dos Estados Unidos deixou um grupo neoconservador de pensadores próximo do poder. Os neoconservadores, bem financiados e organizados em inúmeros “bancos de idéias” [*think-tanks*] como os neoliberais antes deles, havia muito tentavam impor seu programa político ao governo. E esse programa diferia do neoliberal, tendo por objetivo primordial o estabelecimento da ordem e o respeito a ela, tanto internamente como no cenário mundial. Isso implica uma liderança forte no topo e uma lealdade inabalável na base, associadas à construção de uma hierarquia de poder tanto segura quanto clara. Para o movimento neoconservador, a adesão a princípios morais também é vital. Nesse aspecto, sua sustentação e base eleitoral são os cristãos fundamentalistas que acalentam crenças de um tipo muito especial. Na esteira do 11 de setembro, por exemplo, Jerry Falwell e Pat Robertson (dois grandes líderes do movimento) exprimiram a idéia de que o evento era um sinal da ira divina com a permissividade de uma sociedade que tolerava o aborto e a homossexualidade. Mais tarde, num dos mais assistidos programas

mundanos da televisão norte-americana, Falwell declarou que Maomé foi o primeiro grande terrorista, enquanto outros deram apoio ao sionismo e à violência de Sharon contra os palestinos, pois isso levaria ao Armagedon e ao Segundo Advento. A crença no Livro do Apocalipse e no Armagedon é bastante disseminada (por exemplo, Reagan a adotava). É difícil, particularmente para os europeus, entender que cerca de um terço da população norte-americana sustenta firmemente essas crenças (incluindo o criacionismo em vez da evolução), o que implica a aceitação dos horrores da guerra (especialmente no Oriente Médio) como prelúdio da realização da vontade de Deus sobre a terra. Boa parte dos militares dos Estados Unidos é recrutada agora nos estados do Sul, em que prevalecem essas concepções.

Embora os neoconservadores saibam que não podem manter-se no poder com base em semelhante plataforma, não é possível desdenhar a influência da direita cristã. É exemplo disso a incapacidade de refrear a violenta repressão praticada por Sharon contra os palestinos (interpretada pelos fundamentalistas como um passo positivo rumo ao Armagedon). E no conflito com o mundo árabe é difícil não ver essas atitudes se insinuarem na retórica de uma Cruzada cristã contra a *jihād* [guerra santa] islâmica, o que torna a inconvincente tese de Huntington de um choque iminente de civilizações um fato geopolítico<sup>3</sup>.

O programa neoconservador de política externa foi formulado no *Project for the New American Century* [Projeto para o novo século americano], que começou a ser implementado em 1997<sup>4</sup>. O título se refere, como Henry Luce o fez em 1941, antes a um século do que ao controle territorial. Logo, repete deliberadamente todas as evasões que Smith expõe na apresentação de Luce<sup>5</sup>. O Projeto é “dedicado a umas poucas proposições fundamentais: a de que a liderança norte-americana é boa tanto para os Estados Unidos como para o resto do mundo; a de que essa liderança requer força militar, energia diplomática e compromisso com princípios morais; e a de que bem poucos líderes políticos defendem hoje a liderança global”. Os princípios envolvidos foram claramente reafirmados na declaração de Bush quando do aniversário do 11 de setembro (citada aqui no capítulo 1). Embora reconhecidos como valores distintivamente norte-americanos, esses princípios são apresentados como universais, contendo termos como

3. S. HUNTINGTON, *The Clash of Civilizations and the Remaking of the World Order*, New York, Simon & Schuster, 1997.

4. O endereço é <[www.newamericancentury.org](http://www.newamericancentury.org)>.

5. Ver SMITH, *American Empire*.

liberdade e democracia, respeito à propriedade privada, ao indivíduo e à lei amontoados como um código de conduta para o mundo inteiro. O Projeto busca ainda “obter apoio para uma política vigorosa e bem fundada de envolvimento internacional norte-americano”. Isso se traduz em exportar e se necessário impor códigos apropriados de conduta ao resto do mundo. Boa parte dos membros-chave do Projeto vem, no entanto, da equipe da área da defesa dos governos Reagan e Bush pai. Enquanto as posições-chave do governo Clinton estavam no Tesouro (em que Rubin e Summers reinavam supremos), o novo governo Bush recorre a seus especialistas em defesa — Cheney, Rumsfeld, Wolfowitz e Powell — para moldar a política internacional, contando com um cristão conservador — Ashcroft — como secretário de Justiça para fazer vigir a ordem em casa. Logo, o governo Bush é dominado por neoconservadores, devendo muito ao complexo industrial-militar (e a uns poucos outros grandes setores da indústria norte-americana, como os de energia e do agronegócio) e sendo apoiado em seus juízos morais por cristãos fundamentalistas. Sua tarefa consiste em consolidar o poder por trás de um projeto político liderado por uma minoria inserido na lógica territorial do poder. Nesse aspecto, o grupo entendeu bem a ligação entre a ordem interna e a externa. Aceitou intuitivamente a concepção arendtiana de que o império no exterior implica a tirania no plano doméstico, mas a afirma em outros termos: a atividade militar externa requer no plano doméstico uma disciplina semelhante à militar.

O Iraque era havia muito tempo objeto de preocupação dos neoconservadores, mas a dificuldade residia no fato de ser improvável que o apoio público a uma intervenção militar viesse a ocorrer sem algum evento catastrófico “como um novo Pearl Harbor” — nas palavras dos próprios. O 11 de setembro proporcionou-lhes a oportunidade de ouro, e houve a apropriação de um momento de solidariedade social e de patriotismo para construir um nacionalismo norte-americano capaz de oferecer a base para uma forma diferente de empreendimento imperialista e de controle interno. A maioria dos liberais, mesmo aqueles que antes criticavam as práticas imperialistas dos Estados Unidos, apoiou o governo em sua guerra ao terror e aceitou sacrificar parte das liberdades civis pela causa da segurança nacional. A acusação de antipatriotismo foi usada para suprimir a participação crítica ou a dissensão fundada. Os meios de comunicação e os partidos políticos se enquadraram. Isso permitiu à liderança política promulgar legislações repressivas sem praticamente nenhuma oposição — com destaque para a Lei Patriota e a Lei da Segurança da Pátria. Foram instituídas draconianas suspensões dos direitos civis. Mantiveram-se pri-

sioneiros ilegalmente e sem representantes legais na baía de Guantanamo, ocorreram detenções indiscriminadas de “suspeitos” e muitos ficaram presos durante meses sem acesso a assistência legal, para não mencionar julgamento. A polícia podia deter arbitrariamente todo suspeito de “terrorismo”, o que podia incluir, como logo ficou claro, mesmo membros do movimento antiglobalização. Introduziram-se técnicas draconianas de vigilância (o FBI teve permissão de acesso a registros de empréstimos de livros em bibliotecas, compras de livros, acessos à Internet, registros de matrícula de estudantes, participação em clubes de *scuba-diving*<sup>6</sup> etc.). O governo também aproveitou a oportunidade para cortar todo tipo de programas de assistência aos pobres (em nome do sacrifício por uma causa nacional). Impôs um programa de redução de impostos que favoreceu flagrantemente o um por cento mais abastado (em nome do estímulo à economia), chegando a propor a eliminação de impostos sobre dividendos na vã esperança de que isso promovesse os valores de ativos em Wall Street. Todavia, essas políticas, associadas a flagrantes violações da Carta de Direitos [*Bill of Rights*] e da tradição constitucional norte-americana, só podiam ser sustentadas, como Washington, Madison e muitos outros tinham reconhecido e temido havia muito, mediante compromissos externos do tipo imperialista. Dadas as ameaças implícitas do 11 de setembro e o clima de supressão da dissensão, a própria opinião liberal apoiou a idéia da invasão do Afeganistão, a derrubada do Taliban e a caçada global à Al Qaeda.

Para sustentar o ímpeto e realizar suas ambições, o governo teve de pôr em operação o estilo paranóide da política norte-americana. Os neoconservadores havia muito aproveitavam as ameaças representadas pelo Iraque, pelo Irã, pela Coreia do Norte e vários outros dos chamados “Estados delinquentes” à ordem global. Mas por trás disso sempre espreitou a imagem da China, havia muito temida por ser pretensamente tanto imprevisível como um poderoso competidor potencial no cenário global. A aliança entre os neoconservadores e o complexo industrial-militar tinha pressionado Clinton, na década de 1990, para aumentar as despesas militares e se preparar para travar duas guerras regionais ao mesmo tempo — por exemplo, contra “Estados delinquentes” como o Iraque e a Coreia do Norte. O Iraque era central, em parte por sua disposição geopolítica e seu regime ditatorial, que eram imunes ao disciplinamento financeiro

6. *Scuba* [*Self Contained Underwater Breathing Apparatus*, ou aparato autônomo para respiração subaquática], *dive* é o nome dado pelos inventores do sistema, os franceses Jacques Costeau e Émile Gacna. (N.T.)

por causa de sua riqueza em petróleo, mas também porque ameaçava liderar um movimento pan-árabe secular capaz de dominar toda a região do Oriente Médio e de manter a economia global refém de seus poderes sobre o fluxo de petróleo. Lembremos que o presidente Carter insistira que nenhuma iniciativa de usar o petróleo dessa maneira seria tolerada, e o envolvimento militar direto dos Estados Unidos na região remonta ao menos a 1980. A primeira Guerra do Golfo não levou à mudança de regime em Bagdá, em parte porque a ONU não a autorizara. O acordo imposto ao Iraque era insatisfatório para ambas as partes. Os iraquianos não se curvaram, e foram impostas sanções, enviaram-se inspetores de armas, que acabaram expulsos, os curdos foram protegidos numa zona autônoma no norte do país mediante ameaças militares e uma guerra limitada teve prosseguimento no céu do Iraque com o patrulhamento conjunto norte-americano e britânico das zonas de exclusão aérea no norte e no sul do país. Clinton qualificou o Iraque como “Estado delinqüente” e adotou uma política de mudança de regime em Bagdá, mas restringiu os meios para isso a ações encobertas e a sanções econômicas abertas que, alegam vociferantemente os neoconservadores, não iriam funcionar.

Depois do 11 de setembro os neoconservadores tinham seu “Pearl Harbor”. A dificuldade consistia no fato de o Iraque estar claramente isento de toda e qualquer ligação com a Al Qaeda e de que o combate ao terrorismo tinha de merecer precedência. Na invasão do Afeganistão, os militares testaram no campo de batalha boa parte de seus novos armamentos, quase como um ensaio para o que poderiam fazer no Iraque e em outros lugares. No processo, os Estados Unidos asseguraram sua presença militar no Uzbequistão e no Quirguisistão, com fácil acesso de ataque aos campos petrolíferos da bacia do mar Cáspio (da qual o volume de reservas ainda é um mistério e na qual a China luta denodadamente para pôr um pé de apoio a fim de garantir seu próprio suprimento de petróleo para satisfazer suas demandas internas em rápido crescimento). Passados seis meses, e com a derrota do Taliban no Afeganistão como credencial, o governo norte-americano começou a voltar a atenção para o Iraque. No verão de 2002, estava claro que os Estados Unidos pretendiam forçar a mudança de regime em Bagdá, por meios militares, a todo custo. A única dúvida interessante era como justificá-lo junto ao público norte-americano e internacional. A partir daí, o governo recorreu a todo tipo de cortinas de fumaça, mudando a retórica diariamente, fazendo asserções não-documentadas (do tipo descrito no capítulo 1) como se fossem fatos comprovados. Buscou construir uma coalizão dos dispostos em que a Inglaterra, por já estar profundamente envolvida na ação militar diária

do Iraque (e da qual seria muito difícil se livrar), iria assumir um papel de relevo. No início, os Estados Unidos negaram qualquer papel à ONU, chegando a afirmar que não precisavam de aprovação do Congresso, mas quanto a isso tiveram de fazer algumas concessões a pressões políticas domésticas e externas. Não obstante, cultivaram assiduamente o recém-descoberto nacionalismo criado a partir do 11 de setembro e o capitalizaram em favor de seu projeto imperialista da mudança de regime no Iraque como medida essencial à segurança doméstica, ao mesmo tempo em que usavam o projeto imperial para implantar controles internos ainda mais rigorosos (alimentados pelos alertas de terror e outros temores de segurança na frente doméstica). Por infelicidade, como Arendt observa mais uma vez tão astutamente, não é possível casar nacionalismo com imperialismo sem recorrer ao racismo, e a imagem popular degradada dos árabes e do islamismo, bem como as políticas oficiais para com visitantes e imigrantes de países árabes são incisivas indicações de uma maré montante de racismo nos Estados Unidos que pode causar inenarráveis danos futuros tanto interna como internacionalmente.

Embora a situação se mostre agora em rápida mudança, acompanhada pelo jogo de ocultação costumeiro, ainda se pode discernir esquematicamente a meta que busca o projeto imperial neoconservador. Concluo assim com uma sinopse dessa direção e uma avaliação das forças que se enfileiram contra ela.

Os neoconservadores desejam reconstruir o Iraque nos termos em que o Japão e a Alemanha depois da Segunda Guerra Mundial foram os pioneiros. O Iraque vai ser liberalizado para o desenvolvimento capitalista aberto com o objetivo último de criar uma abastada sociedade consumista de cunho ocidental como modelo para o resto do Oriente Médio. As infra-estruturas sociais, institucionais e políticas necessárias serão controladas pelo governo norte-americano, mas gradualmente cederão lugar a um governo político iraquiano clientelista (de preferência tão fraco quanto o partido [democrático] liberal japonês). O país vai continuar desmilitarizado mas sob a proteção das forças norte-americanas que permanecerão na região do Golfo<sup>7</sup>. O petróleo iraquiano vai ser usado para financiar a reconstrução e pagar parte do custo da guerra e, espera-se, enviado aos mercados do mundo (convenientemente cotado em dólares e não em euros) a preços suficientemente baixos para acender alguma centelha de recuperação na economia global.

Isso contudo não esgota a ambição imperial neoconservadora. Já se começou a falar do Irã (que depois da ocupação do Iraque estará total-

7. Esta fórmula é descrita com precisão em JOHNSON, *Blowback*.

mente cercado por forças militares norte-americanas e claramente ameaçado) e a se fazer acusações à Síria com menção a “conseqüências”. Essas observações foram tão óbvias que o ministro do Exterior britânico julgou oportuno afirmar categoricamente que a Inglaterra se recusa absolutamente a participar de toda ação militar contra a Síria e o Irã. Mas a posição neoconservadora, articulada com todas as letras pelo secretário da Defesa Rumsfeld, é que os Estados Unidos não precisam da Inglaterra para alcançar seus objetivos e que, se necessário, irão sozinhos. Pressões sobre a Síria e o Irã estão aumentando, ao tempo em que os Estados Unidos também se empenham em reformas internas na Arábia Saudita tanto para impedir tentativas de tomada do poder por islamicistas (esse foi, afinal, o objetivo primordial de bin Laden) como para lidar com o fato de boa parte do ensinamento fundamentalista que tem alimentado a oposição aos Estados Unidos ser apoiada pelos sauditas. Entrementes, os Estados Unidos inventaram agora, e experimentaram no Iraque, uma capacidade militar chamada “choque e pavor” [*shock and awe*], que terá o poder de destruir simultaneamente as centenas de ogivas de longo alcance que os norte-coreanos apontaram para Seul. Quando quiserem, essa força pode destruir todo o poder militar e capacidade nuclear da Coréia do Norte num único ataque de doze horas.

Parece espreitar nas sombras disso tudo certa concepção geopolítica. Com a ocupação do Iraque, a possível reforma da Arábia Saudita e alguma espécie de submissão da Síria e do Irã ao poder e à presença militares norte-americanos superiores, os Estados Unidos terão garantido uma vital cabeça de ponte estratégica, como foi indicado no capítulo 2, numa massa de terra eurásiana que é por acaso o centro da produção do petróleo que atualmente alimenta (e vai continuar a alimentar pelo menos nos próximos cinquenta anos) não só a economia global como também toda máquina militar de grande porte que se atreve a opor-se à dos Estados Unidos. Isso lhes deveria garantir o domínio global continuado nos próximos cinquenta anos. Se consolidarem sua aliança com países do Leste Europeu como a Polônia e a Bulgária e (bem problematicamente) com a Turquia, abrangendo o Iraque e um Oriente Médio pacificado, os Estados Unidos terão uma presença efetiva que traça uma linha na massa de terra eurásiana separando a Europa Ocidental da Rússia e da China. Poderão então ter condições militares e geoestratégicas de controlar o globo militarmente e, mediante o petróleo, economicamente. Isso vai ter particular importância com respeito a toda ameaça potencial da União Européia ou, o que é mais relevante, da China, cujo renascimento como potência econômica e militar e cuja capacidade de liderança na Ásia são vistos pelos

neoconservadores como uma séria ameaça. Os neoconservadores estão empenhados, ao que parece, em nada mais que um plano de total domínio do globo<sup>8</sup>. Nesse mundo organizado de uma Pax Americana, espera-se que todos os setores possam florescer sob a proteção do capitalismo de livre mercado. Na concepção neoconservadora, o resto do mundo (ou pelo menos todas as classes proprietárias) deverá ser e será grato pelo espaço concedido ao desenvolvimento econômico sob o capitalismo de livre mercado em toda parte.

A grande questão, não respondida, é: será que esse projeto pode ou vai funcionar? Há sem dúvida membros do próprio governo Bush e do setor militar que não só não estão convencidos de sua viabilidade como também podem vir a opor-se ativamente a ele. O equilíbrio interno de forças no governo atualmente favorece o bloco neoconservador, mas isso pode se alterar. Muito vai depender, por exemplo, de como saia a reputação dos neoconservadores da ação militar no Iraque: reforçada ou manchada. Uma ocupação muito longa e confusa de Bagdá pode, por exemplo, ter sérios impactos sobre a doutrina de que se trata de uma luta de libertação e não de uma ocupação do Iraque.

Não obstante, as forças externas alinhadas contra o imperialismo neoconservador são formidáveis. Para começar, quanto mais explícito se tornar, tanto mais esse projeto vai forçar quase com certeza uma aliança entre a Alemanha, a França, a Rússia, a China e outros países que de modo algum seria carente de poder. Um bloco de poder eurásiano relativamente unificado, que Kissinger, por exemplo, teme (ver p. 75), não perderá necessariamente a luta quando se lançar contra os Estados Unidos. Além disso, se os Estados Unidos passarem ao ataque ao Irã ou à Síria, os ingleses quase por certo terão de desistir de seu apoio ao que será então claramente reconhecido como imperialismo norte-americano voltado para os interesses dos Estados Unidos. Não há praticamente dúvida de que os governos europeus, como os da Espanha e da Itália, que apoiaram os Estados Unidos contrariando o claro desejo de seus constituintes, vão cair, o que vai tornar a Europa um bloco de poder oposto aos planos norte-americanos bem mais unificado do que é hoje. E também é provável que a oposição global no âmbito da Organização das Nações Unidas venha a se reforçar, isolando cada vez mais os Estados Unidos.

Os neoconservadores dilapidaram grande parcela da capacidade norte-americana de liderança moral, e suas credenciais de liderança por consenso genuíno já se mostram bem diminuídas. A própria influência cul-

8. ARMSTRONG, “Dick Cheney’s Song of America”.

tural do país parece estar em decadência. Os Estados Unidos tentaram na verdade comprar consentimento na Organização das Nações Unidas (ameaçando a ONU quase como se praticasse uma modalidade de política de currais eleitorais típica de Chicago). Mas o malogro com a Turquia, país-membro da OTAN, que não aceitou as chantagens, mesmo diante de graves problemas econômicos e da ameaça de retaliações, ilustra um problema mais profundo. Há pouco consentimento real em qualquer parte do mundo, sendo o que mais se aproxima disso o da Inglaterra, que, segundo a própria opinião pública britânica, é bem frágil. Os Estados Unidos desistiram da hegemonia pelo consenso e recorrem cada vez mais ao domínio pela coerção. Há muito o país aspira a ser, como disse Colin Powell, “o valentão do pedaço” (ver acima, p. 72), mas sua afirmação de que isso é aceitável porque os Estados Unidos sem dúvida vão agir com acerto carece hoje de credibilidade. A maré montante de oposição global, representada pelo impressionante número de participantes, em todo o mundo, das manifestações contra a guerra em 15 de fevereiro de 2003, é uma força a enfrentar.

Os neoconservadores acreditam fervorosamente que, uma vez estabelecida por eles uma ordem em todo o mundo e uma vez demonstrados os benefícios dela, a oposição a seu militarismo, tanto no nível da população em geral como entre governos em toda parte, vai se dissipar quase por inteiro. Há nessa idéia mais do que um pequeno utopismo, mas mesmo a realização parcial dela depende fundamentalmente da natureza dos benefícios gerados e de sua modalidade de distribuição. Mas o neoconservador se sobrepõe ao neoliberalismo na crença de que os livres mercados de mercadorias e de capital contêm tudo o que é preciso para proporcionar a todos liberdade, bem-estar, sombra e água fresca. Na medida em que ficou demonstrado que isso é demonstravelmente falso, tudo o que os neoconservadores fizeram foi transformar a guerra limitada travada sob o neoliberalismo em todo o globo num dramático confronto que supostamente há de resolver os problemas de uma vez por todas. O neoconservadorismo vai dar prosseguimento a uma economia política fundada na acumulação por espoliação (sendo a expropriação do petróleo iraquiano o ponto de partida mais flagrante) e não fará absolutamente nada para conter a espiral de desigualdades que vem sendo produzida pelas formas contemporâneas de capitalismo. Na verdade, a julgar por suas políticas fiscais, os neoconservadores tudo farão para acentuar essas desigualdades, presumivelmente com a justificativa de que, a longo prazo, recompensar dessa maneira a iniciativa e o talento vai melhorar a vida de todos. Disso podemos esperar antes o aumento do que a redução das

lutas globais contra a espoliação e antes um incremento do que a diminuição do fermento que alimentou os movimentos antiglobalização e pró-globalização alternativa a ponto de eleger governos, como o de Lula no Brasil, que buscam mitigar, se não reverter, o terreno no qual pode operar o neoliberalismo. Ademais, nada há aqui para conter a opção pelo nacionalismo e pela política de exclusão como forma de defesa da ação predatória neoliberal. Voltando-se os Estados Unidos crescentemente para o racismo como meio de fazer a ligação entre o nacionalismo e o imperialismo, vai ser extremamente difícil manter sob controle esse tipo de desintegração.

Para além disso há a questão crucial de como o projeto imperial neoconservador vai ser recebido no mundo árabe e, mais amplamente, no mundo islâmico. No tocante a isso, os neoconservadores estão pisando num terreno peculiarmente perigoso. Antes de tudo, toda conciliação com o mundo árabe vai depender de uma solução aceitável para o conflito árabe-israelense, tema sobre o qual o governo Bush tem se mantido quase totalmente calado, exceto por ocasionais murmúrios promissivos, em geral como reação a pressões externas (particularmente da Inglaterra). O motivo dessa aparente indiferença e da recusa de fazer algum esforço para conter as políticas de Sharon em Israel reside na diabólica aliança de influências sionistas, com o forte apoio dos cristãos fundamentalistas devido a seus próprios motivos escatológicos, com os Estados Unidos. A incapacidade de empregar a instauração do poder imperial norte-americano na região para assentar os palestinos vai constituir um permanente fator contrário aos Estados Unidos no mundo árabe e mesmo para além dele. Vai sem dúvida ser fonte de uma oposição manifesta em violência esporádica tanto contra Israel como contra os Estados Unidos e talvez desencadear revoluções internas no mundo muçulmano. Em segundo lugar, a idéia de que o Iraque possa servir de exemplo destinado a induzir o mundo islâmico a afastar-se de suas modalidades particulares de fundamentalismo e de suas estruturas antidemocráticas reside na proposição implausível, se não absurda, de que o país possa de alguma maneira ser transformado da noite para o dia num Estado próspero, capitalista e democrático sob a tutela norte-americana. Quanto a isso, a escolha do Iraque faz algum sentido, já que o país dispõe não apenas de riqueza petrolífera mas também de muito talento científico e conhecimento técnico; e tinha ainda, antes de os Estados Unidos e Saddam terem realizado seu trabalho conjunto de destruição, uma importante base agrária e manufatureira. O capital excedente sem dúvida encontrará um escoadouro na reconstrução de boa parte disso, mas, dadas as regras neoliberais que ainda regulam

amplamente o comércio e os fluxos financeiros, e a condição geral de sobreacumulação, é difícil ver o Iraque tornar-se o equivalente da Coreia do Sul nos próximos anos. E mesmo que comece a caminhar nessa direção não está nada claro que algum efeito-demonstração venha a ocorrer, dadas as amplas dificuldades de desenvolvimento de Estados como Paquistão e Egito, que têm buscado um caminho de desenvolvimento econômico de estilo capitalista nas duas últimas décadas com ponderável ajuda dos Estados Unidos. A única circunstância em que pode haver alguma esperança de um desenvolvimento econômico iraquiano sob a ocupação pode ser a recuperação da economia global numa escala bem mais ampla do que a ocorrida na esteira da Segunda Guerra Mundial.

Isso nos leva mais criticamente à questão das circunstâncias econômicas hoje vigentes e do grau até o qual os processos antes delineados apontam para uma lógica capitalista de poder compatível com a, ou maleável quanto à, lógica territorial específica que o imperialismo neoconservador se empenha em impor. Embora seja como sempre difícil prever com alguma certeza, parece haver uma profunda incompatibilidade, se não total contradição, entre as duas lógicas. Se assim é, ou a lógica territorial vai ter de ceder ou a lógica capitalista é que o terá de fazer, sob pena de enfrentar graves consequências. Quais são nesse sentido os principais indícios dessa disjunção?

Em primeiro lugar, há o custo da própria guerra. Ele não pode ser inferior a 200 bilhões de dólares, e possivelmente vai ser bem maior. É inegável que há abundante capital excedente para financiá-lo, mas este vai exigir uma taxa de retorno, o que pode significar lucros de corporações envolvidas com a defesa e a reconstrução e/ou pagamentos de juros de dívidas governamentais. Lançar bombas não é investimento produtivo nem injeta retornos no processo de circulação e de acumulação do capital, a não ser que se pense na queda do preço do barril de petróleo a 20 dólares como parte de uma taxa de retorno da ação militar no Iraque. O petróleo iraquiano poderia sem dúvida ser expropriado para cobrir os custos da guerra, mas isso impediria em larga medida seu uso no redensolvimento interno e prejudicaria por conseguinte a possibilidade de o Iraque desempenhar o papel de exemplo para o desenvolvimento capitalista. Tudo indica que serão precisos vários anos para que a produção petrolífera do Iraque volte ao nível capaz de financiar, ao menos teoricamente, tanto o custo da guerra como o redensolvimento do país. E seja como for o Iraque tem dívidas anteriores de mais ou menos 200 bilhões de dólares (deve 64 bilhões só à Rússia), além de ter sido condenado a pagar indenizações pela invasão do Kuwait que alcançam os 100 bilhões de dó-

lares. Se, sob a tutela dos Estados Unidos, não pagar essas dívidas, vai ser considerável o clamor internacional (com a Rússia na vanguarda).

Portanto, a única opção que resta aos Estados Unidos é aprofundar suas dívidas para financiar a guerra. Os efeitos gerais de uma disparada do déficit orçamentário norte-americano não seriam benignos nem sequer na melhor das circunstâncias. Mas nas atuais condições de estagnação econômica, declínio dos valores dos ativos e desaparecimento da receita fiscal, esse gastos deficitários com propósitos militares provavelmente vão antes lançar a economia numa recessão ainda mais profunda do que ajudar sua recuperação no plano doméstico. As despesas militares são por vezes concebidas (por Luxemburgo, para dar um exemplo) como estímulo econômico (em alguns casos chamado de “keynesianismo militar”), mas isso na melhor das hipóteses só pode funcionar a prazo muito curto (mais ou menos o tempo necessário para substituir equipamentos e *matériel* consumidos). E, na atual conjuntura, todo estímulo de curto prazo advindo disso é totalmente anulado pelo declínio da confiança do consumidor e por um clima de medo (usado diretamente pelo governo para seus próprios fins) que inibe viagens ou a prática de qualquer atividade que pareça arriscada às pessoas. Por esse motivo, as empresas aéreas estão perto da falência ou falindo, e as atividades de turismo e lazer passam por graves dificuldades econômicas. A perda de empregos e de proteções sociais (como o seguro-saúde e mesmo os fundos de pensão) reverberam em todos os setores da economia norte-americana. A economia da cidade de Nova York, por exemplo, acha-se hoje em situação bem pior do que quando da crise de 1973-1975, e seu déficit orçamentário parece caminhar para lançá-la em falência técnica dentro de bem poucos anos.

Esse problema é exacerbado pela péssima condição internacional da economia norte-americana. Atualmente, estrangeiros detêm mais de um terço da dívida oficial do país e 18 por cento da dívida privada (mais do dobro da proporção alcançada por volta de 1980), e os Estados Unidos dependem hoje do influxo de mais de 2 bilhões diários de investimento externo líquido para cobrir seu déficit em conta corrente, que aumenta sem cessar, com o resto do mundo<sup>9</sup>. Como foi dito, isso torna a economia dos Estados Unidos extraordinariamente vulnerável à fuga de capitais, de que já se vêem alguns sinais na queda do valor relativo do dólar nos mercados mundiais. A mesa corre o risco de ser virada no tocante à capa-

9. A. KRUEGER, “Economic Scene”, *New York Times*, 3 de abril de 2003, C2; J. MADRICK, “The Iraqi Time Bomb”, *New York Times*, 6 de abril de 2003, Sunday Magazine, 48.

cidade de o capital financeiro apoiar, em vez de prejudicar seriamente, os próprios Estados Unidos. A lógica capitalista, privada da ação efetiva do Estado, de que o governo Bush parece incapaz, aponta antes para a perda de poder econômico do país do que para o forte movimento de entrada de capitais orquestrado durante o período de expansão econômica dos anos 1990. Da mesma maneira como o capital especulativo entrou na Tailândia, na Indonésia e na Argentina para alimentar aquecimentos da economia, que de súbito se viram substituídos pela fuga de capitais e pela catástrofe econômica, assim também a fuga de capitais especulativos *para* Wall Street na década de 1990 gerou um aquecimento que pode muito bem ser (e em certa medida já está sendo) revertido. Claro que são um tanto diferentes as circunstâncias, pois o dólar sempre foi o porto seguro do capital global e dado que o poder de *seigniorage* ainda cabe aos Estados Unidos. Contudo, muito depende do governo norte-americano, e quanto mais se reconhecer que este se acha dominado hoje por uma coalizão formada pelo complexo industrial-militar, pelos neoconservadores e, o que é mais preocupante, pelos cristãos fundamentalistas, tanto mais a lógica do capital vai julgar a mudança de regime em Washington necessária à sua própria sobrevivência. Isso teria o efeito de levar a versão neoconservadora do imperialismo a uma esmagadora supressão. Caso isso não aconteça, a vasta drenagem de recursos imposta pela condução mais acentuada do país a uma economia de guerra permanente pode equivaler a uma forma de suicídio econômico para os Estados Unidos. O ímpeto militarista vai então assumir as feições de uma última manobra desesperada do país para preservar a todo custo seu domínio global.

Há entretanto outro aspecto do prejuízo potencial que o projeto imperialista neoconservador poderia infligir. A afirmação unilateralista do poder imperial norte-americano não se dá conta de modo algum do alto grau de integração interterritorial hoje existente no âmbito da organização capitalista da circulação e da acumulação do capital. Ameaças dos Estados Unidos de boicotar produtos franceses e alemães e boicotes recíprocos da parte de europeus dificilmente fazem sentido quando a parcela de componentes importados dos produtos de toda economia alcança tipicamente entre um terço e a metade do valor destes. Porém o nacionalismo em ascensão, ora promovido tanto pela guerra como pelos movimentos de oposição ao neoliberalismo, pode de fato impor restrições ao fluxo internacional do capital e à dinâmica da acumulação. O fechamento em configurações regionais de circulação e acumulação do capital, de que já se vêem abundantes indícios, pode ser exacerbado por toda e qualquer onda ascendente de nacionalismo e de racismo, para não mencio-

nar a maneira como ganha terreno a idéia de um choque de civilizações. Todavia, esse fechamento em blocos regionais de poder que recorrem a práticas de exclusão ao mesmo tempo em que se envolvem na competição interblocos é exatamente a configuração que produziu as crises do capitalismo global nas décadas de 1930 e 1940. Provar-se-á que Lenin tinha razão. Presumivelmente, ninguém deseja voltar a isso, o que torna a lenta mas discernível marcha rumo a essa resolução ainda mais desconcertante.

A continuidade da política neoliberal no nível econômico envolve, como já indiquei, uma continuidade, se não um incremento, da acumulação por outros meios, isto é, a acumulação por espoliação. O corolário tem por certo de ser, no plano externo, uma maré sempre crescente de resistência global para a qual a única resposta é a repressão dos movimentos populares pelos poderes do Estado. Isso implica a continuidade do estado de guerra de baixa intensidade que tem caracterizado a economia global no período aproximado dos últimos vinte anos, a não ser que se chegue a alguma maneira de mitigar o problema global da sobreacumulação. A única possibilidade disso, como afirmei, é o programa destrutivo, violento e gargantuesco do que é em essência uma forma verdadeiramente primitiva de acumulação na China que desencadeie uma taxa de crescimento econômico e de desenvolvimento infra-estrutural público capaz de absorver grande parcela do excedente de capital do mundo. Isso presume que o processo não venha a desencadear na China uma contrarrevolução. Se contudo funcionar, a drenagem de capitais excedentes para a China vai ser calamitosa para a economia norte-americana, que hoje se alimenta de influxos de capital para sustentar seu próprio consumo improdutivo, tanto no setor militar como no privado. O resultado seria o equivalente de um “ajuste estrutural” da economia dos Estados Unidos que vai envolver um grau inaudito de austeridade que não se faz presente entre nós desde a Grande Depressão da década de 1930. Nessa situação, os Estados Unidos serão sobremodo tentados a usar seu poder sobre o petróleo para provocar um recuo da China, fazendo eclodir um conflito geopolítico que vai atingir, na hipótese mais conservadora, a Ásia Central e que talvez se amplie num conflito mais global.

A única resposta possível, se bem que temporária, a esse problema dentro das regras de todo modo de produção capitalista é alguma espécie de novo “New Deal” de alcance global. Isso significa libertar a lógica da circulação e acumulação do capital de seus grilhões neoliberais, reformulando o poder do Estado segundo linhas bem mais intervencionistas e redistributivas, conter os poderes especulativos do capital financeiro e descentralizar ou controlar democraticamente o poder avassalador dos

oligopólios e monopólios (de modo particular, a influência nefária do complexo industrial-militar) de ditar tudo, dos termos do comércio internacional a tudo aquilo que vemos, lemos e ouvimos nos meios de comunicação. O efeito será a volta a um imperialismo da espécie “New Deal” mais benevolente, de preferência alcançado por meio do tipo de coalizão de potências capitalistas que Kautsky concebeu há tanto tempo.

O ultra-imperialismo do gênero hoje favorecido na Europa tem contudo suas próprias conotações e conseqüências negativas. Se Robert Cooper, um dos conselheiros de Blair, merece crédito, esse ultra-imperialismo favorece a ressurreição de distinções novecentistas entre Estados civilizados, bárbaros e selvagens sob a capa de Estados pós-modernos, modernos e pré-modernos, esperando-se dos pós-modernos, na qualidade de guardiães do comportamento colaborativo civilizado, que induzam, por meios diretos ou indiretos, a obediência às normas universais (leia-se “ocidentais” e “burguesas”) e práticas humanistas (leia-se “capitalistas”) por todo o globo terrestre. Os Estados pós-modernos, principalmente europeus, não são de modo algum, dessa perspectiva, a “velha Europa”, estando em vez disso bem à frente dos Estados Unidos, que parecem ter alguma dificuldade para descartar seus hábitos modernistas. O problema aqui é que foram classificações desse tipo que permitiram a liberais do século XIX como John Stuart Mill justificar a manutenção da Índia sob tutela e a extração de tributos de países estrangeiros ao tempo em que louvava os princípios do governo representativo em países “civilizados” como o seu. Na ausência de alguma forte recuperação da acumulação sustentada mediante a reprodução expandida, essa versão européia do imperialismo liberal só pode aprofundar-se na areia movediça neoliberal de uma política de acumulação por espoliação espalhada por todo o mundo a fim de evitar que o motor da acumulação engasgue. Essa forma alternativa de imperialismo coletivo dificilmente vai ser aceitável para amplas camadas da população mundial que têm passado pela, e em alguns casos começado a combater a, acumulação por espoliação — e as formas predatórias de capitalismo a ela associadas. O engodo liberal proposto por alguém como Cooper é de qualquer maneira demasiado conhecido por autores pós-coloniais para ter vida muito longa<sup>10</sup>.

Há com efeito soluções bem mais radicais espreitando nos cantos, mas a construção de um novo “New Deal” liderado pelos Estados Unidos

e pela Europa, tanto doméstica como internacionalmente, é por certo, diante das magníficas forças de classe e interesses especiais alinhadas contra ela, uma meta suficientemente ampla pela qual lutar na atual conjuntura. E a idéia de que isso poderia, mediante a busca adequada de alguma ordenação espaço-temporal de longo prazo, mitigar de fato os problemas da sobreacumulação ao menos pelos próximos anos e reduzir a necessidade de acumular por espoliação pode estimular forças democráticas, progressistas e humanas a alinhar-se em seu apoio e transformá-lo em alguma espécie de realidade prática. Isso de fato parece propor uma trajetória imperial bem menos violenta e bem mais benevolente do que o imperialismo militarista grosseiro hoje oferecido pelo movimento neoconservador nos Estados Unidos.

Os Estados Unidos são naturalmente o real campo onde travar essa batalha. Quanto a isso, há alguma base para uma tênue esperança, visto que as graves restrições às liberdades civis e o reconhecimento já duradouro de que o imperialismo no exterior será comprado ao preço da tirania no plano doméstico oferecem uma firme base para a resistência política, ao menos da parte daqueles que de fato acreditam na Carta de Direitos e cuja visão da constitucionalidade difere da que tem a maioria neoconservadora que hoje domina a Suprema Corte. Essas pessoas são ao menos tão numerosas quanto os fundamentalistas cristãos que hoje exercem influência tão sinistra sobre o governo. E há indícios na maioria cristã, particularmente entre a liderança (que articulou em termos amplos uma posição antiguerra), de que constitui um imperativo moral isolar o fundamentalismo cristão e afirmar um tipo diferente de cristianismo que esposa a tolerância religiosa e a coexistência pacífica. Há um movimento antiguerra e antiimperialismo que labuta para exprimir-se, mas o clima de nacionalismo e de patriotismo, e a supressão da dissensão em todos os níveis, particularmente no âmbito dos meios de comunicação, mostram que há uma dantesca batalha a ser travada internamente contra a versão neoconservadora de imperialismo, bem como contra a continuidade do neoliberalismo no nível econômico. O poder de classe alinhado em apoio ao neoliberalismo, por exemplo, é formidável, porém, quanto mais problemática se mostra a forma neoconservadora de governo, tanto interna como internacionalmente, tanto mais provável serão a divisão e a dissen-

10. R. COOPER, “The New Liberal Imperialism”, *Observer*, 7 de abril de 2002. A crítica elaborada em U. MEHTA (*Liberalism and Empire*, Chicago, University of Chicago Press, 1999) é simplesmente devastadora quando confrontada com as formulações de Cooper.

No tocante a isso, bem como a outros aspectos, beneficiei-me amplamente da análise feita em J. ANDERSON, “American Hegemony after September 11: Allies, Rivals and Contradictions”, texto inédito, Centre for International Borders Research, Queen’s University, Belfast, 2002.

são mesmo nas classes de elite com respeito à direção que deve tomar a lógica territorial do poder. As atuais dificuldades por que passa o modelo neoliberal e a ameaça que ele hoje representa para os próprios Estados Unidos podem chegar ao ponto de provocar clamores em favor da construção de uma lógica territorial alternativa do poder. A ocorrência ou não disso depende de modo vital do equilíbrio de forças políticas no interior dos Estados Unidos. Ainda que possa não ser determinante, terá um imenso papel em nosso futuro individual e coletivo. Quanto a isso, o resto do mundo só pode observar, esperar e alimentar esperanças. Mas uma coisa é certa: o antiamericanismo generalizado da parte do resto do mundo não vai nem pode ajudar. Aqueles que lutam nos Estados Unidos para construir uma alternativa, tanto internamente como no tocante a envolvimento externo, precisam de toda a simpatia e de todo o apoio que puderem obter. Da mesma maneira como a dialética interior/exterior tem um papel tão crucial na construção do imperialismo neoconservador, assim também uma reversão dessa dialética tem um papel fundamental a desempenhar na política antiimperialista.

## Posfácio

**P**ara alcançar meu objetivo imediato, o de explicar por que o Iraque, e por que naquele momento, foi-me necessário apresentar um relato dos eventos que precederam a guerra, embora muitas coisas estivessem obscuras. Parte delas viu-se agora esclarecida. As armas de destruição em massa (o principal motivo alegado para um ataque antecipatório) não constituíam uma ameaça e nada de substancial se descobriu a seu respeito. A suposta ligação de Saddam com a Al Qaeda e com o 11 de setembro não existia. Os serviços de inteligência revelaram ter passado por graves problemas. As audiências e os relatórios da Comissão do 11 de setembro e o Relatório do Senado Americano sobre os Serviços de Inteligência [US Senate Report on Intelligence], ao lado das investigações [do procurador-geral britânico Lorde James] Hutton e de [Lorde] Butler, na Inglaterra, documentam que foram usados dados não avaliados, inconsistentes e não comprovados obtidos pelos serviços de inteligência para justificar a decisão de ir à guerra. As pressões políticas feitas pelos governos tiveram obviamente seu papel, mas o processo de tomada de decisões políticas não foi submetido ao escrutínio tão diligente aplicado aos fracassos dos serviços de inteligência. As sistemáticas respostas evasivas que deram sobre esses pontos tanto a Inglaterra como os Estados Unidos sugerem haver muito a esconder. Seja como for, os serviços de inteligência não fizeram seus respectivos países entrar em guerra — disso se encarregaram os políticos. E, nos Estados Unidos, havia muito os neoconservadores desejavam

invadir o Iraque. As alegações mais amplas — de que o objetivo era democratizar toda a região; de que os favores antes concedidos a regimes não-democráticos iriam cessar; de que havia a preocupação preponderante com os direitos humanos — são refutadas pelo apoio norte-americano contínuo (sustentado na presença militar) a regimes violentamente opressivos em outras regiões e pelo inquestionável apoio dado a uma brutal política militar de Israel com relação aos palestinos.

Com o passar do tempo, tanto Bush como Blair voltaram a apelar aos argumentos de que livrar o mundo de um ditador brutal mediante o recurso da força tinha sido moralmente correto e de que o julgamento da “história” lhes daria razão. Bush, em particular, passou a insistir que a dádiva da liberdade ao Iraque era justificativa suficiente. “A liberdade”, afirmou ele, “é a dádiva do Todo-poderoso a todos os homens e mulheres deste mundo”, e, “na qualidade de maior potência da terra, temos a obrigação de disseminar a liberdade”<sup>1</sup>. Se tomado literalmente, isso envolverá uma série de guerras antecipatórias de libertação — da Arábia Saudita ao Zimbábue, e do Paquistão à China.

Não obstante, como disse há muito Matthew Arnold, “a liberdade é um cavalo muito bom para cavalgar — mas cavalgar em alguma direção”<sup>2</sup>. Logo, para onde se pensava que os iraquianos deveriam guiar seu cavalo da liberdade? A resposta norte-americana a essa pergunta veio em 19 de setembro de 2003, quando Paul Bremer, chefe da Autoridade Provisória da Coalização [Coalition Provisional Authority], promulgou uma série de decretos que determinavam “plena privatização das empresas públicas, plenos direitos de propriedade da parte de empresas estrangeiras de negócios iraquianos, plena repatriação de lucros de empresas estrangeiras... abertura dos bancos iraquianos ao controle externo, tratamento de companhias estrangeiras como empresas nacionais e... a eliminação de quase todas as barreiras comerciais”<sup>3</sup>. Deram-se ordens de que se aplicassem essas resoluções a todos os setores da economia. Só o petróleo se viu isento (é de presumir que devido a seu *status* e a sua importância geopolítica especiais). Implantou-se um imposto com alíquotas fixas (um sistema regressivo de taxaço muito favorecido por certos neocon-

servadores nos Estados Unidos). Decretou-se a ilegalidade das greves, e restringiram-se ao extremo os direitos sindicais.

Essa imposição daquilo que [a revista] *The Economist*, de Londres, chamou de regime “capitalista dos sonhos” ao Iraque gerou algumas críticas. O ministro interino do Comércio do Iraque atacou a imposição do “fundamentalismo do livre mercado”, que caracterizou como “uma lógica falha que ignora a história”. A percepção de que os Estados Unidos estavam se empenhando em “lotear o Iraque” (um caso vicioso de acumulação por espoliação absolutamente sem precedentes) obteve credibilidade com o começo da “Grande Festa da Reconstrução”<sup>4</sup>, para grande proveito de corporações norte-americanas. Os ativos nacionais do Iraque estavam na verdade sendo leiloados para estrangeiros a preços de banana. Os decretos de Bremer violaram as Convenções de Genebra e de Haia<sup>5</sup> com relação ao comportamento adequado a ser adotado por todo poder de ocupação<sup>6</sup>. A recusa dos Estados Unidos em promover eleições diretas no Iraque decorreu em parte do desejo de trabalhar com um governo interino nomeado que tornasse férreas essas reformas de livre mercado antes de estabelecer a democracia direta (que provavelmente as rejeitaria). Embora se tenha garantido nominalmente a “plena soberania” ao governo provisório escolhido a dedo que tomou posse no final de junho de 2004, para obter uma resolução da ONU que apoiasse as medidas, o Acordo de Transição afirma que esse governo não pode promulgar novas leis substantivas, mas apenas confirmar decretos existentes. Não parece provável que essa nova liderança, que traz um longo histórico de ligações com a CIA, venha a se opor ao fundamentalismo do livre mercado que os Estados Unidos impuseram<sup>7</sup>.

As ordens de Bremer na verdade determinaram a construção de um “Estado neoliberal” aperfeiçoado no Iraque. Vale lembrar que o primeiro grande experimento de construção neoliberal do Estado foi o Chile, de-

4. Iraq Reconstruction Bonanza: o termo “Bonanza” lembra tanto “bonança”, a que vem depois da tempestade (por isso “festa”), como o seriado norte-americano “Bonanza”, com cujos personagens foram comparados os norte-americanos envolvidos na invasão do Iraque. (N.T.)

5. Convenção de Genebra sobre os Feridos e Prisioneiros de Guerra, de 1949; Convenção de Haia sobre a Proteção da Propriedade Cultural em Casos de Conflito Armado, de 1954. (N.T.)

6. N. KLEIN, “Of course the White House fears free elections in Iraq”, *Guardian*, 24 de janeiro de 2004, 18. Editorial, “The Iraq Reconstruction Bonanza”, *New York Times*, 1º de outubro de 2003, A22.

7. A. JUHASZ, “The Handover That Wasn’t: How the Occupation of Iraq Continues”, *Foreign Policy in Focus Policy Report*. Disponível em: <www.fpif.org>.

1. G. W. BUSH, “President Addresses the Nation in Prime Time Press Conference”. Entrevista coletiva de 13 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2004/0420040413-20.html>.

2. A citação de Matthew Arnold está em R. WILLIAMS, *Culture and Society, 1780–1850*. London, Chatto & Windus, 1958, 118.

3. A. JUHASZ, “Ambitions of Empire: The Bush Administration Economic Plan for Iraq (and Beyond)”, *Left Turn Magazine*, n. 12, fevereiro-março de 2004.

pois do violento golpe de Pinochet, com apoio norte-americano, o “pequeno 11 de setembro”, de 1973, contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende. Economistas neoliberais dos Estados Unidos ajudaram a reconstruir a economia chilena de acordo com princípios de livre comércio e livre mercado totalmente privatizados e desregulados. Nos trinta anos que se passaram da violenta imposição do neoliberalismo ao Chile e ao Iraque, todo tipo de Estados, a começar por Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos, desprezaram as preocupações com o pleno emprego e o bem-estar de todos os cidadãos e seguiram o caminho do neoliberalismo, cujo foco é apenas combater a inflação, criar um bom clima de negócios e promover liberdades de mercado. As ordens de Bremer na verdade fazem com força bruta o que os Estados Unidos têm tentado fazer globalmente (com a ajuda do FMI e seus programas de ajuste estrutural, bem como por meio da OMC) e atendem perfeitamente aos requisitos que o governo Bush aplicou a desembolsos de ajuda externa por meio das Contas do Desafio do Milênio<sup>8</sup>.

Uma das grandes dúvidas na época da ocupação foi saber se ela seria entendida como libertação ou como ocupação. Cedo ficou claro que foi entendida primordialmente como ocupação. Aos olhos de historiadores sérios, um conhecimento elementar de toda a história colonial e do que a ela se seguiu no Oriente Médio a fadava desde o começo a ser considerada assim. Toda potência estrangeira que se aventurou na região proclamava ter a libertação como objetivo e depois agia como ocupante violento<sup>9</sup>. Morreram bem mais soldados norte-americanos desde que Bush pousou num porta-aviões, em 1º de maio de 2003, sob o estandarte da “missão cumprida” do que durante a guerra. O recurso dos Estados Unidos a táticas de repressão mais brutais no Iraque (táticas que fizeram eco às empregadas pelos israelenses contra os palestinos) provocou o surgimento de bem mais focos de resistência. “Com uma boa dose de medo e violência, e muito dinheiro para projetos”, disse um comandante norte-americano em terra durante essa fase da ocupação, “creio que podemos vencer essas pessoas de que estamos aqui para ajudá-las”. Essas táticas

8. KLEIN, “White House fears elections”; T. CRAMPTON, “Iraqi Official Urges Caution on Imposing Free Market”, *New York Times*, 14 de outubro de 2003, C5; S. SOEDERBERG, “American Empire and ‘Excluded States’: The Millennium Challenge Account and the Shift to Pre-emptive Development”, texto inédito, Dept. of Political Science [Departamento de Ciências Políticas], University of Alberta, Canadá, 2003.

9. D. GREGORY, *The Colonial Present*. Oxford, Basil Blackwell, 2004; R. KHALIDI, *Resurrecting Empire: Western Footprints and America’s Perilous Path in the Middle East*. Boston, Beacon Press, 2004.

falharam flagrantemente, e o mito da ocupação militar benevolente foi definitivamente esvaziado desde os escândalos dos maus-tratos a prisioneiros em Abu Ghraib<sup>10</sup>.

O resultado disso tem sido uma crescente propensão nos Estados Unidos a questionar as razões da invasão, bem como a espantosa falta de planejamento para a reconstrução pós-guerra do Iraque. Houve mesmo alguns extraordinários *mea-culpas* da parte da corrente principal dos meios de comunicação, que confessou ter faltado ao dever de fazer análises críticas da guerra com que o país foi à guerra<sup>11</sup>. E *Fahrenheit 9/11*, de Michael Moore, produziu uma polêmica devastadora, não só contra o governo Bush mas também contra os interesses de classe e corporativos que estavam na base da promoção da guerra. Disso tudo nasceu uma divisão partidária cada vez mais acirrada no interior dos Estados Unidos que pode muito bem provocar uma mudança de regime em Washington depois de novembro de 2004. Se os democratas vencerem, a militarização declarada, tanto interna como internacionalmente, provavelmente será atenuada (ainda que de modo algum eliminada), e as “guerras da cultura” travadas em torno da sexualidade e da religião vão voltar ao centro da cena. O multiculturalismo e o multilateralismo vão ser favorecidos no plano retórico, e o ímpeto neoconservador de governar autoritariamente vai ser contido (embora não, temo eu, revertido). Mas, no que se refere aos aspectos fundamentais da política econômica e da geopolítica, não está nada claro que uma mudança substancial seja possível, dadas as forças subjacentes em atividade.

No tocante ao Iraque, por exemplo, já aumenta a pressão interna e externa sobre os Estados Unidos para que descubram uma rápida saída estratégica. Há contudo alguns difíceis dilemas. Uma retirada demasiado rápida das forças norte-americanas pode muito bem lançar o Iraque numa sangrenta guerra civil. É justo o que prevê a (desacreditada) CIA. Tornasse assim muitíssimo fácil, mesmo para quem critica a invasão liderada

10. D. FILKINS, “Tough New Tactics by U.S. Tighten Grip on Iraq Towns”, *New York Times*, 7 de dezembro de 2003, A18.

11. D. RIEFF, “Blueprint for a Mess: How the Bush Administration’s Pre-war Planners Bungled Postwar Iraq”, *New York Times*, 2 de novembro de 2003, *Sunday Magazine*, 28-78; M. IGNATIEFF, “Why Are We In Iraq? (and Liberia? and Afghanistan?)”, *New York Times*, 7 de setembro de 2003, *Sunday Magazine*, 38-85; C. MOONEY, “The Editorial Pages and the Case for War: Did Our Leading Newspapers Set Too Low a Bar for a Preemptive Attack?”, *Columbia Journalism Review*, 1º de março de 2004. [Disponível em: <<http://www.cjr.org/issues/2004/2/>>]; Editorial, “A Pause for Hindsight”, *New York Times*, 16 de julho de 2004, A22.

pelos Estados Unidos, insistir na permanência das forças norte-americanas até que se consiga estabilizar o Iraque (se é que isso vai acontecer). Os Estados Unidos têm agido politicamente, em larga medida, aproveitando-se das divisões étnicas e religiosas iraquianas, e portanto promovendo-as ativamente (talvez sem o perceber) a blocos políticos. As clivagens religiosas e étnicas são, naturalmente, profundas, e o conflito entre esses blocos é inteiramente possível. Um dos resultados poderia ser criar no Iraque um Estado sunita, um curdo e um xiita. Há rumores sobre planos de dividir o país nesses termos, mas é improvável que os Estados circundantes (com destaque para a Turquia) assistam a isso sem intervir. E é muito improvável que os Estados Unidos deixem os campos de petróleo sem proteção, mesmo que se retirem do resto do país. As únicas outras opções são a permanência de longo prazo dos Estados Unidos no Iraque (possibilidade cada vez mais impopular nos Estados Unidos) ou a internacionalização sob os auspícios da ONU. A relutância inicial do governo Bush no sentido de contemplar este último curso de ação (mesmo presumindo que a ONU aceitasse) surgiu provavelmente de um misto de falso orgulho, incapacidade de mudar de curso da parte das principais instituições norte-americanas e preocupações com o petróleo. Foram dados fracos passos no sentido de internacionalizar a ocupação e a reconstrução, e um governo Kerry por certo insistiria mais nesse rumo. Isso contudo envolve garantir bem mais direito de voz a países que, como a França, a Alemanha e a Rússia, foram excluídos dos contratos de reconstrução, bem como dos campos de petróleo. Por outro lado, é mais provável que a dívida do Iraque (ora fixada em 100 bilhões de dólares, mais 100 bilhões exigidos pelo Kuwait como indenização), contraída principalmente com a Rússia e outras partes influentes, seja perdoada se os Estados Unidos cederem à ONU um maior controle do petróleo. O improvável é porém que os Estados Unidos renunciem ao controle último do mineral, seja qual for o regime em Washington.

A real condição dos estoques e reservas mundiais de petróleo permanece tão imprecisa quanto antes. Afirmei de início, por exemplo, que as reservas canadenses de petróleo estão acabando. Se, contudo, considerarmos o petróleo, de difícil extração, que há nos depósitos de areia [o petróleo “pesado”], as reservas canadenses são substanciais. A Rússia entrou no mercado mundial de petróleo em grande estilo há mais ou menos um ano (e está começando a adquirir o *status* de economia exportadora de petróleo, com todos os perigos e dificuldades associados). E o súbito interesse do governo Bush por bases militares na África (particularmente na região oeste do continente e em Angola) quase certamente se vincula

com as substanciais reservas petrolíferas ali existentes<sup>12</sup>. Subsidiariamente, sabe-se hoje, a partir de relatórios dos serviços de inteligência britânicos recém-divulgados, que os Estados Unidos estavam prontos a ocupar os campos de petróleo da Arábia Saudita, do Kuwait e de Abu Dhabi na crise de 1973<sup>13</sup>. Parece inteiramente plausível que a razão de os sauditas terem concordado na época em reciclar petrodólares por meio de bancos norte-americanos foi evitar semelhante ameaça. Quanto à situação do petróleo de modo mais geral, o máximo que se pode fazer é reconhecer a volatilidade do quadro, mas também aceitar, aconteça o que acontecer, que o Oriente Médio é uma região vital para a economia global e que a presença norte-americana na região, que está em constante escalada desde 1945, não vai se reduzir no futuro próximo. Concluo que não é muito provável que a mudança de regime em Washington altere, e muito menos reverta, o ímpeto dos Estados Unidos no sentido de controlar a região e suas reservas petrolíferas.

Isso levanta a sugestiva questão de como podem os Estados Unidos justificar sua presença militar perpétua na região. A justificativa primordial é o estado crônico de insegurança. A interrupção do fornecimento de petróleo teria graves conseqüências negativas para o capitalismo global devido a preços altos ou indevidamente variáveis do mineral. Avaliada desse prisma, a intervenção norte-americana no Iraque tem de ser considerada um total fracasso, pois os preços do petróleo se mostram tanto voláteis como, na média, bem mais elevados do que antes da guerra. O sonho de Rupert Murdoch, de petróleo a 20 dólares o barril, tornou-se o pesadelo do barril a cerca de 40 dólares. Mas por vezes parece que os Estados Unidos recebem bem e cultivam deliberadamente a insegurança a fim de justificar a continuidade de sua presença. O tendencioso envolvimento de Bush na questão israelense-palestina pode ter satisfeito interesses domésticos-chave nos Estados Unidos, mas também promoveu o terrorismo, a militância e a insurgência na região e alhures. Uma situação de permanente insegurança (aí incluída a ameaça de guerra civil no Iraque) e a perpetuação de um clima de medo sem dúvida pareceram a Bush e a seus assessores o caminho mais fácil para a reeleição e a consolidação do poder político global em torno de um forte aparato militar e uma economia de guerra permanente. É duvidoso que um governo Kerry possa alte-

12. E. SCHMITT, “Pentagon Seeking New Access Pacts for Africa Bases”, *New York Times*, 5 de julho de 2003, A1, A7.

13. L. ALVAREZ, “Britain Says U.S. Planned To Seize Oil in ‘73 crisis”, *New York Times*, 4 de janeiro de 2004.

rar o fundamental, dada a política interna dos Estados Unidos, embora seja de esperar algumas mudanças cosméticas (como uma postura um tanto mais crítica com relação a Israel). Assim como se beneficiaram da volatilidade financeira que ajudaram a criar nas décadas de 1980 e 1990, os Estados Unidos podem beneficiar-se da volatilidade no plano da segurança que suas políticas vêm fomentando.

Porém, o aspecto mais polêmico de minha argumentação talvez seja dizer que os Estados Unidos estão agindo a partir de uma posição antes de fraqueza econômica e política do que de força, e que a aventura no Iraque pode muito bem assinalar antes o final da hegemonia norte-americana do que o começo de uma nova fase de domínio global dos Estados Unidos. Só o tempo dirá se estou certo. Mas é preciso enfrentar a possibilidade e as possíveis conseqüências de um declínio iminente dos Estados Unidos como potência hegemônica. Embora eu vá seguir o rumo geral de minha argumentação, é necessário elaborá-la mais.

Começo com o fato de boa parte das atividades de pesquisa e desenvolvimento ser desenvolvida nos Estados Unidos. Isso confere ao país uma vantagem tecnológica sustentada e inclina a marcha global da mudança tecnológica a atender a seus próprios interesses (particularmente os centrados no complexo industrial-militar). Disso decorre a entrada nos Estados Unidos, a partir do resto do mundo, de rendas geradas pelo uso de tecnologias. A insistência norte-americana na proteção internacional dos direitos de propriedade intelectual (por exemplo, medicamentos com direitos exclusivos de exploração) destina-se a manter esse *status* "rentista". A força relativa das economias asiáticas não dependia de sua capacidade de inovar (o Japão, Taiwan e, em menor medida, a Coréia têm sido exceções parciais). Essas economias se especializaram em pegar inovações norte-americanas e usar seus recursos organizacionais e de força de trabalho para empregar os novos sistemas na produção a um custo bem menor e um nível de eficiência bem mais elevado. Logo, boa parte do mundo tem dependido dos Estados Unidos no tocante a inovações tecnológicas. Isso permite que o país defina as grandes transições inovadoras (tal como o fez com as indústrias de alta tecnologia da decantada "nova economia" dos anos 1980 e 1990), levando assim o mundo, mais uma vez, a uma ciranda de novas feitiçarias tecnológicas. Mas não está claro de onde virá uma nova onda de inovação (embora a biotecnologia e a tecnologia médica sejam os principais candidatos). E, embora a liderança tecnológica norte-americana ainda seja substancial (graças em larga medida a suas universidades que se dedicam a pesquisas), há muitos indícios de se achar em declínio. O número de patentes registradas por estrangeiros nos Esta-

dos Unidos passou de 40 a quase 50 por cento entre 1980 e 2003, e uma ampla gama de indicadores — como autores estrangeiros de artigos científicos nos campos da ciência e da engenharia, cidadãos não-norte-americanos que foram agraciados com o Prêmio Nobel e pesquisadores estrangeiros (particularmente da Índia, de Taiwan e da China) em formação que optam por voltar a seus países em vez de ficar nos Estados Unidos — sugere uma tendência de queda no domínio dos Estados Unidos. Em alguns campos (especialmente não-militares), a Europa e a Ásia estão superando os Estados Unidos. Nos últimos anos, mais de 400 empresas estrangeiras, como a General Electric e a British Petroleum (vindas de muitos países diferentes, entre os quais Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra, Coréia e Taiwan), instalaram grandes institutos de pesquisa na China, para aproveitar uma força de trabalho altamente preparada bem como um imenso mercado em que a experimentação com novos produtos é relativamente fácil e potencialmente muito lucrativa. Os Estados Unidos, embora continuem a ser um formidável competidor, já não têm o domínio de antes em pesquisa e desenvolvimento<sup>14</sup>.

Tem-se ainda interrogado sobre a gravidade da perda de empregos na produção para o poder econômico norte-americano. Qual a decorrência do fato de a maior parcela da produção mundial ser controlada por corporações norte-americanas instaladas no estrangeiro? Muitas grandes indústrias são na verdade controladas hoje por empresas não-norte-americanas, o que explica o fato de "nove dos dez maiores produtores de equipamentos eletrônicos e elétricos; oito das dez maiores montadoras de automóveis e de peças elétricas e de combustível para autos; sete dos dez maiores refinadores de petróleo; seis das dez maiores empresas de telecomunicações; cinco das dez maiores companhias farmacêuticas; quatro das dez maiores empresas químicas..."<sup>15</sup> norte-americanos já não darem as cartas entre as corporações manufatureiras. Não obstante, elas de fato repatriam substanciais lucros obtidos em seus empreendimentos externos. A taxa de lucro de investimentos externos é bem maior que as taxas domésticas de retorno. Como mostram Dumenil e Levy, as corporações norte-americanas têm sido bem eficientes em injetar lucros excedentes tirados do resto do mundo na economia de seu país<sup>16</sup>.

14. W. BROAD, "U.S. Is Losing its Dominance in the Sciences", *New York Times*, 3 de maio de 2004, A1 e 19; D. HENWOOD, *After the New Economy*. New York, New Press, 2003.

15. R. DU BOFF, "U.S. Empire: Continuing Decline, Enduring Danger", *Monthly Review*, n. 55/2, 2003, 1-15.

16. G. DUMENIL, D. LEVY, "The Economics of US Imperialism at the Turn of the 21st Century", texto inédito, 2004.

Esse fluxo de retornos compensa a perda de empregos nos Estados Unidos? Infelizmente, a maior parte dele beneficia os já abastados, por meio de pagamentos de dividendos e da valorização das ações. Isso exacerba as incriveis desigualdades de classe já inerentes à estrutura social dos Estados Unidos. Grande parcela da população norte-americana depende agora, em conseqüência, dos hábitos de consumo dos extratos de renda mais alta. Disso resulta a geração de uma série de empregos mal remunerados no setor de serviços, uma espécie de classe-serva das classes altas que detêm o controle econômico e dominam o governo por meio das contribuições que fazem para as campanhas políticas. Os cerca de 2 milhões de empregos no setor produtivo que se perderam nos Estados Unidos nos últimos três anos remuneravam na base de 17 dólares por hora (com freqüência adicionando benefícios como assistência à saúde), ao passo que os empregos que compensaram parcialmente essas perdas pagam só 14 dólares por hora (em geral sem benefícios) Mesmo alguns empregos no setor de serviços passaram recentemente a ser transferidos: a Índia está tomando aos Estados Unidos empregos administrativos em todos os campos, da produção de *software* e do conserto de computadores à emissão de passagens aéreas e serviços públicos e privados de cobrança<sup>17</sup>.

Tem-se destacado sobremaneira a transferência de empregos para o exterior e seu impacto no nível de emprego dos Estados Unidos. Mas só 30 por cento dos 2 milhões de empregos perdidos na produção entre 2000 e 2003 se deveram à terceirização no exterior. Cerca de 40 por cento decorreram do aumento da produtividade doméstica, e os 30 por cento restantes se explicam pela recessão<sup>18</sup>. Uma produtividade superior e em constante aumento nas mais diversas áreas, do varejo e dos serviços à agricultura e à produção de equipamentos de terraplenagem, mantém os Estados Unidos competitivos em campos que o país poderia sem isso ter perdido. O aspecto negativo disso é que o desemprego induzido pela tecnologia e a insegurança no emprego se tornam um problema crônico para as classes trabalhadora e média (isso ocorreu mesmo nos “prósperos” anos 1990, quando a produtividade aumentou rapidamente<sup>19</sup>). A produtividade superior pode baixar o custo unitário, mas não melhora necessariamente a qualidade da vida diária (todos temos de comprar na Wal-

Mart). Essas forças continuam a agir e explicam a baixa taxa de criação de empregos e de renda da classe trabalhadora no interior dos Estados Unidos. A perda relativa de capacidade produtiva constitui, conluo, um pesado ônus imposto ao bem-estar da massa da população norte-americana, tornando os Estados Unidos vulneráveis à competição estrangeira, mesmo que as faixas de renda mais alta muito se beneficiem com os investimentos estrangeiros.

O papel do consumismo norte-americano incessante é um problema igualmente complexo. Ele dá aos Estados Unidos uma substancial vantagem na feitura de acordos comerciais bilaterais, pois o acesso privilegiado ao imenso mercado norte-americano tem grande importância, em particular para Estados menores (como o Chile ou Taiwan). Os Estados Unidos têm usado assiduamente esse poder, em vez de usar a OMC, para alcançar seus fins (imagino que mais alguns julgamentos contra os Estados Unidos do tipo que atingiu as tarifas do aço e os subsídios ao algodão possam mesmo levar o país a abandonar a OMC, tal como fez com o acordo de Quioto sobre a mudança climática). A dependência do mercado de consumo norte-americano que afeta o resto do mundo é por certo uma importante característica das relações globais de poder. Mas o recente surto de consumismo dos Estados Unidos tem sido financiado quase inteiramente por meio de dívidas. Ele fez a taxa líquida de poupança interna aproximar-se do zero (e talvez a uma taxa negativa, quando se considera o modo como se sustentou o recente consumismo por meio do refinanciamento de dívidas hipotecárias ou dos preços inflados de imóveis). Ademais, esse consumismo tem caráter de classe, pois se baseia cada vez mais nos hábitos de consumo dos 10 por cento mais ricos da população norte-americana, onde há uma imensa concentração de renda e riqueza. O hábito de gastar mais do que se ganha teve um papel essencial na manutenção do fôlego da economia dos Estados Unidos durante a recente recessão<sup>20</sup>. Embora boa parte desse consumismo possa ser atribuído a um apetite insaciável por bens de consumo, aumenta a porcentagem decorrente da pura necessidade. Muitos dos que negociaram suas hipotecas para aumentar a renda o fizeram para cobrir os custos crescentes da assistência à saúde, a perda dos seguros-saúde e para atender à necessidade de pagar pela educação.

Essa queda livre no endividamento está no cerne do problema dos Estados Unidos. O quadro financeiro continua a deteriorar-se rapidamente.

20. L. UCHITELLE. “Why Americans Must Keep Spending”, *New York Times*, 1º de dezembro de 2003, C1-C2.

17. Yasheng HUANG, Tarun KHANNA, “Can India Overtake China?”, *China Now*, 3 de abril de 2004. Disponível em: <<http://www.chinanowmag.com/business/business.htm>>.

18. E. L. ANDREWS. “Imports Don’t Deserve All That Blame”, *New York Times*, 7 de dezembro de 2003, Business Section, 4.

19. R. POLLIN. *Contours of Descent*. London, Verso, 2003.

Numa atitude bem incomum, o próprio Robert Rubin, ex-secretário do Tesouro do governo Clinton, e economistas do FMI criticaram abertamente as políticas fiscais norte-americanas como uma séria ameaça à estabilidade global<sup>21</sup>. Há uma escalada do endividamento individual e os orçamentos públicos em todos os níveis passam por tantos problemas que os serviços e investimentos públicos estão padecendo a olhos vistos. O governo federal tem recorrido a níveis sem precedentes de irresponsabilidade fiscal, e mesmo que haja uma pequena recuperação econômica são poucas, considerando-se as atuais políticas, as perspectivas de evitar um naufrágio fiscal na próxima década. Essas políticas parecem incompreensíveis se não forem entendidas como um movimento deliberado de ideólogos neoconservadores para jogar intencionalmente toda a estrutura do financiamento público numa crise de tal magnitude que o governo seja obrigado a renegar todas as suas obrigações sociais (a Seguridade Social e o Medicare [seguro-saúde], por exemplo). Isso vai completar seu projeto de longa data (David Stockman, diretor de orçamento no início dos anos 1980, detalha como esse projeto funcionou nos primeiros anos do governo Reagan), que consiste em enxugar o poder do Estado (exceto com relação aos militares) a ponto de ele poder “descer pelo ralo”<sup>22</sup>.

A espiral dos déficits norte-americanos não pode ser mantida sem moratória ou sem cair numa condição de dependência crônica da generosidade externa. Cerca de 40 por cento dos recursos dos tesouros norte-americanos e um quinto dos ativos de Wall Street já pertencem a estrangeiros. Avaliei erroneamente o influxo de capital destinado a cobrir o déficit em conta corrente como sendo 2 bilhões de dólares: ele na verdade está em meros 1 bilhão e meio, e em ascensão! Os bancos centrais do Japão, de Taiwan e da China se empenham muito em cobrir o déficit. A única outra solução seria o uso do poder norte-americano de *seigniorage* (imprimir dólares): mas isso iria se traduzir num surto inflacionário doméstico e num colapso do dólar nos mercados internacionais bem mais profundo do que sua atual perda de valor com relação ao euro. Nesse campo, a ruína do poder norte-americano parece iminente se não ocorrer alguma mudança radical de curso para longe dessa trilha suicida que o governo dos Estados Unidos tem seguido.

21. M. MUHLEISEN, C. TOWE (orgs.), “U.S. Fiscal Policies and Priorities for Long-Run Sustainability”, *Occasional Paper 227*. Washington, DC, International Monetary Fund [FMI], 2004; P. KRUGMAN, “Rubin Gets Shriek”, *New York Times*, 6 de janeiro de 2004, A23.

22. D. STOCKMAN. *The Triumph of Politics: Why the Reagan Revolution Failed* New York, HarperCollins, 1986; P. KRUGMAN, “The Tax-Cut Con”, *New York Times*, 14 de setembro de 2003, *Sunday Magazine*, 54-62.

A mudança de regime em Washington poderia, ao menos no tocante a isso, fazer uma substancial diferença. Não obstante, como afirmo no corpo do texto, a única forma de o capitalismo se reestabilizar, afora uma grande crise, é a criação de algum gênero de “novo” New Deal. Não julgo isso nenhuma espécie de solução permanente para as dificuldades do capitalismo global. Mas podia dar-lhe certo fôlego para que pudessem surgir calmamente outras opções. São formidáveis as dificuldades que tal política tem de enfrentar nos Estados Unidos. Seria necessário reverter vinte anos de neoliberalismo que fundamentalmente devolveram o poder de classe a uma pequena elite. O um por cento de maior renda dos Estados Unidos auferiu menos de 8 por cento da renda nacional em 1980, mas essa parcela elevou-se a 15 por cento por volta de 2000, e, com as reduções de impostos de Bush, provavelmente vai alcançar a marca dos 20 por cento à altura de 2005. O 0,1 por cento mais rico elevou sua parcela da renda nacional de 2 para 6 por cento entre 1979 e 1998. Essa elite abastada de chefes-executivos e financistas exerce uma influência extremamente desproporcional sobre o processo político<sup>23</sup>. Os dois partidos políticos estão comprometidos com ela, sendo pouco provável que se adote a política redistributiva necessária para dar um razoável acesso da parte de todos a assistência à saúde, educação, seguridade social etc., e para que surjam empregos bem pagos. A única diferença substantiva entre os partidos políticos no tocante a isso é que os republicanos estão comprometidos com uma classe trabalhadora branca cristã fundamentalista e nacionalista em termos culturais persuadida consistentemente a votar contra seus próprios interesses materiais por razões culturais, enquanto os democratas terão de dar atenção a um eleitorado, um pouco mais inclinado para a esquerda, que tem uma maior consciência de seus interesses materiais. O ponto até o qual os democratas poderão ir vai ser determinado pelo vigor com o qual os movimentos sociais buscarem realizar seus objetivos. Não se farão redistribuições voluntárias; elas terão de ser arrancadas milímetro a milímetro.

Por fim, há a concepção perigosamente complacente segundo a qual a economia global está se recuperando por causa da recuperação, fundada no consumismo, dos Estados Unidos. Não obstante, economias tão diferentes entre si quanto as do Chile, do Japão, da Austrália, da Alemanha e mesmo da Índia devem amplamente sua recuperação à vasta demanda

23. G. DUMENIL, D. LEVY. “Neo-Liberal Dynamics: A New Phase?”, texto inédito, 2004, p. 4; Task Force on Inequality and American Democracy, *American Democracy in an Age of Rising Inequality*, American Political Science Association. 2004. Disponível em: <www.apsanet.org>.

advinda dos investimentos infra-estruturais na China (o investimento em capital fixo aumentou 25 por cento em 2003). Os próprios produtores norte-americanos se beneficiaram com a demanda chinesa de equipamentos para terraplenagem. O estrondoso ritmo do desenvolvimento econômico (oficialmente subavaliado, de acordo com a maioria dos analistas privados, em 9,1 por cento em 2003) e da transformação da China, acompanhado de extraordinários atritos e tensões internos, tem sido fundamental para o crescimento global há pelo menos dez anos. A China hoje domina as regiões leste e sudeste da Ásia na qualidade de *hegemon* regional dotado de enorme influência global. As exportações asiáticas para a China têm tido um espantoso crescimento, e muitos países da Ásia dobraram nos últimos dois anos a parcela do total de exportações que vão para aquele país. A China é hoje o principal destino das exportações sul-coreanas e taiwanesas, e seu mercado de exportações rivaliza com o do Estados Unidos e o do Japão<sup>24</sup>. Seu mercado de consumo também cresce a um ritmo estonteante (já é o maior mercado global de telefonia móvel, bem como de automóveis Mercedes Benz). Sua vasta sede de petróleo também se acha em destaque. O país já é o segundo maior importador, atrás apenas dos Estados Unidos, e às atuais taxas de crescimento vai superar o consumo norte-americano por volta de 2020. As conseqüências disso para a mudança do clima global (bem como para os preços do petróleo) são potencialmente catastróficas. Por conseguinte, o espectro da batalha geopolítica pelo controle dos campos de petróleo do Oriente Médio e da bacia do mar Cáspio (que explica a relutância norte-americana em ceder à ONU o controle da confusão em que se tornou o Iraque) levanta sua imensa cabeça. De quem é a segurança de longo prazo em termos de

24. É difícil acompanhar o ritmo da mudança na China. Relatórios do Asian Development Bank [Banco Asiático de Desenvolvimento] e do Asian Monitor [o Observador da Ásia], ao lado de matérias da imprensa financeira, permitem que se façam algumas estimativas aproximadas. Ver Si-ming LI, Wing-shing TANG, *China's Regions, Polity, and Economy: A Study of Spatial Transformation in the Post-Reform Era*. Hong Kong, Chinese University Press, 2000; Wang Hui, *China's New Order: Society, Politics and Economy in Transition*, org. T. Hutters. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 2003; D. HALE, L. HALE, "China Takes Off", *Foreign Affairs*, n. 82/6, 2003, 36-53. Ver também H. McRAE, "Working for the Yangtze Dollar", *Independent*, 18 de novembro de 2003, *Review*, 2-3; K. BRADSHER, "Is China the Next Bubble?", *New York Times*, 18 de janeiro de 2004, sec. 3, 1, col. 2 [Resumo disponível em: <<http://query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=F10813F834540C7B8DDDA80894DC404482>>]; K. BRADSHER, "Like Japan in the 1980s, China Poses Big Economic Challenge", *New York Times*, 2 de março de 2004, A1, C2; T. FISHMAN, "The Chinese Century", *New York Times*, 4 de julho de 2004, *Sunday Magazine*, 24-51; M. HART-LANDSBERG, P. BURKETT, "China and Socialism: Market Reforms and Class Struggle", *Monthly Review*, v. 56, n. 3, julho-agosto de 2004.

energia a que nos referimos? Dos Estados Unidos ou da China? Ao menos sobre a importância geopolítica deste último ponto todos deveriam ver as coisas com clareza.

Mas a situação da China se acha eivada de perigos. Tem havido naquele país, na realidade, uma *perda* líquida de empregos na produção desde 1995 — mais de 15 milhões (ou 15 por cento do total), segundo recentes estimativas — devido à falência de empreendimentos em cidades e lugares nos "cinturões de ferrugem" que circundam Beijing e Xangai<sup>25</sup>. Os novos sistemas de produção que estão sendo instalados são menos trabalho-intensivos. Mas é freqüente a falta de energia elétrica, e as relações de trabalho são altamente instáveis. Parecem aumentar as desigualdades regionais e de classe, apesar das políticas oficiais destinadas a combatê-las. Não menos contraditórios são os efeitos no exterior. A China tomou mais empregos industriais do Japão, da Coreia do Sul e do México do que dos Estados Unidos. Perderam-se cerca de 200 mil empregos no cinturão manufatureiro *maquilla* [dedicado a "maquiar" produtos] que se estende pela fronteira norte do México, e todos eles foram para a China. Porém, os maciços investimentos ora realizados no país estão sem dúvida puxando boa parte da economia global, e como é uma proposição muito bem documentada da economia a de que os investimentos desse tipo são bem mais eficazes em estimular o crescimento agregado do que o consumismo<sup>26</sup>, deveria estar claro quem lidera a recuperação global, tal como ela é, neste momento. E a resposta não é: os Estados Unidos. A transição do poder para a China e para a Ásia de modo mais geral (estando a Índia a emergir agora como um participante mais forte) está antes em aceleração do que em redução de velocidade, e a única dúvida é se e como se poderá sustentar o ritmo de crescimento chinês.

Não há resposta fácil para esta última pergunta. Boa parte do desenvolvimento da China, tanto no setor privado como no público, tem caráter altamente especulativo, podendo superar sem dificuldades a "bolha de expansão" [*boom and bubble*]<sup>27</sup> dos anos 1990 nos Estados Unidos, com resultados igualmente catastróficos — se e quando a bolha estourar. O

25. A. Cassell, "The Economy: Study Undermines Charge China is Stealing U.S. Factory Jobs", *Philadelphia Inquirer*, 22 de outubro de 2003, E01.

26. Ver o resumo dos dados que sustentam esse argumento em J. MADRICK, "Economic Scene", *New York Times*, 10 de julho de 2003, C2.

27. Referência ao título do livro de R. Brenner *The Boom and the Bubble* (ver Bibliografia). Para ter uma idéia do teor das idéias de Brenner, o leitor pode consultar o site <[http://resistir.info/eua/brenner\\_port.html#asterisco](http://resistir.info/eua/brenner_port.html#asterisco)>, que traz o texto "A caminho do abismo: a crise na economia dos EUA". (N.T.)

recente “resfriamento” deliberado da economia chinesa levou comentadores a especular sobre a possibilidade de “uma aterrissagem suave” em vez de um choque, mas a redução da demanda já está se registrando globalmente numa diminuição das taxas de crescimento em outras partes do mundo. O sistema bancário chinês é amplamente reconhecido como vulnerável<sup>28</sup>. E a China está tão sujeita a mudanças externas quanto o são os Estados Unidos. Uma onda de protecionismo vinda dos Estados Unidos ou o colapso do consumismo norte-americano poderiam representar um sério risco para a economia chinesa. Aceitar que a China é uma potência em ascensão não significa considerá-la autônoma com relação aos Estados Unidos: o vínculo entre essas duas economias é cada vez mais de dependência, recíproca porém tensa.

Entrementes, o quadro geopolítico mostra extrema volatilidade. Alianças em rápida mudança ainda precisam fixar-se (se é que um dia o vão) em alguma configuração pós-guerra estável. O arranjo em forma de rede pouco coesa nas regiões leste e sudeste da Ásia parece consolidar-se (embora com relutância em alguns casos) em torno da China<sup>29</sup>. Na Europa, as divisões continuam a agravar-se, a despeito dos indícios de concordância quanto a políticas econômicas, e mesmo militares. A valorização do euro e da libra com relação ao dólar (que agora supera os 25 por cento) sugere uma contestação nascente ao papel deste último como a única divisa de reserva global. O surgimento de uma coalizão tática liderada pela China, pela Índia, pela África do Sul e pelo Brasil na conferência de Cancun, em oposição ao Japão, aos Estados Unidos e à Europa, no referente aos subsídios agrícolas abre uma nova frente de negociação política. A tentativa de aproximação entre a China e a Índia também indica uma grande mudança nos equilíbrios de poder no mundo. Os Estados Unidos, ainda que continuem a exercer substancial influência, não podem alegar-se detentores do poder irresistível que um dia tiveram na moldagem de alianças globais em favor de seus próprios objetivos. Disrupções imprevisíveis em Estados instáveis — como o Paquistão ou a Arábia Saudita — poderiam facilmente degenerar em grandes deslocamentos globais. Onde antes podiam governar com tranqüilidade, os Estados Unidos têm hoje de se empenhar muito para manter sua influência em decréscimo. Isso se evidencia em particular na América Latina. E, embora possa ser uma desi-

lusão para seus partidários domésticos, Lula exhibe um pronunciado ativismo internacional. Ao assinar com a Índia um importante acordo comercial bilateral em nome do grupo comercial latino-americano Mercosul, ele afirmou de modo confiante que a Índia, o Brasil, a Rússia e a China poderiam, juntos, redesenhar a geografia econômica do mundo, no século XXI, segundo linhas bem mais justas do que as atuais<sup>30</sup>. Isso pode sem dúvida indicar o surgimento no mundo de um bloco de poder “antineoliberal”.

É contudo muito importante enfatizar a volatilidade. Do ponto de vista histórico, temos testemunhado fases de relativa estabilidade (por exemplo, durante boa parte do período da Guerra Fria) que são em seguida substituídas por fases de grande incerteza nas quais podem suceder todo gênero de rápidos realinhamentos e reconfigurações. Nestas últimas fases, é deveras difícil prever resultados. Quem teria previsto o súbito (e, no caso, amplamente pacífico) colapso da União Soviética em 1985? Quem teria previsto há quatro anos que a guerra com o Iraque era iminente? E os Estados Unidos se acham altamente vulneráveis. Mesmo seu ostentado poder militar está em questão. O país pode dominar em poder destrutivo por controle remoto, mas simplesmente não dispôs da vontade nem dos recursos para manter uma ocupação militar de longo prazo no solo.

É neste ponto que entra o estado permanente de insegurança. Se a paz fosse firmada em toda parte, os Estados Unidos não conseguiriam persuadir ninguém, interna ou externamente, de que sua presença militar é necessária em alguma parte do mundo. Claro que há bastantes tensões e rivalidades e conflitos amargos no mundo para tornar improvável o surgimento da paz. Não obstante, a grande pergunta que precisamos fazer é: a interferência dos Estados Unidos é parte da solução ou constitui o cerne do problema?

Nova York  
16 de julho de 2004

28. K. BRADSHER, “China Announces New Bailout of Big Banks”, *New York Times*, 7 de janeiro de 2004, C1; ID., “China’s Strange Hybrid Economy”, *New York Times*, 21 de novembro de 2003, C4.

29. J. PERLEZ, “China Is Romping with the Neighbors (US Is Distracted)”, *New York Times*, 3 de dezembro de 2003, A1-A4.

30 Um resumo do discurso de Lula está disponível [em inglês] em: <<http://www.bahraintribune.com/ArticleDetail.asp?CategoryId=5&ArticleId=20676>>. [Para ler trechos do discurso em português, ver <<http://www.abeq.org.br/view.php?id=188>>.]

## Sugestões de leitura

- S. AMIN, *Imperialism and Unequal Development*, New York, Monthly Review Press, 1977.
- J. ATLAS, "A Classicist's Legacy: New Empire Builders", *New York Times*, Week in Review, Domingo, 4 de maio de 2003, 1 e 4.
- W. BELLO, *Deglobalization: Ideas for a New World Economy*, London, Zed Books, 2002.
- M. BOOT, *The Savage Wars of Peace: Small Wars and the Rise of American Power*, New York, Basic Books, 2002.
- K. BOULDING, T. MUKERJEE (orgs.), *Economic Imperialism: A Book of Readings*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 1972.
- J. CAVANAUGH, J. MANDER et al., *Alternatives to Globalization*, San Francisco, Bennett-Koehler, 2002.
- J. COMAROFF, J. COMAROFF (orgs.), *Millennial Capitalism and the Culture of Neoliberalism*, Durham, NC, Duke University Press, 2001.
- R. FALK, *Predatory Globalization: A Critique*, Cambridge, Polity Press, 1999.
- N. FERGUSON, *Empire: The Rise and Demise of the British World Order and the Lessons of Global Power*, New York, Basic Books, 2003.
- W. FINNEGAN, "The Economics of Empire: Notes on the Washington Consensus", *Harper's Magazine*, v. 306, n. 1836, maio de 2003, 41-54.
- S. GEORGE, F. SABELLI, *Faith and Credit*, Harmondsworth, Penguin, 1995.
- S. HERSH, "Annals of National Security: How the Pentagon Outwitted the C.I.A.", *The New Yorker*, 12 de maio de 2003, 44-51.
- P. HIRST, G. THOMPSON, *Globalization in Question: The International Economy and the Possibility of Global Governance*, Cambridge, Polity Press, ed. rev., 1999.
- E. HOBSBAWM, *The Age of Empire, 1875-1914*, London, Weidenfeld & Nicolson, 1987.

- J. A. HOBSON, *Imperialism*, Ann Arbor, University of Michigan Press, ed. com nova introd. de P. Siegelman, 1965 edn.
- D. JUDD, *Radical Joe: A Life of Joseph Chamberlain*, London, Hamish Hamilton, 1977.
- R. KAGAN, *Of Paradise and Power: America and Europe in the New World Order*, New York, Knopf, 2003.
- V. KIERNAN, *America: The New Imperialism*, London, Zed Books, 1978.
- N. KLEIN, *No Logo*, New York, Picador, 2000.
- D. KORTON, *When Corporations Rule the World*, Bloomfield, CT, Kumarian Press, 2001.
- C. KUPCHAN, *The End of the American Era in US Foreign Policy and the Geopolitics of the 21st Century*, New York, Knopf, 2002.
- B. LEWIS, *What Went Wrong: Western Impact and Middle Eastern Response*, Oxford, Oxford University Press, 2001.
- H. MACKINDER, *Democratic Ideals and Reality*, New York, Norton, org. A. J. Pearce, 1962 edn.
- H. MAGDOFF, *The Age of Imperialism: The Economics of U.S. Foreign Policy*, New York, Monthly Review Press, 1969.
- K. E. MEYER, *The Dust of Empire: The Race for Mastery in the Asian Heartland*, New York, Public Affairs, 2003.
- M. MIES, *Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labor*, London, Zed Books, 1999 edn.)
- W. NORDHAUS, "Iraq: The Economic Consequences of War", *The New York Review of Books*, v. xlix, n. 19, 5 de dezembro de 2002, 9-12.
- R. OWEN, B. SUTCLIFFE (orgs.), *Studies in Theory of Imperialism*, London, Longman, 1972.
- OXFAM INTERNATIONAL, *Rigged Rules and Double Standards*, London, Oxfam International, 2002.
- H. RADICE, *International Firms and Modern Imperialism*, Harmondsworth, Penguin, 1975.
- S. SASSEN, *Globalization and Its Discontents*, New York, New Press, 1998.
- A. SCHLESINGER, *The Cycles of American History*, Boston, Houghton Mifflin, 1980.
- V. SHIVA, *Biopiracy: The Plunder of Nature and Knowledge*, Boston, South End Press, 1997.
- \_\_\_\_\_, *Protect or Plunder? Understanding Intellectual Property Rights*, London, Zed Books, 2001.
- K. SINGH, *The Globalisation of Finance: A Citizen's Guide*, London, Zed Books, 1999.
- G. SOROS, *George Soros on Globalization*, New York, Public Affairs, 2002.
- R. STEVEN, *Japan's New Imperialism*, Armonk, NY, M. E. Sharpe, 1990.
- J. STIGLITZ, *Globalization and Its Discontents*, New York, Norton, 2002.
- A. THORNTON, *Doctrines of Imperialism*, New York, Wiley, 1965.
- A. K. WEINBERG, *Manifest Destiny*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1935.
- D. YERGIN, *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money and Power*, New York, Simon and Schuster, 1991.

## Bibliografia

### Comentários da imprensa

- ALTMAN, D., "China: Partner, Rival or Both", *New York Times*, 2 de março de 2003, Money and Business section, 1 e 11.
- BANERJEE, N., "Energy Companies Weigh their Possible Future in Iraq", *New York Times*, 26 de outubro de 2002, C3.
- Buenos Aires Herald*, Editorial, 31 de dezembro de 2002, 4.
- BUSH, G.W., "Securing Freedom's Triumph", *New York Times*, 11 de setembro de 2002, A33.
- COOPER, R., "The New Liberal Imperialism", *Observer*, 7 de abril de 2002.
- CRAMPTON, T., "A Strong China May Give Boost to its Neighbors", *International Herald Tribune*, Economic Outlook, 23 de janeiro de 2003, 16-17.
- DE ACULE, C., "Keeping a Wary Eye on the Housing Boom", *International Herald Tribune*, 23 de janeiro de 2003, 11.
- ECKHOLM, E., "Where Workers, Too, Rust, Bitterness Boils Over", *New York Times*, 20 de março de 2002, A4.
- FISK, R., "The Case Against War: A Conflict Driven by the Self-Interest of America", *Independent*, 15 de fevereiro de 2003, 20.
- \_\_\_\_\_. "This Looming War isn't about Chemical Warheads or Human Rights: It's about Oil", *Independent*, 18 de janeiro de 2003, 18.
- FRIEDMAN, T., "A War for Oil?", *New York Times*, 5 de janeiro de 2003, Week in Review section, 11.
- HILTERMAN, J., "Halabja: America Didn't Seem to Mind Poison Gas", *International Herald Tribune*, 17 de janeiro de 2003, 8.

- IGNATIEFF, M., "The Burden", *New York Times*, 5 de janeiro de 2003, Sunday Magazine, 22-54, repr. como "Empire Lite", in *Prospect*, fevereiro de 2003, 36-43.
- \_\_\_\_\_. "How to Keep Afghanistan From Falling Apart: The Case for a Committed American Imperialism", *New York Times*, 26 de julho de 2002, Sunday Magazine, 26-58.
- KAHN, J., "China Gambles on Big Projects for its Stability", *New York Times*, 13 de janeiro de 2003, A1 e A8.
- \_\_\_\_\_. "Made in China, Bought in China", *New York Times*, 5 de janeiro de 2003, Business section, 1 e 10.
- KIRKPATRICK, D., "Mr Murdoch's War", *New York Times*, 7 de abril de 2003, C2.
- KRUEGER, A., "Economic Scene", *New York Times*, 3 de abril de 2003, C2.
- MADRICK, J., "The Iraqi Time Bomb", *New York Times*, 6 de abril de 2003, Sunday Magazine, 48.
- ROSENTHAL, E., "Workers' Plight Brings New Militancy to China", *New York Times*, 10 de março de 2003, A8.
- TYLER, P., "Threats and Responses. News Analysis: A Deepening Fissure", *New York Times*, 6 de março de 2003, 1.

### Livros e artigos em revistas

- AMIN, S., "Imperialism and Globalization", *Monthly Review*, junho de 2001, 1-10.
- \_\_\_\_\_. "Social Movements at the Periphery", in P. WIGNARAJA (org.), *New Social Movements in the South: Empowering the People*, London, Zed Books, 1993, 76-100.
- ANDERSON, J., "American Hegemony after September 11: Allies, Rivals and Contradictions", manuscrito não publicado, Centre for International Borders Research, Queen's University, Belfast, 2002.
- ANDERSON, P., "Internationalism: A Breviary", *New Left Review*, 14 de março de 2002, 20.
- ARENDT, H., *Imperialism*, New York, Harcourt Brace Janovich, ed. de 1968.
- ARMSTRONG, D., "Dick Cheney's Song of America: Drafting a Plan for Global Dominance", *Harper's Magazine*, 305, outubro de 2002, 76-83.
- ARMSTRONG, P., GLYN, A., HARRISON, J., *Capitalism since World War II: The Making and Break Up of the Great Boom*, Oxford, Basil Blackwell, 1991.
- ARRIGHI, G., *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of our Times*, London, Verso, 1994.
- \_\_\_\_\_, SILVER, B., *Chaos and Governance in the Modern World System*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1999.
- BARAN, P., SWEEZY, P., *Monopoly Capital: An Essay on the American Economic and Social Order*, New York, Monthly Review Press, 1966.
- BERMAN, M., "Justice/Just Us: Rap and Social Justice in America", in A. MERRIFIELD, E. SWYNGEDOUW (orgs.), *The Urbanization of Injustice*, New York, New York University Press, 1997, 161-179.
- BHAGWATI, J., "The Capital Myth: The Difference between Trade in Widgets and Dollars", *Foreign Affairs*, 77/3, 1998, 7-12.
- BLEANEY, M., *Underconsumption Theories*, London, Methuen, 1976.
- BLUM, W., *Rogue State: A Guide to the World's Only Superpower*, London, Zed Books, 2002.
- BOWDEN, B., "Reinventing Imperialism in the Wake of September 11", *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, —, verão de 2002; online em: <<http://alternatives.journal.fatih.edu.tr/Bowden.htm>>.
- BRENNER, R., *The Boom and the Bubble: The U.S. in the World Economy*, London, Verso, 2002.
- BREWER, A., *Marxist Theories of Imperialism*, London, Routledge & Kegan Paul, 1980.
- BURKETT, P., HART-LANDSBERG, M., "Crisis and Recovery in East Asia: The Limits of Capitalist Development", *Historical Materialism*, 8, 2001, 3-48.
- CAIN, P., *Hobson and Imperialism: Radicalism, New Liberalism and Finance, 1887-1938*, Oxford, Oxford University Press, 2003.
- CARCHEDI, G., "Imperialism, Dollarization and the Euro", in L. PANITCH, C. LEYS (orgs.), *Socialist Register 2002*, London, Merlin Press, 2001, 153-174.
- CHAMBERLAIN, E., *The Theory of Monopolistic Competition*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1933.
- CHOMSKY, N., 9-11, New York, Seven Stories Press, 2001.
- DOYLE, M. W., *Empires*, Ithaca, NY, Cornell University Press, 1986.
- FREEMAN, C., *High Tech and High Heels in the Global Economy*, Durham, NC, Duke University Press, 2000.
- GILLS, B. (org.), *Globalization and the Politics of Resistance*, New York, Palgrave, 2001.
- GOWAN, P., *The Global Gamble: Washington's Faustian Bid for World Dominance*, London, Verso, 1999.
- \_\_\_\_\_, PANITCH, L., SHAW, M., "The State, Globalization and the New Imperialism: A Round Table Discussion", *Historical Materialism*, 9, 2001, 3-38.
- GUILBAUT, S., *How New York Stole the Idea of Modern Art*, trad. A. Goldhammer, Chicago, University of Chicago Press, ed. de 1985.
- HARDT, M., NEGRI, A., *Empire*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 2000.
- HART, G., *Disabling Globalization: Places of Power in Post-Apartheid South Africa*, Berkeley, University of California Press, 2002.

- HARVEY, D., *The Condition of Postmodernity*, Oxford, Basil Blackwell, 1989. [Ed. bras.: *A condição pós-moderna*, São Paulo, Loyola, 1992.]
- \_\_\_\_\_. *The Limits to Capital*, Oxford, Basil Blackwell, 1982; reed. London: Verbo Press, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Paris, the Capital of Modernity*, New York, Routledge, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Spaces of Capital: Towards a Critical Geography*, New York, Routledge, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Spaces of Hope*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. *The Urban Experience*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1989.
- HEGEL, G. W., *The Philosophy of Right*, trad. T. Knox, New York, Oxford University Press, ed. de 1967.
- HENDERSON, J., "Uneven Crises: Institutional Foundations of East Asian Economic Turmoil", *Economy and Society*, 28/3, 1999, 327-68.
- HILL, C., *The World Turned Upside Down*, Harmondsworth, Penguin, 1984.
- HINES, C., *Localization: A Global Manifesto*, London, Earthscan, 2000.
- Historical Materialism*, 8 (2001), ed. esp.: "Focus on East Asia after the Crisis".
- HOFSTADTER, R., *The Paranoid Style in American Politics and Other Essays*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, ed. de 1996.
- HUNTINGTON, S., *The Clash of Civilizations and the Remaking of the World Order*, New York, Simon & Schuster, 1997.
- ISARD, W., *Location and the Space Economy*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 1956.
- JOHNSON, C., *Blowback: The Costs and Consequences of American Empire*, New York, Henry Holt, 2000.
- JULIEN, C.-A., BRUHAT, J., BOURGIN, C., CROUZET, M., RENOUVIN, P., *Les Politiques d'expansion impérialiste*, Paris, Presses Universitaires de France, 1949.
- KENNEDY, P., *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*, New York, Fontana Press, 1990.
- KLARE, M., *Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict*, New York, Henry Holt, 2001.
- KRUGMAN, P., *Development, Geography and Economic Theory*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 1995.
- LEE, C. K., *Gender and the South China Miracle: Two Worlds of Factory Women*, Berkeley, University of California Press, 1998.
- LEFEBVRE, H., *The Survival of Capitalism: Reproduction of the Relations of Production*, trad. F. Bryant, New York, St Martin's Press, 1976.
- LENIN, V. I., "Imperialism: The Highest Stage of Capitalism", in *Selected Works*, v. i, Moscow, Progress Publishers, 1963.
- LI, S.-M., TANG, W.-S., *China's Regions, Polity and Economy: A Study of Spatial Transformation in the Post-Reform Era*, Hong Kong, Chinese University Press, 2000.
- LÖSCH, A., *The Economics of Location*, trad. William H. Woglom (assist. Wolfgang F. Stolper), New Haven, Yale University Press, 1954.
- LUXEMBURG, R., *The Accumulation of Capital*, trad. A. Schwartzschild, New York, Monthly Review Press, ed. de 1968.
- MCDONALD, D., PAPE, J., *Cost Recovery and the Crisis of Service Delivery in South Africa*, London, Zed Books, 2002.
- MARKUSEN, A., *Profit Cycles, Oligopoly and Regional Development*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Regions: The Economics and Politics of Territory*, Totowa, NJ, Rowman & Littlefield, 1987.
- MARX, K., *Capital*, trad. B. Fowkes, New York, Viking, 1976.
- \_\_\_\_\_, ENGELS, F., *On Colonialism*, New York, International Publishers, 1972.
- MEHTA, U., *Liberalism and Empire*, Chicago, University of Chicago Press, 1999.
- MITTELMAN, J., *The Globalization Syndrome: Transformation and Resistance*, Princeton, Princeton University Press, 2000.
- Monthly Review*, "U.S. Imperial Ambitions and Iraq" (editorial), 54/7, 2002, 1-13.
- MORTON, A., "Mexico, Neoliberal Restructuring and the EZLN: A Neo-Gramscian Analysis", in B. GILLS (org.), *Globalization and the Politics of Resistance*, New York, Palgrave, 2001, 255-279.
- NASH, J., *Mayan Visions: The Quest for Autonomy in an Age of Globalization*, New York, Routledge, 2001.
- National Security Strategy of the United State of America*, online em: <[www.whitehouse.gov/nsc/nss](http://www.whitehouse.gov/nsc/nss)>.
- NYE, J., *The Paradox of American Power: Why the World's Only Super-Power Cannot Go It Alone*, Oxford, Oxford University Press, 2003.
- ONG, A., *Spirits of Resistance and Capitalist Discipline: Factory Women in Malaysia*, Albany, State University of New York Press, 1987.
- PANITCH, L., "The New Imperial State", *New Left Review*, 11/1, 2000, 5-20.
- PAYER, C., *The Debt Trap: The IMF and the Third World*, New York, Monthly Review Press, 1974.
- PERELMAN, M., *The Invention of Capitalism: Classical Political Economy and the Secret History of Primitive Accumulation*, Durham, NC, Duke University Press, 2000.
- PETRAS, J., VELTMEYER, H., *Globalization Unmasked: Imperialism in the 21st Century*, London, Zed Books, 2001.
- PILGER, J., *The New Rulers of the World*, London, Verso, 2002.
- POLLARD, S., *Essays on the Industrial Revolution in Britain*, org. C. HOLMES, Aldershot, Ashgate Variorum, 2000.
- ROSTOW, W. W., *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*, Cambridge, Cambridge University Press, ed. de 1966.
- ROY, A., *Power Politics*, Cambridge, Massachusetts, South End Press, 2001.
- SERVAN-SCHREIBER, J. J., *American Challenge*, New York, Scribner, 1968.

- SMITH, N., *American Empire: Roosevelt's Geographer and the Prelude to Globalization*, Berkeley, University of California Press, 2003.
- SOEDERBERG, S., "The New International Financial Architecture: Imposed Leadership and 'Emerging Markets'", in L. PANITCH, C. LEYS (orgs.), *Socialist Register 2002*, London, Merlin Press, 2001, 175-192.
- STRANGE, S., *Mad Money: When Markets Outgrow Governments*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 1998.
- THOMPSON, E. P., *The Making of the English Working Class*, Harmondsworth, Penguin, 1968.
- WADE, R., VENEROSO, F., "The Asian Crisis: The High Debt Model versus the Wall-Street-Treasury-IMF Complex", *New Left Review*, 228, 1998, 3-23.
- WARREN, B., *Imperialism: Pioneer of Capitalism*, London, Verso, 1981.
- Went, R., "Globalization in the Perspective of Imperialism", *Science and Society*, 66/4, 2002-3, 473-497.
- WILLIAMS, W. A., *Empire as a Way of Life*, New York, Oxford University Press, 1980.
- WOLF, E., *Peasant Wars of the Twentieth Century*, New York, HarperCollins, 1969.
- YERGIN, D., STANISLAW, J., TERGIN, D., *The Commanding Heights: The Battle Between Government and Market Place that is Remaking the Modern World*, New York, Simon and Schuster, 1999.
- ZHANG, L., *Strangers in the City: Reconfigurations of Space, Power and Social Networks within China's Floating Population*, Stanford, Stanford University Press, 2001.

## Índice de nomes

### A

Acule, C. de 97  
 África do Sul 101, 106, 131, 132, 147,  
 175, 183, 186, 189  
 África 46, 102, 176  
 Al Qaeda 21, 22, 157, 158, 171  
 Alemanha 16, 20, 41, 44, 48, 49, 56, 58,  
 75, 81, 102, 159, 161, 176, 179, 183  
 Allende, Salvador 17, 56, 174  
 Amin, Samir 16, 141, 142  
 Anderson, J. 169  
 Anderson, P. 63  
 Arábia Saudita 25-28, 160, 172, 177, 186  
 Arendt, Hannah 22, 23, 36, 37, 39, 43,  
 45-48, 52, 107, 109, 119, 120, 148,  
 159  
 Argélia 18  
 Argentina 56, 100, 102, 132, 166  
 Armitage, Richard 22  
 Armstrong, D. 71  
 Armstrong, P. 54  
 Arrighi, Giovanni 8, 32, 37, 39, 42, 65,  
 68, 72, 74, 82, 87  
 Ashcroft, John 23, 156  
 Austrália 16, 101, 183

### B

Bálcãs 75  
 Banerjee, N. 24  
 Baran, P. 85  
 Berman, Marshall 12  
 Bhagwati, J. 110  
 Bismarck, Otto von, Príncipe 81  
 Blair, Tony 19, 168, 172  
 Bleaney, M. 116  
 Blum, W. 40  
 Boot, Max 13  
 Bourgin, C. 106  
 Bowden, B. 14  
 Brandt, Willy 75  
 Brasil 52, 56, 103, 109, 113, 151, 163,  
 186, 187  
 Braudel, F. 65  
 Brenner, R. 65, 93, 102, 109, 185  
 Bretton Woods 52, 58, 128  
 Bright, John 90  
 Bruhat, J. 106  
 Bulgária 160  
 Burkett, P. 125, 184  
 Burns, William 18

Bush, George W. 14, 15, 17, 19-24, 68, 69, 71, 72, 75, 112, 128, 147, 154-156, 161, 163, 166, 172, 174-176, 177, 183

**C**

Cain, P. 107  
 Canadá 23, 28, 101, 174  
 Carchedi, G. 57  
 Carter, Jimmy 26, 147, 158  
 Chamberlain, E. 84  
 Chamberlain, Joseph 106, 113, 146  
 Chávez, Hugo 17, 29, 70  
 Cheney, Dick 24, 71, 156  
 Chile 40, 52, 54, 56, 103, 141, 173, 174, 181, 183  
 China 15, 17, 28, 30, 48, 50-52, 63-65, 70, 74, 75, 80, 81, 91, 100, 102-105, 110, 113, 116, 122, 124, 127-129, 133, 136, 157, 158, 160, 161, 167, 172, 179, 180, 182, 184-187  
 Chomsky, Noam 40  
 Cingapura 63, 81, 92, 102, 108, 109, 128  
 Clinton, Bill 15, 22, 23, 27, 28, 62, 71, 152, 156-158, 182  
 Cobden, Richard 90  
 Congo 52  
 Cooper, Robert 168  
 Coréia do Norte 19, 30, 71, 157, 160  
 Coréia do Sul 51, 64, 67, 74, 81, 102, 128, 129, 140, 164, 185  
 Crampton, T. 104, 174  
 Crouzet, M. 106  
 Cuba 40, 52

**D**

De Gaulle, Charles 75  
 DeAngelis, M. 120  
 Doyle, M. W. 15

**E**

Eckholm, E. 128

Egito 70, 164  
 Eisenhower, Dwight, D. 12, 15, 56  
 Engels, F. 135  
 Escandinávia 140  
 Estados Unidos 7, 9, 10, 12-22, 25-30, 33-35, 37, 38, 40-44, 46-76, 78, 81, 90-92, 96, 98, 100-106, 108-112, 117, 120, 121, 125, 126, 129, 137, 147, 150-156, 158-171, 173-187  
 Europa 29, 30, 34, 42-44, 46, 48, 51-54, 56, 62, 63, 68-70, 73, 74, 80, 90, 102, 103, 108, 130, 140, 141, 147, 151-153, 160, 161, 168, 169, 179, 186

**F**

Falwell, Jerry 154, 155  
 Ferguson, Niall 13  
 Ferry, Jules 107  
 Fisk, R. 18, 22  
 França 12, 16, 70, 75, 81, 92, 106, 134, 137, 161, 176  
 Frank, André Gunder 16  
 Freeman, C. 122  
 Friedman, Milton 130  
 Friedman, Thomas 29  
 Fukuyama, F. 63

**G**

Gills, B. 137, 138  
 Glyn, A. 54  
 Goulart, João 56  
 Gowan, P. 16, 58, 66, 108, 109, 126  
 Gramsci, A. 38  
 Greenspan, Alan 33  
 Guatemala 40, 52  
 Guilbaut, S. 53

**H**

Hardt, M. 16, 139  
 Harrison, J. 54  
 Hart, G. 152  
 Hart-Landsberg, M. 125, 184

Harvey, D. 77, 78, 82, 86, 89, 91, 97, 153  
 Haussman, George, Barão 43  
 Hayek, F. von 130  
 Hegel, George 105, 118  
 Henderson, J. 108, 125  
 Hilferding, R. 16, 62, 85, 122  
 Hill, Christopher 133, 134  
 Hilterman, J. 18  
 Hines, C. 143  
 Hobson, John 16, 107  
 Hofstadter, R. 48  
 Hotteling, H. 84  
 Huntington, S. 155

**I**

Ignatieff, Michael 13-15, 51, 56, 175  
 Índia 11, 12, 74, 100, 117, 121, 133-135, 137, 145, 168, 179, 180, 183, 185-187  
 Inglaterra 9, 10, 12, 16, 19, 49, 59, 67, 73, 80, 81, 90, 92, 100-102, 106, 112, 117, 119, 120, 124, 131, 134, 137, 146, 147, 150, 158, 160, 162, 163, 171, 174, 179  
 Irã 18, 25-29, 40, 51, 52, 56, 70, 157, 159-161  
 Iraque 7, 9, 16, 18, 19, 21, 22, 24-29, 32, 34, 40, 67, 70, 71, 73, 75, 147, 156-161, 163, 164, 171-178, 184, 187  
 Isard, W. 83  
 Israel 26, 163, 172, 178  
 Itália 44, 73, 161

**J**

Japão 15, 30, 39, 41, 45, 46, 51, 54, 56, 58, 63, 65, 69, 74, 81, 85, 96, 102, 103, 108, 133, 152, 159, 178, 179, 182, 183, 185, 186  
 Johnson, Chalmers 17, 40, 57, 125, 159  
 Jordânia 26  
 Julien, C.-A. 106

**K**

Kahn, J. 104

Kautsky, K. 38, 63, 168  
 Kennedy, Paul 37, 38  
 Keohane, Robert 63  
 Keynes, John Maynard 33  
 Kirkpatrick, D. 124  
 Kissinger, Henry 75, 161  
 Klare, M. 25  
 Kropotkin, Pedro, Príncipe 134  
 Krueger, A. 165  
 Krugman, Paul 88, 182  
 Kuwait 151, 164, 176, 177

**L**

Lee, C. K. 122  
 Lefebvre, H. 77  
 Lenin, Vladimir Illyich 16, 46, 62, 63, 68, 77, 85, 105, 106, 109, 122, 167  
 Leys, Colin 57, 66  
 Li, S.-M. 91, 184  
 Limbaugh, Rush 23  
 Lösch, A. 83, 84  
 Luce, Henry 49, 71, 155  
 Lula da Silva, Luis Inácio 109, 163, 187  
 Luxemburgo, Rosa 16, 77, 115, 116, 118, 120, 122, 124, 144, 165

**M**

Mackinder, Halford 75  
 Madison, James 49, 157  
 Madrick, J. 165, 185  
 Malásia 66  
 Maomé, Profeta 155  
 Markusen, A. 90  
 Marshall, Alfred 88  
 Marx, Karl 33, 78, 86, 97, 98, 118-122, 124, 127, 133-135, 139, 141, 146  
 McCarthy, Joseph 51  
 McDonald, D. 132  
 Mehta, U. 168  
 Mellon, Andrew 125  
 México 33, 47, 103, 113, 121, 125, 126, 128, 132, 133, 151, 185  
 Mill, John Stuart 168

Mises, Ludwig von 130  
 Mittelman, J. 39, 73, 88, 89  
 Morris, William 134  
 Mossadegh, Mohammad 18, 26, 51  
 Munn, Albert 81  
 Murdoch, Rupert 20, 124, 177

**N**

Nash, June 143, 132, 138, 143  
 Nasser, Gamal Abdel 12  
 Negri, A. 16, 139  
 Nicarágua 136  
 Nixon, Richard 15, 58, 108  
 Nye, Joseph 27

**O**

Ong, A. 122  
 Osama bin Laden 21

**P**

Pahlevi, Xá Muhammad Reza 18, 26, 56  
 Panitch, Leo 16, 57, 66  
 Pape, J. 132  
 Paquistão 70, 164, 172, 186  
 Payer, Cheryl 101  
 Perelman, M. 120  
 Perle, R. 22  
 Perroux, François 88  
 Petras, J. 16  
 Pilger, J. 40  
 Pinochet, Augusto, General 17, 174  
 Pollard, Sydney 88, 90  
 Polônia 15, 73, 75, 100, 160  
 Popper, Karl 130  
 Powell, Colin 21, 27, 72, 156, 162

**Q**

Qatar 27  
 Quirguistão 158

**R**

Reagan, Ronald 34, 59, 130, 155, 156, 174, 182  
 Renouvin, P. 106  
 República Dominicana 52, 56  
 Rhodes, Cecil 105  
 Robertson, Pat 154  
 Roosevelt, Franklin Delano 15, 48, 51, 69, 72, 106, 107  
 Roosevelt, Theodore 106  
 Rosenthal, E. 128  
 Rostow, W. W. 53  
 Roy, A. 133, 138, 145  
 Rubin, Robert 15, 62, 152, 156, 182  
 Rumsfeld, Donald Henry 22, 156, 160  
 Rússia 17, 28, 45, 63, 70, 75, 100, 105, 126, 160, 161, 164, 165, 176, 187

**S**

Saddam Hussein 12, 19, 21, 22, 29, 70, 73, 163, 171  
 Saint-Simon, Claude 86  
 Salinas, Carlos 132  
 San Francisco 36, 81  
 Schwab, Klaus 153  
 Servan-Schreiber, J. J. 54  
 Sharon, Ariel 19, 155, 163  
 Shaw, M. 16  
 Silver, B. 39, 65, 68, 82  
 Síria 25, 160, 161  
 Smadja, Claude 153  
 Smith, Adam 8, 47, 49, 50, 119, 155  
 Smith, Neil 8, 47, 49  
 Soederberg, S. 66, 174  
 Stalin, Joseph 48  
 Stanislaw, J. 130  
 Steinbeck, John 129  
 Stern, Howard 23  
 Strange, S. 97, 186  
 Suharto, Thojib 56, 140  
 Sukarno, Ahmed 140  
 Summers, Larry (Lawrence) 15, 156  
 Sweezy, P. 85

**T**

Tailândia 96, 108, 113, 144, 151, 166  
 Taiwan 42, 51, 63, 65, 74, 81, 102, 103, 108, 109, 128, 129, 133, 178, 179, 181, 182  
 Taliban 157, 158  
 Tang, W.-S. 91, 184  
 Tergin, D. 130  
 Thatcher, Margaret 130, 131, 174  
 Thompson, E. P. 122  
 Truman, Harry 15, 41  
 Turner, Frederic Jackson 106  
 Turquia 70, 160, 162, 176  
 Tyler, P. 75

**U**

Uzbequistão 70, 158

**V**

Veltmeyer, H. 16  
 Veneroso, F. 125  
 Venezuela 17  
 Vietnã 34, 40, 57, 98  
 von Mises, Ludwig 130  
 von Thünen, J. H. 83

**W**

Wade, R. 125  
 Warren, Bill 135  
 Washington, George 10, 17, 24, 55, 62, 66, 157, 166, 175-177, 182, 183  
 Weber, Alfred 83  
 Went, R. 16  
 Williams, W. A. 15, 51, 172  
 Wilson, Thomas Woodrow 47  
 Wolf, Eric 143  
 Wolfowitz, Paul 22, 156

**X**

Xá do Irã (Muhammad Reza Pahlevi) 18, 26, 56

**Y**

Yergin, D. 130

**Z**

Zhang, L. 79  
 Zoellick, Robert 109

## DISTRIBUIDORES E REVENDEDORES DE EDIÇÕES LOYOLA

Se o(a) senhor(a) não encontrar qualquer um de nossos livros em sua livraria preferida ou em nossos distribuidores, faça o pedido por reembolso postal à Rua 1822 nº 347, Ipiranga, 04216-000, São Paulo, SP • Caixa Postal 42.335, 04218-970, São Paulo, SP • Telefone: (11) 6914-1922 • Fax: (11) 6163-4275 • Home page e vendas: [www.loyola.com.br](http://www.loyola.com.br) • e-mail: [vendas@loyola.com.br](mailto:vendas@loyola.com.br)

**NOTA: Os endereços em fundo cinza referem-se aos distribuidores. Os demais, aos revendedores.**

### AMAZONAS

EDITORA VOZES LTDA  
Rua Costa Azevedo, 105 – Centro  
Tel.: (92) 232-5777 • Fax: (92) 233-0154  
69010-230 **Manaus**, AM  
**e-mail:** [vozes61@uol.com.br](mailto:vozes61@uol.com.br)

LIVRARIAS PAULINAS  
Av. 7 de Setembro, 665  
Tel.: (92) 633-4251/233-5130 • Fax: (92) 633-4017  
69005-141 **Manaus**, AM  
**e-mail:** [livmanaus@paulinas.org.br](mailto:livmanaus@paulinas.org.br)

### BAHIA

LIVRARIA E DISTRIB. MULTICAMP LTDA  
Rua Direita da Piedade, 203 – Piedade  
Tel.: (71) 3329-0326 / 3329-1381  
Telefax.: (71) 3329-0109  
40070-190 **Salvador**, BA  
**e-mail:** [multicamp@uol.com.br](mailto:multicamp@uol.com.br)

EDITORA VOZES LTDA  
Rua Carlos Gomes, 698A – Conjunto Bela Center – loja 2  
Tel.: (71) 329-5466 • Fax: (71) 329-4749  
40060-410 **Salvador**, BA  
**e-mail:** [vozes20@uol.com.br](mailto:vozes20@uol.com.br)

### BAHIA

LIVRARIAS PAULINAS  
Av. 7 de Setembro, 680 – São Pedro  
Tel.: (71) 329-2477/329-3668 • Fax: (71) 329-2546  
40060-001 **Salvador**, BA  
**e-mail:** [livsalvador@paulinas.org.br](mailto:livsalvador@paulinas.org.br)

### BRASÍLIA

EDITORA VOZES LTDA  
SCLR/Norte – Q. 704 – Bloco A n. 15  
Tel.: (61) 326-2436 • Fax: (61) 326-2282  
70730-516 **Brasília**, DF  
**e-mail:** [vozes09@uol.com.br](mailto:vozes09@uol.com.br)

LIVRARIAS PAULINAS  
SCS – Q. 05 – Bl. C – Lojas 19/22 - Centro  
Tel.: (61) 225-9595 • Fax: (61) 225-9219  
70300-500 **Brasília**, DF  
**e-mail:** [livbrasil@paulinas.org.br](mailto:livbrasil@paulinas.org.br)

### CEARÁ

EDITORA VOZES LTDA  
Rua Major Facundo, 730  
Tel.: (85) 231-9321 • Fax: (85) 32254238  
60025-100 **Fortaleza**, CE  
**e-mail:** [vozes23@uol.com.br](mailto:vozes23@uol.com.br)

LIVRARIAS PAULINAS  
Rua Major Facundo, 332  
Tel.: (85) 226-7544 / 226-7398 • Fax: (85) 226-9930  
60025-100 **Fortaleza**, CE  
**e-mail:** [livfortaleza@paulinas.org.br](mailto:livfortaleza@paulinas.org.br)

### ESPÍRITO SANTO

LIVRARIAS PAULINAS  
Rua Barão de Itapemirim, 216 - Centro  
Tel.: (27) 3223-1318 / 0800-15-712 • Fax: (27) 3222-3532  
29010-060 **Vitória**, ES  
**e-mail:** [livvitoria@paulinas.org.br](mailto:livvitoria@paulinas.org.br)

### GOIÁS

EDITORA VOZES LTDA  
Rua 3, nº 291  
Tel.: (62) 225-3077 • Fax: (62) 225-3994  
74023-010 **Goiânia**, GO  
**e-mail:** [vozes27@uol.com.br](mailto:vozes27@uol.com.br)

LIVRARIA ALTERNATIVA  
Rua 70, nº 124 - Setor Central  
Tel.: (62) 229-0107 / 224-4292 • Fax: (62) 212-1035  
74055-120 **Goiânia**, GO  
**e-mail:** [distribuidora@livrariaalternativa.com.br](mailto:distribuidora@livrariaalternativa.com.br)

LIVRARIAS PAULINAS  
Av. Goiás, 636  
Tel.: (62) 224-2585/224-2329 • Fax: (62) 224-2247  
74010-010 **Goiânia**, GO  
**e-mail:** [livgoiania@paulinas.org.br](mailto:livgoiania@paulinas.org.br)

### MARANHÃO

EDITORA VOZES LTDA  
Rua da Palma, 502 – Centro  
Tel.: (98) 3221-0715 • Fax: (98) 3222-9013  
65010-440 **São Luís**, MA  
**e-mail:** [livrariavozes@terra.com.br](mailto:livrariavozes@terra.com.br)

LIVRARIAS PAULINAS  
Rua de Santana, 499 – Centro  
Tel.: (98) 232-3068 / 232-3072 • Fax: (98) 232-2692  
65015-440 **São Luís**, MA  
**e-mail:** [fspsaoluis@elo.com.br](mailto:fspsaoluis@elo.com.br)

### MATO GROSSO

EDITORA VOZES LTDA  
Rua Antônio Maria Coelho, 197A  
Tel.: (65) 623-5307 • Fax: (65) 623-5186  
78005-970 **Cuiabá**, MT  
**e-mail:** [vozes54@uol.com.br](mailto:vozes54@uol.com.br)

MARCHI LIVRARIA E DISTRIBUIDORA LTDA  
– LIVRARIA VOGAL –  
Av. Getúlio Vargas, 381 – Centro  
Tel.: (65) 3226-9677 • Fax: (65) 322-3350  
78005-600 **Cuiabá**, MT  
**e-mail:** [fmarchi@terra.com.br](mailto:fmarchi@terra.com.br)

### MINAS GERAIS

ASTECA DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA.  
Rua Costa Monteiro, 50 e 54  
Bairro Sagrada Família  
Tel.: (31) 3423-7979 • Fax: (31) 3424-7667  
31030-480 **Belo Horizonte**, MG  
**e-mail:** [distribuidora@astecabooks.com.br](mailto:distribuidora@astecabooks.com.br)

## MINAS GERAIS

MÃE DA IGREJA LTDA  
Rua São Paulo, 1054/1233 – Centro  
Tel.: (31) 3213-4740 / 3213-0031  
30170-131 **Belo Horizonte**, MG  
**e-mail:** maedaigrejabh@wminas.com

ASTECA DISTRIBUIDORA DE LIVRO LTDA  
Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127 – sala 108  
Planalto  
Tel.: (31) 3443-3990  
31720-300 **Belo Horizonte**, MG

EDITORA VOZES LTDA  
Rua Sergipe, 120 – loja 1  
Tel.: (31) 3226-9010 • Fax: (31) 3226-7797  
30130-170 **Belo Horizonte**, MG  
**e-mail:** vozes04@uol.com.br

Rua Tupis, 114  
Tel.: (31) 3273-2538 • Fax: (31) 3222-4482  
30190-060 **Belo Horizonte**, MG  
**e-mail:** vozes32@uol.com.br

Rua Espírito Santo, 963  
Tel.: (32) 3215-9050  
Fax: (32) 3215-8061  
36010-041 **Juiz de Fora**, MG  
**e-mail:** vozes35@uol.com.br

LIVRARIAS PAULINAS  
Av. Afonso Pena, 2142  
Tel.: (31) 3269-3700  
Fax: (31) 3269-3730  
30130-007 **Belo Horizonte**, MG  
**e-mail:** livbelohorizonte@paulinas.org.br

Rua Curitiba, 870 - Centro  
Tel.: (31) 3224-2832  
Fax (31) 3224-2208  
30170-120 **Belo Horizonte**, MG  
**e-mail:** gerenciallivbelohorizonte@paulinas.org.br

## PARÁ

LIVRARIAS PAULINAS  
Rua Santo Antônio, 278 – Bairro do Comércio  
Tel.: (91) 241-3607 / 241-4845 • Fax: (91) 224-3482  
66010-090 **Belém**, PA  
**e-mail:** livbelem@paulinas.org.br

## PARANÁ

EDITORA VOZES LTDA  
Rua Voluntários da Pátria, 41 – Loja 39  
Tel.: (41) 233-1392 • Fax: (41) 224-1442  
80020-000 **Curitiba**, PR  
**e-mail:** vozes21@uol.com.br

Rua Senador Souza Naves, 158-C  
Tel.: (43) 3337-3129 • Fax: (43) 3325-7167  
86020-160 **Londrina**, PR  
**e-mail:** vozes41@uol.com.br

LIVRARIAS PAULINAS  
Rua Voluntários da Pátria, 225  
Tel.: (41) 224-8550 • Fax: (41) 223-1450  
80020-000 **Curitiba**, PR  
**e-mail:** livcuritiba@paulinas.org.br

Av. Getúlio Vargas, 276 – Centro  
Tel.: (44) 226-3536 • Fax: (44) 226-4250  
87013-130 **Maringá**, PR  
**e-mail:** livmaringa@paulinas.org.br

## PERNAMBUCO, PARAÍBA, ALAGOAS, RIO GRANDE DO NORTE E SERGIPE

EDITORA VOZES LTDA  
Rua do Príncipe, 482  
Tel.: (81) 3423-4100 • Fax: (81) 3423-7575  
50050-410 **Recife**, PE  
**e-mail:** vozes10@uol.com.br

LIVRARIAS PAULINAS  
Rua Duque de Caxias, 597 – Centro  
Tel.: (83) 241-5591 / 241-5636 • Fax: (83) 241-6979  
58010-821 **João Pessoa**, PB  
**e-mail:** livjessoa@paulinas.org.br

Rua Joaquim Távora, 71  
Tel.: (82) 326-2575 • Fax: (82) 326-6561  
57020-320 **Maceió**, AL  
**e-mail:** livmaceio@paulinas.org.br

Rua João Pessoa, 224 – Centro  
Tel.: (84) 212-2184 • Fax: (84) 212-1846  
59025-500 **Natal**, RN  
**e-mail:** livnatal@paulinas.org.br

Rua Frei Caneca, 59 – Loja 1  
Tel.: (81) 3224-5812 / 3224-6609  
Fax: (81) 3224-9028 / 3224-6321  
50010-120 **Recife**, PE  
**e-mail:** livrecife@paulinas.org.br

## RIO DE JANEIRO

ZÉLIO BICALHO PORTUGAL CIA. LTDA  
**Vendas no Atacado e no Varejo**  
Av. Presidente Vargas, 502 – sala 1701  
Telefax: (21) 2233-4295 / 2263-4280  
20071-000 **Rio de Janeiro**, RJ  
**e-mail:** zeliobicalho@prolink.com.br

EDITORA VOZES LTDA – SEDE  
Rua Frei Luis, 100 – Centro  
25689-900 **Petrópolis**, RJ  
Fone: (24) 2233-9017 • Fax: (24) 2233-9032

EDITORA VOZES LTDA  
Rua México, 174 - Sobreloja - Centro  
Telefax: (21) 2215-0110 / (21) 2533-6386  
20031-143 **Rio de Janeiro**, RJ  
**e-mail:** vozes42@uol.com.br

LIVRARIAS PAULINAS  
Rua 7 de Setembro, 81-A  
Tel.: (21) 2232-5486 • Fax: (21) 2224-1889  
20050-005 **Rio de Janeiro**, RJ  
**e-mail:** livjaneiro@paulinas.org.br

Rua Dagmar da Fonseca, 45 – Loja A/B  
Bairro Madureira  
Tel.: (21) 3355-5189 / 3355-5931  
Fax: (21) 3355-5929  
21351-040 **Rio de Janeiro**, RJ  
**e-mail:** livmadureira@paulinas.org.br

Rua Doutor Borman, 33 – Rink  
Tel.: (21) 2622-1219  
Fax: (21) 2622-9940  
24020-320 **Niterói**, RJ  
**e-mail:** livniteroi@paulinas.org.br

ZÉLIO BICALHO PORTUGAL CIA. LTDA  
Rua Marquês de S. Vicente, 225 – PUC  
Prédio Cardeal Leme – Pilotis  
Telefax: (21) 2511-3900 / 2259-0195  
22451-041 **Rio de Janeiro**, RJ

Centro Tecnologia – Bloco A – UFRJ  
Ilha do Fundão – Cidade Universitária  
Telefax: (21) 2290-3768 / 3867-6159  
21941-590 **Rio de Janeiro**, RJ  
**e-mail:** livrarialianca@prolink.com.br

## RIO GRANDE DO SUL

LIVRARIA E EDITORA PADRE REUS  
Rua Duque de Caxias, 805  
Tel.: (51) 3224-0250 • Fax: (51) 3228-1880  
90010-282 **Porto Alegre**, RS  
**e-mail:** livrariareus@livraria-padre-reus.com.br

EDITORA VOZES LTDA  
Rua Ramiro Barcelos, 386/390  
Tel.: (51) 3225-4879 • Fax: (51) 3225-4979  
90035-000 **Porto Alegre**, RS  
**e-mail:** vozes19@uol.com.br

Rua Riachuelo, 1280  
Tel.: (51) 3226-3911  
Fax: (51) 3226-3710  
90010-273 **Porto Alegre**, RS  
**e-mail:** vozes05@uol.com.br

LIVRARIAS PAULINAS  
Rua dos Andradas, 1212 - Centro  
Tel.: (51) 3221-0422  
Fax: (51) 3224-4354  
90020-008 **Porto Alegre**, RS  
**e-mail:** livpalegre@paulinas.org.br

## RONDÔNIA

LIVRARIAS PAULINAS  
Rua Dom Pedro II, 864 - Centro  
Tel.: (69) 3224-4522 • Fax: (69) 3224-1361  
78900-010 **Porto Velho**, RO  
**e-mail:** fsp-pvelho@ronet.org.br

## SANTA CATARINA

EDITORA VOZES  
Rua Jerônimo Coelho, 308  
Tel.: (48) 222-4112 • Fax: (48) 222-1052  
88010-030 **Florianópolis**, SC  
**e-mail:** vozes45@uol.com.br

## SÃO PAULO

DISTRIBUIDORA LOYOLA DE LIVROS LTDA  
**Vendas no Atacado**  
Rua São Caetano, 959 – Luz  
Tel.: (11) 3322-0100 • Fax: (11) 3322-0101  
01104-001 **São Paulo**, SP  
**e-mail:** vendasatacado@livrarialoyola.com.br

LIVRARIAS PAULINAS  
Via Raposo Tavares, km 19,145  
Tel.: (11) 3789-1425 / 3789-1423  
Fax: (11) 3789-3401  
05577-300 **São Paulo**, SP  
**e-mail:** expedicao@paulinas.org.br

DISTRIBUIDORA LOYOLA DE LIVROS LTDA  
**Vendas no Varejo**  
Rua Senador Feijó, 120  
Telefax: (11) 3242-0449  
01006-000 **São Paulo**, SP  
**e-mail:** senador@livrarialoyola.com.br

Rua Barão de Itapetininga, 246  
Tel.: (11) 3255-0662 • Fax: (11) 3231-2340  
01042-001 **São Paulo**, SP  
**e-mail:** loyola\_barao@terra.com.br

Rua Quintino Bocaiúva, 234 – Centro  
Tel.: (11) 3105-7198 • Fax: (11) 3242-4326  
01004-010 **São Paulo**, SP  
**e-mail:** atendimento@livrarialoyola.com.br

EDITORA VOZES LTDA  
Rua Senador Feijó, 168  
Tel.: (11) 3105-7144 • Fax: (11) 3105-7948  
01006-000 **São Paulo**, SP  
**e-mail:** vozes03@uol.com.br

Rua Haddock Lobo, 360  
Tel.: (11) 3256-0611 • Fax: (11) 3258-2841  
01414-000 **São Paulo**, SP  
**e-mail:** vozes16@uol.com.br

EDITORA VOZES LTDA  
Rua dos Trilhos, 627 – Mooca  
Tel.: (11) 6693-7944 • Fax: (11) 6693-7355  
03168-010 **São Paulo**, SP  
**e-mail:** vozes37@uol.com.br

Rua Barão de Jaguará, 1097  
Tel.: (19) 3231-1323 • Fax: (19) 3234-9316  
13015-002 **Campinas**, SP  
**e-mail:** vozes40@uol.com.br

Centro de Apoio aos Romeiros  
Setor "A", Asa "Oeste"  
Rua 02 e 03 – Lojas 111 / 112 e 113 / 114  
Tel.: (12) 564-1117 • Fax: (12) 564-1118  
12570-000 **Aparecida**, SP  
**e-mail:** vozes56@uol.com.br

LIVRARIAS PAULINAS  
Rua Domingos de Moraes, 660 - Vila Mariana  
Tel.: (11) 5081-9330 • Fax: (11) 5549-7825  
04010-100 **São Paulo**, SP  
**e-mail:** livdomingos@paulinas.org.br

Rua XV de Novembro, 71  
Tel.: (11) 3106-4418 / 3106-0602 • Fax: (11) 3106-3535  
01013-001 **São Paulo**, SP  
**e-mail:** liv15@paulinas.org.br

LIVRARIAS PAULINAS  
Av. Marechal Tito, 981  
São Miguel Paulista  
Tel.: (11) 6297-5756 • Fax: (11) 6956-0162  
08010-090 **São Paulo**, SP  
**e-mail:** livsmiguel@paulinas.org.br

## PORTUGAL

MULTINOVA UNIÃO LIV. CULT.  
Av. Santa Joana Princesa, 12 E  
Tel.: (00xx351 21) 842-1820 / 848-3436  
1700-357 **Lisboa**, Portugal

DISTRIBUIDORA DE LIVROS VAMOS LER LTDA.  
Rua 4 de infantaria, 18-18A  
Tel.: (00xx351 21) 388-8371 / 60-6996  
1350-006 **Lisboa**, Portugal

EDITORA VOZES  
Av. 5 de outubro, 23  
Tel.: (00xx351 21) 355-1127  
Fax: (00xx351 21) 355-1128  
1050-047 **Lisboa**, Portugal

Se você gostou desta publicação e gostaria de conhecer outras obras desta editora, preencha a ficha de cadastramento, nos envie e receba em casa informações atualizadas de nossas publicações.

### FICHA DE CADASTRAMENTO

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

FORMAÇÃO: ( ) 1º Grau ( ) 2º Grau ( ) Superior

FAIXA ETÁRIA: ( ) De 0 a 14 ( ) De 15 a 30  
( ) De 31 a 60 ( ) Mais de 60

RENDA FAMILIAR: ( ) Mais de 30 salários  
( ) De 20 a 30 salários  
( ) de 10 a 20 salários  
( ) de 3 a 10 salários  
( ) Menos de 3 salários

#### ÁREAS DE INTERESSE

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 000 Política/Sociologia     | <input type="checkbox"/> 150 Psicologia         |
| <input type="checkbox"/> 300 Ciências Sociais        | <input type="checkbox"/> 001 Auto-ajuda         |
| <input type="checkbox"/> 160 Parapsicologia          | <input type="checkbox"/> 320 Economia           |
| <input type="checkbox"/> 100 Filosofia               | <input type="checkbox"/> 200 Teologia/Pastoral  |
| <input type="checkbox"/> 380 Livros Didáticos        | <input type="checkbox"/> 400 Espiritualidade    |
| <input type="checkbox"/> 650 Comunicação             | <input type="checkbox"/> 800 Literatura         |
| <input type="checkbox"/> 500 Educação                | <input type="checkbox"/> 653 Relações Públicas  |
| <input type="checkbox"/> 850 Literatura Inf.-Juvenil | <input type="checkbox"/> 610 Saúde              |
| <input type="checkbox"/> 700 Arte                    | <input type="checkbox"/> 900 História/Geografia |

ENVIAR ESTA FICHA PARA EDIÇÕES LOYOLA

POR CORREIO: Caixa Postal 42.335 — 04218-970 São Paulo, SP

POR FAX: (11) 6163-4275

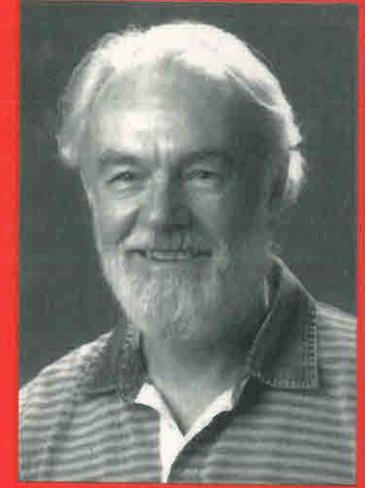
POR INTERNET: [http://www.loyola.com.br/cadastro/cadastro\\_via\\_internet.htm](http://www.loyola.com.br/cadastro/cadastro_via_internet.htm)

Este livro foi composto nas famílias tipográficas  
*Frutiger e Schneider*  
e impresso em papel *Offset 75g*



Editoração, Impressão e Acabamento  
Rua 1822, n. 347 • Ipiranga  
04216-000 SÃO PAULO, SP  
Tel.: (0\*\*11) 6914-1922

Proc. 20420/08-64  
emp. 905007  
NF 1778  
RIS 28,57



**David Harvey** é professor emérito de Antropologia do centro de pós-graduação da City University of New York. Foi professor da Oxford University e da Johns Hopkins University. É autor de inúmeros livros e artigos sobre a economia da globalização, sobre a urbanização e a mudança cultural, entre outros temas, formando, ao lado de Henri Lefèbvre e do brasileiro Milton Santos, a tríade que revolucionou o estudo das relações entre ambiente territorial e organização social e humana. De David Harvey Edições Loyola publicou o grande sucesso editorial *Condição pós-moderna*, em 1992 (que está na 13ª edição), e *Espaços de esperança*, em 2004, uma bem fundada e apaixonada defesa de *alternativas* às novas formas de exploração capitalista, traduzidos, tal como *O novo imperialismo*, por Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves.